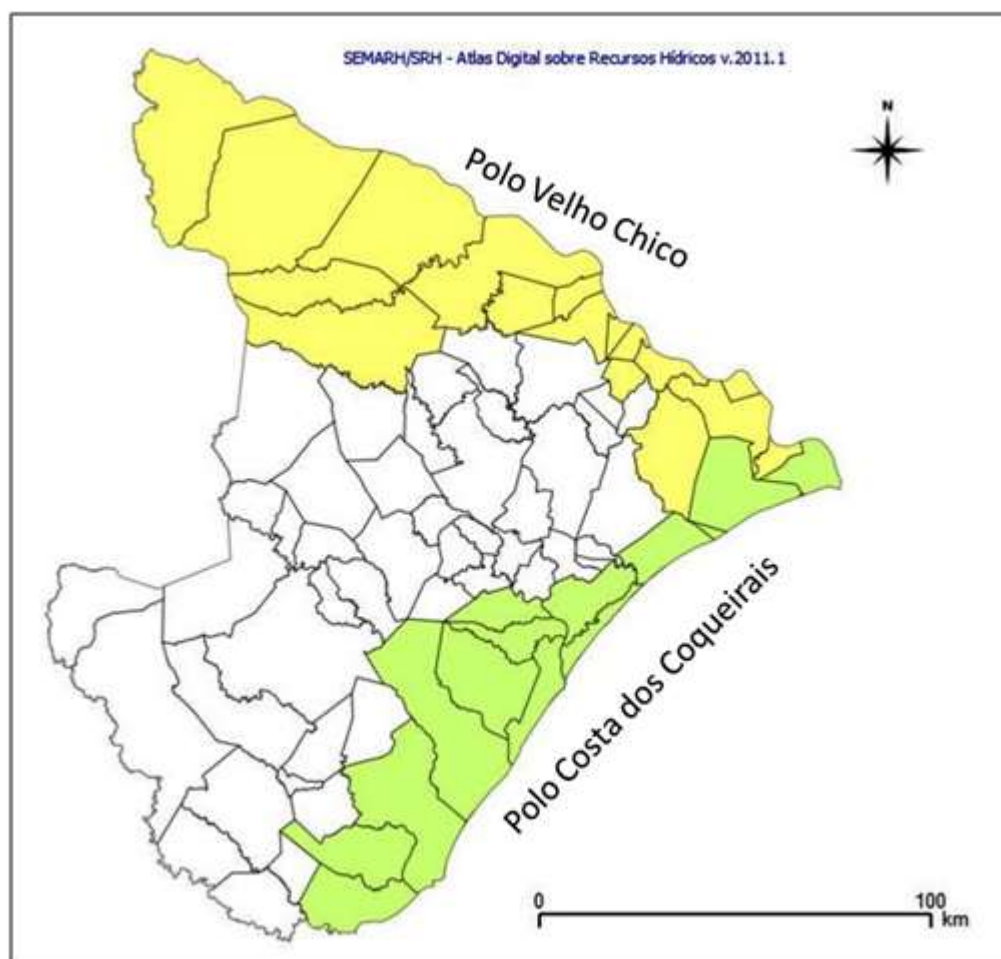


AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE



PRODUTO VI – VERSÃO FINAL

SERGIPE

Dezembro de 2014

FICHA TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta: Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente: Michel Miguel Elias Temer

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Vinicius Nobre Lages

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Secretário: Neusvaldo Ferreira Lima

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Viviane de Faria – Diretora do Departamento de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – Interina

COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS REGIONAIS II

Viviane de Faria - Coordenadora

Luciana Amado Guimarães - Técnica Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador: Jackson Barreto de Lima

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Secretário: Adilson de Carvalho Silva Junior

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS - PRODETUR/SE

Anderson Renê Santos Silva – Coordenador-Geral

Karen Viviane Santana de Andrade – Consultora de Atuação Ambiental

LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABAV	Associação Brasileira dos Agentes de Viagens
ABEOC	Associação Brasileira dos Organizadores de Eventos
ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABLA	Associação Brasileira dos Locadores de Automóveis
ABRAJET	Associação Brasileira Dos Jornalistas Especializados Em Turismo
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ADEPOL	Associação dos delegados de polícia Civil do estado de Sergipe
AIA	Avaliação de Impactos Ambientais
AII	Área de Influência Indireta
AIP	Avaliação de Impactos Potenciais
APA	Área de Proteção Ambiental
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADASTUR	Sistema de Cadastro
CBRO	Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos
CDP	Cenário de Desenvolvimento do PRODETUR/SE
CDS	Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade
CEHOP	Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIFat	Institui o Comitê Interministerial de Facilitação Turística
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMSETUR	Empresa sergipana de Turismo
FORNATUR	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCABAV	Instituto de Capacitação e Certificação da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN	International Union for Conservation of Nature
MAX	Museu de Arqueologia do Xingó
MMA/SBF	Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas
MTur	Ministério do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Polícia Civil
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEPAC	Pelotão Especial de Policiamento em Área de Caatinga
PIB	Produto Interno Bruto
PRODETUR/SE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Sergipe
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe
REBIO	Reserva Biológica
SEDURB	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável
SEMARH	Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SINGTUR	Sindicato dos Guias de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
SSP-SE	Segurança Pública de Sergipe
UC	Unidade de Conservação
UEE/SE	União Estadual dos Estudantes
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

SÚMARIO

ÍNDICE DE TABELAS	10
ÍNDICE DE QUADROS	13
ÍNDICE DE FIGURAS	14
1 Introdução	16
2 Objetivos.....	17
2.1 Geral	17
2.2 Específicos.....	17
3 Metodologia.....	18
4 Linha de Base – Polo Velho Chico.....	22
4.1 Área de Influência.....	22
4.1.1 Área de Influência Direta (AID).....	22
4.1.2 Área de Influência Indireta (AII).....	24
4.2 Contexto Geral do Turismo	25
4.2.1 Destinos Turísticos Do Polo Velho Chico.....	25
4.2.2 Serviços de Apoio Direto Ao Turismo	27
4.2.3 Meios de Hospedagem.....	27
4.2.4 Alimentação.....	28
4.2.5 Fluxo De Turistas	29
4.2.6 Outras Considerações Acerca do Turismo.....	29
4.3 Caracterização Geral da Área	30
4.3.1 Aspectos Físicos	30
4.3.1.1 Clima e Condições Meteorológicas	30
4.3.1.2 Geologia e Geomorfologia.....	31
4.3.1.3 Recursos Hídricos	33
4.3.2 Aspectos sociais.....	35
4.3.2.1 Informações Demográficas	36
4.3.2.2 Aspectos Educacionais.....	39
4.3.2.3 Aspectos da Saúde da População.....	40
4.3.2.4 Serviços de saneamento ambiental	42
4.3.3 Aspectos Institucionais	51
4.3.3.1 Associações Cíveis	54
4.3.4 Aspectos Econômicos	55
4.4 Caracterização dos Aspectos Ambientais.....	61
4.4.1 Flora	61
4.4.1.1 Flora no ambiente de Caatinga	63
4.4.1.2 Flora no Ambiente de Mata Atlântica.....	65
4.4.1.3 Flora no Ambiente de Pastagem.....	66
4.4.1.4 Flora no Ambiente de Sítios e Cultivos Anuais.....	66
4.4.1.5 Flora no Ambiente de Lagoas e Tanques.....	66
4.4.1.6 Flora no Ambiente de Fauna	66

4.4.2	<i>Fauna</i>	67
4.4.2.1	<i>Fauna no ambiente de Caatinga</i>	67
4.4.2.2	<i>Fauna no Ambiente de Mata Atlântica</i>	69
4.4.2.3	<i>Fauna no Ambiente de Pastagens</i>	69
4.4.2.4	<i>Fauna no Ambiente de Sítios e Cultivos Anuais</i>	69
4.4.2.5	<i>Fauna no Ambiente de Lagoas e Tanques</i>	69
4.4.3	<i>Unidades de Conservação</i>	70
4.4.3.1	<i>Parque Natural Municipal de Lago do Frio</i>	70
4.4.3.2	<i>Monumento Natural Grota do Angico</i>	71
4.4.3.3	<i>APA do Litoral Norte</i>	72
4.4.3.4	<i>Terra Indígena Caiçara/ Ilha de São Pedro</i>	72
4.5	<i>Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística e dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo (Aspectos Legais Relevantes)</i>	73
4.5.1	<i>Identificação Base Legal Turística</i>	73
4.5.1.1	<i>Federal</i>	73
4.5.1.2	<i>Estadual</i>	73
4.5.1.3	<i>Municipal</i>	74
4.5.2	<i>Identificação da Base Legal Ambiental</i>	74
4.5.2.1	<i>Federal</i>	74
4.5.2.2	<i>Estadual</i>	75
4.5.3	<i>Instrumentos de Uso e Ocupação do Solo</i>	76
4.6	<i>Análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região</i>	78
4.7	<i>Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para o Prodetur/SE Nacional no Estado</i>	78
4.7.1	<i>Planos, Programas e Projetos de Turismo</i>	78
4.7.2	<i>Planos, Programas e Projetos Federais de Infraestrutura</i>	80
4.7.3	<i>Planos, Programas e Projetos Federais no âmbito ambiental</i>	80
4.7.4	<i>Planos, Programas e Projetos (PPP) previstos na matriz de investimento do PRODETUR/SE</i>	81
4.8	<i>Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e outras Propostas de Uso de Atrativos Ambientais na Região</i>	83
5	<i>Diagnóstico – Polo Velho Chico</i>	84
5.1	<i>Situação Geral do Polo Velho Chico</i>	84
5.2	<i>Fatores Críticos Internos e Externos que Condicionam o Desenvolvimento do Turismo no Polo Velho Chico</i>	87
5.3	<i>Identificação dos Elementos Centrais</i>	91
5.3.1	<i>Institucionalidade e Governança do Turismo</i>	91
5.3.2	<i>Oportunidades Oferecidas no ramo do Turismo para o Desenvolvimento do Polo</i>	92
6	<i>Linha De Base – Polo Costa dos Coqueirais</i>	94
6.1	<i>Área de Influência</i>	94

6.1.1	Área de Influência Direta	94
6.1.2	Área de Influência Indireta	95
6.2	Contexto Geral do Turismo	96
6.2.1	Destinos Turísticos do Polo Costa dos Coqueirais	97
6.2.2	Serviços de Apoio Direto ao Turismo.....	99
6.2.3	Meios de Hospedagem.....	99
6.2.4	Alimentação.....	100
6.2.5	Fluxo de Turistas.....	100
6.2.6	Outras Considerações Acerca do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais.....	102
6.3	Caracterização Geral da área	103
6.3.1	Aspectos Físicos	103
6.3.1.1	Clima e Condições Meteorológicas	103
6.3.1.2	Geologia e Geomorfologia.....	105
6.3.1.3	Recursos Hídricos	108
6.3.2	Aspectos Sociais	111
6.3.2.1	Uso e Ocupação do Solo	120
6.3.2.2	Envolvimento Comunitário com a Atividade Turística.....	124
6.3.3	Aspectos Institucionais	127
6.3.4	Aspectos Econômicos	131
6.4	Caracterização dos Aspectos Ambientais.....	136
6.4.1	Flora no Polo Costa dos Coqueirais.....	136
6.4.1.1	Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa.....	139
6.4.1.2	Manguezal do Polo Costa dos Coqueirais.....	139
6.4.1.3	Restinga.....	141
6.4.2	Fauna no Polo Costa dos Coqueirais	143
6.4.2.1	Mata Atlântica.....	144
6.4.2.2	Manguezal	145
6.4.2.3	Restinga.....	146
6.4.2.4	Lagoas e Brejos.....	147
6.4.2.5	Campos Antrópicos	148
6.4.3	Unidades de Conservação.....	149
6.4.3.1	Reserva Biológica de Santa Isabel (REBIO).....	151
6.4.3.2	Parque Nacional da Serra de Itabaiana	153
6.4.3.3	Parque Ecológico de Tramanday.....	153
6.4.3.4	Floresta Nacional do Ibura.....	154
6.4.3.5	APA do Morro do Urubu.....	154
6.4.3.6	APA do Litoral Norte	155
6.4.3.7	APA do Litoral Sul do Estado de Sergipe	155
6.4.3.8	APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz.....	156
6.4.3.9	APA do Rio Sergipe.....	156
6.4.3.10	RPPNs do Município de Santa Luzia do Itanhy.....	157
6.4.3.11	RPPN do Caju	157
6.4.3.12	RPPNs do Município de Pirambu	158
6.5	Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo (Aspectos Legais Relevantes).....	158

6.5.1	<i>Identificação da Base Legal Turística</i>	158
6.5.1.1	<i>Federal</i>	158
6.5.1.2	<i>Estadual</i>	159
6.5.1.3	<i>Municipal</i>	159
6.5.2	<i>Identificação da Base Legal Ambiental</i>	160
6.5.2.1	<i>Federal</i>	160
6.5.2.2	<i>Estadual</i>	161
6.5.3	<i>Instrumentos de Uso e Ordenação do Solo</i>	162
6.6	<i>Identificação e Análise das Interações Institucionais das Entidades Públicas, Privadas e Sociais Atuantes no Turismo da Região</i>	164
6.7	<i>Identificação dos Principais Planos e Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR/SE Nacional no Estado</i>	164
6.7.1	<i>Planos, Programas e Projetos de Turismo</i>	164
6.7.2	<i>Planos, Programas e Projetos Federais de Infraestrutura</i>	166
6.7.3	<i>Planos, Programas e Projetos Federais no âmbito ambiental</i>	167
6.7.4	<i>Planos, Programas e Projetos previstos na matriz de investimento do PRODETUR/SE</i>	168
6.8	<i>Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e outras Propostas de uso de Atrativos Ambientais na Região</i>	169
7	<i>Diagnóstico – Polo Costa dos Coqueirais</i>	171
7.1	<i>Situação Geral do Polo Costa dos Coqueirais</i>	171
7.2	<i>Fatores Críticos Internos e Externos que Condicionam o Desenvolvimento do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais</i>	174
7.3	<i>Identificação dos Elementos Centrais</i>	178
7.3.1	<i>Institucionalidade e Governança do Turismo</i>	178
7.3.2	<i>Oportunidades Oferecidas no ramo do Turismo para o Desenvolvimento dos Polos</i>	179
8	<i>Avaliação de Impactos</i>	181
8.1	<i>Avaliação de Impactos Potencias do Polo Velho Chico</i>	181
8.2	<i>Avaliação de Impactos Potencias do Polo Costa dos Coqueirais</i>	197
8.3	<i>Análise Integrada dos Impactos Potenciais Estratégicos</i>	217
8.4	<i>Impactos Cumulativos e Sinérgicos Estratégicos</i>	224
8.5	<i>Análise dos Fatores Críticos</i>	231
8.5.1	<i>Polo Velho Chico</i>	231
8.5.1.1	<i>Fatores Críticos Internos</i>	231
8.5.1.2	<i>Fatores Críticos Externos</i>	235
8.5.2	<i>Polo Costa dos Coqueirais</i>	238
8.5.2.1	<i>Fatores Críticos Internos</i>	238
8.5.2.2	<i>Fatores Críticos Externos</i>	241
9	<i>Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento do Turismo</i>	244

9.1	Visão De Futuro.....	244
9.2	Objetivos de Sustentabilidade	245
9.3	Construção de Cenários	245
9.3.1	<i>Polo Velho Chico.....</i>	<i>246</i>
9.3.1.1	<i>Cenário de Referência.....</i>	<i>246</i>
9.3.1.2	<i>Cenário de Desenvolvimento</i>	<i>250</i>
9.3.1.3	<i>Cenário de Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>258</i>
9.3.2	<i>Polo Costa dos Coqueirais.....</i>	<i>266</i>
9.3.2.1	<i>Cenário de Referência.....</i>	<i>266</i>
9.3.2.2	<i>Cenário de Desenvolvimento</i>	<i>271</i>
9.3.2.3	<i>Cenário de Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>279</i>
9.4	Conclusões, Recomendações e Monitoramento	286
9.4.1	<i>Conclusões, Recomendações</i>	<i>286</i>
9.4.2	<i>Monitoramento e Avaliação do Programa.....</i>	<i>286</i>
9.4.3	<i>Resumo das Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico.....</i>	<i>288</i>
9.4.4	<i>- Resumo das Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Costa dos Coqueirais.....</i>	<i>295</i>
9.5	Considerações Finais	301
10	Referências	303

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Polo Velho Chico: Área (Km ²) por municípios	23
Tabela 2 - Roteiros Turísticos Nacionais do Polo Velho Chico	25
Tabela 3 - Roteiros Turísticos Internacionais do Polo Velho Chico	25
Tabela 4 - Síntese dos Meios de Hospedagem por Município - Polo Velho Chico (2009)	27
Tabela 5 - Polo Velho Chico: População dos Município em Ordem Decrescente e Densidade Demográfica (2010)	36
Tabela 6 - Polo Velho Chico: População Urbana e Rural e Variações 2000/2010, por Município.	37
Tabela 7 - Domicílios Urbanos e Rurais dos Municípios do Polo Velho Chico.....	38
Tabela 8 - Polo Velho Chico: Situação de Instrução e Analfabetismo, por Município	39
Tabela 9 - Polo Velho Chico: Hospitais Regionais e Respectivos Serviços Oferecidos ..	40
Tabela 10 - Polo Velho Chico: Número de Estabelecimentos de Saúde no Ano de 2011.	41
Tabela 11 - Esgotamento Sanitário por Domicílios do Polo Velho Chico	42
Tabela 12 - Polo Velho Chico: Situação de Esgotamento Sanitário	43
Tabela 13 - Tipos de Abastecimento de Água nos Municípios do Polo Velho Chico	44
Tabela 14 - Manejo de Resíduos Sólidos nos Municípios do Polo Velho Chico.....	46
Tabela 15 - Manejo de Resíduos Sólidos nos Municípios do Polo Velho Chico.....	47
Tabela 16 - Tipos de Delitos nos Municípios do Polo Velho Chico.....	49
Tabela 17 - Relação de Comunidades Quilombolas - Polo Velho Chico	51
Tabela 18 - Associações Cadastradas – Área do Polo Velho Chico	55
Tabela 19 - PIB Per Capita dos Municípios do Polo Velho Chico	57
Tabela 20 - Índice de Pobreza dos Municípios do Polo Velho Chico.....	58
Tabela 21 - Relação de Processos Abertos – Área do Polo Velho Chico	61
Tabela 22 - Espécies Vegetais da Caatinga do Polo Velho Chico	64
Tabela 23 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Polo Velho Chico	70
Tabela 24 - Planos Municipais de Turismo Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais	74
Tabela 25 - Decretos das Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Polo Velho Chico	76
Tabela 26 - Situação dos Planos Diretores no Polo Velho Chico	77

Tabela 27 - Legislações Municipais Vigentes do Polo Velho Chico.....	77
Tabela 28 - Ações Programadas para o Desenvolvimento do Turismo no Polo Velho Chico.....	82
Tabela 29 - Produtos Turísticos Nacionais do Polo Costa dos Coqueirais	97
Tabela 30 - Produtos Turísticos Internacionais do Polo Costa dos Coqueirais	97
Tabela 31 - Meios de Hospedagem Costa dos Coqueirais e Sergipe. 2000-2004.....	99
Tabela 32 – Número de Meios de Hospedagem – CADASTUR.....	99
Tabela 33 - Movimento Anual de Passageiros (Embarcados e Desembarcados) em Aracaju – 2006 -2010.....	101
Tabela 34 – Censo Escolar dos Municípios de Sergipe.	112
Tabela 35 – Número de Estabelecimentos de Saúde no Polo Costa Dos Coqueirais	113
Tabela 36 – Manejo de Resíduos Sólidos	116
Tabela 37 – Manejo de Resíduos Sólidos	117
Tabela 38 - Tipos de Abastecimento de Água.	118
Tabela 39 – Tipos de Delitos.....	119
Tabela 40 - Relação de Comunidades Quilombolas - Polo Costa dos Coqueirais.....	125
Tabela 41 - Relação de Processos Abertos – Área do Polo Costa dos Coqueirais	125
Tabela 42 – Número de Associações Civas no Polo Costa dos Coqueirais.....	126
Tabela 43 - Associações Civas – Barra dos Coqueiros.....	127
Tabela 44 – Densidade Demográfica dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais	131
Tabela 45 – PIB per Capita dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais, (ANO – 2010)	133
Tabela 46 – Índice de Pobreza dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais	135
Tabela 47 - Lista de Espécies Identificadas nas Florestas Ombrófilas do Polo Costa dos Coqueirais.	137
Tabela 48 - Espécies de Mangue do Polo Costa dos Coqueirais.	140
Tabela 49 – Lista de Espécies de Restingas do Polo Costa dos Coqueirais.....	142
Tabela 50 - Levantamento de Invertebrados de Ocorrência nos Manguezais da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais	148
Tabela 51 - Levantamento de Mamíferos Terrestres dos Ecossistemas da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais	148
Tabela 52 - Levantamento de Peixes de Ocorrência nos Manguezais da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais– Informações de Pescadores.....	149
Tabela 53 – Unidades de Conservação no Polo Costa dos Coqueirais	150

Tabela 54 – Planos Municipais Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais.....	159
Tabela 55 – Decretos das Unidades de Conservação do Polo Costa dos Coqueirais	162
Tabela 56 - Situação dos Planos Diretores no Polo Costa dos Coqueirais	163
Tabela 57 - Legislações Municipais Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais	163
Tabela 58 - Ações Programadas para o Desenvolvimento do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais	168
Tabela 59 – Impactos Potenciais Estratégicos Positivos (P) e Negativos (N) do Polo Velho Chico e do Polo Costa dos Coqueirais hierarquizados por Fator Crítico e ações propostas pelo PRODETUR/SE.....	217
Tabela 60 – Impactos Cumulativos e Sinérgicos do Polo Velho Chico e do Polo Costa dos Coqueirais hierarquizados por Fator Crítico e ações propostas pelo PRODETUR/SE	226
Tabela 61 - Avifauna do Polo Velho Chico	309
Tabela 62 - Avifauna do Polo Costa dos Coqueirais	312

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores Críticos Internos e Externos do Turismo do Polo Velho Chico.....	89
Quadro 2 - Fatores Críticos Internos e Externos Estratégicos do Polo Velho Chico....	90
Quadro 3 - Polo Velho Chico: Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo.....	90
Quadro 4 - Fatores Críticos Internos e Externos do Turismo do Polo Costa dos Coqueirais	176
Quadro 5 - Fatores Críticos Internos e Externos Estratégicos do Polo Costa dos Coqueirais	177
Quadro 6 - Polo Costa dos Coqueirais: Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo	177
Quadro 7 - Obras e Projetos rodoviários em Execução no Estado de Sergipe – Polo Velho Chico.	247
Quadro 8 - Obras e Projetos em Execução no Estado de Sergipe – Polo Velho Chico – CEHOP 2012.....	248
Quadro 9 – Ações de investimentos previstas no PRODETUR/SE associadas aos fatores críticos estratégicos do Polo Velho Chico	250
Quadro 10 - Resumo do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento do Polo Velho Chico	255
Quadro 11 – Avaliação Comparativa do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento e Resumo do Cenário de Desenvolvimento Sustentável do Polo Velho Chico	262
Quadro 12 - Obras e Projetos rodoviários em Execução no Estado de Sergipe – Polo Costa dos Coqueirais.....	266
Quadro 13 – Obras e Projetos em Execução no Estado de Sergipe – Polo Costa dos Coqueirais.	267
Quadro 14 – Ações de investimentos previstas no PRODETUR/SE associadas aos fatores críticos estratégicos do Polo Costa dos Coqueirais.....	272
Quadro 15 - Resumo do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais.....	276
Quadro 16 - Avaliação Comparativa do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento e Resumo do Cenário de Desenvolvimento Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais	282
Quadro 17 – Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico	288
Quadro 18 - Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Costa dos Coqueirais.	295

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Área de Influência Direta do Polo Velho Chico.....	22
Figura 2 - Área de Influência Indireta em relação à Área de Influência Direta do Polo Velho Chico	24
Figura 3 - Destinos turísticos comercializados por agências sergipanas de turismo no Polo Velho Chico	26
Figura 4 - Grupamento de Atrativos do Polo Velho Chico.....	27
Figura 5 - Divisão Climática do Polo Velho Chico	30
Figura 6 – Média da Precipitação Pluviométrica do Polo Velho Chico	31
Figura 7 - Geologia do Polo Velho Chico.....	32
Figura 8 - Unidades Geomorgológicas do Polo Velho Chico.....	33
Figura 9 - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - destacada em vermelho	34
Figura 10 - Principais Adutoras do Polo Velho Chico - destacado no polígono em vermelho.....	35
Figura 11 - Mapa da Densidade de Sergipe, destacado o Polo Velho Chico (2010)	37
Figura 12 - Assentamentos Rurais e Territórios Quilombolas no Polo Velho Chico	50
Figura 13 - Valor Adicionado Bruto da Agropecuária no Polo Velho Chico (dados de 2009) - destacado no polígono em vermelho	56
Figura 14 - Uso e Ocupação do Polo Velho Chico	60
Figura 15 - Mapa de Distribuição da Vegetação do Brasil	62
Figura 16 - Ocupação do Solo no Polo Velho Chico	63
Figura 17 - Áreas Prioritárias para Conservação da Flora – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico	65
Figura 18 - Áreas Prioritárias para Conservação de Répteis e Anfíbios (esquerda - a) e Mamíferos (direita - b) – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico.....	68
Figura 19 - Áreas Prioritárias para Conservação de Invertebrados (esquerda- a) e Aves (direita - b) – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico	68
Figura 20 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Polo Velho Chico,.....	73
Figura 20 – Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento	91
Figura 21 - Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento	93
Figura 22 - Polo Costa dos Coqueirais.....	95
Figura 23 - Área de Influência Indireta do Polo Costa dos Coqueirais em Laranja	96

Figura 24 - Destinos turísticos comercializados por agências sergipanas de turismo – Polo Costa dos Coqueirais.....	98
Figura 25 - Número de empresas que comercializam os destinos turísticos do Polo Costa dos Coqueirais.....	102
Figura 26 – Divisão Climática – Polo Costa dos Coqueirais	104
Figura 27 – Média da Precipitação Pluviométrica no Polo Costa dos Coqueirais nos anos de 1910 e 1990.	105
Figura 28 - Geologia do Polo Costa dos Coqueirais	106
Figura 29 - Geomorfologia do Polo Costa dos Coqueirais	108
Figura 30 - Bacias Hidrográficas do Polo Costa dos Coqueirais	109
Figura 31 – Índices de adequação de saneamento dos domicílios por classe de tamanho da população dos municípios de Sergipe.	114
Figura 32 – Uso e Ocupação do Solo no Polo Costa dos Coqueirais	120
Figura 33 – Ocorrências de Petróleo no Polo Costa dos Coqueirais.....	124
Figura 34 - Evolução do Emprego Formal em Sergipe.....	133
Figura 35 – Valor adicionado Bruto da Administração Pública 2009.	134
Figura 36 – Estrutura do valor adicionado 2009.	135
Figura 37 – Ocupação do Solo no Polo costa dos Coqueirais.....	136
Figura 38 - Unidades de Conservação no Polo Costa dos Coqueirais*	151
Figura 39 - Localização da Reserva Biológica de Santa Isabel (litoral dos Municípios de Pirambu e Pacatuba).....	152
Figura 40 – Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento	178
Figura 41 - Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento	180
Figura 42 – Municípios do Polo Velho Chico contemplados com investimentos que poderão influenciar nas ações do PRODETUR/SE	249
Figura 43 – Municípios do Polo Costa dos Coqueirais contemplados com investimentos que poderão influenciar nas ações do PRODETUR/SE– AMBIENTEC 2012	269

1 Introdução

O Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo (MTur), tem por objetivo o financiamento de programas regionais para a captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As ações do PRODETUR Nacional no Estado de Sergipe estão concentradas no Polo Costa dos Coqueirais e no Polo Velho Chico, fornecendo apoio ao financiamento de projetos de desenvolvimento turístico organizados em cinco componentes: Estratégia de Produto Turístico; Estratégia de Comercialização; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura e serviços Básicos; e Gestão Ambiental.

Os atrativos turísticos contidos nos Polos de Turismo Costa dos Coqueirais e Velho Chico vem despertando de forma crescente o interesse dos turistas oriundos de outras regiões por apresentarem grande potencial para o desenvolvimento das atividades turísticas. Em contrapartida esses atrativos carecem de proteção contra a utilização desordenada que, em longo prazo, podem afetar a sustentabilidade do modelo.

Neste sentido, surge a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como uma ferramenta de natureza estratégica que visa criar um contexto de desenvolvimento para a sustentabilidade, integrando as questões ambientais, sociais, institucionais e de sustentabilidade na decisão e avaliando opções estratégicas de desenvolvimento face às condições de contexto (PARTIDÁRIO, 2012).

A AAE tem a capacidade de promover a articulação de várias dimensões de uma dada política, um plano ou um programa de desenvolvimento, permitindo que se explicitem com clareza seus objetivos e as questões ambientais relacionadas à sua implementação, além de orientar os agentes envolvidos no processo e indicar os caminhos para sua viabilização econômica, social e ambiental, facilitando ainda a avaliação de impactos cumulativos porventura resultantes das diversas ações a serem desenvolvidas.

É importante ressaltar que o grande potencial da AAE está em possibilitar a identificação e avaliação prévia de possíveis impactos e formular alternativas de projeto que evitem ou reduzam os impactos adversos ou que possibilitem maiores ganhos ambientais. Segundo Therivel e Partidário (1996), essa ferramenta por considerar todas as implicações ambientais do contexto, permite a própria adequação e formulação de Programas, Planos e Projetos mais adequados aos parâmetros de sustentabilidade e realça o papel dessas políticas como indutoras de formas sustentáveis de desenvolvimento.

O propósito da AAE, portanto é o de incorporar às tomadas de decisão, a avaliação, o mais cedo possível, das suas consequências ao meio ambiente, social e econômico. E conforme destacado por Clark (2000) esse conceito considera como parte do processo a análise de alternativas, antes que haja comprometimento irreversível de recursos naturais e culturais para políticas, planos e programas.

2 Objetivos

2.1 Geral

Identificação e avaliação dos efeitos ambientais cumulativos das propostas de ação estratégica e das alterações ambientais de grande escala do PRODETUR/SE Nacional no Estado de Sergipe (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico), bem como a identificação de alternativas ambientais mais adequadas e menos impactantes.

2.2 Específicos

- Realizar diagnóstico ambiental das áreas de influência do PRODETUR/SE;
- Identificar e avaliar os impactos potenciais;
- Indicar medidas de controle, mitigação, potencialização e compensação dos impactos ambientais passíveis de ocorrer;
- Apresentar medidas para preservar importantes aspectos históricos, culturais e naturais e manter a diversidade ambiental;
- Apresentar medidas para garantir a qualidade dos recursos renováveis;
- Avaliar os Cenários de Desenvolvimento Turístico nos Polos estudados;
- Apresentar mecanismos de monitoramento e Avaliação Ambiental do Programa.

3 Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é resultado de uma adaptação metodológica convencional para Estudos de Impacto Ambiental, levando-se em consideração as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência desta AAE e modelos de análise ambiental consagrados, que quando citados e utilizados estarão devidamente referenciados no texto.

A elaboração da AAE se dividiu em cinco etapas: (a) levantamento de dados (baseline) e consolidação do diagnóstico da situação atual dos Polos; (b) identificação e avaliação sistematica dos impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação das ações do PRODETUR/SE Nacional no Estado de Sergipe; (c) construção e avaliação dos cenários futuros de desenvolvimento turístico dos Polos e (d) apresentação dos mecanismos de monitoramento e avaliação ambiental do PRODETUR/SE.

Linha de Base e Diagnóstico

Consistiu na elaboração da linha de base e consolidação do diagnóstico, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS (SETUR, 2013), complementados com visitas a campo e oficinas iniciais, com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem considerados na construção dos cenários.

A coleta de dados para elaboração dos documentos da AAE ocorreu através de levantamentos primários e secundários. O levantamento primário consistiu na realização de visitas técnicas aos municípios chaves (aqueles que se encontram na matriz de investimento do PRODETUR/SE) com o objetivo de coletar dados específicos para cada tópico da Linha de Base. O levantamento secundário foi obtido através de uma pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a fontes direta ou indiretamente relacionadas ao tema a ser tratado.

Ao fim dessa primeira etapa foi elaborado um Diagnóstico Ambiental Consolidado que serviu de base para as análises necessárias nas etapas seguintes. Esse diagnóstico consistiu em uma análise consolidada dos dados obtidos na elaboração da Linha de Base, levando em consideração o Programa como um todo, indicando os fatores críticos internos e externos que condicionam a sustentabilidade do turismo para os Polos.

O diagnóstico, por sua vez, apresenta caracterização: (a) do meio físico - solo, águas, ar, clima, recursos minerais e regime hidrológico; (b) do meio biológico - fauna e flora; (c) do meio sócio econômico - uso e ocupação do solo; uso da água; estruturação socioeconômica da população; atributos históricos e culturais; organização da comunidade local.

Após o diagnóstico consolidado foram determinados os fatores críticos internos e externos dos Polos, que correspondem aos elementos ou aspectos que não são necessariamente impactos, mas que são importantes para compor o contexto em que serão construídos e descritos os cenários de desenvolvimento, possibilitando que sua análise possa ser elaborada com maior precisão, com base em algumas variáveis de contorno.

A definição dos fatores críticos internos e externos ao Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais foi realizada a partir da análise de SWOT, que constitui uma técnica de gestão estratégica que auxilia na estruturação das ideias, além de ajudar na compreensão, facilitando a análise dos cenários e a tomada de decisão em diferentes situações (PARTIDÁRIO, 2012)

Para definição dos fatores críticos, que vão nortear a construção dos cenários foram seguidos os seguintes passos: Primeiramente, definiu-se os aspectos chaves da avaliação ambiental estratégica do programa, que seriam os componentes - institucional, comercial, produto turístico, de infraestrutura e sócio-ambiental. E com base no diagnóstico definimos os fatores críticos que representavam forças e fraquezas (internos) e oportunidades e ameaças (externos) para o desenvolvimento do turismo, separado por componente.

No segundo momento fizemos uma análise dos fatores críticos anteriormente definidos, para escolher quais destes seriam considerados estratégicos, ou realmente importantes para análise. Esse segundo passo foi importante ser realizado haja vista que alguns fatores críticos se repetem de um componente para o outro e também pelo fato que essa separação por componente não deveria ser mantida, pois a mesma foi realizada somente para garantir que todos os aspectos (componentes) fossem considerados na análise.

Posteriormente, houve uma terceira fase na análise, onde realizou-se um cruzamento entre os fatores críticos internos e externos, definindo assim os elementos importantes na tomada de decisões, respondendo as seguintes perguntas:

No cruzamento das:

- Forças e oportunidades - Como tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detectadas;
- Forças e ameaças - Como tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detectadas;
- Fraquezas e oportunidades - Desenvolver estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e que em simultâneo aproveitem as oportunidades detectadas;
- Fraquezas e ameaças - As estratégias a adotar devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, tanto quanto possível, fazer face às ameaças.

Identificação e Avaliação dos Impactos Potenciais

Métodos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) são mecanismos estruturados para coletar, analisar, comparar e organizar informações e dados sobre os impactos ambientais de uma dada proposta de empreendimento ou ação. Esses métodos empregam uma ou outra forma de classificação dos elementos e atributos ambientais.

Para identificação e avaliação dos impactos ambientais foram utilizados os seguintes métodos de AIA: identificação dos impactos, classificação dos impactos e avaliação dos impactos. As matrizes qualitativas utilizadas foram adaptadas das matrizes de Leopold et al.

(1971) e Singer (1985), as quais apresentam a Ação Impactante e os impactos correspondentes, hierarquizando-os por atributos ambientais (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) e classificando-os quanto à natureza: positivos ou negativos; à Magnitude: Desprezível, Pequena, Média, Grande; e à Classificação: Direta e Indireta.

Após essa análise foram descritas as mais significativas mudanças, que podem ser mitigadas, compensadas ou potencializadas, potencialmente provocadas pelas ações em relação às questões físicas, bióticas e sociais (englobando as temáticas econômica, cultural e institucional).

Métodos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) são mecanismos estruturados para coletar, analisar, comparar e organizar informações e dados sobre os impactos ambientais de uma dada proposta de empreendimento ou ação. Esses métodos empregam uma ou outra forma de classificação dos elementos e atributos ambientais.

Para identificação e avaliação dos impactos ambientais foram utilizados os seguintes métodos de AIA: identificação dos impactos, classificação dos impactos e avaliação dos impactos. As matrizes qualitativas utilizadas foram adaptadas das matrizes de Leopold et al. (1971) e Singer (1985), as quais apresentam a Ação Impactante e os impactos correspondentes, hierarquizando-os pelos atributos (ambiental, social, econômico, cultural e institucional) e classificando-os quanto à natureza: positivos ou negativos; à Magnitude: Desprezível, Pequena, Média, Grande; e à Classificação: Direta e Indireta. Após essa análise foram descritas as mais significativas mudanças provocadas pela execução do programa, que podem ser mitigadas, compensadas ou potencializadas, conforme sua natureza, positiva ou negativa.

A partir da identificação e avaliação dos impactos decorrentes das ações do programa foram analisados os fatores críticos internos e externos aos Polos, os quais foram identificados anteriormente após consolidação do diagnóstico e que compõem o contexto em que foram construídos e descritos os cenários.

A fim de conceder um enfoque objetivo e estratégico na construção dos cenários, definiram-se quais eram os impactos considerados estratégicos e cumulativos do programa, obedecendo as seguintes etapas: Primeiro determinou-se quais ações estavam relacionadas a cada fator crítico. Posteriormente, identificou-se os impactos estratégicos da execução do programa para cada fator crítico, com base nos impactos anteriormente identificados para o conjunto de ações relacionadas ao respectivo fator, excluindo impactos semelhantes ou iguais para distintas ações do fator e impactos insignificantes. Por último, definiram-se os impactos cumulativos ou sinérgicos da execução do programa, a partir dos impactos estratégicos identificados e classificou-os quanto à previsão aproximada de ocorrência: MP – médio prazo (10 anos) e LP- longo prazo (20 anos).

Construção e Avaliação de Cenários de Desenvolvimento Turístico

Consiste no desenvolvimento de cenários dos espaços onde as ações serão implantadas, adotando-se a opção da não intervenção, a opção do PDITS e uma terceira opção de sustentabilidade, levando em consideração a avaliação de impactos potenciais.

Do diagnóstico realizado nos Polos, da avaliação de impactos potenciais e dos fatores críticos internos e externos apontados surgirão às prioridades, desafios e recomendações que irão fixar o futuro do turismo sustentável nos Polos.

De acordo com Termo de Referência o estudo de Cenários foi iniciado com a construção do Cenário de Referência (CR), ou seja, uma projeção da situação atual dos Polos, conforme a Linha de Base e o Diagnóstico Estratégico consolidado; seguido do Cenário de Desenvolvimento do PRODETUR/SE (CDP): compreendendo a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que seriam introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável dos Polos. Por fim, a partir da realização de uma avaliação comparativa dos dois cenários anteriores, será construído o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS), no qual são explicitadas as recomendações necessárias.

Conclusões e Recomendações

Consiste na construção de alternativas/recomendações para as ações, visando à minimização ou maximização dos principais impactos identificados e visualizados nos cenários, de forma a compor alternativas mais adequadas, levando em consideração os pressupostos de sustentabilidade.

As conclusões e recomendações serão elaboradas de forma a permitir visualizar todas as etapas do trabalho, o que irá subsidiar as propostas de monitoramento, pressupondo o estabelecimento de parâmetros e indicadores de desempenho do Programa.

Avaliação e Monitoramento do Programa

Consiste no desenvolvimento de propostas de monitoramento e avaliação do desempenho do PRODETUR/SE Nacional em Sergipe, bem como da implementação das recomendações feitas na AAE.

Consulta/Validação pelos Atores sociais relevantes

A importância desta atividade se deu pela necessidade da obtenção de dados e informações que demonstrem a percepção dos atores locais no que diz respeito ao desenvolvimento regional, bem como demonstrar transparência no processo de planejamento do turismo nas regiões de influência das ações do PDITS.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário elaborado, tendo como base a síntese das informações disponíveis do PDITS, contendo questões controversas relacionadas com as ações propostas, numa perspectiva estratégica, selecionando temas e questões cruciais para cada município.

Encerrada as atividades de elaboração da AAE, o trabalho será exposto para os membros do Conselho Estadual de Turismo e atores sociais relevantes para debate, com objetivo de dar

publicidade ao processo e de receber o máximo de contribuições possível para a conclusão da AAE.

4 Linha de Base – Polo Velho Chico

4.1 Área de Influência

Neste estudo, a definição das Áreas de Influência Direta e Indireta levou em consideração as ações preconizadas no PDITS e seus respectivos impactos diretos e indiretos, nos diversos atributos ambientais envolvendo os meios físico, biótico e socioeconômico.

4.1.1 Área de Influência Direta (AID)

A partir da definição do documento PDITS (SETUR, 2013), a Área de Influência Direta do Polo Velho Chico foi considerada como sendo aquela que abrange 17 municípios sergipanos, todos inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo eles: Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Japoatã, Cedro de São João, Propriá, Telha, Amparo de São Francisco, Canhoba, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, conforme apresentada na Figura 1.

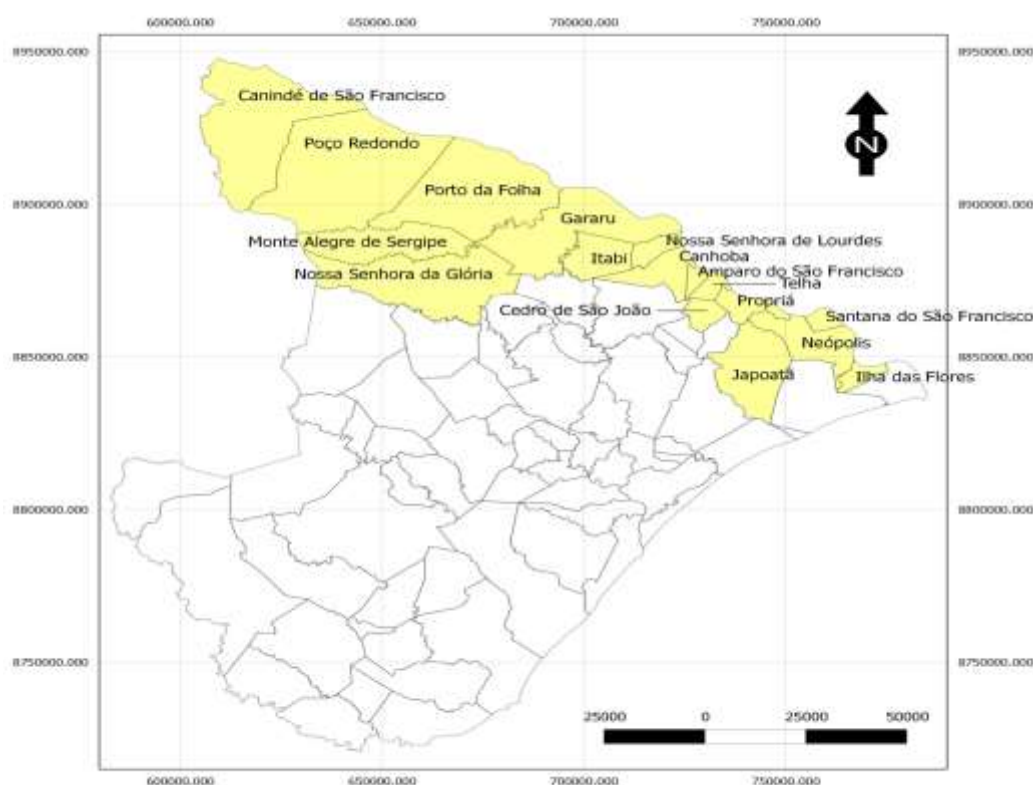


Figura 1 - Área de Influência Direta do Polo Velho Chico
Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEPLANTEC, 2004.

Trata-se de uma região onde estão localizados municípios com vastas áreas territoriais a exemplo de Poço Redondo, Canindé de São Francisco e Porto da Folha. A Tabela 1 apresenta as áreas territoriais dos municípios que compõem o Polo Velho Chico.

Tabela 1 - Polo Velho Chico: Área (Km²) por municípios

Ordem	Municípios	Área
1	Poço Redondo	1.232,12
2	Canindé do São Francisco	902,24
3	Porto da Folha	877,3
4	Nossa Senhora da Glória	756,49
5	Gararu	654,99
6	Japoatã	407,42
7	Monte Alegre de Sergipe	407,4
8	Neópolis	265,95
9	Itabi	184,42
10	Canhoba	170,28
11	Propriá	89,12
12	Cedro de São João	83,71
13	Nossa Senhora de Lourdes	81,06
14	Ilha das Flores	54,64
15	Telha	49,02
16	Santana de São Francisco	45,62
17	Amparo de São Francisco	35,13
Total		6.296,91

Fonte: IBGE (2010, Áreas Territoriais)

É importante mencionar que o documento em referência levou em consideração a política de regionalização do turismo que definiu o Velho Chico como um dos Polos Turísticos do estado de Sergipe. Além disso, foram considerados os recentes arranjos territoriais definidos pelo Governo do Estado de Sergipe para a região, de maneira a abranger os territórios do Alto Sertão e do Baixo São Francisco. Os municípios do Polo apresentam semelhantes características ambientais, pois fazem parte do mesmo bioma. Trata-se de região de beleza natural exótica e singular, e heterogênea do ponto de vista socioeconômico e cultural, onde a atraente paisagem fluvial interage com as condições de navegabilidade do rio como importante elemento articulador desse conjunto.

Essa região, atualmente, tem como principal produto turístico o passeio aos Cânions do São Francisco localizados no município de Canindé de São Francisco, que vêm sendo explorados turisticamente desde 1997. Nas condições vigentes, o turismo náutico é o segmento base da exploração do Polo.

Alguns atrativos complementares são atualmente explorados e integram o segmento histórico-cultural, como a Grota do Angico (Trilha do Cangaço), no município de Poço Redondo e o Museu de Arqueologia do Xingó-MAX, também em Canindé de São Francisco. O segmento de sol e praia (praias fluviais) também pode ser considerado emergente, atendendo hoje, a um

turismo interno do Polo. Outros segmentos ainda muito pouco explorados ou, ainda, latentes são o Turismo de Pesca e o Turismo de Aventura e o Ecoturismo.

4.1.2 Área de Influência Indireta (AII)

Para se definir a Área de Influência Indireta do Polo Velho Chico para este estudo, foi levado em consideração se as atividades turísticas do Polo produzem interferências socioeconômicas ou ambientais em municípios que não estão inseridos na Área de Influência Direta. Desta maneira, identifica-se que os municípios que estão inseridos na chamada Rota do Sertão (considerado neste estudo como o trecho partindo de Aracaju pela BR 235 até o município de Itabaiana e a partir de então por meio das rodovias SE- 170, SE-240 e SE175), e que não fazem parte da AID. Desta forma, Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Areia Branca, Itabaiana, Riachuelo, Malhador, Moita Bonita, Ribeirópolis e Nossa Senhora Aparecida, constituem a Área de Influência Indireta. Isto porque há evidente influencia na atividade turística do Polo, relacionada à comercialização, estruturação de produtos turísticos, artesanatos e gastronomia do Polo.

Vale mencionar que outros municípios que se localizam ao longo da rodovia estadual SE-230, que também culmina no Polo, não foram considerados como integrantes da Área de Influência Indireta, tendo em vista que este percurso não se constitui como opção prioritária de acesso turístico ao Polo. A Figura 2 apresenta a posição geográfica da Área de Influência Indireta – AII em relação ao Polo do Velho Chico.

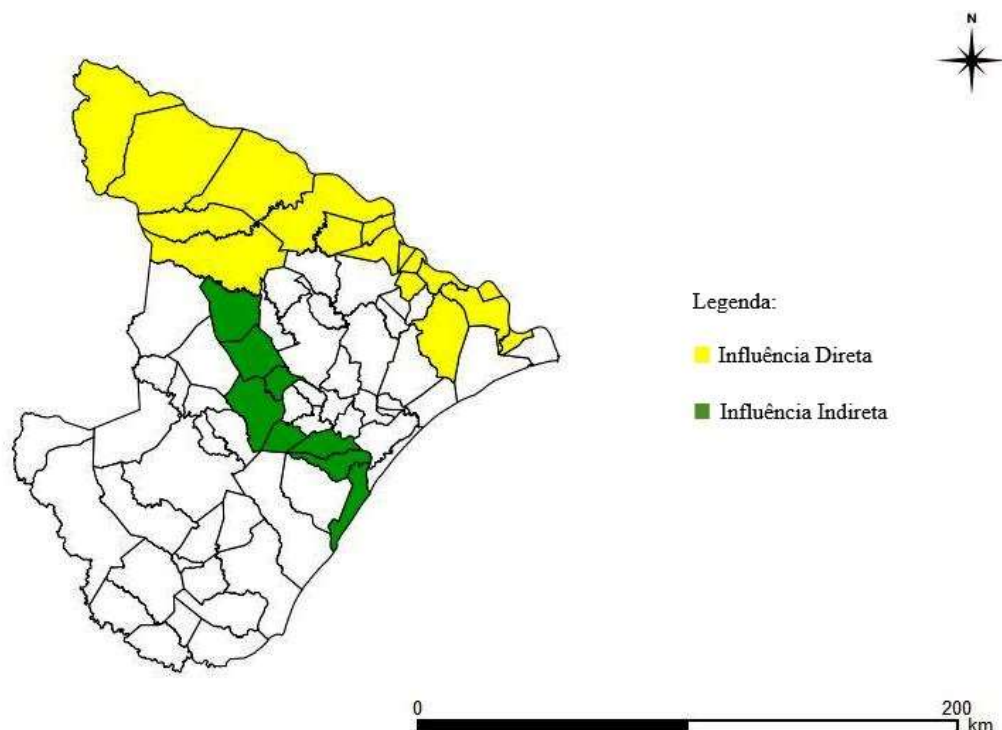


Figura 2 - Área de Influência Indireta em relação à Área de Influência Direta do Polo Velho Chico

Fonte: Modificado do Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEPLANTEC, 2004.

4.2 Contexto Geral do Turismo

Em geral, o turismo em Sergipe ainda é uma atividade emergente, porém de crescimento relevante nos últimos anos. A consolidação de destinos como os Cânions de Xingó tem contribuído para o desenvolvimento da atividade turística no estado.

O Polo Velho Chico tem como principais atrativos o rio São Francisco e os sítios arqueológicos. Estes atrativos, aliados a investimentos realizados por iniciativas públicas e privadas demonstram o potencial turístico do Polo.

4.2.1 Destinos Turísticos Do Polo Velho Chico

Os estudos e informações disponíveis demonstram que o Polo Velho Chico apresenta como principal destino turístico o município de Canindé de São Francisco, tendo como único produto turístico comercializado os *Cânions do São Francisco*. Mesmo diante de uma grande diversidade de riquezas naturais e histórico-culturais existentes no Polo, na prática, fica identificado que poucos deles estão consolidados como destinos turísticos.

O governo do estado de Sergipe divide os destinos do Polo Velho Chico em Roteiros nacionais e internacionais, conforme detalhados nas Tabelas 2 e 3, respectivamente:

Tabela 2 - Roteiros Turísticos Nacionais do Polo Velho Chico

ROTEIROS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS	ATIVIDADE/ SEGMENTO TURÍSTICO
ROTEIRO XINGÓ	Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo Canindé do São Francisco	Ecoturismo - Rural - Náutico
ROTEIRO DO CANGAÇO	Canindé de São Francisco Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo	Ecoturismo

Fonte: Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, 2012.

Tabela 3 - Roteiros Turísticos Internacionais do Polo Velho Chico

ROTEIROS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS	ATIVIDADE/ SEGMENTO TURÍSTICO
ARACAJU-XINGÓ	N. Sr. ^a da Glória Monte Alegre de Sergipe Poço Redondo Canindé do São Francisco	Ecoturismo - Aventura - Náutico - Cultural Negócios e Eventos - Rural
CAMINHOS DOS JESUÍTAS (Cidades Históricas)	Propriá	Cultural Rural Ecoturismo - Náutico

Fonte: Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR, 2012.

Apesar de 17 (dezessete) municípios estarem presentes no Polo Velho Chico, somente Canindé de São Francisco tem se consolidado como destino turístico conforme pode ser visto na Figura 3, graças à região de Xingó, onde estão localizados os Cânions do Rio São Francisco. Nenhum outro destino é comercializado pelas agências sergipanas, excetuando-se Neópolis que, durante o Carnaval, pacotes turísticos são vendidos para aqueles interessados em aproveitar a festa típica deste município.



Figura 3 - Destinos turísticos comercializados por agências sergipanas de turismo no Polo Velho Chico.

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR, 2012.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, do Velho Chico, traz um levantamento sobre os atrativos presentes em toda a região do Polo, conforme apresentado na Figura 4.

Através de um comparativo entre os destinos explorados comercialmente e o mapa dos atrativos presentes no PDITS, nota-se a disparidade entre o que está consolidado como destino para as agências de turismo e o que está potencializado como tal nos documentos oficiais do Estado, tornando evidente que poucos atrativos são contemplados em roteiros turísticos.



Figura 4 - Grupamento de Atrativos do Polo Velho Chico
Fonte: Technum Consultoria, 2012.

4.2.2 Serviços de Apoio Direto Ao Turismo

Os serviços de apoio direto são de extrema importância, visto que podem gerar benefícios para todos os atores envolvidos na atividade turística e ainda garantem uma maior permanência e satisfação do turista. Estes serviços, se aprimorados e diversificados acabam gerando maiores possibilidades de lucro para aqueles que recebem e aumentam o número de possibilidades para o turista.

4.2.3 Meios de Hospedagem

Os municípios do Polo Velho Chico apresentam grande deficiência em meios de hospedagem. Poucos municípios possuem dormitórios em condições de atendimento aos turistas. Não obstante, as informações disponíveis serem do ano de 2009, a Tabela 4 apresenta dados sobre os meios de hospedagem por municípios do Polo.

Tabela 4 - Síntese dos Meios de Hospedagem por Município - Polo Velho Chico (2009)

MUNICÍPIO	Unidades Hoteleiras	LEITOS
Canindé de São Francisco	5	288
Propriá	11	351
Nossa Senhora da Glória	5	94
Porto da Folha	4	80
Poço Redondo	2	17
Neópolis	2	59

MUNICÍPIO	Unidades Hoteleiras	LEITOS
Ilha das Flores	1	20
Japoatã	1	11
Itabi	1	21
Nossa Senhora de Lourdes	1	6
TOTAL	33	947

Fonte: PDITS (SETUR, 2013)

Vale mencionar que no Cadastur, iniciativa do Ministério do turismo que objetiva cadastrar serviços ligados ao setor do turismo, afirma que existem apenas 02 unidades dos meios de hospedagem no Polo Velho Chico, sendo uma no município de Nossa Senhora da Glória e outro no município de Canindé de São Francisco.

Em geral, os turistas hospedam-se na capital sergipana e passam o dia visitando atrativos localizados nos mais diversos pontos do estado, fazendo com que os meios de hospedagem sirvam para visitantes que não buscam atividades de lazer ou recreação, visitam para fins comerciais ou áreas afins.

4.2.4 Alimentação

O Polo apresenta uma baixa oferta em estabelecimentos de serviços de alimentação no Polo e em pequena diversidade, sendo importante destacar que a maioria destes é de iniciativa das próprias comunidades locais, o que deve ser valorizado, pelo fato do envolvimento comunitário ser um aspecto importante para desenvolvimento de um turismo sustentável.

Outros Serviços

Alguns outros serviços também desempenham grande importância. Agências que trabalham com turismo receptivo são várias, porém deixam a desejar no atendimento “in loco”, o turista interessado, em quase todos os casos, deve procurar as sedes das agências em Aracaju.

Atividades de entretenimento também são desenvolvidas nesse Polo. Ao longo do rio São Francisco existe pontos onde são realizadas pesca esportiva, esportes radicais aquáticos e passeios de lanchas, catamarãs e escunas. O principal destino para esses tipos de atividade é Canindé de São Francisco, que possui empresas especializadas no ramo.

O turista interessado em serviços de guiamento (levando-se em conta o serviço regularizado) encontrará dificuldades, já que a maioria dos guias trabalha apenas junto a passeios vendidos por agências de turismo e não trabalham de forma autônoma.

4.2.5 Fluxo De Turistas

É importante ressaltar que, mesmo diante do crescimento da atividade turística no Estado, os municípios que compõem o Polo Velho Chico, não possuem levantamentos oficiais recentes de fluxo de turista, o que dificulta uma análise mais completa sobre este assunto.

No Polo o fluxo de turistas concentra-se no destino de Canindé de São Francisco, já que é o único da região que é comercializado o ano todo por todas as agências que trabalham com turismo receptivo.

Nos demais municípios, o fluxo de turista é impulsionado por excursões organizadas por empresas ligadas a atividade turística e iniciativas individuais, já que o acesso por transportes públicos tornar-se difícil diante da deficiência deste sistema. Alguns municípios, mesmo aqueles que recebem transportes públicos, não possuem Terminais Rodoviários, dificultando a recepção de turistas.

4.2.6 Outras Considerações Acerca do Turismo

Nota-se que mesmo as áreas que já apresentam fluxos turísticos regulares, sejam elas rurais ou urbanas, em geral não possuem um planejamento bem elaborado para receber os turistas. Isto pode dizer respeito à falta de legislações específicas, planejamento para uso e ocupação do uso do solo, ausência de diálogos entre os atores envolvidos e de programas objetivos que busquem a organização da atividade turística. Percebe-se também grande deficiência em critérios definidos por empresas turísticas para o planejamento de suas atividades, sendo que as mesmas, na maioria das vezes, apenas procura copiar atividades e planejamentos já praticados por outras empresas.

Outro ponto a ser observado é a forte influência de Aracaju no cenário do turismo sergipano. Como já foi citado, a capital sergipana é a porta de entrada para o turismo no estado, o que causa uma curiosa contradição, já que, mesmo os municípios que já possuem um fluxo turístico definido não conseguem, por exemplo, que os turistas tenham interesse em pernoitar no município visitado. Esta situação vai de encontro ao conceito de ‘turista’ definido pela Embratur, já que o mesmo classifica como turista aquele que objetiva lazer e pernoite no local visitado.

A deficiência dos meios de hospedagem decorre do fato de que os municípios são próximos da capital, o que facilita o deslocamento do turista para os variados roteiros turísticos. Hospedando-se em Aracaju, o turista pode visitar os diversos destinos e à noite desfrutar da melhor infraestrutura turística do estado. Este fato já está de certa forma tão comum à realidade sergipana que é refletido na fraca rede hoteleira do Polo Velho Chico.

4.3 Caracterização Geral da Área

4.3.1 Aspectos Físicos

4.3.1.1 Clima e Condições Meteorológicas

O território sergipano é regulado pelas principais zonas de pressão do globo, devido à posição latitudinal em que se encontra, correspondente a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que se constitui na linha de convergência de ventos; zona de altas pressões subtropicais do Pacífico e do Atlântico, individualizadas em duas amplas células semifixas e permanentes sobre os oceanos, e zonas de baixas pressões subpolares.

A divisão climática no Polo, observada através da Figura 5, corresponde em sua maioria ao clima semiárido, do tipo BSh de acordo com a classificação de Köppen, caracterizado por possuir uma estação seca no verão, uma evapotranspiração potencial média anual superior à precipitação média anual, temperaturas sempre superiores a 18°C e amplitude térmica mensal menor que 5°C, mesmo em condições diferentes de latitude, distância do oceano ou de regime pluviométrico.

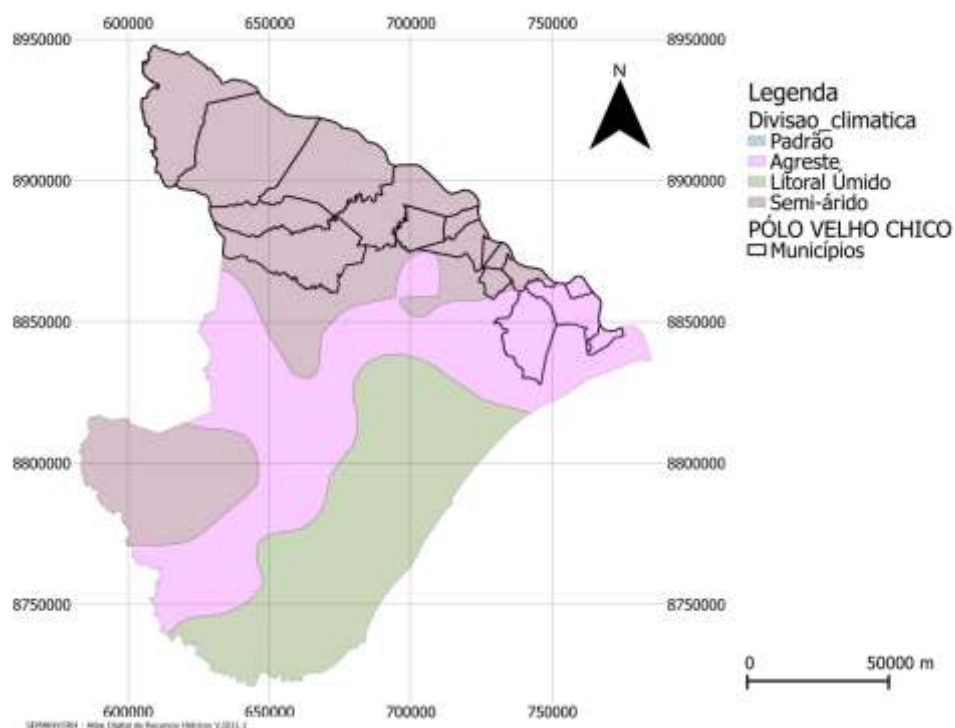


Figura 5 - Divisão Climática do Polo Velho Chico

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEPLANTEC, 2004.

O clima semiárido distribui-se por toda a parte oeste do Estado e caracteriza-se, sobretudo por apresentar de sete a onze meses secos, isto é, com deficiência hídrica. A precipitação média anual é oscilante, com chuvas irregulares e mal distribuídas ao longo do ano, secas periódicas e longas estiagens, além de temperaturas elevadas.

Nos municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Japoatã e Santana do São Francisco, o clima correspondente é o de Agreste, sendo também sensível ao efeito das secas e grandes estiagens.

A precipitação pluviométrica no Polo Velho Chico concentra-se nos meses de abril a julho, enquanto que as mínimas ocorrem entre os meses de novembro a fevereiro.

No Polo ocorrem os menores índices do Estado de Sergipe, sendo que a Média da Precipitação Pluviométrica dos anos de 1910 a 1990 nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha, esteve entre 0 a 580 mm/ano.

À medida que se aproxima do litoral sergipano, a precipitação pluviométrica assume índices mais elevados, estando os municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco e Japoatã, na faixa de 981 a 1180 m/ano, conforme observado na Figura 6.

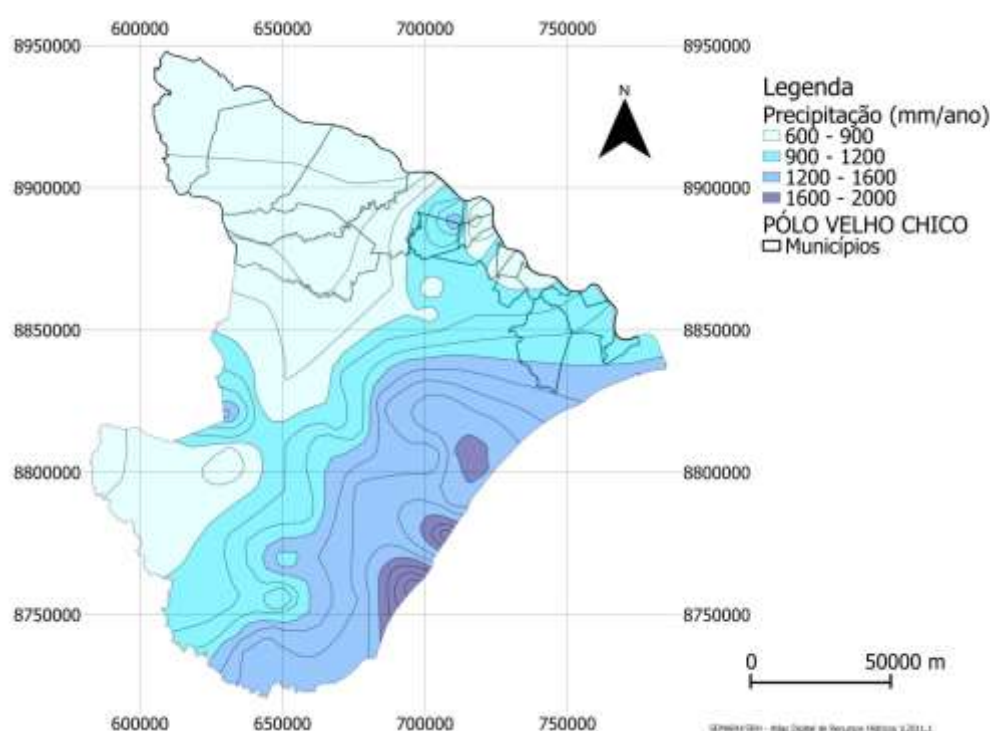


Figura 6 – Média da Precipitação Pluviométrica do Polo Velho Chico
Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

4.3.1.2 Geologia e Geomorfologia

Na geologia do Polo são reconhecidas rochas da Faixa de Dobramentos Sergipana e das Bacias Sedimentares de Sergipe e Tucano, além das Formações Superficiais, conforme apresentado na Figura 7. Podem ser identificados como pertencentes a Faixa de Dobramentos Sergipana e inseridos no Polo, o Domínio Poço Redondo, o Domínio Macureré, o Domínio Marancó, e o Domínio Canindé. Fazem parte dessa faixa abundantes corpos de granitoides, metassedimentos, migmatitos e rochas de natureza vulcano-sedimentar. Já as formações superficiais, encontram-se basicamente nos municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Japoatã e Santana do São Francisco.

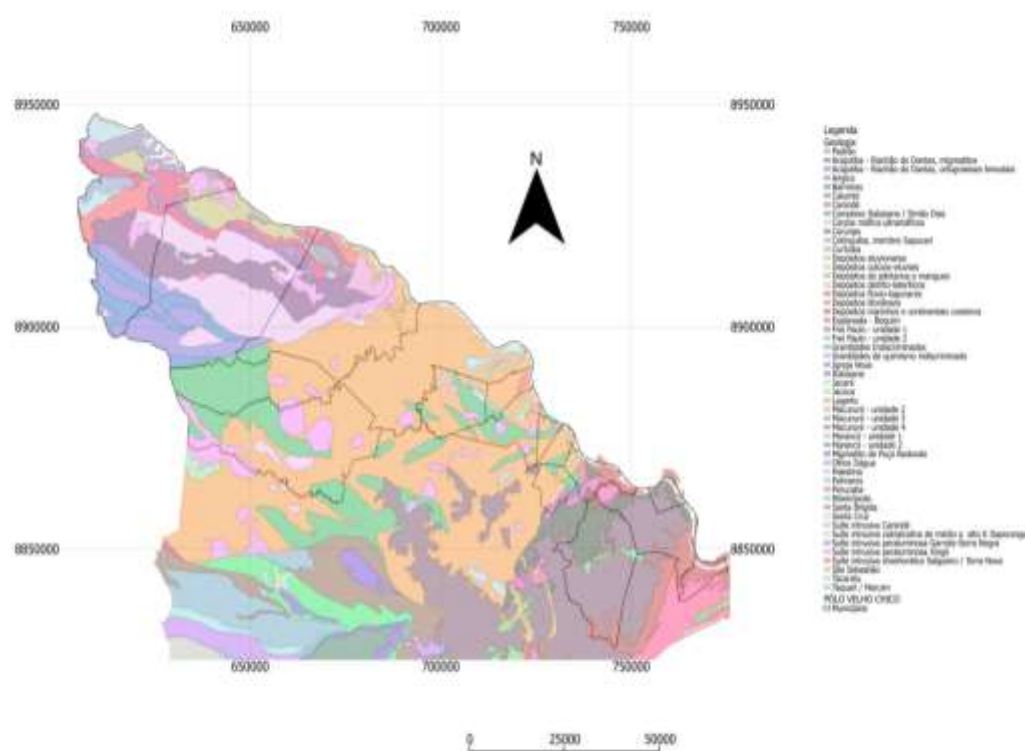


Figura 7 - Geologia do Polo Velho Chico

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

Litologicamente, o Domínio Macuré é composto por rochas xistosas, de coloração cinza, e castanho quando intemperizadas, granulometria fina a média. São macaxistos dominantes, metagrauvacas e filitos pertencentes à Formação Traipu – Jaramataia (Grupo Macureré). A presença de abundantes corpos intrusivos de granitoide tipo Coronel João Sá, de posicionamento tardi e pós-tectônico e idade aproximada de 8778 milhões de anos, é bastante característica neste Grupo.

A estrutura dominante é a Falha de Belo Monte – Jeremoabo, que corta a porção inferior da área estudada na direção NE-SW. É uma descontinuidade estrutural profunda, que colocou os Domínios Macureré e Canindé-Marancó lado a lado, apesar de representarem níveis crustais e histórias geológicas diversas.

O Domínio Canindé é caracterizado litologicamente pela presença de migmatitos e complexos metavulcano – sedimentares, englobando os Complexos Canindé e Marancó. São atravessados ainda, por intrusivas de caráter ácido, intermediário, básico e ultrabásico, representadas pelos granitoides tipos Serra Negra, Sítios Novos, Serra do Catu e Xingó, e pela Suite Intrusiva Canindé.

Os Migmatitos Poço Redondo ocorrem em uma faixa de direção aproximadamente paralela ao rio São Francisco, que estende-se desde a Serra das Salinas, junto à divisa entre Sergipe e Bahia, até próximo à Falha de Belo Monte – Jeremoabo, no município de Monte Alegre.

A Unidade Geomorfológica predominante no Polo Velho Chico, conforme apresentado na Figura 8, corresponde ao Pediplano Sertanejo, com Superfície de Dissecção Homogênea.

Nos municípios de Itabi, Jaboatã, Neópolis e Santana do São Francisco é possível observar a Unidade denominada Tabuleiros Costeiros, tanto de Superfície Tabular, quanto de Superfície Dissecada em Colinas, Cristais e Interflúvios Tabulares.

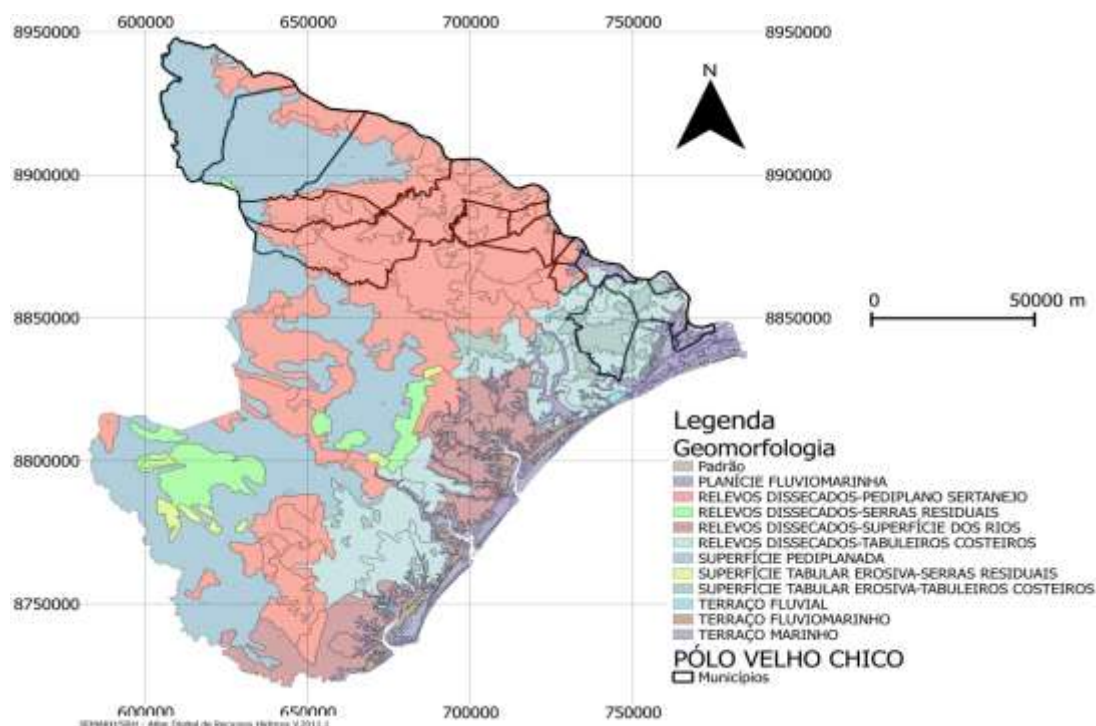


Figura 8 - Unidades Geomorfológicas do Polo Velho Chico
Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

4.3.1.3 Recursos Hídricos

O Polo está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, conforme apresentado na Figura 9, sendo uma área com padrão dendrítico, orientando-se no sentido NNE, voltada para o Rio São Francisco, que nesse trecho corre parcialmente encaixado num “canyon”, ocupado pelo lado da Hidrelétrica de Xingó, construída entre os Municípios de Canindé do São Francisco-SE e Piranhas-AL.

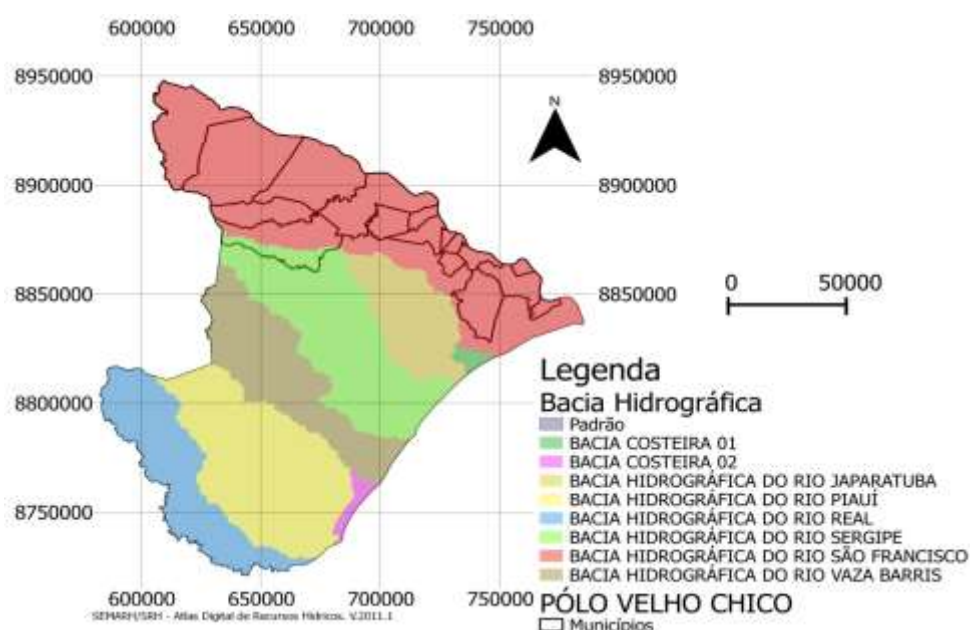


Figura 9 - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - destacada em vermelho.

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

A partir do seu afluente Xingó até a foz, o Rio São Francisco serve de limite entre os estados de Sergipe e Alagoas numa extensão de 236Km. Sua bacia ocupa 29% da superfície do Estado. Além da barragem e reservatório do Xingó e do extenso canyon, a foz do Rio São Francisco chama a atenção pela variedade de paisagens formadas pelo seu delta, que se inicia a jusante da cidade de Penedo e se alarga em direção à praia, por onde se estende por cerca de 35Km em território sergipano.

No território sergipano, a sub-bacia do Curitiba abrange uma área de 202,6 Km², pertencente ao Município de Canindé do São Francisco.

A sub-bacia das Onças, com superfície de 403,2Km² está inserida nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Nessa sub-bacia está inserida a sede municipal de Canindé do São Francisco, cidade planejada, construída pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, para realocação da população da sede velha que era localizada às margens do rio São Francisco, onde foi instalado o canteiro de obras da Hidrelétrica de Xingó.

A Sub-bacia do jacaré, com 879,4 Km², ocupa parte dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. O Rio jacaré atravessa a cidade de Poço Redondo, separando o sítio urbano em duas áreas de edificação bastante distintas: uma mais antiga e outra de ocupação bastante recente.

A sub-bacia de Campos Novos, 1.092,7Km² abrange parte dos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha.

A maior das sub-bacias, a do Capivara, com 1.897,7 Km², é a que abrange território de um número maior de municípios: Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora da Glória.

A política de recursos hídricos no Estado de Sergipe resultou no programa de construção de Adutoras, que se apresentam em destaque no Polo Velho Chico, conforme apresentado na Figura 10. Segundo informações obtidas no Atlas de Sergipe, as Adutoras em extensão correspondem a Sertaneja, com 270 km, a do Alto Sertão, com 257 km e a do São Francisco, com 92 km, que abastecem os municípios das mesorregiões do Sertão, Agreste e Litoral Sergipano.

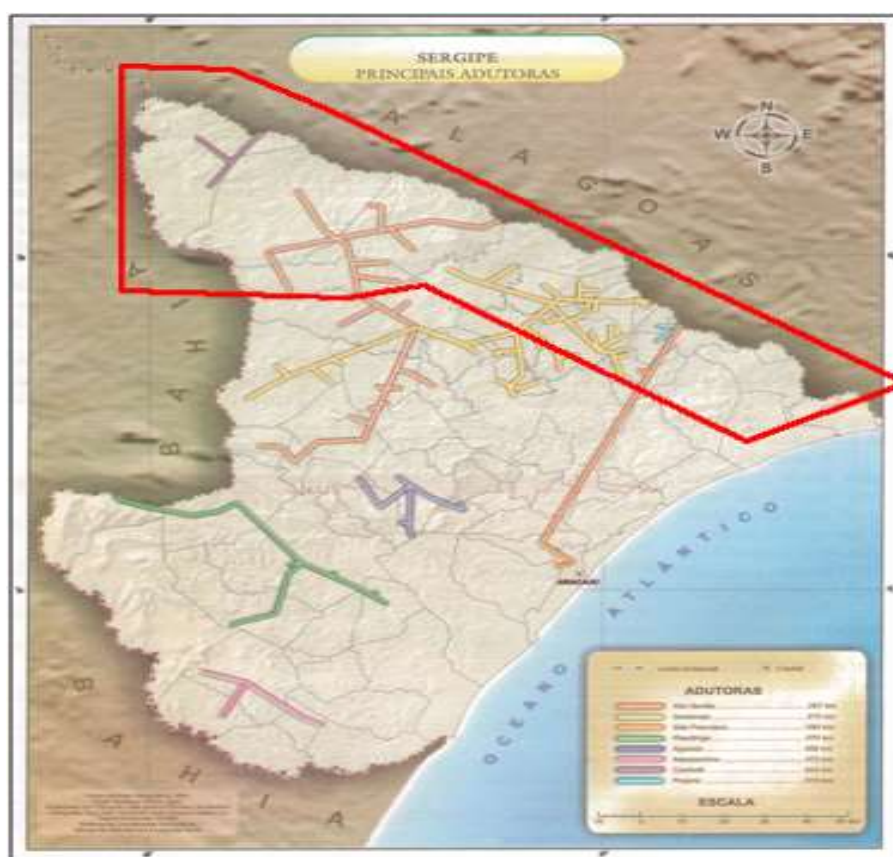


Figura 10 - Principais Adutoras do Polo Velho Chico - destacado no polígono em vermelho.

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

4.3.2 Aspectos sociais

A situação social dos municípios do Polo Velho Chico apresenta deficiências em vários de seus aspectos. Foram levantadas informações demográficas e nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, a exemplo de saneamento básico, segurança pública e outros. Em geral, os municípios que apresentam melhores rendas, tendem a ofertar também melhores serviços públicos. Municípios como Santana do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba e Amparo do São Francisco não apresentam infraestrutura adequada em saneamento ambiental e saúde pública. Por outro lado, os municípios de Canindé do São Francisco, Propriá e Nossa Senhora da Glória apresentam as melhores condições de serviços públicos dentre os

municípios analisados, vindo a exercer um efeito de centralidade destes serviços. Entretanto, a capital do estado, que integra a área de Influência Indireta, apresenta as melhores condições de prestação de serviços, especialmente os de saúde de alto risco e complexidade.

4.3.2.1 Informações Demográficas

Segundo o censo demográfico de 2010, a população total dos municípios que integram o Polo Velho Chico é de 24.553 habitantes, sendo que os mais populosos são Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Propriá, Porto da Folha e Canindé do São Francisco. Estes municípios juntos respondem por 60% da população total do Polo. A Tabela 5 apresenta a população do Polo Velho Chico, por município, em ordem decrescente e a densidade demográfica nestes municípios.

Tabela 5 - Polo Velho Chico: População dos Município em Ordem Decrescente e Densidade Demográfica (2010)

N. Ordem	Municípios	População	Participação no Polo	Densidade Demográfica
1	Nossa Senhora da Glória	32.497,00	13,45%	42,96
2	Poço Redondo	30.880,00	12,78%	25,06
3	Propriá	28.451,00	11,78%	319,24
4	Porto da Folha	27.146,00	11,24%	30,94
5	Canindé do São Francisco	24.686,00	10,22%	27,36
6	Neópolis	18.506,00	7,66%	69,58
7	Monte Alegre de Sergipe	13.627,00	5,64%	33,45
8	Japoatã	12.938,00	5,36%	31,76
9	Gararu	11.405,00	4,72%	17,41
10	Ilha das Flores	8.348,00	3,46%	152,78
11	Santana de São Francisco	7.038,00	2,91%	154,27
12	Nossa Senhora de Lourdes	6.238,00	2,58%	76,96
13	Cedro de São João	5.633,00	2,33%	67,29
14	Itabi	4.972,00	2,06%	26,96
15	Canhoba	3.956,00	1,64%	23,23
16	Telha	2.957,00	1,22%	60,32
17	Amparo de São Francisco	2.275,00	0,94%	64,76
	Total	241.553,00	100,00%	1.224,35

Fonte: IBGE, 2010.

Nota-se, por outro lado, que os municípios mais populosos não apresentam as maiores densidades demográficas, a exceção do município de Propriá. As dimensões territoriais dos municípios deste Polo influenciam na distribuição espacial das populações, podendo refletir em dificuldades na promoção de políticas públicas para a fixação do homem em atividades rurais ou

na criação de ocupações em áreas urbanas. A constatação destes fatores torna-se evidente na Figura 11, onde se apresenta a densidade demográfica no estado de Sergipe, com destaque para a região do Polo (em polígono vermelho), onde está localizada a região com menor densidade demográfica no estado.

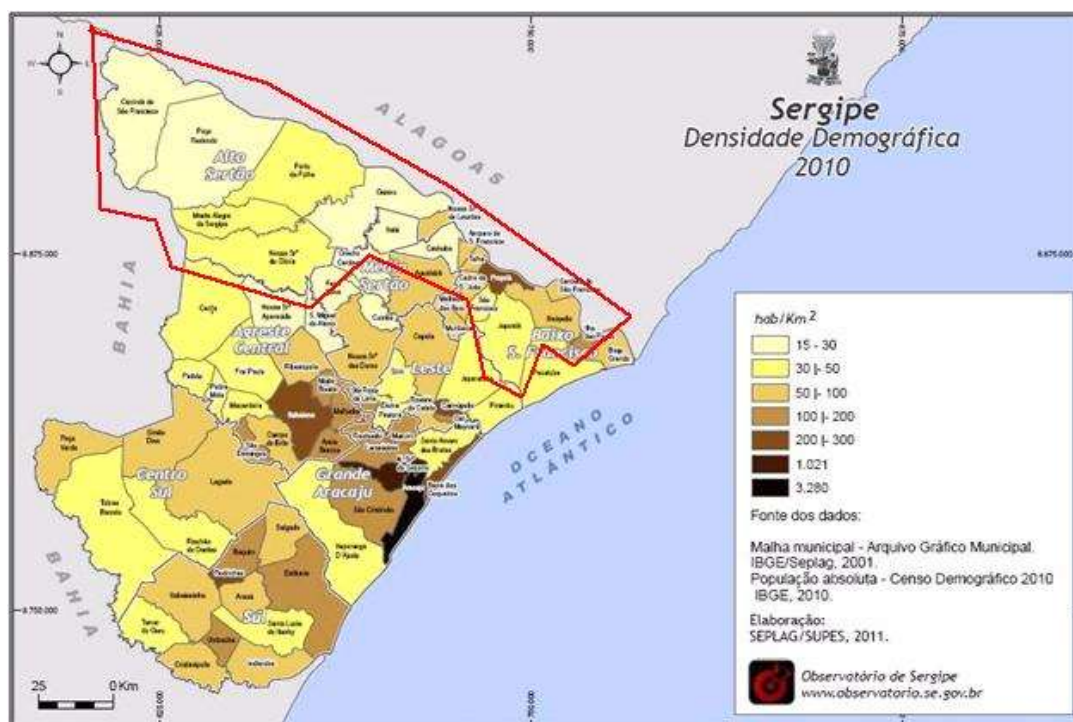


Figura 11 - Mapa da Densidade de Sergipe, destacado o Polo Velho Chico (2010)
Fonte: Modificado da SEPLAG – Observatório de Sergipe, 2010.

Outro aspecto importante, apresentado na Tabela 6, consiste no fato de que entre os anos 2000 e 2010, alguns municípios apresentaram crescimento populacional elevado, com destaque para Canindé de São Francisco (39%), Nossa Senhora da Glória (21%) e Poço Redondo (19%), superando em muito a taxa média de crescimento da população do Polo (11%). Alguns municípios se caracterizam pela concentração da população em áreas urbanas, com destaque para os municípios de Cedro de São João (89%), Propriá (86%) e Amparo do São Francisco (81%). Por outro lado, os municípios de Gararu (27%), Canindé de São Francisco (28%) e Japoatã (33%) apresentam as menores concentrações urbanas das populações.

Tabela 6 - Polo Velho Chico: População Urbana e Rural e Variações 2000/2010, por Município.

N.O.	Municípios	População em 2010			Variação em relação ao ano 2000		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1	Nossa Senhora da Glória	32.497,00	21.617	10.880	21%	26%	11%
2	Poço Redondo	30.880,00	8.538	22.342	19%	34%	14%
3	Propriá	28.451,00	24.390	4.061	4%	3%	6%
4	Porto da Folha	27.146,00	9.955	17.191	6%	14%	1%

N.O.	Municípios	População em 2010			Variação em relação ao ano 2000		
5	Canindé do São Francisco	24.686,00	14.063	10.623	39%	51%	26%
6	Neópolis	18.506,00	10.517	7.989	0%	0%	-1%
7	Monte Alegre de Sergipe	13.627,00	8.043	5.584	18%	24%	9%
8	Japoatã	12.938,00	4.312	8.626	-1%	12%	-6%
9	Gararu	11.405,00	3.051	8.354	0%	2%	0%
10	Ilha das Flores	8.348,00	5.435	2.913	1%	43%	-35%
11	Santana de São Francisco	7.038,00	4.523	2.515	15%	12%	21%
12	Nossa Senhora de Lourdes	6.238,00	3.291	2.947	4%	11%	-4%
13	Cedro de São João	5.633,00	5.035	598	5%	8%	-18%
14	Itabi	4.972,00	2.752	2.220	-4%	4%	-12%
15	Canhoba	3.956,00	1.499	2.457	0%	-6%	4%
16	Telha	2.957,00	1.127	1.830	12%	6%	16%
17	Amparo de São Francisco	2.275,00	1.840	435	4%	53%	-55%
	Total	241.553,00	129.988	111.565	11%	17%	4%

Fonte: IBGE, 2010.

Neste sentido, interessou investigar se ocorreram no período entre 2000 e 2010, aspectos migratórios significativos nestes municípios. Identificou-se que na maioria dos municípios o crescimento da população urbana superou o crescimento da população total, indicando tendência de concentração urbana. Destacaram-se os municípios de Canindé de São Francisco, Ilha das Flores e Amparo do São Francisco.

O número de domicílios urbanos e rurais nos municípios de Sergipe e dentre eles os que irão compor o Polo Velho Chico confirmam a tendência de urbanização do Polo, pois na maioria dos municípios já se tem a maior parcela populacional no núcleo urbano (Tabela 7). Os indivíduos, por não conseguirem permanecer devido ao esfacelamento da propriedade entre os membros da família, migrando espaço rural para trabalharem nas cidades. Outro fator que desencadeia o êxodo rural é a concentração de terras com pequeno número de proprietários.

Tabela 7 - Domicílios Urbanos e Rurais dos Municípios do Polo Velho Chico

MUNICÍPIOS (ANO – 2010)	DOMICÍLIOS	
	URBANOS	RURAI
ILHA DAS FLORES	2.047	1.125
NEÓPOLIS	3.940	2.954
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	1.564	1.051
JAPOATÃ	1.705	3.530
CEDRO DE SÃO JOÃO	1.900	412
PROPRIÁ	9.141	1.587
TELHA	433	692
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	707	204
CANHOB	584	956
ITABI	1.376	1.114
NOSSA SENHORA DE LOURDES	1.428	1.116
GARARU	1.281	3.777

MUNICÍPIOS (ANO – 2010)	DOMICÍLIOS	
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	3.176	2.321
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	8.800	4.755
PORTO DA FOLHA	4.695	7.643
POÇO REDONDO	3.588	8.318
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	5.088	4.039

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010.

4.3.2.2 Aspectos Educacionais

Os municípios do Polo Velho Chico apresentam uma situação deficitária da instrução da população com idade superior a 10 anos. Os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, apresentados na Tabela 8, demonstram que, à exceção de Propriá, todos os municípios do Polo possuem mais de 60% desta população como em situação de “sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

Tabela 8 - Polo Velho Chico: Situação de Instrução e Analfabetismo, por Município

N.O.	Municípios	População acima de 10 anos sem instrução ou ensino fundamental incompleto (%)	Taxa de analfabetismo de pessoas entre 10 e 17 anos (%)
1	Nossa Senhora da Glória	71,78	7,2
2	Poço Redondo	80,33	8,3
3	Propriá	57,43	4,5
4	Porto da Folha	72,38	7,7
5	Canindé do São Francisco	75,38	7,9
6	Neópolis	64,36	7,8
7	Monte Alegre de Sergipe	75,54	10
8	Japoatã	73,59	7,8
9	Gararu	76,7	8,2
10	Ilha das Flores	71,65	10,2
11	Santana de São Francisco	64,63	7,8
12	Nossa Senhora de Lourdes	66,82	7,8
13	Cedro de São João	63,76	6,7
14	Itabi	70,48	5,2
15	Canhoba	72,27	11,9
16	Telha	64,27	8,4
17	Amparo de São Francisco	63,00	5,1

Fonte: IBGE, 2010.

Por outro lado, temos de constatar também que este cenário é resultado de anos e décadas de pouco ou nenhum acesso das populações à instrução. Tornou-se necessário investigar se este cenário permanecerá. Os dados constantes na Tabela já referenciada, mostra que, entre a população entre 10 anos e 17 anos, um percentual ainda significativo foi identificado como analfabeto (ou sem instrução).

Há também uma incompatibilidade com o número de alunos matriculados no ensino fundamental e a continuidade até o ensino médio. Nos municípios de Poço Redondo as taxas de matrículas no ensino fundamental são de 6.206 no ensino fundamental e 1.096 no ensino médio, em Monte Alegre de Sergipe tem-se 1.872 no ensino fundamental e 617 no ensino médio e em Porto da Folha se apresenta com a taxa de matrícula do ensino fundamental de 4.797 no ensino fundamental e 1.008 no ensino médio.

Os dados apresentados refletem a realidade socioeconômica dos municípios, pois a baixa taxa de matrículas no ensino básico e a discrepância do número de matriculados nos ensinos fundamental e médio estão diretamente relacionadas com a baixa renda dessas comunidades, o desemprego e a inserção da mão de obra disponível e desqualificada no subemprego.

4.3.2.3 Aspectos da Saúde da População

A estrutura dos serviços públicos de saúde em Sergipe, oferece o atendimento dos casos mais graves de pronto-socorro e tratamentos especializados para doenças graves, no Hospital de Urgência, em Aracaju. Esta estrutura de centralização ocorre pela inviabilidade econômica de disponibilizar aos municípios, especialmente aqueles que possuem baixa população, a capacidade de oferece às populações os serviços especializados.

Desta maneira, a estrutura de serviços públicos oferecidos nos municípios do interior focaliza os atendimentos menos graves e os primeiros-socorros, procurando minimizar os riscos de óbitos, além de se priorizar os serviços de saúde da família, como parte do cumprimento das políticas públicas federais, mas cuja execução é de titularidade municipal. Na Tabela 9 são apresentados os hospitais regionais localizados no Polo Velho Chico e seus respectivos serviços prestados.

Tabela 9 - Polo Velho Chico: Hospitais Regionais e Respectivos Serviços Oferecidos

Hospitais Regionais	Serviços Oferecidos
Hospital Regional São Vicente de Paulo Rua Elmiro Costa, s/n - Propriá/SE,	Atendimento de Urgência/Emergência 24 horas
HOSPITAL REGIONAL DE GLÓRIA (Gerido pelo Governo do Estado) Hospital Regional Governador João Alves Filho Rodovia Engenheiro Jorge Neto, s/n -	Atendimento de Urgência/Emergência 24Horas, Internamento em Clínica Cirúrgica, médica, Obstétrica e Pediatria. Especialidades Cardiologia, Cirurgia Geral, Ortopedia. Exames Patologia Clínica, Raio-X e Ultrassonografia.
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA SÃO FRANCISCO (HOSPITAL DE NEÓPOLIS) Rua Gumercindo Bessa, s/n -	Urgência/Emergência 24 horas, Internação em Clínica Médica, Pediátrica, Cirúrgica e Obstétrica. Exames Raio-X, Patologia Clínica e Ultrassonografia.
UNIDADE MISTA D. ZULMIRA SOARES – POÇO REDONDO Rua Projetada Alto do Gado Manso, s/n -	Atendimento de Urgência/Emergência 24 horas, Internação em Clínica Médica, Pediátrica, Cirúrgica e Obstétrica, Exames, Patologia Clínica
HOSPITAL HAYDDE CARVALHO LEITE SANTOS - CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO Rua Haydde de Carvalho, s/n -	Atendimento de Urgência/Emergência 24 horas, Internamento em Clínica Médica, Cirúrgica, Pediátrica e Obstétrica. Exames Raio-X
HOSPITAL DR. FRANCISCO ROLLEMBERG – PORTO DA FOLHA Praça Antônio Pinto de Rezende, 226	Atendimento de Urgência/Emergência 24 Horas, Internamento em clínica Médica, Pediatria e Obstétrica, Exames Patologia Clínica e Raio-X.

Fonte: Secretaria Estadual da Saúde, Sergipe, 2013.

Além dos Hospitais Regionais, existem outras Unidades de Saúde nos municípios do Polo. A Tabela 10 apresenta as quantidades destas Unidades por município. A mera existência não garante o pleno atendimento das demandas das populações. Na maior parcela das cidades, há unidades de saúde; clínicas, unidades de vigilância em saúde, hospitais e centro de atenção psicossocial; porém não atendem à demanda da população necessitada ou o atendimento se dá de forma precária em algumas localidades. Há em todos os municípios do Polo velho Chico unidades de saúde, que substituíram parcialmente os Postos, e Centros de saúde. Contudo em algumas localidades há a presença dos dois tipos de serviço. Tanto os postos, centros e unidades de saúde estão habilitados apenas ao atendimento de ocorrências simples e consultas médicas.

Tabela 10 - Polo Velho Chico: Número de Estabelecimentos de Saúde no Ano de 2011.

Município	Hospitais	Postos e Centros de saúde	Unidades de saúde	Clinicas e Laboratórios	Unidade de vigilância em saúde	Centro de Atenção Psicossocial
Ilha das Flores	-	-	04	-	01	-
Neópolis	01	02	07	02	-	-
Santana do São Francisco	-	01	03	-	-	-
Japoatã	-	-	05	-	-	01
Cedro de São João	-	-	03	-	01	-
Propriá	01	02	08	07	-	01
Telha	-	03	01	-	01	-
Amparo do São Francisco	-	-	03	-	01	-
Canhoba	-	-	08	-	01	-
Itabi	-	05	-	-	-	-
Nossa Senhora de Lourdes	-	03	02	-	-	-
Gararu	-	-	06	-	-	-
Monte Alegre de Sergipe	01	02	08	07	-	-
Nossa Senhora Glória	01	-	13	01	-	-
Porto da Folha	01	05	04	-	-	-
Poço Redondo	01	-	05	-	-	-
Canindé do São Francisco	01	-	10	02	01	01

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, 2011.

Os municípios dotados de maior infraestrutura contêm mais especialidades ao atendimento da saúde, como Neópolis, Propriá e Canindé do São Francisco que apresentam clínicas e laboratórios. É importante ressaltar que nos últimos anos a incidência do uso de entorpecentes, principalmente entre os jovens, se configura como problema de saúde pública, portanto as localidades devem dispor do serviço de assistência psicossocial, apenas os municípios de Japoatã, Propriá e Canindé do São Francisco dispõem de Centro de Atenção Psicossocial.

As unidades de saúde e os hospitais dos municípios contidos na área do Polo Velho Chico devem ser mais bem equipados por materiais e profissionais, pois o direcionamento de pacientes para a capital Aracaju ocasiona a saturação e a deficiência do sistema de saúde do estado. E como estes municípios terão aumento do fluxo de pessoas se faz necessárias melhorias em todo o

sistema já operante, como também as implantações nas localidades que não dispõem de hospitais clínicas e unidades de atendimento psicossocial.

4.3.2.4 Serviços de saneamento ambiental

Com relação aos serviços públicos de oferta de água tratada e de esgotamento sanitário, a realidade dos municípios do Polo Velho Chico se assemelha à da maioria dos municípios brasileiros.

Em relação ao tratamento de esgotos domiciliares, no Estado de Sergipe grande parte dos domicílios que estão com tratamento do esgoto sanitário via fossa séptica e que parte dos efluentes, gerados na comunidade, são lançados na rede geral de esgoto sanitário, e em alguns municípios diretamente na rede pluvial, sem que haja o devido tratamento. O tratamento de esgoto sanitário via fossa séptica e fossa rudimentar é ambientalmente preocupante, pois não há o devido tratamento aos efluentes domésticos gerados, mas o acúmulo desse material, ocasionando a contaminação do solo e a depender da profundidade das camadas pedológicas à contaminação do lençol freático (Tabela 11).

Tabela 11 - Esgotamento Sanitário por Domicílios do Polo Velho Chico

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DE ESGOTO/PLUVIAL/ FOSSA SÉPTICA	OUTRO	SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
Ilha Das Flores	266	1.857	0	2.123
Neópolis	1.164	3.666	0	44.830
Santana Do São Francisco	1.020	742	0	1.762
Japoatã	91	3.294	0	3.385
Cedro De São João	691	983	0	1.674
Propriá	5.992	1.963	0	7.955
Telha	572			
Amparo Do São Francisco	127	532	0	659
Canhoba	43	873	0	916
Itabi	407	1.079	0	1.486
Nossa Senhora De Lourdes	257	1.390	0	1.647
Gararu	931	1.762	0	2.693
Monte De Alegre De Sergipe	1.681	1.642	0	3.323
Nossa Senhora Da Glória	3.223	5.353	0	8.576
Porto Da Folha	2.800	3.994	0	6.794
Poço Redondo	3.327	3.863	0	7.190
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	2.871	2.935	0	5.806

Fonte: SEPLAG – Observatório de Sergipe, 2010.

Políticas públicas recentes objetivaram a implantação destes Sistemas em todos os municípios do Polo, tendo sido planejada a exceção de obras por meio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba- CODEVASF, da Fundação Nacional da Saúde- FUNASA e do Governo Federal por meio do Programa PAC em parceria com o Governo

do Estado e da Companhia de Saneamento de Sergipe DESO. Entretanto, em poucos municípios as obras foram concluídas. A Tabela 12 apresenta a situação de tratamento de esgotamento nos municípios do Velho Chico.

Tabela 12 - Polo Velho Chico: Situação de Esgotamento Sanitário

N.ORDEM	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO
01	Amparo do São Francisco	Obras em Execução
02	Canhoba	Obras em Execução
03	Canindé do S. Francisco	Obras em Execução
04	Cedro de São João	Obras em Execução
05	Gararu	Obras em Execução
06	Ilha das Flores	Obra Concluída. Sem operação
07	Japoatã	Obras em Execução -
08	Neópolis	Obras em Execução
09	Propriá	Concluído e Sistema Operando pela DESO
10	Telha	Obras em Execução
11	Itabi	Obras em Execução
12	N. Sra. da Glória	Obras em Execução

Fonte: DESO, 2012.

Em relação ao abastecimento de água por rede geral, a empresa de maior expressividade no serviço é a Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, porém em alguns municípios o sistema é deficitário e não atende adequadamente a população. Nos municípios do Polo Velho Chico há uma maior abrangência da rede geral no total de domicílios, porém outras formas de abastecimento de água são utilizadas. No município de Cedro de São João 96,3% dos domicílios, em Nossa Senhora da Glória 89,8% e em Propriá 93,4 das residências são atendidas por rede geral de abastecimento. No entanto a situação se difere nos municípios de Canindé do São Francisco com 78,8% dos domicílios, Gararu com 72,5% e Monte Alegre de Sergipe com 75% apenas com rede geral. A cobertura está presente, porém ocorre a falta de água comumente nessas localidades. Há por parte da população, principalmente os ribeirinhos e os sertanejos, o hábito aliado à necessidade de se obter água de poço, rio, açude e outros meios, pela presença da Bacia do Rio São Francisco. Como ocorre nos municípios de Ilha das Flores com 219 domicílios utilizando a água de rio e Japoatã com 252 através de poço ou nascente na propriedade (Tabela 13).

Tabela 13 - Tipos de Abastecimento de Água nos Municípios do Polo Velho Chico

Município	Total de domicílios	Abastecimento por rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Rio, Açude, lago, igarapé.	Outro
Ilha das Flores	2.193	1.865	13	219	87
Neópolis	5.094	3.779	48	290	130
Santana do São Francisco	1.852	1.534	09	107	171
Japoatã	3.636	2.461	252	31	394
Cedro de São João	1.691	1.630	03	02	38
Propriá	8.064	7.532	11	102	334
Telha	837	766	02	10	56
Amparo do São Francisco	682	547	03	81	49
Canhoba	1.044	906	01	57	69
Itabi	1.566	1.442	04	36	45
Nossa Senhora de Lourdes	1.769	1609	08	26	79
Gararu	3.215	2331	37	135	172
Monte Alegre de Sergipe	3.628	2.723	07	116	150
Nossa Senhora Glória	9.226	8.289	63	275	174
Porto da Folha	7.393	5859	33	134	400
Poço Redondo	7.807	5765	09	181	549
Canindé do São Francisco	6.258	4933	25	140	485

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

A qualidade da água é um fator preocupante e que deve ser analisado, pois a rede geral é a única fonte de abastecimento que a água recebe tratamento e a utilização de poço, rio, açude outras podem acarretar em problemas de saúde a população. No Polo Velho Chico há uma grande incidência de fossas rudimentares, que são altamente contaminantes, em que a deposição dos efluentes, gerados nos domicílios, são depositados diretamente no solo, podendo atingir o lençol freático e causar a contaminação da água.

Nos municípios do Polo Velho Chico a situação do manejo dos resíduos gerados pelas comunidades é preocupante porque não existe em nenhuma localidade uma adequada destinação final para os rejeitos. De acordo com dados obtidos da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE existe em parte dos municípios que compõe o Polo Velho Chico a presença de catadores nas unidades de disposição de resíduos sólidos como em Ilha das Flores, Santana do São Francisco, Cedro de São João, Telha, Canhoba, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo. As áreas de lixões são locais de atração populacional para indivíduos com baixo nível de renda, mas é importante colocar que a presença de pessoas se utilizando do lixo como meio de sobrevivência denota a desigualdade socioeconômica local e até mesmo da região.

Através desse levantamento do IBGE pode-se comprovar o serviço de coleta executado em todos os municípios que integra o Polo Velho. Em nenhuma dessas localidades há a coleta seletiva, ou seja, os resíduos recicláveis são remanejados em contato com outros rejeitos. É importante salientar que no Estado de Sergipe não existe uma atribuição econômica devida aos resíduos sólidos coletados nas comunidades.

Com a pesquisa também foi verificado os locais de destinação dos resíduos gerados que são vazadouros, aterros da prefeitura e de terceiros. No entanto a população ainda destina os resíduos sólidos produzidos nas residências em locais inapropriados como terrenos baldios, rebaixados e com alagadiços. Nos municípios de Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Japoatã, Cedro de São João, Propriá, Telha, Amparo do São Francisco, Itabi, Nossa Senhora do Socorro, e Canindé do São Francisco os locais utilizados para receber os resíduos sólidos são vazadouros. Estes locais são denominados de lixões, sem nenhum tipo de controle dos materiais colocados. Nos vazadouros há um nível de contaminação acentuado pelos componentes físicos químicos e biológicos que constituem os diferentes tipos de resíduos sólidos.

De acordo com as informações da Pesquisa de Saneamento do IBGE, há manejo de resíduos sólidos da construção em todos os municípios do Polo Velho Chico, contudo em nenhuma dessas cidades existe local apropriado para a destinação final dos materiais advindos da construção, portanto os rejeitos da demolição são remanejados para locais em conjuntos com materiais de natureza diferentes.

Os resíduos sólidos da saúde sépticos e não sépticos são coletados na maior parcela dos municípios do Polo Velho Chico, todavia há algumas localidades que não diferencia a forma que irar realizar cada tipo de coleta, como as cidades de Propriá e Gararu que não fazem coleta dos resíduos não sépticos. O município de Itabi não executa a remoção dos resíduos da saúde, o que demonstra uma grande deficiência nos serviços de saneamento ambiental e sanitaria. Há em todas as localidades o serviço municipal de limpeza pública. Quanto ao número de profissionais que fazem o serviço de manejo de resíduos sólidos, o número de trabalhadores permanentes é inferior ao total de pessoas trabalhando na atividade (Tabela 14).

Tabela 14 - Manejo de Resíduos Sólidos nos Municípios do Polo Velho Chico

Município	Municípios com serviço de manejo de resíduos de construção	Municípios que coletam e/ou recebem de resíduos sólidos da saúde – sépticos	Coleta de resíduos sólidos da saúde – não sépticos	Entidades prestadoras do serviço municipal.	Entidades prestadoras de serviço – Empresa privada.	Pessoal ocupado nos serviços de manejo de resíduos sólidos, com Quadro permanente.
Ilha das Flores	Sim	Sim	Sim	Sim	-	01
Neópolis	Sim	Sim	Sim	Sim	-	24
Santana do São Francisco	Sim	Sim	Sim	Sim	-	21
Japoatã	Sim	Sim	Sim	Sim	-	15
Cedro de São João	Sim	Sim	Sim	Sim	-	31
Propriá	Sim	Sim	-	Sim	-	01
Telha	Sim	Sim	-	Sim	-	18
Amparo do São Francisco	Sim	Sim	-	Sim	-	24
Canhoba	Sim	Sim	-	Sim	-	10
Itabi	Sim	-	-	Sim	-	10
Nossa Senhora de Lourdes	Sim	Sim	Sim	Sim	-	
Gararu	Sim	Sim	-	Sim	-	14
Monte Alegre de Sergipe	Sim	Sim	Sim	Sim	-	08
Nossa Senhora Glória	Sim	Sim	Sim	Sim	-	15
Porto da Folha	Sim	Sim	Sim	Sim	-	71
Poço Redondo	Sim		Sim	Sim	-	12
Canindé do São Francisco	Sim	Sim	Sim	Sim	-	27

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Em todos os municípios do Polo Velho Chico tem o serviço de limpeza que coleta a maior quantidade do lixo produzido pelos domicílios, a exemplo dos municípios de Ilha das Flores que tem do total de 1984 domicílios com lixo coletado, 1972 são por serviço de limpeza. No entanto existem municípios que a situação, quanto à coleta, se difere como Gararu que apresenta dos 1.245 domicílios, apenas 478 por serviço de limpeza.

Outros mecanismos de trato dos resíduos sólidos, principalmente os orgânicos, ainda são utilizados em parte dos domicílios dos municípios do Polo Velho Chico. Como principal mecanismo efetuado tem-se a queima do lixo, muito prejudicial aos elementos bióticos e abióticos. Ao se queimar o lixo há a liberação de gases prejudiciais à saúde humana, acaba com os nutrientes e mata as espécies que habita o local. No município de Poço Redondo 3.380 domicílios queimam o lixo e na cidade de Porto da Folha 1.884 residências.

Em todos os municípios do Polo Velho Chico se realiza de forma acentuada a queima do lixo, pela incipiência do serviço de limpeza, principalmente nas áreas interioranas, e por não haver entre os habitantes dessas localidades a consciência ambiental. Os locais de deposição utilizados, além dos estabelecidos para a destinação do lixo, são terrenos baldios, corpos hídricos e outros. Dentre estes o mais comum é o terreno baldio, no município de Neópolis têm 219 domicílios direcionando o lixo para áreas baldias e Porto da Folha com 380 residências se utilizando desse mecanismo (Tabela 15).

Tabela 15 - Manejo de Resíduos Sólidos nos Municípios do Polo Velho Chico

Município	Lixo coletado	Coletado por serviço de limpeza	Queimado	Enterrado	Terreno baldio	Rio, lago ou mar.	Outro destino
Ilha das Flores	1.984	1.972	152	22	29	01	05
Neópolis	3.808	3.485	1.027	39	219	01	-
Santana do São Francisco	1.735	914	69	02	45	-	01
Japoatã	2.080	1.976	1.252	90	197	01	16
Cedro de São João	1.651	1.138	31	-	08	-	01
Propriá	7.687	4.917	178	05	112	04	78
Telha	799	786	35	-	01	-	02
Amparo do São Francisco	542	542	127	01	07	-	05
Canhoba	479	467	510	06	46	01	02
Itabi	1.135	1.133	375	05	49	-	02
Nossa Senhora de Lourdes	1.459	1.450	282	05	22	-	01
Gararu	1.245	478	1.777	06	168	09	10
Monte Alegre de Sergipe	2.179	1.917	1.259	20	151	-	19
Nossa Senhora Glória	6.670	6.508	2.327	22	185	03	19
Porto da Folha	5.051	4.816	1.884	16	380	06	56
Poço Redondo	4.031	3.243	3.380	28	355	04	09
Canindé do São Francisco	4.986	3.785	1.127	04	128	05	08

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

A problemática do manejo dos resíduos sólidos é pertinente a todo estado de Sergipe e entre os municípios que compõe o Polo Velho Chico a situação é refletida. Através da Pesquisa Nacional de Saneamento, do IBGE é possível demonstrar a situação do gerenciamento dos resíduos sólidos nas localidades que integram o Polo.

O setor de segurança pública de Sergipe é composto por comandos de esfera estadual, com as Polícias Militar e Civil, por corporação regida pela União, com a Polícia Federal. Há também em alguns municípios a Guarda municipal. Cada policiamento tem finalidade específica ao atendimento da população.

São competências da Polícia Militar prevenir condutas criminosas e zelar pela ordem pública. Em Sergipe há quatro batalhões da Polícia Militar. Os municípios do Polo Velho Chico são assistidos pelos 1ª Companhia e 2º Batalhão com Propriá, Canhoba, Cedro de São João, Telha e Amparo do São Francisco.

O município de Canindé do São Francisco sedia o 4º Batalhão e a 1ª Companhia, que engloba o município de Poço Redondo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública o que motivou a criação do batalhão em Canindé do São Francisco foram as obras da construção da Hidrelétrica de Xingó, tornando essencial a instalação de uma unidade de Polícia Militar. O batalhão também assiste os municípios de Porto da Folha, Gararu, Itabi e Nossa Senhora de Lourdes, com a 2ª companhia. Na área do Polo Velho Chico, para proteção do bioma caatinga foi criado o Pelotão Especial de Policiamento em Área de Caatinga – PEPAC.

A Polícia Civil é direcionada para a resolução de crimes como homicídios, roubos, tráfico de entorpecentes e sequestros, age de forma conjunta com o Policiamento Militar. O comando da Polícia Federal resolve os crimes de interesse da União. Em todos os municípios do Estado de Sergipe há delegacias para o comando da Polícia Civil, sendo que a maior concentração está na capital Aracaju, que concentra também a maior parte do efetivo. Através de dados obtidos na Associação dos delegados de polícia Civil do estado de Sergipe - Adepol, obtidos de informações da Secretaria de Segurança Pública, em Sergipe existe aproximadamente 1.350 indivíduos em atividade na Polícia Civil. Nesse número há agentes, escrivães, delegados e agentes auxiliares. Desse total, 935 servidores realizam as atividades da PC na Capital, e o restante dos 415 policiais cobrem os outros 74 municípios.

Nos municípios do Polo Velho Chico há uma maior incidência dos delitos de furto, roubos e homicídios. Com a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe foi possível obter informações quanto às infrações cometidas, contudo os dados são relativos, pois a estatística da SSP- SE apenas contabiliza os delitos através das queixas judiciais prestadas pela população.

O delito mais incidente é o furto, e entre os mais praticados estão o qualificado, simples, de residências, de gado e outros. Os furtos simples têm incidência significativa entre os municípios do Polo Velho Chico, com o município de Propriá apresentando 91 ocorrências, e em Poço Redondo 24 casos. No município de Canindé foram registrados no ano de 2011, 49 furtos qualificados, Gararu com 17 incidências e Propriá com 36. Em Ilha das Flores foi registrado no ano de 2011, três furtos de gado, em Brejo Grande 02 e em Canindé foram registrados o maior número desse tipo de infração com 13 casos. A prática tem crescido nessas localidades atrelada

ao crescimento das cidades, do aumento do fluxo populacional, da desigualdade de renda interna e externa.

As ocorrências de roubos são menos frequentes, porém mais preocupantes, pelo envolvimento da violência em alguns casos. Dentre os tipos de roubos apresentados pela SSP, os que mais se destacam são os casos de roubo majorado, a transeunte, de veículos. Foi registrado em alguns municípios do Polo Velho Chico ocorrências de roubo majorado, como Propriá com 55 fatos e no município de Poço Redondo com 13 registros. Os roubos de veículos ocupam a segunda posição de incidência, no município de Canindé do São Francisco houve 06 casos, em Japoatã 07 ocorrências e no município de Neópolis com o maior número registrado, 10 casos (Tabela 16).

Tabela 16 - Tipos de Delitos nos Municípios do Polo Velho Chico

MUNICÍPIO	FURTO	ROUBO	HOMICÍDIO
Ilha das Flores	12	03	02
Neópolis	44	17	05
Santana do São Francisco	10	21	-
Japoatã	28	16	03
Cedro de São João	16	01	-
Propriá	237	79	16
Telha	04		-
Amparo do São Francisco	11	02	-
Canhoba	03	-	-
Itabi	06	05	-
Nossa Senhora de Lourdes	08	04	-
Gararu	16	-	01
Monte Alegre de Sergipe	29	06	08
Nossa Senhora Glória	73	17	05
Porto da Folha	40	06	03
Poço Redondo	73	20	07
Canindé do São Francisco	127	25	10

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, 2011.

Os registros de homicídios são quantificados somente pela resolatividade dos casos, portanto os números apresentando refletem em parcela os crimes dessa natureza. Os homicídios nessas localidades estão associados a questões de terra, tráfico de entorpecentes, crimes passionais, vingança e dívidas. Os municípios que no ano de 2011 tiveram as maiores incidências foram Propriá com 16 homicídios, Canindé do São Francisco com 10 e Poço Redondo com 07 casos.

A evolução econômica nacional e regional está diretamente relacionada com o desenvolvimento de Sergipe, principalmente pela entrada de indústrias, pela inserção de tecnologias no campo, que acarretou na melhoria e aumento da produção. O IBGE, através de pesquisas, apresentou dados que comprovam que nas últimas décadas houve avanços nos

serviços de educação e saúde e num maior equilíbrio da distribuição de renda, por causas como um maior desenvolvimento econômico do estado e a atuação dos setores secundário e terciário.

Nos últimos anos têm ocorrido no Estado de Sergipe conflitos por posse de Terra. O INCRA com o intuito de amenizar a problemática criou assentamentos em alguns municípios de Sergipe (Figura 12), principalmente nos com maior extensão territorial e baixa densidade populacional, para que houvesse o povoamento das terras devolutas, dentre os municípios escolhidos tem-se Poço Redondo; com maior número de assentamentos; Canindé do São Francisco e Porto da Folha. A criação dos assentamentos não beneficiou de forma qualitativa os assentados já que esses municípios estão inseridos numa região natural com condições climáticas e pedológicas desfavoráveis a agricultura.

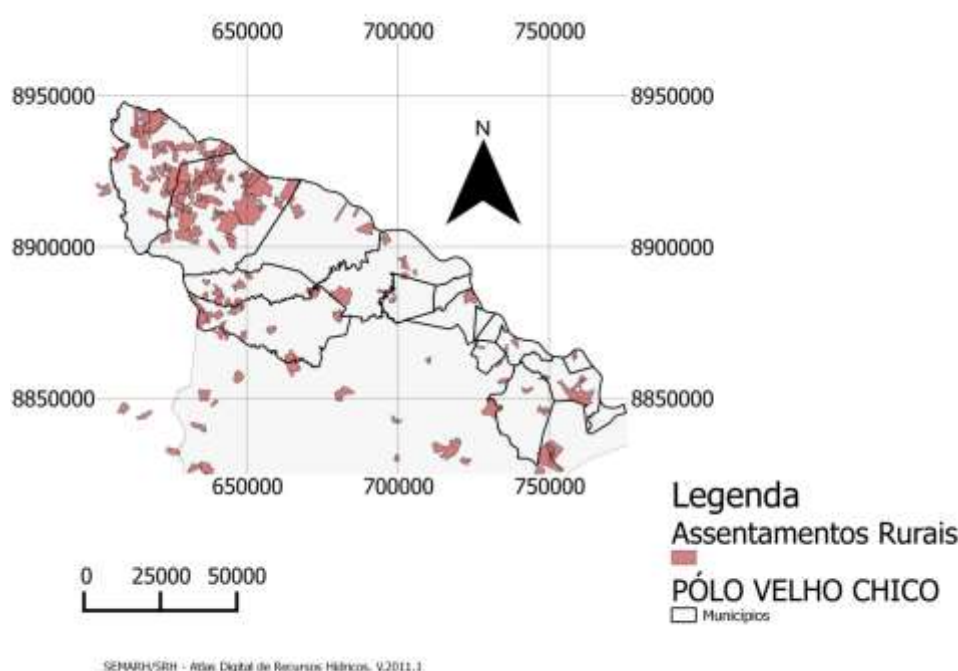


Figura 12 - Assentamentos Rurais e Territórios Quilombolas no Polo Velho Chico
Fonte: Modificado do INCRA, 2011.

Segundo a Fundação Palmares (2012), instituição pública que busca promover e preservar a cultura afro-brasileira, as comunidades quilombolas podem ser definidas como “(...) descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”.

A atual constituição brasileira garante a proteção desses remanescentes de quilombos. Em seu artigo 216, § 5º, define que “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Visando também a proteção das comunidades quilombolas e da cultura negra existem ainda Estatuto da Igualdade Racial e outras leis específicas.

Em Sergipe, existem 22 (vinte e duas) comunidades quilombolas reconhecidas. A primeira a ser reconhecida foi a “Mocambo”, localizada em Porto da Folha, em 2004. Nos

últimos anos, outras comunidades quilombolas têm sido reconhecidas e outras estão em processo.

Na área do Polo Velho Chico existem 07 (sete) comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares (Tabela 17). Dentre os municípios que possuem comunidades quilombolas, destaca-se Porto da Folha que possui a comunidade quilombola mais antiga e única reconhecida a “Mocambo”.

Tabela 17 - Relação de Comunidades Quilombolas - Polo Velho Chico

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	DATA DE PUBLICAÇÃO
Porto da Folha	Mocambo	04/05/2004
Amparo de São Francisco	Lagoa dos Campinhos	04/06/2004
Poço Redondo	Serra da Guia	19/08/2005
Canhoba	Caraíbas	12/09/2005
Japoatã	Ladeiras	12/05/2006
Propriá	Sto. Antônio da Cana fistula	10/02/2011
Ilha das Flores	Bongue	17/06/2011
Total	07 comunidades	

Fonte: Fundação Palmares, 2012.

4.3.3 Aspectos Institucionais

Um Programa ou projeto de desenvolvimento de uma região ou localidade não pode prescindir da cooperação das instituições que atuam sobre a área, quer sejam públicas, quer privadas. Este aspecto é usualmente responsável pela integralidade das energias institucionais que atuarão de forma a evitar conflitos que venham a resultar em perda de foco, de recursos e tornar a viabilidade do programa vulnerável. Abaixo estão apresentadas as instituições que atuam no setor de turismo em Sergipe:

Órgãos Públicos Federais Ligados Diretamente Ao Turismo

- **Ministério do Turismo:** Subordinado à presidência da República, é responsável pela condução de políticas públicas, adotando um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. Em Sergipe, vem atuando na promoção de políticas e na realização de investimentos voltados para infraestrutura turística. Os investimentos recentes mais significativos foram a construção da Ponte Gilberto Amado, Ponte Joel Silveira, além de rodovias estaduais.
- **Conselho Nacional de Turismo:** O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e a aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas,

projetos e atividades derivados. Esse Conselho é formado por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. O Conselho é hoje integrado por 71 conselheiros de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional.

- **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo:** auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
- **Embratur:** é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o 'Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil' como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo;
- **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo:** Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.

Órgãos Públicos Estaduais Ligados Diretamente Ao Turismo

- **Secretaria de Estado do Turismo:** é responsável pela política estadual de governo na área de turismo; pelo desenvolvimento turístico e respectivo incentivo; por incentivar a ampliação e melhoramento de espaços turísticos; pela realização e organização de exposições, feiras e outros eventos de divulgação de potencialidades turísticas do Estado; por promover a capacitação de mão de obra para o turismo;
- **Empresa Sergipana de Turismo-** tem a atribuição de Implementar a política de promoção turística; de Desenvolver, avaliar e monitorar o produto turístico sergipano; de Implementar o Sistema de Informações Turísticas; de Implementar as políticas de formação profissional, inclusão social e de adensamento da cadeia produtiva do turismo;
- **Unidade de Coordenação de Projetos/PRODETUR/SE:** Órgão operacional da Secretaria de Turismo – SETUR, integrante da Administração Direta do Poder

Executivo do Estado de Sergipe. O PRODETUR/SE/Nacional é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor. De acordo com o Art. 3º, da Lei ordinária Estadual 4.912 de 2003. A Unidade de Coordenação Estadual do PRODETUR/SE – UEE/SE-PRODETUR/SE, tem por finalidade a implantação das ações resultantes da celebração, aplicação e execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/SE

- **FORTUR – Fórum de Turismo De Sergipe:** Entidade que tem como principal objetivo acompanhar o desenvolvimento da Política Estadual do Turismo. Além de executar ações também avalia como elas estão sendo implementadas. A entidade cumpre o importante papel de descentralizar as estratégias das políticas públicas de turismo no Estado, definidas pelo Plano Nacional de Turismo. Tem como principais competências: Acompanhar a execução e o desenvolvimento da Política Estadual de Turismo; Expedir instruções normativas para orientação das atividades turísticas de empresas privadas; Opinar sobre a concessão de registros às atividades turísticas de empresas privadas; Opinar sobre as exigências relativas à concessão de estímulos e incentivos de qualquer natureza às empresas e atividades turísticas privadas, bem como a entidades públicas e afins; Opinar sobre a constituição de fundos especiais destinados a incrementar o desenvolvimento sustentável do turismo, bem como propostas de aplicação dos recursos desses fundos;- Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Turismo e de outros planos, programas e projetos integrantes da Política Estadual de Turismo.

Órgãos Públicos Municipais Ligados Diretamente Ao Turismo

As entidades públicas Municipais são escassas, normalmente o órgão público responsável pelo turismo é uma Secretaria que acumula outras funções e trata o turismo apenas como atividade secundária e, às vezes até terciária, da Secretaria. Porém, ressalta-se que o descrito acima não pode ser posto como regra, já que existem municípios onde o turismo é tratado como prioridade da secretaria responsável, mesmo que, às vezes, não contem com o apoio devido.

Poucos Municípios descentralizam a atividade, desmembrando a secretaria em, por exemplo, diretorias, na maioria dos casos o secretário centraliza todas as atividades, reservados ao órgão, para si.

Entidades Privadas Ligadas Diretamente ao Turismo

- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA HOTELEIRA – ABIH:** Entidade empresarial associativista, sem fins lucrativos. Atua como um órgão técnico e consultivo na busca de solução para os problemas do setor. Objetivo primordial: a

arregimentação da classe, visando a defesa dos interesses de ordem jurídica, moral e econômica dos hoteleiros do Brasil.

- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS AGENTES DE VIAGENS – ABAV-** Representar os interesses das Agências de Viagens; Promover o bem-estar social e o conagração da classe em todo o território nacional; Defender os legítimos interesses da indústria do Turismo como um todo, colaborando com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas do setor; Fomentar o desenvolvimento do Turismo nacional em todas as suas manifestações; Promover a divulgação e publicidade das matérias de interesse da entidade, que permitam levar ao conhecimento dos associados todos os acontecimentos referentes ao turismo nacional; Promover congressos, exposições de turismo e conferências que contribuam para o desenvolvimento técnico do setor; Promover, através do ICCABAV, a valorização e o treinamento de recursos humanos;
- **ARACAJU CONVENTION & VISITORS BUREAU:** Promover Aracaju e os Municípios do Estado de Sergipe como destino para realização de eventos; captar, gerar e apoiar eventos, bem como atrair visitantes, através de ações planejadas e integradas de marketing, em âmbito nacional e internacional.
- **SINDICATO DOS GUIAS DE TURISMO – SINGTUR:** Tem como objetivo estatutário, contribuir qualitativamente para o desenvolvimento da atividade turística em geral; defender os interesses dos filiados à entidade, representando-os perante as autoridades dos poderes públicos, federal, estadual e municipal; dar assistência aos profissionais e seus sindicalizados, atendendo-lhes às solicitações previstas no estatuto, bem como as demais entidades de classe do setor; defender a preservação dos patrimônios históricos, artísticos, culturais, turísticos e ecológicos do estado de Sergipe; planejar e desenvolver particularmente e/ou em conjunto com organismos oficiais de turismo ou não, diferentes cursos de desenvolvimento cultural e de formação e atualização profissional; colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social e da melhoria da qualidade de vida.

Outras Associações:

- Associação Brasileira dos Jornalistas Especializados em Turismo – ABRAJET
- Associação Brasileira dos Organizadores de Eventos – ABEOC
- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL
- Associação Brasileira dos Locadores de Automóveis – ABLA

4.3.3.1 Associações Cívicas

Em Sergipe, as Associações cívicas são cadastradas pela PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe. A PRONESE tem como missão implementar

programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando a inclusão pela renda e pelo direito.

No Polo Velho Chico existem associações (Tabela 18) ligadas a diversas áreas da sociedade, sejam elas com ampla participação em políticas públicas ou de recorte étnico.

Tabela 18 - Associações Cadastradas – Área do Polo Velho Chico

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES
Amparo de São Francisco	13
Canhoba	21
Canindé de São Francisco	22
Cedro de São João	20
Gararu	44
Ilha das Flores	27
Itabi	16
Japoatã	51
Monte Alegre de Sergipe	53
Neópolis	40
Nossa Senhora da Glória	67
Nossa Senhora de Lourdes	13
Poço Redondo	101
Porto da Folha	92
Propriá	25
Santana do São Francisco	27
Telha	22
TOTAL	654

Fonte: PRONESE, 2012.

São 654 (seiscentas e cinquenta e quatro) associações, sendo que os municípios com menos associações são Nossa Senhora de Lourdes e Amparo de São Francisco, com 13 (treze) cada um deles. Já os municípios com o maior número de associações são Poço Redondo, 101 (cento e uma) associações e Porto da Folha, 92 (noventa e duas). Dentre todas as associações, nenhuma delas possui o turismo com atividade principal em sua temática.

Ressalta-se que a Pronese cadastra aquelas associações que estão relacionadas às suas ações. Desta forma, pode haver uma disparidade entre os números da Pronese e o número de associações existente, porém, para fins deste estudo, consideram-se os números expostos como suficientes.

4.3.4 Aspectos Econômicos

As atividades econômicas que são desenvolvidas nos municípios do Polo Velho Chico são diversificadas. O setor mais atuante e antigo é o primário, beneficiado pela própria concentração de terras na região. A pecuária que está inserida como atividade econômica desde o

período de colonização e povoamento de Sergipe se manteve nesses municípios com a criação de bovinos, ovinos, equinos, aves e caprinos; que em produção é a mais significativa criação do sertão sergipano; com destaque para os municípios de Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha. De acordo com a SEPLAG a pecuária, de leite e seus derivados, se destaca pela importância nas pequenas propriedades e micro negócios. De acordo com dados da secretaria em 2008, 52% do leite produzido no estado foi proveniente do Alto Sertão Sergipano de 135 a 336 milhões de litros.

A agricultura é uma das atividades econômica desenvolvida nos municípios do Polo Velho Chico, com a mandioca se destacando como importante cultivo em produção por tonelada, principalmente nos municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha. O feijão é um cultivo de relevância no município de Porto da Folha, a banana é cultivada de forma permanente na maior parcela dos municípios do Polo Velho Chico. Há também culturas temporárias como o arroz que é cultivado no município de Propriá, e que tem significativa produção (Figura 13).

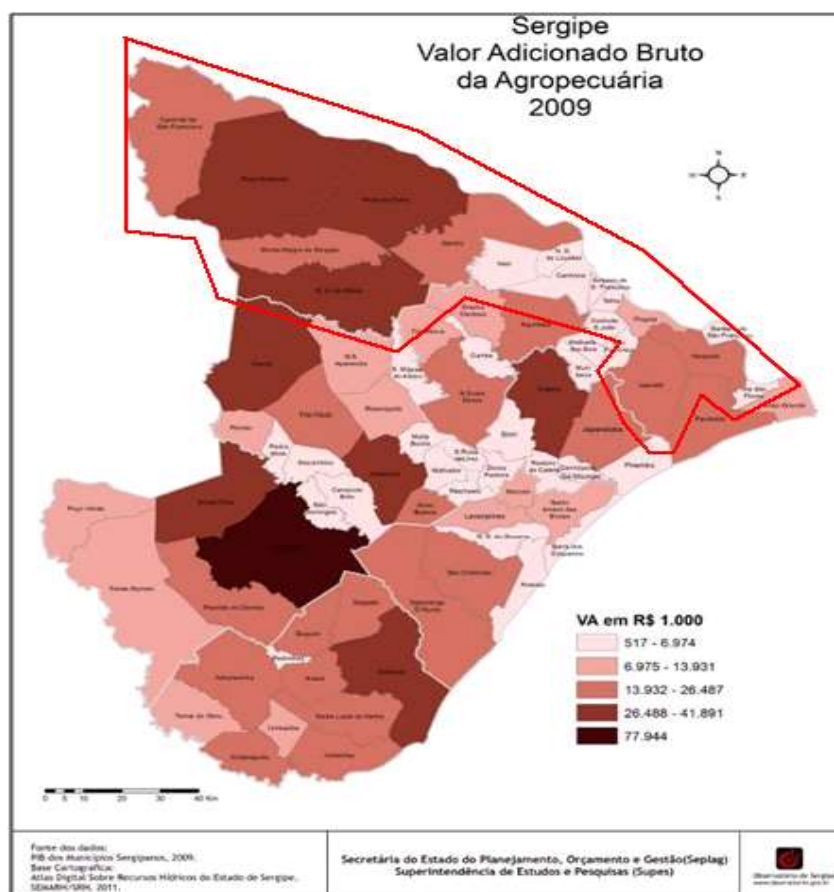


Figura 13 - Valor Adicionado Bruto da Agropecuária no Polo Velho Chico (dados de 2009) - destacado no polígono em vermelho

Fonte: Modificado de SEPLAG – Observatório de Sergipe, 2010.

O PIB Per Capita dos municípios em que o Polo Velho Chico atuará é variável entre os territórios, refletindo a desigualdade socioeconômica entre os municípios. Contudo é importante

ressaltar que os dados numéricos apesar de fornecer estimativas comprobatórias em alguns contextos do Polo Velho Chico, a leitura deve ser contextualizada com a realidade socioeconômica das localidades, como também a discrepância entre a concentração de renda dos municípios dessa região como Telha que possui um PIB *Per Capita* de 5.933,49, Propriá com 10.071,58 e Nossa Senhora da Glória com 9.466,14 (Tabela 19).

Tabela 19 - PIB Per Capita dos Municípios do Polo Velho Chico

MUNICÍPIO (ANO – 2010)	PIB PER CAPITA (R\$)
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	53.730,73
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	9.466,14
PROPRIÁ	10.071,58
NEÓPOLIS	7.808,69
ITABI	6.308,02
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	6.535,61
JAPOATÃ	7.252,96
TELHA	5.933,49
CANHOBÁ	6.094,62
PORTO DA FOLHA	6.058,43
GARARU	6.187,25
MONTA ALEGRE DE SERGIPE	5.887,11
NOSSA SENHORA DE LOURDES	5.816,21
CEDRO DE SÃO JOÃO	6.087,91
POÇO REDONDO	5.137,83
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	4.980,80
ILHA DAS FLORES	4.985,68

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os valores apresentados sobre o PIB Per Capita podem ser elucidados por fatores como as rendas geradas nesses municípios, que dividida pelo número de habitantes vai resultar em tais valores, no entanto em se tratando de municípios como Telha, Santana do São Francisco, Canhoba e Cedro de São João que desenvolvem atividades econômicas sem significativa geração de capital e apresenta uma baixa taxa populacional. Esses valores podem não refletir com exatidão o contexto socioeconômico desses territórios, pois se tratam de localidades sem grande expressividade econômica no estado de Sergipe.

O município de Canindé do São Francisco tem como principal setor o industrial, com 87,48% de participação, com a produção e distribuição de energia elétrica da usina de Xingó. Todavia a concentração de capital que o município Canindé do São Francisco exerce na região, devido ao desenvolvimento industrial do município, com destaque para a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, além de gerar recursos para o município, contribui

para o desenvolvimento de projetos de irrigação abastecimento d'água para a cidade, como também no incremento turístico do lugar, através de Xingó.

Segundo dados da SEPLAG o Alto Sertão Sergipano avançou 0,56 p.p., entretanto permaneceu na terceira posição. A atividade principal é a geração e distribuição do setor energético da Usina de Xingó, correspondente a principal economia do território.

O Índice de Pobreza foi utilizado para ter uma estimativa da situação social dos municípios do Polo Velho Chico. Os dados empregados na elaboração do índice são duração de vida; indivíduos que não atingem 40 anos, o analfabetismo absoluto e a falta de acesso aos recursos como serviço de saúde, água potável e nutrição básica.

De acordo com o levantamento do IBGE a maior parcela dos municípios do Polo apresenta mais de 50% da população dentro do Índice de Pobreza, com o município de Canindé do São Francisco (com 64,04%) e Monte Alegre de Sergipe (com 64,24%) com o maior número de habitantes em situação de pobreza, no caso do primeiro município a situação é mais agravante, pois esse lidera com o maior PIB Per Capita da região em estudo, demonstrando a desigualdade social da localidade. (Tabela 19 e 20).

Tabela 20 - Índice de Pobreza dos Municípios do Polo Velho Chico

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE POBREZA
ILHA DAS FLORES	51,41%
NEÓPOLIS	48,99%
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	51,55%
JAPOATÃ	50,99%
CEDRO DE SÃO JOÃO	54,20%
PROPRIÁ	50,46%
TELHA	42,46%
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	52,29%
CANHOBÁ	57,34%
ITABI	50,53%
NOSSA SENHORA DE LOURDES	55,81%
GARARU	52,25%
MONTE DE ALEGRE DE SERGIPE	64,24%
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	54,93%
PORTO DA FOLHA	56,71%
POÇO REDONDO	55,52%
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	64,04%

Fonte: IBGE, Censo de 2003.

Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do território sergipano estão atrelados ao processo de colonização de Sergipe. A inserção da pecuária, primeira atividade desenvolvida no estado, foi responsável pela interiorização da população e posteriormente ao desenvolvimento da atividade da agricultura. Segundo informações do Atlas de Sergipe, a utilização do espaço agrícola ocorre a partir de três

formas principais: terras ocupadas com pastagens, lavouras, matas e florestas, vegetação de restinga, além das terras em descanso.

O processo de ocupação e uso do solo foi realizado nas terras sergipanas de maneira desordenada e impactante, ocasionando um acentuado desmatamento nas regiões, principalmente nos espaços em que foi desenvolvida a pecuária e nos locais em que houve o extrativismo da madeira de forma indiscriminada. Nas áreas em que ocorreu o desmatamento pelas atividades da agropecuária e que não foram atingidas pela urbanização foram formadas as pastagens, distribuídas em todo o território, e que na totalidade perfazem a maior parcela das terras de Sergipe.

Os cultivos foram inseridos posteriormente nas terras sergipanas, com a cana-de-açúcar como principal produto e posteriormente com o algodão, à propriedade se configurava como latifúndio, ou seja, com extensas áreas. Nessa fase o Brasil era mercado produtor de açúcar para os países europeus e Sergipe pelas condições pedológicas favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar esteve vinculado à Bahia como um dos locais de produção. O algodão entra numa fase posterior, com a cana-de-açúcar em declínio e ascende como produto para abastecer o mercado externo, contudo a produção algodoeira não permanece como produto de exportação para Sergipe. As áreas de lavoura estão presentes em todo o território sergipano e com cultivos diversos, com destaque para a mandioca, feijão, cana-de-açúcar, banana e cultivos temporários.

Com o desmatamento da vegetação original, algumas áreas não foram utilizadas para o desenvolvimento de atividades econômicas, com o passar do tempo reaparece nesses espaços, através de um processo natural, a vegetação original em seu estágio inicial de sucessão vegetal, caracterizando esses espaços como Matas Secundárias.

As áreas de florestas pelo próprio processo de uso e ocupação do solo se encontram bastante suprimidas e estão, para a própria preservação, centradas nas unidades de proteção ambiental. A maior concentração das florestas no estado se localiza nos territórios do Sul Sergipano, Centro Sul Sergipano e em menor foco no Baixo São Francisco sergipano. De acordo com informações adquiridas no Atlas de Sergipe as matas e florestas ocupam uma parcela reduzida dos estabelecimentos agrícolas em função do intenso desmatamento, desde os primórdios da ocupação do espaço sergipano.

O Polo Velho Chico é marcado basicamente por uma continuidade demográfica, sendo em geral a maior parte dos municípios pouco densa, apresentando menos de 50 hab./km². Municípios de destaque incluem Ilha das Flores e Propriá, com 200 a 548 hab./km².

O fato da concentração de terra estar nas mãos de poucos, e um grande número de pequenos agricultores com áreas de reduzidas dimensões, faz com que haja, portanto, uma má distribuição da terra no espaço rural. Essa alta concentração tem sido responsável por inúmeros conflitos na luta pela posse da terra, resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores. Esses assentamentos estão espalhados em diversos municípios, possuindo uma concentração representativa no Polo Velho Chico, principalmente nos municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco, quando comparado ao resto do estado.

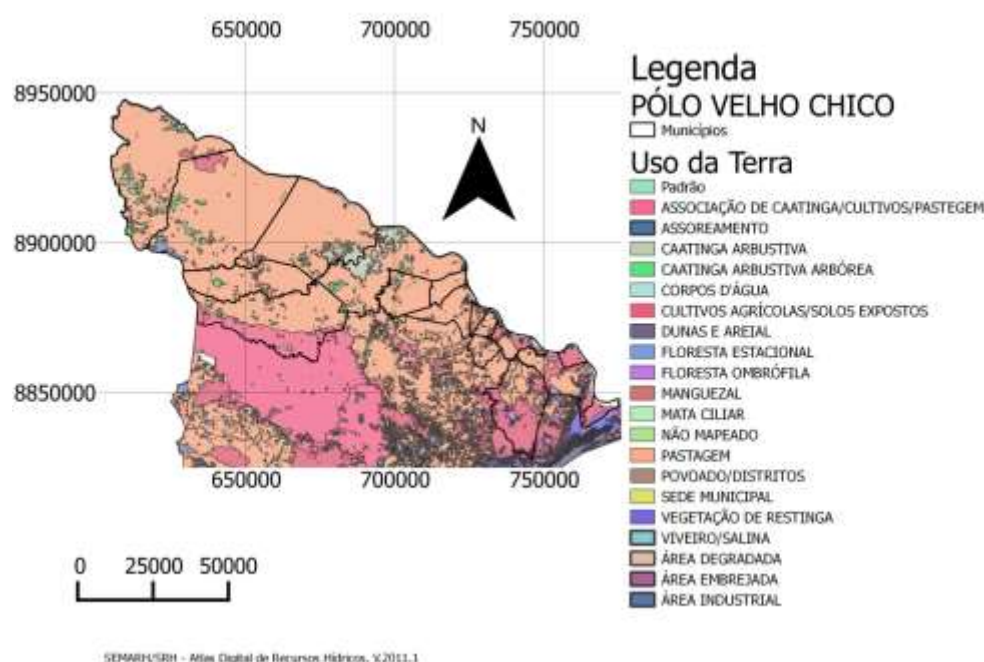


Figura 14 - Uso e Ocupação do Polo Velho Chico
Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2012.

Envolvimento Comunitário com a Atividade Turística

É de fundamental importância para os princípios do turismo sustentável o envolvimento das comunidades locais nas atividades, sabendo o que as mesmas pensam em relação ao turismo. Isto pode direcionar o grau desejado do seu desenvolvimento no município, indicando as causas de desconforto da comunidade com os problemas gerados pela inserção do turista à sua realidade.

No Polo Velho Chico os atrativos turísticos são rodeados de comunidades tradicionais. Estas já possuem algumas iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do turismo, como restaurantes e outros serviços de gênero gastronômico, sendo mais expressivos em Canindé do São Francisco. Tais comunidades em alguns casos estão organizadas em associações civis ou estão vinculadas às comunidades quilombolas e/ou assentamento rural.

Estas comunidades retiram seu sustento, fundamentalmente, de atividades rurais, com forte base no trabalho familiar, ou também trabalhando para terceiros, em médios e grandes empreendimentos localizados em seus municípios ou cidades vizinhas. Além da agricultura, estas comunidades também têm como prática a pesca artesanal.

Porém, mesmo com o reconhecimento de 22 (vinte e duas) comunidades quilombolas, segundo dados de 2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, apenas a comunidade “Mocambo”, no município de Porto da Folha, tem seu território regularizado. Dentre as comunidades quilombolas, presentes na área do Polo Velho Chico, além

de “Mocambo”, não existem ainda comunidades com território regularizado, porém, todas elas já possuem processo aberto junto ao INCRA (Tabela 21).

Tabela 21 - Relação de Processos Abertos – Área do Polo Velho Chico

Nº do Processo	SR/UF	Comunidade	Município
54370.000520/2004-75	23/SE	Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco
2 54570000256/2005-51	23/SE	Mocambo	Porto da Folha
3 54370.000549/2005-58	23/SE	Serra da Guia	Poço Redondo
8 54370.000783/2006-46	23/SE	Canhoba	Canhoba
9 54370.000786/2006-80	23/SE	Japoatã	Japoatã
19 54370.000475/2011-88	23/SE	Santo Antônio	Propriá
21 54370.001178/2011-50	23/SE	Bongue	Ilha Das Flores

Fonte: INCRA, 2012.

O INCRA define como processo aberto de regularização de território:

Processo administrativo no âmbito do INCRA, devidamente autuado, protocolado e numerado. O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas. Pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.

Ainda segundo dados do INCRA, na atualidade existem 1.095 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre.

As comunidades buscam a regularização de seus territórios para que melhorias em áreas como saúde e educação possam acontecer, além de facilitar a busca pela valorização de sua cultura.

4.4 Caracterização dos Aspectos Ambientais

4.4.1 Flora

O Polo Velho Chico tem seus municípios localizados no bioma Caatinga e Mata Atlântica, sendo este primeiro o bioma mais representativo da região, embora já bastante degradada (Figura 15 e 16). O Bioma Mata Atlântica no Polo restringe-se basicamente ao município de Ilha das flores, já que é característico de regiões litorâneas.

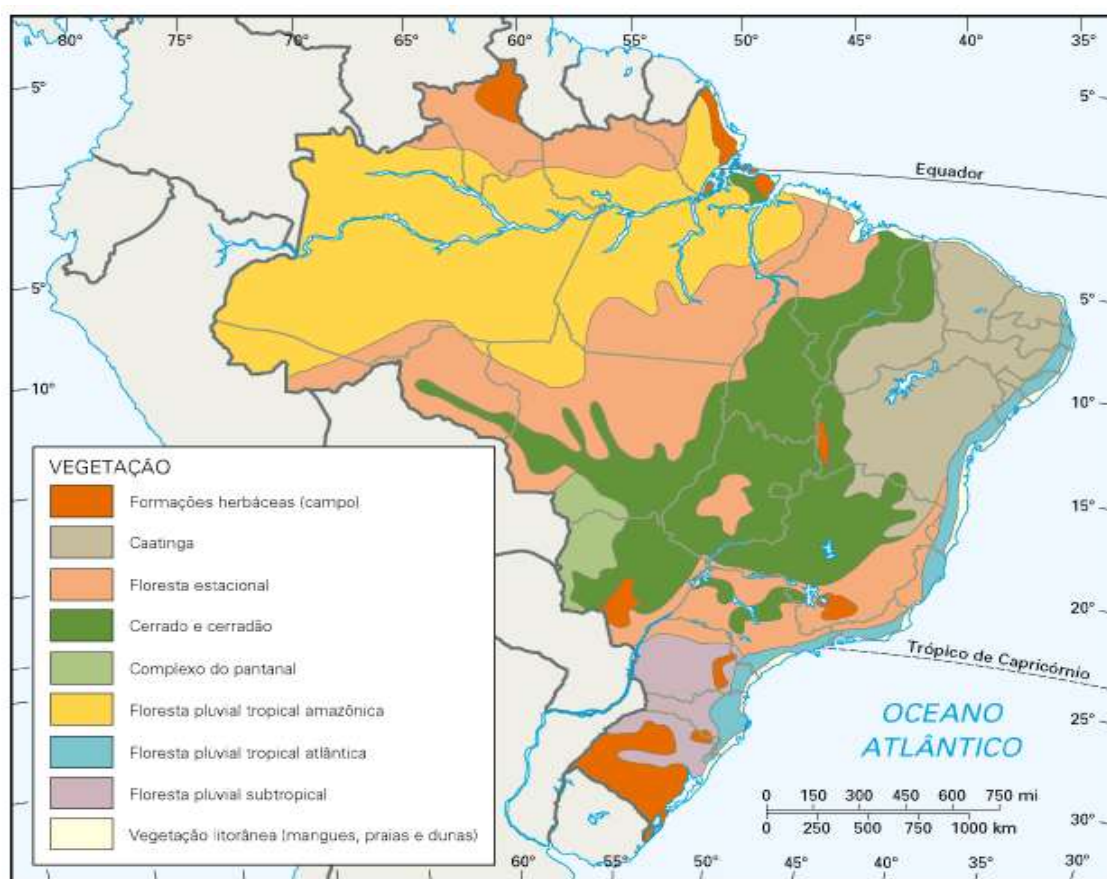


Figura 15 - Mapa de Distribuição da Vegetação do Brasil
Fonte: Modificado de MMA/SBF, 2002.

A Caatinga é um bioma com ocorrência restrita ao Brasil (endêmico), e apesar de sua importância socioeconômica e de estar submetida há muitas décadas a intensa e predatória exploração de seus recursos naturais é pouco protegida e estudada. A paisagem mais comum da Caatinga é a que ela apresenta durante a seca. Apesar do aspecto seco das plantas, todas estão vivas; apenas perderam as folhas para suportar a falta de água. Mesmo durante a seca, a vida animal também é rica e diversificada. Contudo, é após as chuvas que a diversidade animal e vegetal das caatingas se torna evidente. As plantas florescem e os animais se reproduzem, deixando descendentes que já possuem adaptações para suportar o longo período de seca seguinte.

As ações do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico encontram-se situadas no domínio da Caatinga. Em diversos trechos esse bioma pode ainda ser encontrado bastante preservado, como a exemplo das áreas adjacentes ao povoado Curralinho em Poço Redondo, ou mesmo em forma manchas raras e isoladas, como no caso do entorno da sede do município de Canindé do São Francisco.

De forma geral, na área de influência do programa podem ser identificadas as seguintes fitofisionomias:

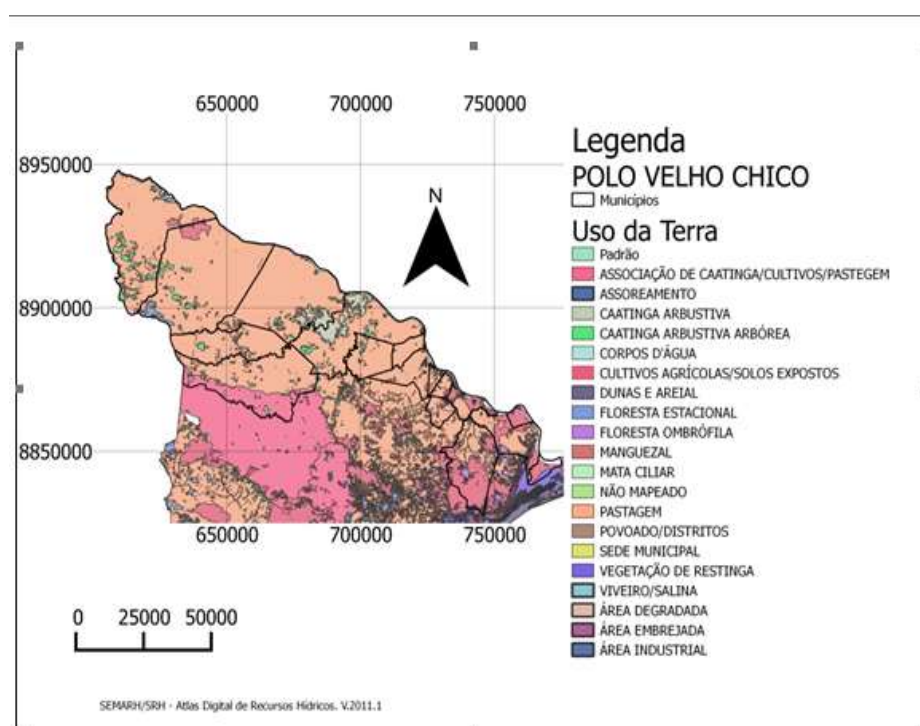


Figura 16 - Ocupação do Solo no Polo Velho Chico
Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.

4.4.1.1 Flora no ambiente de Caatinga

A vegetação predominante na área de influência do Polo Velho Chico é a Caatinga arbustiva- arbórea em sua forma hiperxerófila, hoje substituída em diversos pontos por pastagens e culturas, formando uma paisagem caracterizada por um mosaico de fragmentos florestais e terrenos antropizados (CASTELLETTI et al., 2004). Muitas áreas também foram desmatadas para utilização da madeira como lenha e carvão.

Essa degradação de ambientes naturais possui efeitos deletérios na diversidade de um bioma (BIERREGAARD JUNIOR et al., 1992), e enquanto a caatinga tem, tradicionalmente, sido considerada relativamente imune a esses impactos, uma publicação recente (LEAL et al., 2005) apresenta fortes argumentos de que a Caatinga é tão vulnerável como qualquer outro bioma.

A criação de áreas protegidas é um passo fundamental para a conservação de recursos naturais e o Estado de Sergipe tem criado Unidades de Conservação desde 2007. Uma dessas Unidades é o Monumento Natural Grota do Angico que tem por objetivo preservar uma área representativa da Caatinga arbórea.

Nas áreas de Caatinga preservada podem ser encontrados bosques arbóreos e campos abertos com árvores espaçadas. Muitas das manchas de vegetação densa arbustiva são encontradas nas vertentes das serras.

Para identificar espécies vegetais superiores (fanerógamos) com precisão, é necessário analisar o sistema reprodutor da planta. A evolução das espécies vegetais, através de milhares de anos de intervenção do meio na seleção dos melhores genes ligados a reprodução e propagação da espécie, possibilitaram que cada espécie esteja fértil na época de maior abundância de seu polinizador no meio em que se encontra, de forma que a floração é induzida pelas condições climáticas mais favoráveis para os polinizadores daquela espécie e/ou em época que preceda as melhores condições para propagação de suas sementes maduras. Por essa razão, há espécies que florescem no inverno e outras no verão.

Assim, quando possível, foram identificadas as espécies vegetais, já que em muitos casos as árvores encontravam-se sem flores. Em alguns casos foi possível a identificação de sem folhas, devido a características expressivas muito particulares da espécie no tronco. A (Tabela 22) apresenta uma listagem das espécies identificadas durante esse trabalho.

Tabela 22 - Espécies Vegetais da Caatinga do Polo Velho Chico

FAMÍLIA	NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO
ANACARDIACEAE	Braúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i>
	Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>
BOMBACACEAE	Barriguda	<i>Cavanillesia arbórea</i>
BROMELIACEAE	Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i>
CACTACEAE	Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>
	Estrelado	<i>Cereus pernambucensis</i>
	-	<i>Eriocereus adscendens</i>
	Cabeça de frade	<i>Melocactus zehntneri</i>
	Palma	<i>Opuntia palmadora</i>
	Facheiro	<i>Pilosocereus pachycladus</i>
	Xique-xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>
	-	<i>Tacinga palmadora</i>
LEGUMINOSAE	Espinheiro preto	<i>Acácia glomerosa</i>
	Angico	<i>Anadenanthera columbrina</i>
	Pau ferro	<i>Caesalpinia férrea</i>
	Catingueira	<i>Caesalpinia bracteosa</i>
	Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>
	Angico liso	<i>Parapiptadenia zehntneri</i>
	Espinheiro	<i>Piptadenia viridiflora</i>
RHANMNACEAE	Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>

Fonte: SEMARH, 2011.

As espécies arbóreas mais comuns encontradas foram: Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), com folhas, flores e frutos; Barriguda (*Cavanillesia arbórea*), sem folhas e flores; Catingueira (*Caesalpinia bracteosa*), com folhas; e Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*).

As espécies cactáceas mais comuns na região são: Mandacaru (*Cereus jamacaru*) com frutos e flores, Facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), Estrelado (*Cereus pernambucensis*), Cabeça de frade (*Melocactus zehntneri*) e Xique-xique (*Pilosocereus gounellei*).

A avaliação feita pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 (MMA/SBF, 2002) sobre áreas prioritárias para conservação no Brasil apresentou uma iniciativa pioneira nesse sentido para o bioma Caatinga. Os resultados apontam para a falta de conhecimento sobre a fauna e flora local, refletindo a pouca quantidade de estudos realizados para o bioma. Para os Estado de Sergipe, principalmente para Canindé do São Francisco, os resultados do estudo apontam a existência de áreas de alto grau de prioridade para conservação da flora local (Figura 17).

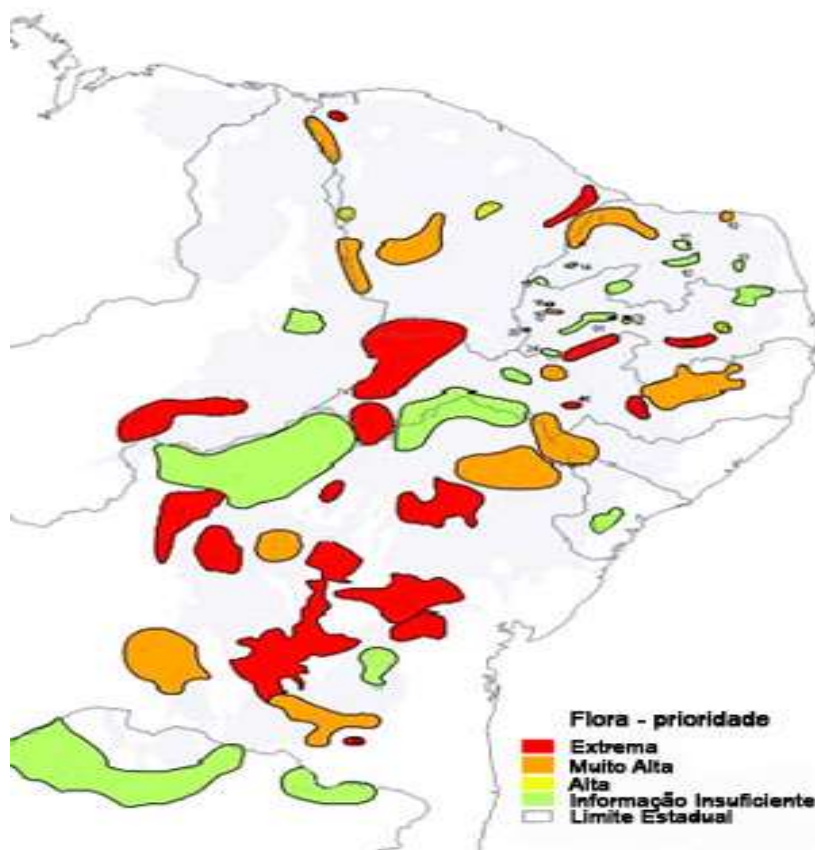


Figura 17 - Áreas Prioritárias para Conservação da Flora – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico

Fonte: Modificado de MMA/SBF, 2002.

4.4.1.2 Flora no Ambiente de Mata Atlântica

O Bioma Mata Atlântica é pouco representativo no Polo Velho Chico restringindo-se a pequenas áreas de Restinga no município de Ilha das Flores e fragmentos de Floresta Ombrófila nos municípios de Neópolis e Japoatã.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 07 de 23 de julho de 1996, “entende-se por vegetação de restinga o conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha. Estas comunidades, distribuídas em mosaico, ocorrem em áreas de grande diversidade ecológica sendo consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do solo que do clima”.

De forma geral, no Polo Velho Chico a Restinga apresenta grau de antropização elevado com manchas esparsas e raras (Figura 16)

A Floresta Ombrófila trata-se de uma formação ribeirinha ou mata ciliar que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias. Tal formação é originalmente constituída por espécies vegetais com alturas variando de 5 a 50 metros, de rápido crescimento, em geral de casca lisa, tronco cônico e raízes tabulares. Mas tendo em vista a antropização dos fragmentos remanescentes, as áreas locais não atingem mais que 10 metros.

4.4.1.3 Flora no Ambiente de Pastagem

Os pastos podem ser feitos de duas maneiras: a partir de desmatamentos, destoca em parte e às vezes plantio aleatório de capim que cresce junto com gramíneas nativas e herbáceas palatáveis ao gado ou formados por capim braquiária, ou capim pangola. Independente da origem, na área de influência das ações do PRODETUR/SE, a erradicação da Caatinga original ocorreu para a formação de áreas de pastagem.

4.4.1.4 Flora no Ambiente de Sítios e Cultivos Anuais

Nas pequenas propriedades e próximo aos núcleos urbanos são encontrados os sítios de frutíferas permanentes e no restante da área a predominância de culturas temporárias, sendo a cultura de *Opuntia palmadora* (palma) e *Zea mays* (milho) as dominantes.

4.4.1.5 Flora no Ambiente de Lagoas e Tanques

São, em sua grande maioria, provenientes de escavações e têm como finalidade principal a dessedentação do gado bovino das fazendas além de múltiplos usos pelos moradores. Junto às margens das lagoas mais profundas e cobrindo grande parte das lagoas mais rasas aparecem espécies flutuantes, sendo as mais comuns *Nymphaea alba*, *Eichornia crassipes*, *Chara sp.* E *Salvinia auriculata*.

4.4.1.6 Flora no Ambiente de Fauna

O método utilizado para que fosse realizada a caracterização da fauna, sua situação e ações antrópicas exercidas sobre ela, foi o de campanhas a campo com busca ativa nas áreas de influência das ações planejadas. O foco principal dos levantamentos de campo foi a avifauna, pois as aves têm sido recomendadas como bons indicadores biológicos de degradação da paisagem, porque elas respondem às mudanças no habitat em diversas escalas, desempenham importantes funções ecológicas nas florestas (e.g., predadores, polinizadores e dispersores de sementes) e são facilmente detectadas (WHITMAM et al., 1998). Além disso, as aves ocupam muitos nichos ecológicos e tróficos das florestas, distribuindo-se desde o piso até as copas das árvores, a grande maioria possui hábitos diurnos, plumagem colorida e tamanhos variados, facilitando a observação com binóculos.

As campanhas foram realizadas nos dias 22, 23, 24, 25, 29, 30 e 31 de agosto e 01 de setembro de 2011, em diferentes municípios da área de abrangência das ações do PRODETUR/SE, no horário das 6:00h às 17:00h para abranger os diferentes picos de atividade

da fauna. Sempre que possível foram feitos registros fotográficos dos animais avistados, bem como de seus vestígios (tocas, fezes, pegadas, etc.).

Durante a incursão às áreas amostradas os dados de campo mostram que apesar do ambiente antropizado, devido à fragmentação de habitats, pressão de caça e captura de animais, povoamento e ações antrópicas de diversos tipos, as manchas de mata ainda mantêm identificação com os ecossistemas originais, sendo possível encontrar nessas ambientes partes de suas espécies características de fauna, principalmente no Bioma Caatinga.

O pouco tempo de estudo não permitiu a visualização sistemática de vertebrados terrestres, principalmente mamíferos e répteis, que muitas vezes possuem hábitos noturnos. As aves foram os componentes da fauna melhor observados e registrados, sendo que todas as espécies identificadas eram esperadas para o ecossistema onde se encontravam.

Dessa forma, de acordo com observações feitas *in loco* e levantamento bibliográfico, foi possível caracterizar a fauna e a sua diversidade.

Nas áreas estudadas foram identificadas um total de 54 espécies de aves, pertencentes a 29 famílias. Nenhuma espécie identificada durante os trabalhos de campo pertence às listas oficiais de aves em risco de extinção.

A tabela completa das aves identificadas para o Polo Velho Chico está apresentada no Anexo A (Tabela 61) e o registro fotográfico de algumas das aves avistadas encontra-se no Anexo B.

4.4.2 Fauna

4.4.2.1 Fauna no ambiente de Caatinga

Foram observadas diversas espécies de aves na Caatinga arbustiva e arbórea, como: tico-tico-rei-cinza (*Coryphospingus pileatus*), casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*), periquito-da-caatinga (*Aratinga cactorum*).

Apesar da falta de registro durante os trabalhos de campo, pode apontar a existência na região do chorozinho-de-papo-preto (*Herpsilochmus peitoralis*), que está listada como vulnerável à extinção de acordo com o Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos- CBRO (2010) (RUIZ – ESPARZA, J et al.; 2011).

Como apresentado no item anterior, a avaliação feita pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 (MMA/SBF, 2002) sobre áreas prioritárias para conservação no Brasil apresentou uma iniciativa pioneira nesse sentido para o bioma Caatinga. Os resultados apontam para a falta de conhecimento sobre a fauna e flora local, refletindo a pouca quantidade de estudos realizados para o bioma. Para os Estado de Sergipe, principalmente para Canindé do São Francisco, os resultados do estudo apontam a existência de áreas de alto grau de prioridade para conservação de répteis e anfíbios (Figura 18-a), mamíferos (Figura 18-b) e para informações insuficientes com relação a invertebrados (Figura 19-a) e aves (Figura 19-b).

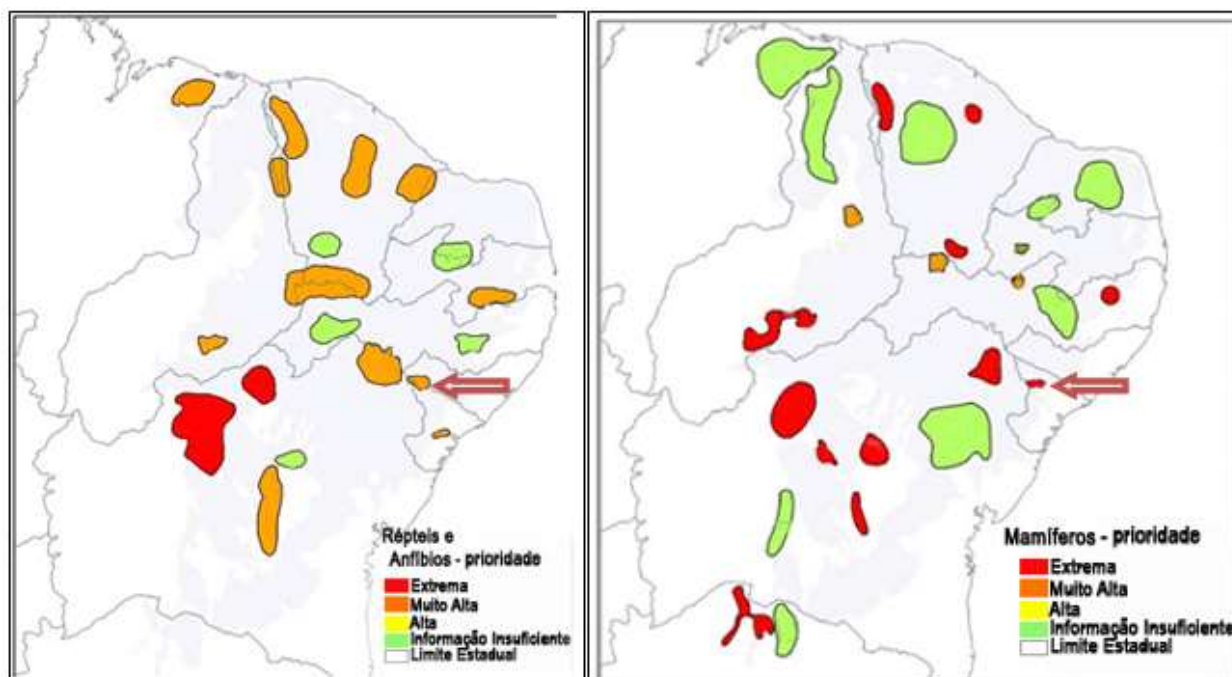


Figura 18 - Áreas Prioritárias para Conservação de Répteis e Anfíbios (esquerda - a) e Mamíferos (direita - b) – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico
Fonte: Modificado de MMA/SBF, 2002.

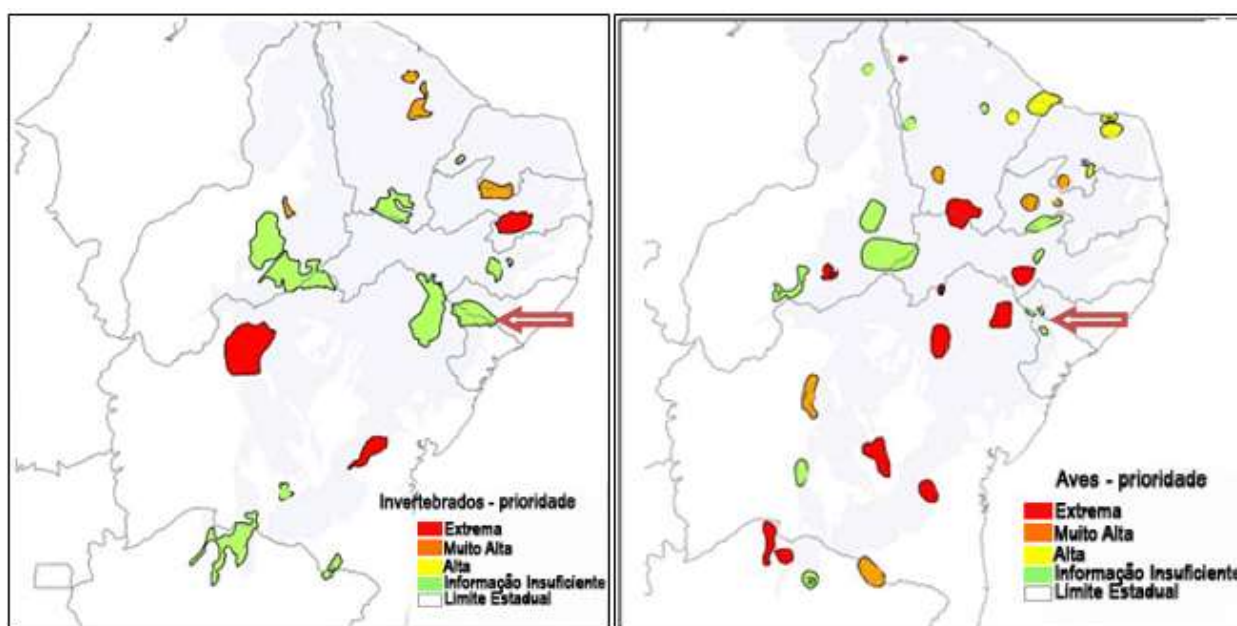


Figura 19 - Áreas Prioritárias para Conservação de Invertebrados (esquerda- a) e Aves (direita - b) – ver seta vermelha no polígono em Sergipe – Polo Velho Chico
Fonte: Modificado de MMA/SBF, 2002.

As áreas prioritárias para a conservação que foram descritas pelo Ministério do Meio Ambiente (2002) algumas delas coincidem com Unidades de Conservação como o Monumento

Natural da Grota do Angico que inclui áreas prioritárias para conservação de Invertebrados, Répteis e Aves. Esta área está classificada como alta prioridade de conservação.

Excetuando as coincidências temos algumas áreas prioritárias para conservação, no entanto só existem propostas de criação de Unidades de Conservação para tais áreas, como por exemplo, em Monte Alegre (Figura 18-b) é uma área que foi apontada com alta prioridade de conservação de Aves e Mamíferos. Esta área abrange ainda os municípios de Poço Redondo e Porto da Folha. É considerada uma área de importância biológica provável devido aos endemismos (fauna e flora), mas ainda é insuficientemente conhecida. Em relação ao grupo das aves ali existentes não se tem informação suficiente, mas os mamíferos que ali habitam foram indicados como prioridade extrema. Na área de Monte Alegre, a SEMARH está com uma proposta para criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA), pois a área sofre alta pressão antrópica como: queimadas, caça, desmatamento e pastoreio. Segundo Velloso et al. (2004) cita a ocorrência de *Penelope jacucaca* e *Crypturellus noctivagus zabele*, que são espécies endêmicas do bioma.

Curituba (Figura 19-b) é uma área com alta prioridade de conservação de Aves, se localiza nos municípios de Canindé do São Francisco em Sergipe e Paulo Afonso na Bahia. Ainda não se tem informações suficientes sobre esta área, mas foi avaliada com relevante importância ecológica. Esta área sofre uma pressão antrópica caracterizada por desmatamento e agricultura. Segundo Pacheco et al., (2004) foi constatada a ocorrência da ave endêmica e ameaçada de extinção a *Ara maracana*.

4.4.2.2 Fauna no Ambiente de Mata Atlântica

Nos remanescentes de Mata atlântica podem ser encontradas espécies comuns da fitofisionomia Restinga, como é o caso de pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), rapazinho-dos-velhos (*Nystalus maculatus*), sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*) e tuim (*Forpus xanthopterygius*).

4.4.2.3 Fauna no Ambiente de Pastagens

Nesse ambiente foram registradas espécies características de habitat abertos como: gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*), carcará (*Caracara plancus*), coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*).

4.4.2.4 Fauna no Ambiente de Sítios e Cultivos Anuais

Nessas áreas são mais comuns espécies tolerantes a certo grau de ocupação humana, como é o caso de: pardal (*Passer domesticus*) e rolinha-picui (*Columbia picui*).

4.4.2.5 Fauna no Ambiente de Lagoas e Tanques

Nessas fisionomias são encontradas aves que preferem ambientes com água, como: garça-branca-grande (*Ardea alba*) e lavadeira-mascarada (*Fluvicola nengeta*).

4.4.3 Unidades de Conservação

O Polo Velho Chico possui 3 Unidades de Conservação, que recebem tratamento diferenciado, pois estão protegidas sob a égide de legislação específica, que exige estudos técnicos para o zoneamento e plano de manejo, instrumentos que ordenam o uso dessas áreas. No Polo encontra-se ainda uma comunidade caiçara, estabelecida por decreto federal denominada Terra Indígena Caiçara/ Ilha de São Pedro. A Tabela 23 e a Figura 20 apresentam as unidades de conservação e terras indígenas existentes atualmente no Polo Velho Chico.

Tabela 23 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Polo Velho Chico

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
Parque Natural Municipal de Lagoa Do Frio	278,99ha	Canindé de São Francisco	Caatinga
Monumento Natural da Grotta do Angico	2.183ha	Poço Redondo, Canindé do São Francisco	Caatinga
Apa do Litoral Norte	41.311 ha	Ilha das Flores	Mata Atlântica
Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro	4.316,7768ha	Porto da Folha	Não se aplica

Fonte: SEMARH, 2011.

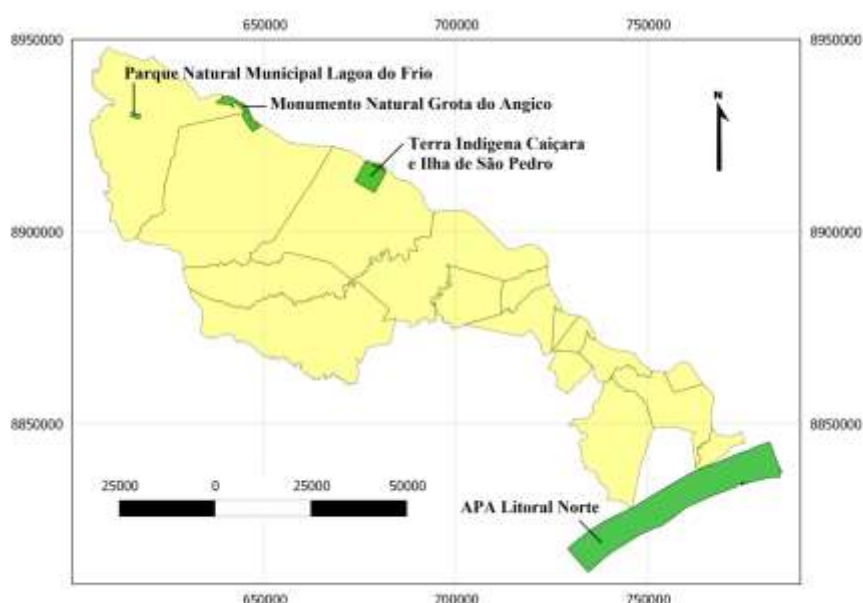


Figura 20 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Polo Velho Chico

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.

4.4.3.1. Parque Natural Municipal de Lago do Frio

Segundo dados de Silva (2010), esta unidade de conservação foi criada através do Decreto 041 de 23 de outubro de 2001, se localiza no município de Canindé do São Francisco. É considerada uma unidade de conservação municipal e classificada na categoria de proteção integral com uma área de 278,99 hectares. Porém, apesar da criação, esta Unidade de

Conservação resguarda apenas fragmentos de vegetação de caatinga que continua sendo marcado pela ação antrópica o que vem descaracterizando-o cada vez mais. (MELO & SOUZA et.al., 2009)

4.4.3.2 Monumento Natural Grota do Angico

Dentre as Unidades de Conservação do Polo, destaca-se o Monumento Natural Grota do Angico, por sua importância e extensão. Dados da SEMARH (Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe) descrevem:

O Monumento Natural Grota do Angico, unidade de conservação estadual criada através do Decreto 24.922 de 21 de dezembro de 2007, está situada no Alto Sertão Sergipano, a cerca de 200 km de Aracaju, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, às margens do Rio São Francisco. A região abriga remanescentes florestais da Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro e quase em sua totalidade nordestino.

Com uma área total de aproximadamente 2.183 hectares, o Monumento Natural Grota do Angico guarda uma biodiversidade bastante significativa, como observado pelos pesquisadores durante expedição ao local entre 13 e 15 de maio de 2007. Durante dois dias e meio, os estudiosos encontraram 63 espécies de plantas, 10 de abelhas, 14 anfíbios (sapos, rãs e pererecas), nove répteis (entre lagartos e serpentes), e 21 espécies de mamíferos, entre elas algumas espécies classificadas como vulneráveis. Segundo os pesquisadores, em todos os grupos estudados existe uma expectativa de ampliação da lista de espécies, o que atesta a grande biodiversidade preservada nesse reduto da Caatinga.

Estudos sobre aves são recentes para a Unidade, mas já apresentam resultados que apontam para a importância da preservação da caatinga. Ruiz-Esparza et al. (2011) identificaram 140 espécies de aves, sendo que dessas 14 são endêmicas do Brasil, nove são endêmicas da caatinga e uma (*Herpsilocmus pectoralis*) listada pela IUCN (International Union for Conservation of Nature) como ameaçada de extinção na categoria de vulnerável.

Porém, sua importância não se deve apenas pela sua riqueza biológica. A Grota do Angico possui valor histórico e cultural para o sertão sergipano e para o Nordeste. A região foi alvo da rota do Cangaço e foi o cenário da morte do maior ícone deste movimento, Virgolino Ferreira, o Lampião, além de sua companheira Maria Bonita e outros nove cangaceiros, em 28 de julho de 1938 pela polícia volante de Alagoas.

A proteção desse sítio ecológico e histórico representa um grande avanço do Estado rumo à conservação da Caatinga, bioma historicamente pouco estudado, mas que hoje tem reconhecida sua riqueza, em especial por se tratar de um remanescente cercado de importância histórica para Sergipe, tornando-se um exercício único de conservação ambiental e valorização cultural.

De acordo com Silva (2010), este monumento é de domínio público e privado com gestão estadual que administra o plano de manejo da unidade de conservação. O Plano de Manejo da UC está disponível em <http://www.semarh.se.gov.br/>.

4.4.3.3 APA do Litoral Norte

Dados da SEMARH (Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe) descrevem:

“Através do Decreto nº 22.995 de 09 de novembro de 2004 foi instituída a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte. Compreendendo um perímetro de aproximadamente 473,12 km², a unidade situa-se nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande e tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento econômico-social da área, voltada às atividades que protejam e conservem os ecossistemas ou processos essenciais à biodiversidade, à manutenção de atributos ecológicos, e à melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo GOMES et al. (2006) A APA do Litoral Norte, apresenta uma diversificação de ambientes como: Dunas, Restingas, Ilhas e Manguezais de extrema importância para a região. Tendo em vista que é localizada em área de pouco desenvolvimento e ocupação.

A APA do Litoral Norte, com uma área de 41.311 ha abrange parcelas dos Municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande. É uma área remanescente de mata atlântica, conta com ecossistemas de dunas, de restingas, de manguezais, além de ilhas e lagoas. Essa unidade encontra-se no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para regulamentação, aguardando resolução de alguns entraves como a sobreposição na área da REBIO de Santa Isabel pela falta de consulta pública, e por englobar a cidade em seu perímetro. Desse modo, também se encontra sem gestão e gerenciamento (MELO & SOUZA et al., 2010).

4.4.3.4 Terra Indígena Caiçara/ Ilha de São Pedro

Sobre a Terra Indígena Caiçara / Ilha de São Pedro a legislação dispõe do Decreto No 401, de 24 de Dezembro de 1991 que informa em seu Artigo 1º: Fica homologada, para os efeitos do artigo 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da área indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto da Folha, Estado de Sergipe caracterizada como de ocupação tradicional e permanente do grupo indígena Xocó, com superfície de 4.316,7768ha (Quatro mil, trezentos e dezesseis hectares, setenta e sete ares e sessenta e oito centiares) e perímetro de 35.529,93 metros (trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e nove metros e noventa e três centímetros).

A situação jurídica e administrativa das Terras Indígenas se encontra em conflito devido à invasão de fazendeiros, falta indenização, além da grande interferência do projeto da Transposição das águas do rio São Francisco e barragens (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2011).

4.5 Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística e dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo (Aspectos Legais Relevantes)

4.5.1 Identificação Base Legal Turística

4.5.1.1 Federal

Lei Nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008.

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

Lei Nº 11.637 de 28 de Dezembro de 2007

Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.

Portaria 127 de 28 de Julho de 2011 do Ministério do Turismo

Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo – Mtur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Tal portaria define, em caso de delegação de competência, como deverão proceder tanto o Ministério do Turismo, quanto o órgão delegado.

Portaria 128 de 26 de Julho de 2011

Institui o Comitê Interministerial de Facilitação Turística – CIFat, criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e designa seus membros titulares e suplentes.

4.5.1.2 Estadual

A Constituição estadual em seu Art. 159. Define que “O turismo será incentivado e promovido pelo Estado e Municípios, objetivando-se o desenvolvimento social e econômico, garantida a preservação do sistema ecológico e das condições de equilíbrio do meio ambiente.”

Em geral, as leis sergipanas pertinentes ao turismo são de ordem administrativa, órgãos são criados, organogramas reorganizados e outras questões, como salários e aprovação de créditos orçamentários, também são tratadas. Algumas dessas leis são:

Lei Nº 6.378 – de 31 de março de 2008

Acrescenta dispositivos ao art. 7º da Lei nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Sergipana de Turismo S.A. – EMSETUR, e dá providências correlatas.

Lei Nº 6.248 – de 10 de dezembro de 2007

Dispõe sobre a Unidade Executora Estadual do PRODETUR/SE – UEE/SE-PRODETUR/SE, da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, e dá providências correlatas

Não foram encontradas leis que regulamentem o turismo ou que instituem Planos, programas e projetos relacionados diretamente ao tema.

4.5.1.3 Municipal

Em âmbito municipal, não foram identificadas legislações que versem sobre a atividade turística, em relação aos seus Planos diretores, dentre os municípios do Polo Costa dos Coqueirais, apenas Laranjeiras possui Plano de Turismo previsto em seu Plano Diretor.

Tabela 24 - Planos Municipais de Turismo Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	PLANO DE TURISMO
INDIAROBA	Não
SANTA LUZIA DO ITANHY	Não
ESTÂNCIA	Não
ITAPORANGA D'AJUDA	Não
SÃO CRISTÓVÃO	Não
ARACAJU	Não
BARRA DOS COQUEIROS	Não
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Não
LARANJEIRAS	Sim
SANTO AMARO DAS BROTAS	Sem informação
PIRAMBU	Não
PACATUBA	Não
BREJO GRANDE	Não

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR. 2012.

4.5.2 Identificação da Base Legal Ambiental

4.5.2.1 Federal

Constituição Federal de 1988

Na Constituição Federal do Brasil, são definidos os direitos dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos; e são estabelecidos limites para o poder dos governantes.

Código Florestal – Lei nº. 4.771, de 15/10/1965 e Lei nº. 7.511, de 07/07/1986

Dispõe sobre normas referentes a florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem.

Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº. 6.938, de 1981

Dispõe sobre os fins, mecanismos e aplicação da Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras Providências.

Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Lei de Crimes Ambientais – Lei nº. 9.605/98 e o Decreto nº. 3.179/99

Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, enquanto que o Decreto nº 3.179/99 dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis a estas condutas, descrevendo as penalidades, pecuniárias e não pecuniárias, a serem impostas ao infrator, em separado ou cumulativamente.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – Lei nº. 9.985, de 18/07/2000 e Decreto de Regulamentação nº. 4.340, de 22/08/2002.

A Lei nº. 9.985, de 18/07/2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. O Decreto nº 4.340, de 22/08/2002 regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

4.5.2.2 Estadual

Constituição Estadual (Sergipe), de 05/10/1989.

Lei Nº 5.858 de 22 de Março de 2006

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.

Unidades de Conservação e Terras Indígenas

No Polo Velho Chico encontram-se 3 Unidades de Conservação que possuem responsabilidades de administração nas diversas esferas legais. Apenas uma Terra Indígena está presente no Polo, a Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha. Essas Unidades foram criadas por Decretos, sendo administradas pela esfera federal, estadual e municipal mostra, como mostra a Tabela 25. **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Tabela 25 - Decretos das Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Polo Velho Chico

UNIDADE	ADM.	ÁREA	DECRETO	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE LAGOA DO FRIO	Municipal	278,99ha	Decreto nº 041 23/10/2001	Canindé de São Francisco	Caatinga
MONUMENTO NATURAL DA GROTA DO ANGICO	Estadual	2.183ha	Decreto nº 24.922 21/12/2007	Poço Redondo, Canindé do São Francisco	Caatinga
APA DO LITORAL NORTE	Estadual	41.311 ha	Decreto nº 22.995 de 09/11/2004	Ilha das Flores	Mata Atlântica
TERRA INDÍGENA CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO	Federal	4.316,7768ha	Decreto nº 401, de 24 de dezembro de 1991	Porto da Folha	Não se aplica

Fonte: SEMARH, 2011.

4.5.3 Instrumentos de Uso e Ocupação do Solo

Em nível local, alguns municípios do Polo Velho Chico dispõem de instrumentos legais que visam auxiliar na proteção dos ecossistemas e no uso racional dos recursos ambientais, como os Planos Diretores e Códigos de Obras que a partir da exigência legal (Estatuto das Cidades) foram elaborados incorporando os parâmetros de uso e ocupação do solo.

Foi verificado que apenas 06 municípios apresentam seus Planos Diretores (Japoatã, Propriá, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco). O fato se justifica pelo fato da maioria dos municípios do Polo não apresentar obrigatoriedade legal de elaborar Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. No que tange ao Código de Meio Ambiente, apenas três municípios dispõem de tal instrumento, Neópolis, Propriá e Canindé do São Francisco, como mostra a Tabela 26.

Já, com relação às questões turísticas, o número de municípios que não dispõe das normas que direcionem estas atividades é bastante elevado, apenas Neópolis e Canindé do São Francisco possuem instrumento de desenvolvimento do turismo como mostra a Tabela 26 e a Tabela 27.

Tabela 26 - Situação dos Planos Diretores no Polo Velho Chico

MUNICÍPIO	PLANO DIRETOR	Lei
ILHA DAS FLORES	Não	-
NEÓPOLIS	Não*	-
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	Não	-
JAPOATÃ	Sim	Lei Nº 320/2009
CEDRO DE SÃO JOÃO	Não	-
PROPRIÁ	Sim	Lei Nº 481/2009
TELHA	Não	-
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	Não	-
CANHOBÁ	Não	-
ITABI	Não	-
NOSSA SENHORA DE LOURDES	Não	-
GARARU	Não	-
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	Não	-
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Sim	Lei Nº 726/2007
PORTO DA FOLHA	Sim	Lei Nº 298/2006
POÇO REDONDO	Sim	Lei Nº 249/2007
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Sim	Lei Complementar Nº 06/2006

Fonte: SEPLAG, 2012.

Tabela 27 - Legislações Municipais Vigentes do Polo Velho Chico

MUNICÍPIO	CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE	CÓDIGO DE OBRAS
ILHA DAS FLORES	Não	Não
NEÓPOLIS	Sim	Sim
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	Sem informação	Sem informação
JAPOATÃ	Não	Não
CEDRO DE SÃO JOÃO	Não	Não
PROPRIÁ	Sim	Sim
TELHA	Não	Sem informação
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	Não	Não
CANHOBÁ	Sem informação	Sem informação
ITABI	Não	Não
NOSSA SENHORA DE LOURDES	Não	Não
GARARU	Não	Não
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	Sem informação	Sem informação
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	Não	Sim
PORTO DA FOLHA	Não	Sim
POÇO REDONDO	Não	Não
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Sim	Sim

Fonte: SEPLAG, 2012.

A ausência de instrumentos normativos – Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo, dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há regras sobre o ordenamento do território, do meio ambiente e também das atividades econômicas ali desenvolvidas.

4.6 Análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região.

A identificação das entidades atuantes no setor turístico apresentada no item 4.3 do presente documento. E sobre a avaliação das interações é importante ressaltar que para interações institucionais funcionem de forma eficiente, a gestão do turismo no Polo deve priorizar ações que sejam desenvolvidas em conjunto com todos os níveis governamentais como também com as mais diversas instituições da sociedade civil.

Em Sergipe, a interação entre os órgãos estaduais e federais do turismo tem sido cada vez mais estreita, já que novos planos, programas e projetos estão sendo incentivados no estado. Porém, este estreitamento ainda não é refletido nas relações entre estado e municípios.

Quando se trata da municipalização das interações institucionais percebe-se a necessidade de uma maior sincronização de ações. Alguns gestores municipais apontam fatores políticos, o que de fato existe é uma clara dificuldade de comunicação entre os órgãos gestores do turismo nos municípios e no estado de Sergipe.

Dentro de um quadro de interações institucionais, é importante ressaltar a atuação do setor privado. Apesar de possuírem objetivos diferentes, já que o poder público busca o desenvolvimento do bem social, enquanto o privado busca a obtenção de retornos financeiros, ambos podem equilibrar suas ações para a consecução dos objetivos em comum.

Diante do apresentado, nota-se a necessidade da existência de parcerias entre os diversos setores envolvidos na atividade turística. Para isso, os órgãos responsáveis pela gestão do turismo precisam ser mais atuantes, fortalecendo interações com setores privados e da sociedade civil através da instituição de mecanismos que incentivem o debate sobre o desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões do Polo Velho Chico.

4.7 Identificação dos Principais Planos, Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para o Prodetur/SE Nacional no Estado.

4.7.1 Planos, Programas e Projetos de Turismo

Federais

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Plano Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	Em andamento	O Plano Nacional de Turismo é o principal norteador desta atividade no Brasil, desta forma deve ser considerado nas ações do PRODETUR/SE Nacional.

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Planejamento e Gestão	Ministério do Turismo	Em andamento	Para o pleno desenvolvimento de um turismo sustentável, diante da abrangência da atuação e do porte de um programa como o PRODETUR/SE, a boa articulação dos diversos setores atuantes na atividade turística surge como um dos principais desafios.
Planejamento e Gestão	Regionalização do turismo	Ministério do Turismo	Em andamento	Este Programa de Regionalização do Turismo pode contribuir com a criação de produtos unificados, através de roteiros regionais, o que facilitará ações para consolidação do turismo nos Polos.
Planejamento e Gestão	Informações e estudos Turísticos	Ministério do Turismo	Em andamento	Poderá contribuir para o PRODETUR/SE com o assessoramento em Avaliação de impactos, positivos ou não, em diversos setores, o que ajudará na estruturação, fortalecimento e na sustentabilidade da atividade turística dos Polos citados. Informações relevantes poderão ser geradas, ajudando na geração de um sistema de informações que servirá para guiar atividades desenvolvidas nos Polos.
Planejamento e Gestão	Infraestrutura Pública	Ministério do Turismo	Em andamento	Visto que na matriz de Investimento do PRODETUR/SE Nacional em Sergipe, as principais ações são obras de Infraestrutura e que não se pode pensar a atividade turística sem uma infraestrutura de apoio bem consolidada, um programa que vise o desenvolvimento da INFRAESTRUTURA PÚBLICA deve ser encarado como um principal atrativo de apoio para as ações do PRODETUR/SE Nacional.

Fonte: Planos, Programa e Projetos Federais de Turismo, 2012.

• Estaduais

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Política Estadual de Turismo	EMSETUR	Em Andamento	Mesmo sendo ainda bastante recentes as iniciativas para regularização do Turismo no Estado de Sergipe, através de programas, planos e projetos, são de suma importância que iniciativas do PRODETUR/SE Nacional observem o Plano Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (BRASIL, 2009 ^a) já que os mesmos refletem a realidade sergipana e o que o estado tem como meta para a atividade turística.
Planejamento e Gestão	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (Brasil, 2009 ^a)	EMSETUR	Em Andamento	

Fonte: Planos, Programa e Projetos Estaduais de Turismo, 2014.

4.7.2 Planos, Programas e Projetos Federais de Infraestrutura

- Federais**

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Infraestrutura	Duplicação da BR-101	SEINFRA/DER-SE	Em andamento	As rodovias e estradas planejadas e em fase de elaboração melhoram a infraestrutura de acesso aos atrativos e buscar trazer maior ênfase a outras intervenções do PRODETUR/SE e desenvolvimento ao turismo.

Fonte: SEINFRA/DER, 2014.

- Estaduais**

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Infraestrutura	Construção de Orla e Atracadouro em Santana do São Francisco - Povoado Saúde	CEHOP/SEINFRA	Projetos executivos em elaboração pela CEHOP	Essas obras de infraestrutura darão maior suporte ao aumento dos fluxos turísticos e são de significativa importância para a fomentação do turismo no Polo Velho Chico.
Infraestrutura	Construção de atracadouro em Propriá	CEHOP/SEINFRA	Projetos executivos em elaboração	
Infraestrutura	Construção de atracadouro em Gararu	CEHOP/SEINFRA	Projetos executivos em elaboração	
Infraestrutura	Construção de atracadouros em Poço Redondo – Currálinho e Bom sucesso	CEHOP/SEINFRA	Projetos executivos em elaboração	
Infraestrutura	Construção de Orla e atracadouro – Prainha, Canindé de São Francisco	CEHOP/SEINFRA	Projetos executivos em elaboração pela CEHOP	
Infraestrutura	Criação e implantação do Centro de Referência e Museu do Cangaço em Canindé do São Francisco	CEHOP/SEINFRA	Projeto em elaboração pelo Escritório Ágora – parceria Sociedade do Cangaço	

Fonte: SEINFRA/CEHOP/DER, 2014.

4.7.3 Planos, Programas e Projetos Federais no âmbito ambiental

- Federais**

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Conservação e recuperação	Convênio Fundo Clima	Ministério do Meio Ambiente	Andamento	Esses Programas subsidiarão o levantamento de informações e desenvolvimento de estudos nas

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Inventário Florestal Nacional de Sergipe	Ministério do Meio Ambiente	Andamento	temáticas que possibilitarão a gestão e conservação dos recursos naturais, cruciais para o turismo.

Fonte: SEMARH, 2014.

• **Estaduais**

Tema	Plano, programa ou projeto	Órgão responsável	Situação geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Conservação e recuperação	Executar ações do preservando nascentes em municípios / adote um manancial	SEMARH	Andamento	A execução deste projeto promoverá melhorias nos recursos hídricos da região, auxiliando na conservação e na conscientização da população, possibilitando a adoção de práticas mais sustentáveis no desenvolvimento da atividade. O planejamento de ações e a Gestão Ambiental realizados de forma adequada, minimiza o poder impactante do desenvolvimento da atividade turística e tende a aumentar o sucesso dessa atividade. Nesse sentido esses instrumentos que serão elaborados e/ou revisados facilitam a gestão ambiental local, visando não somente o lucro fácil e momentâneo, mas possibilitando o desenvolvimento do turismo sustentável.
Planejamento e Gestão	Implementar o Plano Estadual de Florestas	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Planos de gestão de resíduos sólidos dos territórios Agreste Central e Baixo São Francisco.	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração de (01) Plano de Gestão de Orla	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração de (07) Planos Municipais de Gestão de Combate à Desertificação	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração de Plano Estadual de Coleta Seletiva	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Formular a Política Estadual de Combate à Desertificação	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração do ZEE	SEMARH	Andamento	

Fonte: SEMARH, 2014.

4.7.4 Planos, Programas e Projetos (PPP) previstos na matriz de investimento do PRODETUR/SE

A Unidade Executora do PRODETUR/SE Nacional em Sergipe prevê, em sua matriz de investimentos, as seguintes ações:

Tabela 28 - Ações Programadas para o Desenvolvimento do Turismo no Polo Velho Chico

Componente - Estratégia do Produto Turístico
Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial
Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico)
Adequação da trilha do cangaço (abertura de trecho, sinalização, melhoria)
Elaboração do projeto e implantação do Centro de Referência do Cangaço (Poço Redondo)
Componente - Fortalecimento Institucional
Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo)
Elaboração de diagnósticos da gestão municipal do turismo
Implementação do fortalecimento de gestão municipal do turismo
Implementação do fortalecimento institucional dos órgãos estaduais gestores de turismo
Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos (Xingó, Litoral Norte, Aracaju, cidades históricas e Litoral Sul)
Sistema de monitoramento do Programa
Elaboração dos Planos Diretores municipais (municípios que não o têm e receberão ações do PRODETUR/SE: Santo Amaro, Pirambu, Brejo Grande, Santana do São Francisco e Gararu)
Revisão do PDITS Costa dos Coqueirais e Velho Chico
Componente - Infraestrutura e Serviços Básicos
Construção de Orlas e atracadouros: Prainha (Canindé de São Francisco), Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy)
Construção de Orlas e atracadouros: Pontal (Indiaroba), Povoado Saúde (Santana do São Francisco)
Construção e recuperação de atracadouros em: Curralinho e Bom Sucesso (Poço Redondo); Brejo Grande; São Cristóvão e Indiaroba (Terra Caída)
Elaboração do Projeto Executivo e Construção da Rodovia SE-405 Curralinho - Poço Redondo
Componente - Gestão Ambiental
Elaboração de estudos de capacidade de carga de destinos turísticos
Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental
Elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental
Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
Elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais
Zoneamento Econômico e Ambiental
Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba), Prainha (Canindé de São Francisco)

Fonte: Unidade Executora do PRODETUR/SE Sergipe, 2014.

4.8 Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e outras Propostas de Uso de Atrativos Ambientais na Região.

Conflito pode ser interpretado como qualquer forma de oposição de forças antagônicas. Significa diferenças de valores, “escassez de poder, recursos ou posições, divergências de percepções ou ideias, dizendo respeito, então, à tensão e à luta entre as partes” (BREITMAN; PORTO, 2001). Para Warat (1999) são justamente os desejos, as intenções e os quereres que são evocados quando se desvela o material latente dos conflitos.

Diversas atividades socioeconômicas, que indicam intenções e vontades, são desenvolvidas no Polo Velho Chico. São atividades de geração de energia, atividades de extrativismo vegetal e animal, atividades artesanais e iniciativas turísticas e imobiliárias.

Diante de tamanha diversidade de atividades e atores, a possibilidade de surgimento de conflitos é natural. Aqui pontuaremos alguns conflitos em potencial decorrentes do uso e apropriação dos recursos naturais locais.

Como pode ser observado através do próprio nome, o Polo Velho Chico abrange a área de influência do Rio São Francisco. Os principais pontos com potencial turístico são aqueles proporcionados pelo Rio, podendo-se citar como exemplo os Cânions de Xingó, localizado na região do Município de Canindé de São Francisco, segundo destino mais visitado de Sergipe.

Ao mesmo tempo em que é responsável pela existência dos principais atrativos naturais da região, o Rio São Francisco é a principal razão de conflitos na área do Polo do Velho Chico. São conflitos de interesse na gestão dos recursos hídricos, já que, mesmo o Rio sendo de domínio federal, vários órgãos públicos locais exercem influência sobre o mesmo.

Existem também conflitos gerados pela grande quantidade de tipos de usuários, já que os recursos hídricos, oriundos do São Francisco, são utilizados para diversos fins, como, por exemplo, geração de energia, abastecimento humano e animal, diversas culturas agrícolas, além da utilização para turismo e lazer.

O desenvolvimento de ações de turismo na região pode gerar ou agravar conflitos tanto relacionados à gestão como também a uso e apropriação dos recursos proporcionados pelo Rio São Francisco.

A atividade do turismo pode provocar profundas alterações no local onde se desenvolve, tornando as relações de gestão e uso ainda mais complexas. Para existência de um turismo realmente sustentável, deve-se dar “vez e voz” a todos os setores da sociedade e incentivar uma nova forma de administração, onde os interesses econômicos e das comunidades locais e tradicionais desenvolvam-se de forma planejada.

Devido à multiplicidade de atores sociais e interesses diversos pelos recursos naturais, não se deve pensar a região com um único viés de desenvolvimento. Há necessidade de contemplar tanto o desenvolvimento do setor empresarial, como manter a base de sustento das comunidades tradicionais, evitando-se assim, que sejam espoliadas e/ou expropriadas dos territórios que ajudaram a conservar.

5 Diagnóstico – Polo Velho Chico

O Diagnóstico é parte integrante da etapa de Análise do Contexto (Linha de Base e Diagnóstico). Trata-se de uma etapa elaborada a partir da Linha de Base, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS e outros materiais bibliográficos consultados, complementados com a consulta aos atores sociais relevantes (especialistas), com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem consideradas nas recomendações da AAE às ações propostas nos PDITS.

Diagnóstico preliminar feito nos municípios que compõem o Polo Velho Chico possibilitou a identificação de características naturais, socioeconômicas e turísticas das localidades das ações planejadas. A análise se deu de forma multidisciplinar, com profissionais das áreas de engenharia, biologia, turismo e geografia, permitindo um maior aprofundamento no conhecimento das peculiaridades de cada município.

Através deste Diagnóstico será possível identificar e distinguir as condições e possíveis impactos ambientais e socioeconômicos, nas áreas de influência das ações programadas, com a intensificação do fluxo turístico nos municípios dos Polos.

5.1 Situação Geral do Polo Velho Chico

A região do Polo Velho Chico abrange os municípios que margeiam o Rio São Francisco, respectivamente, totalizando 17 municípios como área de influência direta do Programa, inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo eles: Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Japoatã, Cedro de São João, Propriá, Telha, Amparo de São Francisco, Canhoba, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

Dados colhidos em campo e levantados nos estudos feitos para a região permitem indicar uma forte relação de centralidade no entorno de Aracaju, que exerce em relação ao Polo um papel de receptora, sendo na maioria dos casos o único local de pernoite do turista, que acaba visitando os demais destinos apenas durante o dia. O município de Canindé conta apenas com 288 leitos em 5 unidades hoteleiras, embora seja o principal destino no Polo. Enquanto Propriá apresenta um número maior de leitos, 351, estando na fronteira com o estado de Alagoas.

O Polo Velho Chico, apesar de abranger municípios que margeiam o exuberante Rio São Francisco, tem sua vocação turística voltada para o desenvolvimento de turismo de caráter regional. Considerando o fluxo de visitantes do próprio estado e dos estados vizinhos, observa-se que são atraídos pelas festas populares e pelo turismo náutico. Merece destaque neste cenário o município de Canindé do São Francisco que vem se consolidando como destino nacional com atrativos como o Cânion do São Francisco, por suas atividades de ecoturismo.

Os ecossistemas naturais que marcam o Polo são bem distintos entre si e os mesmos são caracterizados de forma abrangente pelo bioma Mata Atlântica e Caatinga (de forma mais marcante). Infelizmente, o Polo Velho Chico, que possui uma paisagem árida, ainda não possui

uma estratégia turística consolidada para a exploração sustentável de seu potencial natural e histórico. De forma geral, a beleza dos ecossistemas, a biodiversidade e a importância desses ambientes conferem a essas regiões a oportunidade de desenvolvimento do turismo sustentável, ou seja, a integração de objetivos entre as políticas de desenvolvimento da atividade e de gestão do meio ambiente, pois seus principais atrativos estão protegidos pela legislação ambiental. Além da barragem e reservatório do Xingó e do extenso canyon, a foz do Rio São Francisco chama a atenção pela variedade de paisagens formadas pelo seu delta, que se inicia a jusante da cidade de Penedo e se alarga em direção à praia, por onde se estende por cerca de 35Km em território sergipano.

Do ponto de vista econômico, as atividades desenvolvidas no polo são ligadas ao setor primário, principalmente, com a agropecuária em destaque. Os cultivos da mandioca, frutíferas e feijão são produzidos nos municípios de Canindé do São Francisco, Porto da Folha, Poço Redondo e outros. A pecuária é um setor de destaque nos municípios de Porto da Folha, Gararu, Cedro de São João e Monte Alegre e outros, representando em 2008 cerca de 52% do leite produzido no estado. No setor secundário se destacam os municípios de Canindé do São Francisco, com a hidrelétrica de Xingó, 87,48% do setor industrial. O trabalho artesanal também se configura como atividade econômica, principalmente nos municípios que margeiam o Rio São Francisco. O setor terciário absorve o maior efetivo de mão de obra na administração pública. O comércio do Polo está centralizado nas cidades de Nossa Senhora da Glória, Propriá e Canindé do São Francisco.

O PIB Per Capita dos municípios do Polo Velho Chico é baixo, e há uma forte concentração no município de Canindé do São Francisco, R\$ 39.456,09, devido a presença da Usina Hidroelétrica da Chesf. Alguns municípios como Santana do São Francisco, Poço Redondo, Ilha das Flores, Amparo do São Francisco, apresentam deficiência em infraestrutura de serviços. Nossa Senhora da Glória e Canindé do São Francisco exercem centralidade dos serviços na região. No entanto, a capital Aracaju ainda exerce influência nesses territórios por concentrar a maior diversidade de serviços e atividades econômicas no estado. O índice de pobreza dessas localidades é alto o que reflete a baixa condição de renda dessas populações, e a incipiência dos serviços públicos nos municípios, tendo como maior índice o município Monte Alegre, com 64,24%.

É importante ressaltar que o turismo em localidades constituídas por comunidades tradicionais, pode exercer um impacto significativo. Portanto, as esferas institucionais e privadas que irão implantar e incrementar, ou até mesmo consolidar a atividade deverão se ater as questões culturais e da identidade do lugar dessas populações. Os PPPs devem ter como objetivo a preservação e consolidação das práticas culturais, religiosas e artísticas da comunidade.

A partir do século XIX ocorreu a valorização e intensificação da atividade do turismo o que acarretou na tomada de planejamento e gestão estratégica na aplicabilidade do turismo. A ação de políticas públicas tornou-se imprescindível para os planos e programas do turismo como forma de estruturar os espaços para o aumento do fluxo populacional que é consequência direta da atividade. A ação pública e as políticas públicas em conjunto com o setor privado devem

assegurar a gestão estratégica do turismo para que as vocações turísticas de uma determinada comunidade sejam mais bem aproveitadas tendo como prioridade essencial, a sustentabilidade.

Um dos obstáculos ao turismo de Sergipe no polo é quanto às políticas públicas que são empregadas nos municípios, pois são na maior parcela incipientes e não atendem a população local, tornando as localidades não atrativas ao turismo já que o mesmo se configura como uma atividade de atração populacional e de aumento de fluxo de pessoas dentro das localidades. Logo, há a necessidade de estruturar os municípios através das políticas públicas para que, com o aumento da população, os municípios estejam apropriados para as altas e baixas temporadas, pois há um aumento populacional em determinados períodos do ano e com isso a necessidade do aumento dos serviços e na fase de baixa populacional a manutenção das estruturas.

A atividade turística quando implantada nas localidades modifica características do lugar e age como (re)-produtora do espaço geográfico. A dinâmica populacional existente naquele território é intensificada, as fronteiras de influência são ampliadas e há uma hierarquização dos lugares que estão nas áreas de influência direta e indireta da atividade, ou seja, os municípios que são incrementados pelo turismo centralizam em alguns casos o setor terciário e exercem força atrativa as populações vizinhas da localidade.

Há diferenças culturais que são advindas do próprio processo de colonização e que regionalizam territórios. O Polo Velho Chico está inserido no sertão sergipano e teve, pelas condições naturais, uso e ocupação do solo explorado pela pecuária e mais recentemente pela agricultura. Com recurso advindo de programas federais, foi possível implantar e modernizar os perímetros irrigados na região para grupos de agricultores. A população local tem pouca participação nas atividades turísticas, sendo representada por 22 comunidades quilombolas, além de pessoas que trabalham exclusivamente com agricultura e pesca artesanal.

Observar as diferenciações culturais e o processo de construção das identidades destas populações em conjunto, destacando o processo de colonização, é essencial para a proposição e limitação das mudanças que posteriormente possam vir a ocorrer nas fases de implantação e operação do empreendimento turístico, para que não haja destruição das identidades culturais, mas um melhor aproveitamento da cultura do lugar.

Em cada município ou em caráter regional deverá haver com a inserção da atividade turística a identificação das potencialidades e vocações mais significativas do lugar visando o desenvolvimento econômico e social, como também priorizando a identidade cultural. Neste sentido, há a busca por parte dos órgãos gestores de turismo municipal, estadual e federal, além de associação e sindicatos ligados diretamente ao turismo para o desenvolvimento de políticas, planos e programas, agindo também como participantes ativos do Fórum de Turismo de Sergipe.

Os traços culturais dos municípios são comumente valorizados pela atividade turística e há localidades que têm as culturas consideradas superiores às comunidades adjacentes o que pode provocar a anulação das manifestações culturais dessas sociedades. O procedimento adequado a ser realizado nos municípios dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico é que os lugares com o desenvolvimento turístico não haja uma sobreposição dos lugares, mas a

conscientização e valorização das diferenças culturais e uma atenção em manter as identidades dessas comunidades.

Do ponto de vista ambiental pode-se destacar a exuberância do Rio São Francisco que além da riqueza biológica que comporta é também o maior atrativo turístico da região. Todavia, o Polo Velho Chico tem uma área expressiva de caatinga, bioma que comporta uma rica fauna e flora, e que, ao contrário do imaginário popular, é de uma enorme beleza cênica. Esse perfil confere à região uma oportunidade diferenciada de desenvolvimento do turismo sustentável que poderia ter um viés no turismo de natureza onde os visitantes estão interessados em ver espécies de plantas, aves, mamíferos e outros grupos animais característicos desse bioma 100% brasileiro.

Para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, deve-se incentivar uma nova forma de administração, onde os interesses econômicos e das comunidades locais e tradicionais desenvolvam-se de forma planejada. O turismo sustentável é mediado entre os interesses econômicos, da comunidade e a manutenção dos recursos naturais. O envolvimento da comunidade local é fator imprescindível para a garantia que o turismo não seja uma atividade geradora de desigualdades socioeconômicas nas comunidades. A interação da comunidade local com o desenvolvimento do turismo sustentável deverá constituir uma relação direta e contínua com o compromisso de resguardar os recursos naturais e a cultura do lugar para as gerações futuras.

Devido à multiplicidade de atores sociais e interesses diversos pelos recursos naturais, não se deve pensar a região com um único viés de desenvolvimento. Há necessidade de contemplar tanto o desenvolvimento do setor empresarial, bem como manter a base de sustendo das comunidades tradicionais, evitando-se assim, que sejam espoliadas e/ou expropriadas dos territórios que ajudaram a conservar. Devendo ter como foco a preservação das áreas e a inclusão social das comunidades tradicionais.

É imprescindível ressaltar que o processo de valorização dos lugares através da atividade turística é inerente ao processo de globalização dos espaços em que o aproveitamento das potencialidades da cultura pode se configurar como movimento contrário ao processo globalizante, pois comumente é observada uma padronização cultural, no entanto se houver a manutenção da cultura e o uso sustentável dos recursos naturais da localidade. Os recursos gerados pelo turismo podem vir desenvolver a economia e consequentemente gerar benefícios sociais às populações que estão inseridas nesses territórios.

5.2 Fatores Críticos Internos e Externos que Condicionam o Desenvolvimento do Turismo no Polo Velho Chico

O turismo em Sergipe nas últimas duas décadas foi intensificado pelo maior aproveitamento das condições naturais do Estado, mas ainda se constitui como atividade econômica deficiente em termos de infraestrutura urbana e exploração das singularidades culturais embutidas nas localidades. Como já destacado, o principal produto turístico ofertado no Polo Velho Chico está localizado em Canindé do São Francisco, como os cânions de Xingó.

Na maior parte do Polo Velho Chico, os planos, programas e projetos (PPP) existentes são mal aplicados ou inexistem, sendo possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido. Em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgãos públicos locais para que organizem e tornem a atividade turística atuante. Há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade nesta atividade.

No ramo do turismo as fragilidades e as potencialidades locais abrangem o aspecto institucional, social, socioambiental e de infraestrutura, traduzindo-os em vários fatores críticos, que estão intimamente ligados entre si e que norteiam uma visão estratégica ao processo de desenvolvimento da AAE. A seguir apresentam-se os fatores críticos de decisão identificados, através da matriz de SWOT (Quadro 1, Quadro 2 e Quadro 3), que representam áreas específicas do programa, em que seus resultados, quando satisfatórios, e ajudarão a melhorar o desempenho da atividade turística tornando-a competitiva. A metodologia utilizada foi apresentada no item 3 deste documento.

Quadro 1 - Fatores Críticos Internos e Externos do Turismo do Polo Velho Chico

COMPONENTE	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Produto Turístico	Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grotas do Angico Beleza cênica do Rio São Francisco	Baixa Qualificação profissional e empresarial	Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades (inventário, fluxo turístico) Incipiente valorização da história local e cultural (Roteiro do Cangaço);
Comercialização	Grande potencial de mercado turístico a ser explorado	Pequena oferta de divulgação e apoio de qualidade ao turista	Incentivo externo para a atividade turística e consequentemente incremento do fluxo turístico	Processo de concorrência com outros destinos.
Gestão Sócio Ambiental	Implementação de ações de preservação nas 03 unidades de conservação instituídas; Presença de comunidades com atividades econômicas e culturais tradicionais.	Carência de instrumentos e mecanismos de gestão social e ambiental; Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza.	Preservação dos atrativos naturais e culturais do polo; Captação de recursos para estudos e projetos sociais e ambientais;	Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo.
Fortalecimento Institucional	Atuação efetiva dos órgãos de turismo estaduais e federais.	Falta de integração dos órgãos responsáveis pela gestão municipal do turismo. Ausência de instrumentos normativos como: plano diretor, plano de uso e ocupação do solo, código de obras, código de meio ambiente, plano turístico.	Captação de recursos para elaboração do fortalecimento institucional.	Risco de descontinuidade administrativa;
Infraestrutura	Ações de melhoria da infraestrutura: em esgotamento sanitário, implantação das rodovias, iluminação pública, abastecimento de água;	Carência em infraestrutura turística, destacando acessibilidade, sinalização, meios de hospedagem e gastronomia; Escassez de investimentos em serviços públicos, como pavimentação, esgotamento sanitário, iluminação pública, abastecimento de água e manejo de resíduos.	Programas governamentais de saneamento ambiental, energia elétrica e construção e recuperação de rodovias;	Mudança da política governamental de investimento em infraestrutura e serviços básicos.

Quadro 2 - Fatores Críticos Internos e Externos Estratégicos do Polo Velho Chico

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grotas do Angico; Grande potencial de mercado turístico a ser explorado.	Baixa qualificação profissional e empresarial; Pequena oferta de divulgação e apoio de qualidade ao turista; Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza; Falta de integração dos órgãos governamentais; Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficientes.
Oportunidades	Ameaças
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos; Incentivo externo para investimento na atividade turística, no fortalecimento institucional e na elaboração de estudos e projetos sociais e ambientais; Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos.	Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades (inventário, fluxo turístico); Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo; Risco de descontinuidade administrativa.

Quadro 3 - Polo Velho Chico: Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo

Fatores Internos Fatores Externos	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grotas do Angico; Grande potencial de mercado turístico a ser explorado.	Baixa Qualificação profissional e empresarial; Pequena oferta de divulgação e apoio de qualidade ao turista; Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza; Falta de integração dos órgãos governamentais; Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficientes.
OPORTUNIDADES	Consolidação do Polo como destino turístico.	Melhoria na qualidade dos serviços turísticos; Geração de infraestrutura adequada às necessidades do mercado turístico; Efetivação da Rede institucional.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos; Incentivo externo para investimento na atividade turística; Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos		
AMEAÇAS	Acompanhamento e atualização do PDITS; Monitoramento do desempenho das ações do PRODETUR/SE.	Elaboração de estudos e projetos, visando o desenvolvimento turístico; Implantação de políticas públicas de geração de competitividade.
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades (inventário, fluxo turístico); Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo; Risco de descontinuidade administrativa.		

5.3 Identificação dos Elementos Centrais

5.3.1 Institucionalidade e Governança do Turismo

O Turismo, quando planejado de forma sustentável pode se destacar pela geração de riquezas, melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, valorização e recuperação do patrimônio natural e cultural. Além disso, pode promover o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como os transportes e o comércio locais, gerando renda e aumentando o desenvolvimento socioeconômico.

O impacto da falta de planejamento na atividade turística contribui para o aumento ou acentuação da pobreza, descaracterização das culturas tradicionais, degradação das paisagens, diminuição da diversidade faunística, redução da qualidade da água, entre outros. Os impactos gerados constituem uma ameaça para o desenvolvimento socioambiental local.

As ações do turismo devem ser institucionalizadas, ou seja, devem estar baseadas legalmente no planejamento governamental, viabilizando desta forma a sustentabilidade da atividade, sendo que o elemento institucionalidade e governança do turismo deve estar atrelado às diretrizes de planejamento próprias as particularidades do programa. Neste estudo foram selecionadas as diretrizes de acordo com a Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos (Quadro 3), destacando como componentes a Consolidação do Polo como destino turístico; o Acompanhamento e atualização do PDITS; o Monitoramento do desempenho das ações do PRODETUR/SE; a Efetivação da Rede institucional; e a Implantação de políticas públicas de geração de competitividade, conforme segue representados na Figura 20.

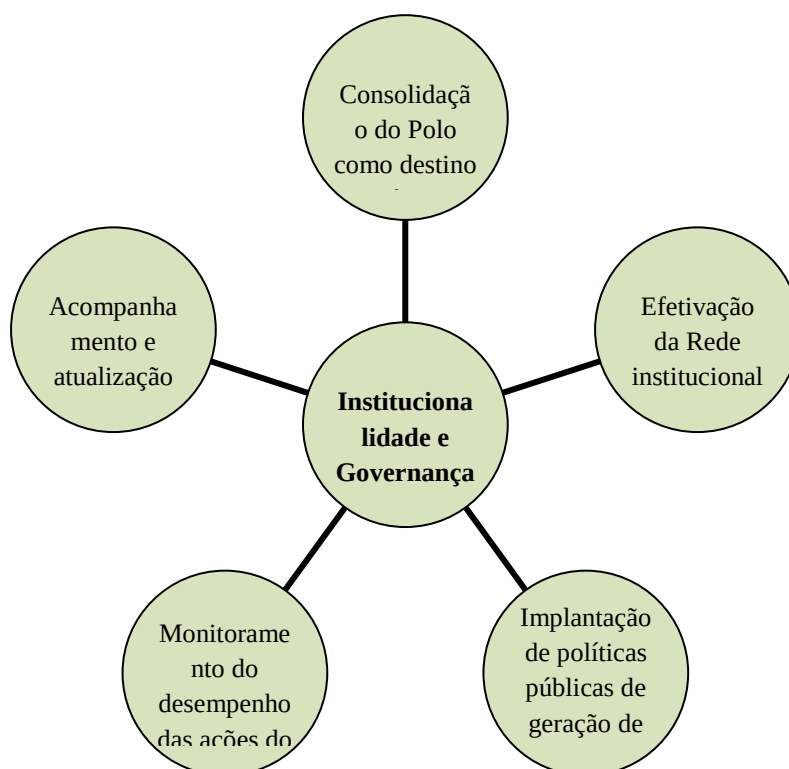


Figura 20 – Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento

A atividade turística deve estar prevista em planos, programas, projetos e em metas orçamentárias, baseadas em estudos de avaliação de impactos. Desta forma, torna-se imprescindível que legislações acerca do turismo sejam planejadas, discutidas e aprovadas.

Em Sergipe, a atividade turística está prevista nos Plano Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 e para o avanço de qualquer atividade turística no Polo Velho Chico, estes planos e o PDITS devem ser considerados. Entretanto, nos municípios do Polo há uma clara desarticulação no planejamento do turismo local, o que é evidenciado pela deficiência na comunicação com os órgãos estaduais, ausência de Planos de Turismo municipais e, muitas vezes, falta de interesse nesta atividade.

A multiplicidade de atores envolvidos na área de abrangência do Polo Velho Chico também tem dificultado a elaboração de um planejamento unificado, levando em conta as esferas Federal, Estadual e Municipal e ainda os setores atuantes da sociedade civil.

Na área ambiental não foram identificados planos, programas ou projetos especificamente, direcionados para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. A maioria das ações programadas para o desenvolvimento do turismo no Polo Velho Chico visam a construção de estruturas físicas de construção civil, que objetivam melhorar acessos, pavimentar orlas e trazer o saneamento para as regiões que receberão os investimentos. Essas iniciativas são importantes, mas deve-se salientar que em regiões em que os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais, a inexistência de ações articuladas pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

5.3.2 Oportunidades Oferecidas no ramo do Turismo para o Desenvolvimento do Polo

Segundo dados da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) o estado de Sergipe possui localização privilegiada, no meio da costa brasileira, Sergipe concentra em seus pouco menos que 22 mil km² uma diversidade paisagística e cultural que impressiona os visitantes, convertendo-se em oportunidade, um local ideal para negócios turísticos. São 163 km de praias, sem obstáculos naturais, águas mornas margeadas por dunas e cortadas por seis desembocaduras de rios, o que gera uma ótima opção para o turismo de lazer.

Além das belezas naturais do Polo deve-se destacar o surgimento de novas oportunidades para o desenvolvimento regional através da atividade turística, a exemplo, do financiamento do BID, dos recursos desprendidos para planos, programas e projetos, e os grandes eventos mundiais que o Brasil sediará como a Copa do mundo e as Olimpíadas esportivas. Na análise estratégica deste elemento central, definiu-se algumas diretrizes de planejamento, tais como: Melhoria na qualidade dos serviços turísticos; Geração de infraestrutura adequada às necessidades do mercado turístico; e Elaboração de estudos e projetos, visando o desenvolvimento turístico, de acordo com a análise correlacionada da Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos (Quadro 3) e conforme segue representados na Figura 21.

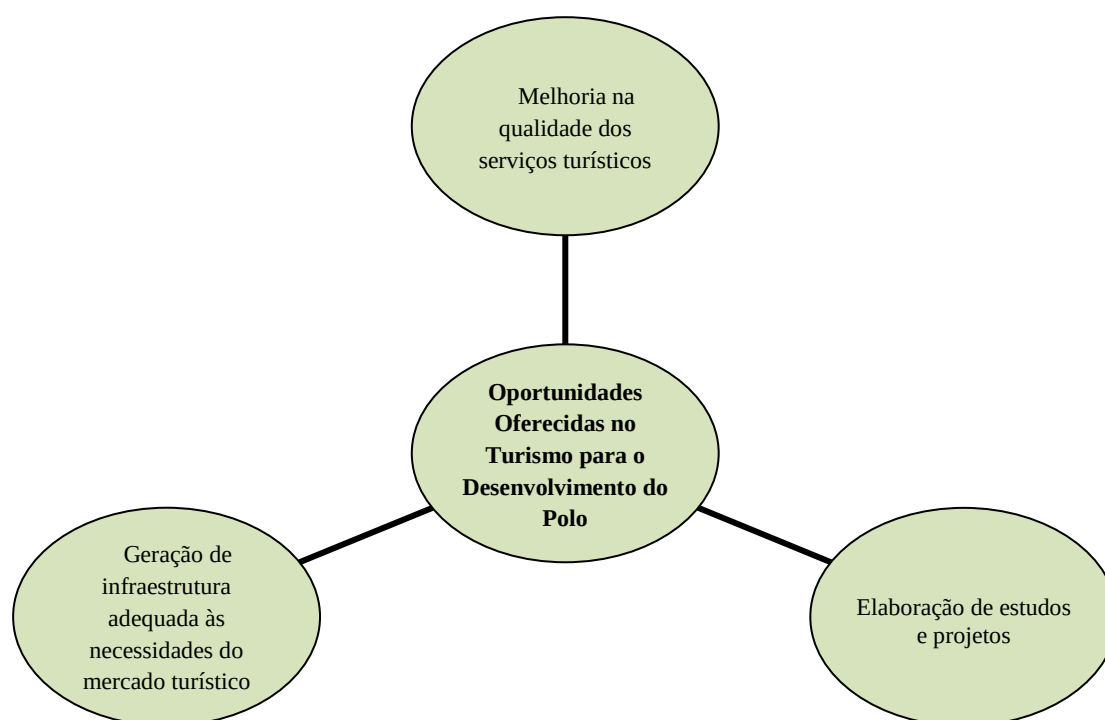


Figura 21 - Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento

Para o Polo do Velho Chico, a de se destacar que de nada valerá investir no potencial turístico deste Polo, se articulação entre os diversos atores envolvidos não for fortalecida. Estes atores devem entender que o turismo na região não pode ser encarado como uma atividade a parte dos outros setores de atividades, sendo parte de um grande planejamento regional.

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos e para a consolidação daqueles já trabalhados, a participação dos governos locais é primordial. Estes são responsáveis pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento daquilo que foi planejado, além dos subsídios para o envolvimento comunitário e da busca por parcerias com o setor privado.

6 Linha De Base – Polo Costa dos Coqueirais

6.1. Área de Influência

As definições das Áreas de Influência Direta e Indireta do Polo Costa dos Coqueirais apoiou-se levam em consideração os impactos diretos e indiretos provocados pelas ações derivadas do PDITS nos diversos atributos ambientais envolvendo os meios físico, biótico e socioeconômico.

6.1.1 Área de Influência Direta

O processo de elaboração da AAE contempla as ações preliminarmente definidas no PDITS, cuja Área de Influência Direta abrange os municípios: Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Itaporanga D'Ajuda, São Cristóvão, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande (Figura 22).

Considerando a posição estratégica potencial que a atividade turística representa para a economia do estado, bem como a crescente procura de novos destinos por turistas, o Polo de Turismo Costa dos Coqueirais abrange os municípios da costa atlântica sergipana mais os municípios Laranjeiras, Santo Amaro, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Santa Luzia do Itanhy. Dessa forma, é decisão do Governo de Sergipe dotar a área da Costa dos Coqueirais de condições para o seu desenvolvimento ordenado: incentivar as atividades turísticas e, ao mesmo tempo, salvaguardar importantes ecossistemas representativos de vários biomas.

Segundo o PDITS (2002):

A implantação do Polo Costa dos Coqueirais tem por objetivo a extensão do turismo para outras localidades, que não só Aracaju. A estratégia turística elaborada para Sergipe tem como base a estruturação de Aracaju como Centro Receptivo Principal do estado. O Polo Costa dos Coqueirais insere-se nessa estratégia planejando, de forma integrada, os municípios da costa litorânea para desenvolvimento ordenado do turismo.

Tendo em vista a pequena extensão do litoral sergipano – 163 km – e a localização estratégica da capital, praticamente em seu ponto médio, é possível o deslocamento de turistas por toda a área do litoral em passeios de 1 dia. Justifica-se, assim, o Centro Receptivo Principal e a visitação de atrativos e venda de produtos complementares por todo o litoral, em uma condição de proximidade que resulta em interação efetiva entre os municípios. Amplia-se dessa forma a possibilidade de alternativas turísticas no estado, enriquecendo a complementaridade de destinos ou roteiros possíveis de serem comercializados.

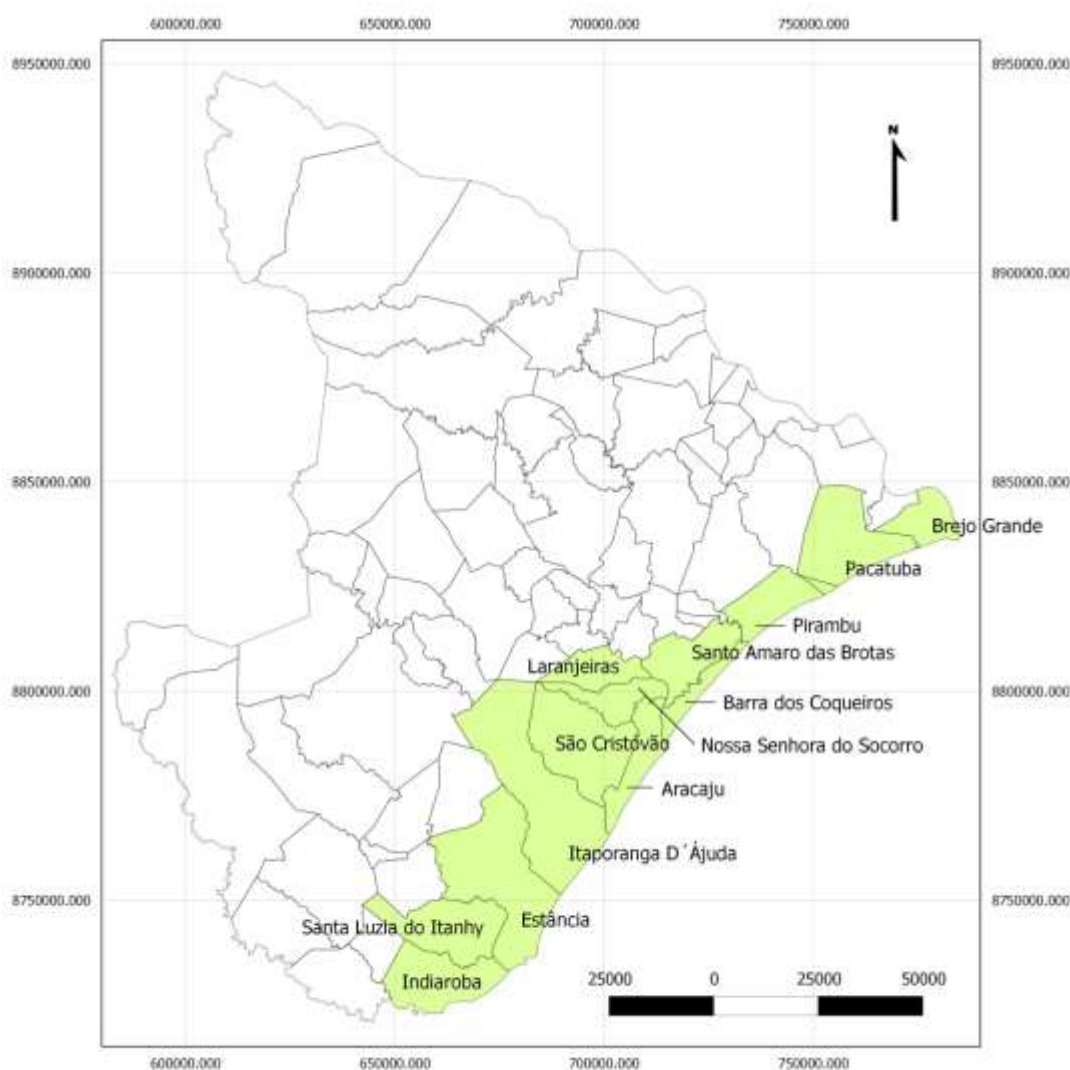


Figura 22 - Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011

6.1.2 Área de Influência Indireta

Os municípios Sergipanos com potencial turístico podem ser considerados como Área de Influência Indireta, uma vez que consolidado o Polo Costa dos Coqueirais, pode ser oferecido aos turistas visitas curtas e passeios culturais com pouco deslocamento, o que é favorecido pela pequena extensão do território Sergipano (Figura 23).

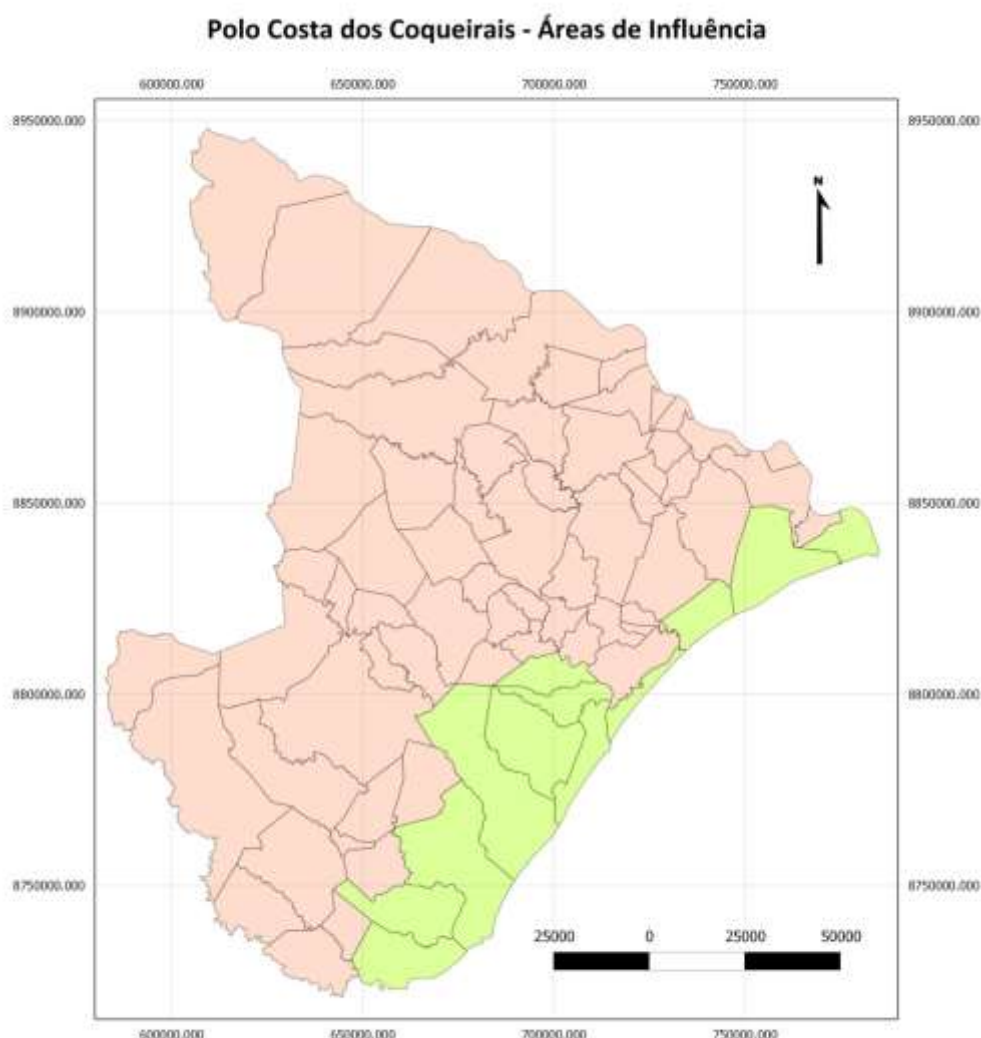


Figura 23 - Área de Influência Indireta do Polo Costa dos Coqueirais em Laranja
 Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.
 Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2013.

6.2 Contexto Geral do Turismo

Em geral, o turismo em Sergipe ainda é uma atividade emergente, porém de crescimento relevante nos últimos anos. A consolidação da capital, Aracaju, e de destinos como as praias do litoral sul tem contribuído para o desenvolvimento da atividade turística no Estado.

O Polo Costa dos Coqueirais conta com atrativos turísticos dos mais diversos tipos, como praias, reservas naturais, cidades históricas e eventos festivos. Estes atrativos, aliados a investimentos realizados por iniciativas públicas e privadas demonstram o potencial turístico do Polo. Dentre estes, destacam-se riquezas naturais provenientes do litoral sergipano, e o Polo faz rota de ligação rodoviária entre atrativos da Bahia e de Alagoas.

6.2.1 Destinos Turísticos do Polo Costa dos Coqueirais

Apesar da grande diversidade de riquezas naturais e histórico-culturais, existe uma disparidade entre o que é considerado destino turístico e o que é realmente desenvolvido como tal. O Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Turismo, divide os destinos sergipanos em produtos nacionais e internacionais (Tabela 29 e

Tabela 30), são eles:

Tabela 29 - Produtos Turísticos Nacionais do Polo Costa dos Coqueirais

PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIOS	REGIÃO TURÍSTICA	ATIVIDADE/SEGMENTO TURÍSTICO
Roteiro Cidades Históricas	Aracaju São Cristóvão Laranjeiras Divina Pastora Nossa Senhora do Socorro	Polo Costa dos Coqueirais	Cultural Religioso
Roteiro Aracaju E Praias	Aracaju Barra dos Coqueiros	Polo Costa dos Coqueirais	Sol e Praia
Roteiro Segredos De Tieta	Aracaju Itaporanga Estância Indiaroba Santa Luzia do Itanhy	Polo Costa dos Coqueirais	Ecoturismo Náutico
Roteiro Foz Do Rio São Francisco	Brejo Grande	Polo Costa dos Coqueirais	Ecoturismo Náutico

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR, 2011.

Tabela 30 - Produtos Turísticos Internacionais do Polo Costa dos Coqueirais

PRODUTO TURÍSTICO	MUNICÍPIOS	REGIÃO TURÍSTICA	ATIVIDADE/SEGMENTO TURÍSTICO
ARACAJU	Aracaju São Cristóvão Laranjeiras	Polo Costa dos Coqueirais	Sol e Praia Cultural
COSTA DAS DUNAS E MANGUEZAIS	Indiaroba Santa Luzia do Itanhy Estância Itaporanga D'Ajuda São Cristóvão Aracaju N. Sr. ^a do Socorro Barra dos Coqueiros Pirambu Pacatuba Brejo Grande	Polo Costa dos Coqueirais	Sol e Praia Náutico Negócios e Eventos Cultural Ecoturismo

CAMINHOS DOS JESUÍTAS (Cidades Históricas)	Laranjeiras São Cristóvão Aracaju Itaporanga D'Ajuda Estância Santa Luzia do Itanh	Polo Costa dos Coqueirais	Cultural Rural Ecoturismo Sol e Praia Negócios e Eventos Náutico

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR, 2011

Mesmo diante de uma grande diversidade de municípios presentes nos dados do Governo de Sergipe, na prática, nota-se que poucos deles estão consolidados como destinos turísticos. A seguir estão os produtos do Polo Costa dos Coqueirais vendidos pelas agências sergipanas que trabalham com o turismo receptivo (Figura 24).



Figura 24 - Destinos turísticos comercializados por agências sergipanas de turismo – Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Ambientec Consultoria, 2012

O principal produto turístico do Polo Costa dos Coqueirais é Aracaju, onde as agências oferecem passeios pelas praias e city tours para os principais pontos turísticos da cidade. Em Pirambu e Estância, os atrativos comercializados são as praias do Saco, Abaís e das Dunas. Já em Laranjeiras e São Cristóvão os atrativos vendidos são, principalmente, históricos e culturais. Em Brejo Grande está localizado o Delta do São Francisco, onde se faz um passeio de barco pela foz do rio.

Atrativos turísticos como as praias de Barra dos Coqueiros e Itaporanga, que já formaram dois destinos com grande número de visitantes encontram-se defasados, devido incipiência de investimentos. Em Pacatuba, os principais atrativos naturais com potencial ainda não estão consolidados, visto que se deve antes de ser realizada qualquer atividade turística, equalizar a conservação dos recursos naturais e os interesses comerciais.

6.2.2 Serviços de Apoio Direto ao Turismo

Os serviços de apoio direto são de extrema importância, visto que podem gerar benefícios para todos os atores envolvidos na atividade e ainda garantem uma maior permanência e satisfação do turista.

6.2.3 Meios de Hospedagem

Os Municípios dos Polos possuem uma grande deficiência em meios de hospedagem. Poucos municípios possuem dormitórios que podem atender bem os turistas que possam vir a visitá-los. A seguir dados sobre os meios de hospedagem dos Polos, considerando que os dados não estão atualizados devido à falta de levantamento recente (Tabela 31).

Tabela 31 - Meios de Hospedagem Costa dos Coqueirais e Sergipe. 2000-2004

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS		QUARTOS	
	2000	2004	2000	2004
ARACAJU	64	50*	2.026	1.979
BARRA DOS COQUEIROS	3	5	170	154
BREJO GRANDE	ND	1	ND	4
ESTÂNCIA	8	10	197	253
INDIAROA	1	-	29	-
ITAPORANGA	3	5	41	47
LARANJEIRAS	1	1	12	38
PIRAMBU	ND	7	ND	74
POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	81	79	2.475	2.549
SERGIPE	88	141	2.760	3.579

Fonte: Meios de Hospedagem do Estado de Sergipe, SETUR/ EMSETUR. 2004 (Retirado do PDITS Costa dos Coqueirais).

Nota: * Apenas meios de hospedagem de interesse turístico

No Cadastur, iniciativa do Ministério do turismo, responsável por cadastrar serviços ligados ao setor do turismo, consta que no Polo Costa dos Coqueirais existe os seguintes meios de hospedagem cadastrados:

Tabela 32 – Número de Meios de Hospedagem – CADASTUR

MUNICIPIO	MEIOS DE HOSPEDAGEMS
Aracaju	35
Brejo Grande	1
Pacatuba	1
Estância	1
Pirambu	1
Total	39

Fonte: Meios de Hospedagem do Estado de Sergipe, CADASTUR, agosto de 2012.

Em geral, os turistas hospedam-se na capital sergipana e passam o dia visitando atrativos localizados nos mais diversos pontos turísticos do estado. Aracaju, por ter infraestrutura de transporte terrestre e aéreo, recebe um grande número de turistas, e com isto concentra o maior número de leitos para pernoite. Os meios de hospedagem em Aracaju favorecem para os visitantes opções não apenas para aqueles que buscam atividades de lazer ou recreação, mas também para o turista de negócios e eventos.

6.2.4 Alimentação

No Polo Costa dos Coqueirais, o setor de alimentação ainda é deficiente, porém, na região da Grande Aracaju, principalmente na capital sergipana e no município de Nossa Senhora do Socorro, os empreendimentos desse setor são capazes de contemplar a demanda de turistas que visitam esses locais.

Nos demais municípios do Polo, a pouca diversidade de meios para alimentação é marcante, provocando, muitas vezes, o deslocamento dos turistas para um município vizinho. Porém, mesmo em baixo número, a maioria dos empreendimentos é de iniciativa das comunidades locais, o que deve ser valorizado, já que o envolvimento comunitário é aspecto importante para desenvolvimento de um turismo sustentável.

Outro fator prejudicial é a falta de integração entre os empreendedores do setor de alimentação e os órgãos públicos, sendo que, muitas vezes, os bares e restaurantes permanecem na informalidade e acabam não sendo divulgados para os turistas.

Outros Serviços

Alguns outros serviços também desempenham grande importância. Agências que trabalham com turismo receptivo são várias, porém deixam a desejar no atendimento “in loco” os turistas interessados, em quase todos os casos, devem procurar as sedes das agências em Aracaju.

O turista interessado em serviços de guiamento (levando-se em conta o serviço regularizado) encontrará dificuldades, já que a maioria dos guias trabalha apenas junto a passeios vendidos por agências de turismo e não trabalham de forma autônoma.

6.2.5 Fluxo de Turistas

É importante ressaltar que, mesmo diante do crescimento da atividade turística no estado, o Estado, o Polo Costa dos Coqueirais não possui levantamentos oficiais recentes de fluxo de turista, o que dificulta uma análise mais completa sobre este assunto.

Alguns municípios possuem um pequeno controle através de ‘Livros de Visitas’, mas os dados coletados não são tabulados, sistematizados ou até mesmo disponibilizados para terceiros. Outros municípios, como Estância, informam que já estão começando a trabalhar no controle do fluxo de turistas.

Sabendo que Aracaju é o principal local onde se inicia o fluxo turístico do Polo, pode-se analisar alguns números de Aracaju para melhor compreensão desse fluxo (Tabela 33).

Tabela 33 - Movimento Anual de Passageiros (Embarcados e Desembarcados) em Aracaju – 2006 -2010

ANO	REGULAR		NÃO REGULAR			TOTAL	VARIÇÃO ANUAL (%)	PARTICIPAÇÃO NA REDE (%)
	DOMÉSTICOS	INTERNACIONAIS	DOMÉSTICOS	INTERNACIONAIS	EXEC./GERAL			
2006	540.782	0	46.598	84	2.225	589.719	-	0,58
2007	643.455	0	45.981	0	2.204	691.640	17,28	0,63
2008	622.494	0	45.459	0	1.824	669.777	-3,16	0,59
2009	607.174	0	27.586	0	2.919	727.679	8,64	0,57
2010	912.420	0	25.827	0	2.142	940.389	29,23	0,61

Fonte: Anuário Estatístico Operacional da Infraero, 2011.

Mesmo diante do decréscimo de passageiros do ano de 2008, em relação a 2007, nota-se um acréscimo acentuado de passageiros que desembarcam em Aracaju, de 2009 para 2010 o crescimento foi o maior registrado no intervalo de 2006 – 2010 (29,23%), o que pode sinalizar o processo de consolidação de Aracaju como destino turístico.

Um ponto importante a ser ressaltado é o número de passageiros oriundos de voos internacionais. Mesmo o aeroporto de Aracaju sendo classificado como Internacional (Aeroporto Internacional de Santa Maria), registrou-se movimentação de passageiros internacionais apenas em 2006.

A partir de Aracaju, o fluxo turístico é continuado para outros pontos do Polo, o que é comprovado pelo número de agências que são sediadas em Aracaju e vendem destinos de todo o estado. (Figura 25).

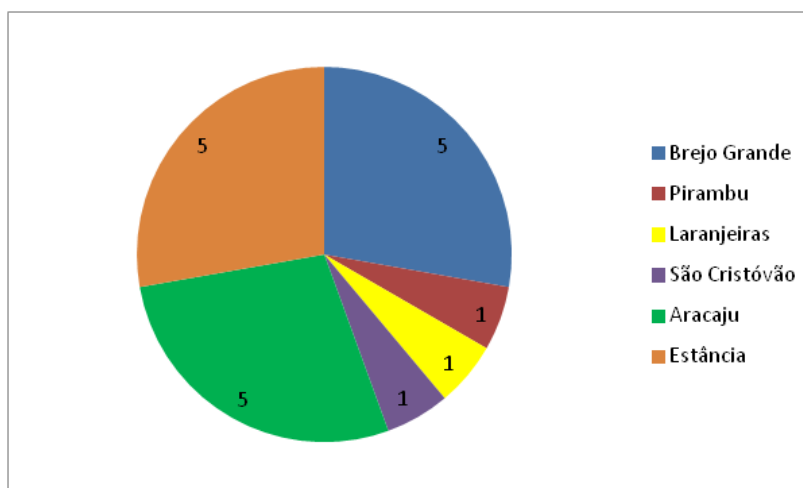


Figura 25 - Número de empresas que comercializam os destinos turísticos do Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Ambientec Consultoria, 2012.

6.2.6 Outras Considerações Acerca do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais

Nota-se que mesmo as áreas que já apresentam fluxos turísticos regulares, sejam elas rurais ou urbanas, em geral não possuem um planejamento bem elaborado para receber os turistas. Isto pode dizer respeito à falta de legislações específicas, planejamento para uso e ocupação do solo, ausência de diálogos entre os atores envolvidos e de programas objetivos que busquem a organização da atividade turística. Percebe-se também grande deficiência em critérios definidos por empresas turísticas para o planejamento de suas atividades, sendo que as mesmas, na maioria das vezes, apenas procura copiar atividades e planejamentos já praticados por outras empresas.

Nos municípios que compõem o Polo a relação entre as esferas do poder público ainda é bastante frágil, já que, na maioria dos casos, os mesmos não possuem parcerias definidas com os governos estaduais e federais e a participação, destes municípios, em planos programas e projetos ainda precisa ser fortalecida.

Outro ponto a ser observado é a forte influência de Aracaju no cenário do turismo não apenas do Polo, mas também para o Estado como um todo. Como já foi citada, a capital sergipana é a porta de entrada para o turismo no estado, o que causa uma curiosa contradição, já que, mesmo os municípios que já possuem um fluxo turístico definido não conseguem, por exemplo, que os turistas tenham interesse em pernoitar no município visitado. Os turistas hospedam-se na capital e, em algumas situações, visitam outros municípios e retornam para Aracaju. Esta situação vai de encontro ao conceito de ‘turista’ definido pela Embratur, que classifica como turista aquele que objetiva lazer e pernoite no local visitado.

Devido a pequena extensão do território sergipano, proximidade das sedes dos municípios e seus roteiros atrativos, o turista opta por fazer suas atividades turísticas nas cidades próximas e retornar à Aracaju para pernoitar. Hospedando-se em Aracaju o turista pode visitar os diversos destinos e à noite desfrutar da melhor infraestrutura turística do estado.

O Polo Costa dos Coqueirais possui um amplo potencial para o desenvolvimento de um mercado turístico de qualidade, porém necessita de um aporte de investimento e um incentivo a ações planejadas. Para ser viabilizado com sustentabilidade, há a necessidade de se avaliar cuidadosamente o contexto em que se encontram os destinos consolidados e os potenciais, deve-se saber o que se quer atingir e como chegar até a consecução dos objetivos, levando em conta os Planos, programas e projetos que influenciarão toda a atividade turística.

6.3 Caracterização Geral da área

6.3.1 Aspectos Físicos

6.3.1.1 Clima e Condições Meteorológicas

O território sergipano é regulado pelas principais zonas de pressão do globo, devido à posição latitudinal em que se encontra, correspondente a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que se constitui na linha de convergência de ventos; zona de altas pressões subtropicais do Pacífico e do Atlântico, individualizadas em duas amplas células semifixas e permanentes sobre os oceanos, e zonas de baixas pressões subpolares.

Nas áreas litorâneas do Estado, onde está localizado o Polo Costa dos Coqueirais, ocorre influência moderadora dos ventos alísios e das brisas que ganham importância maior devido à ausência de frentes e de fortes depressões frontais, mais comuns na região temperada.

O regime dos ventos na porção marítima caracteriza-se pelos mesmos soprar sempre do mar para o continente, com dois momentos diferenciados que acontecem nos períodos compreendidos entre os meses de outubro a março com ventos de leste, e de maio e agosto com ventos de sudeste.

A divisão climática no Polo, observada através da Figura 26, corresponde em sua maioria ao Litoral Úmido, com a exceção dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, e parte dos Municípios de Pirambu e Itaporanga D'Ajuda, onde o clima correspondente é o de Agreste.

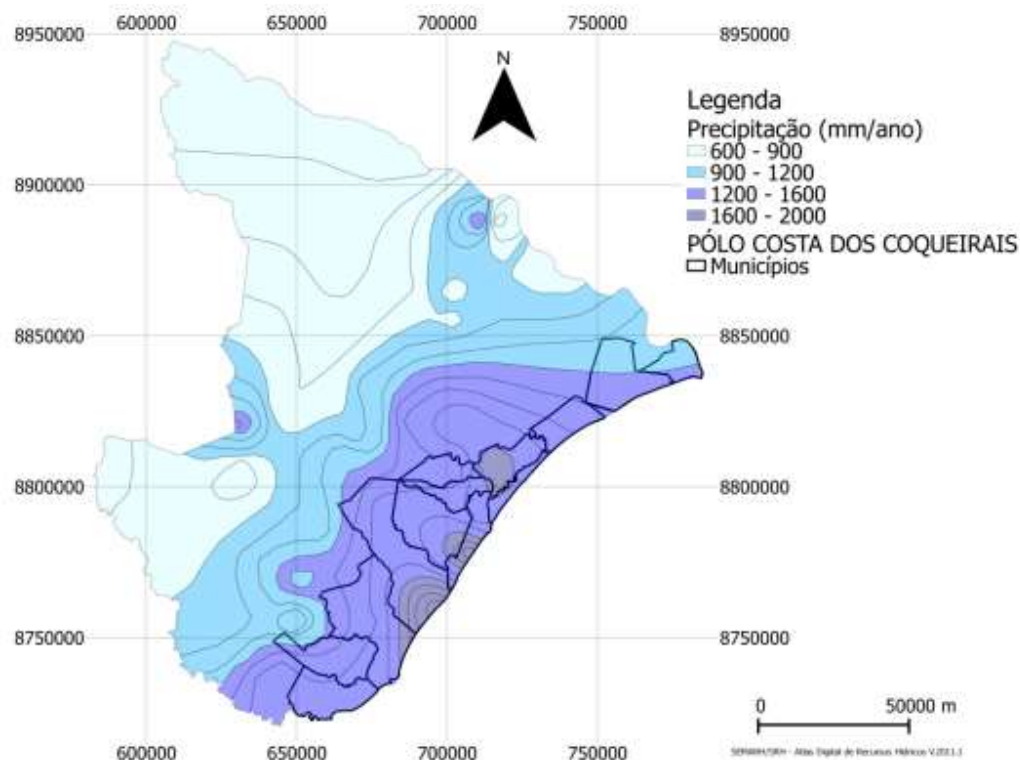


Figura 26 – Divisão Climática – Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

De acordo com a classificação de Koeppen, o clima do litoral de Sergipe é do tipo As – Clima Tropical Úmido, com estação seca no verão e chuvosa no inverno, com máxima precipitação no outono.

As temperaturas médias anuais são elevadas, em torno de 26°C, e constituem uma das peculiaridades do seu clima, já que obedecem aos controles físicos comuns como a baixa latitude, as correntes marinhas ao longo do litoral, a continentalidade e os efeitos topográficos. No mês mais frio, a temperatura média fica acima de 18° C. As amplitudes térmicas anuais não ultrapassam os 4°C, mesmo em condições diferentes de latitude, distância do oceano ou de regime pluviométrico.

É importante ressaltar a modificação do clima local, já observada em Aracaju, devido à concentração populacional e pela densidade de edificações. A pavimentação das ruas e da diminuição do albedo provoca o aquecimento, e consequentemente, calor constante durante o ano, fazendo desaparecer o período de resfriamento que é verificado em outras localidades. Além disso, a área urbana da Capital sergipana, com solos cada vez mais impermeabilizados pela pavimentação e pelas construções, tem sofrido alguns transtornos na época das chuvas, principalmente dificuldades de deslocamento, não sendo a quantidade de chuvas o fator crucial do problema, mas principalmente as alterações no sistema de drenagem natural em função da canalização e escoamento das águas.

Os municípios que apresentam maior precipitação, de 1600 a 2000 mm/ano, correspondem a Itaporanga D'Ajuda, Aracaju, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas. Praticamente no restante do Polo Costa dos Coqueirais a Variação é de 1200 a 1600 mm/ano, sendo os Municípios de Pacatuba e Brejo Grande os menos favorecidos, apresentando uma menor quantidade de chuvas durante ano. (Figura 27).

Destacam-se as cidades banhadas por rios, como Estância e Laranjeiras, pela possibilidade de enchentes em anos chuvosos, também uma condição do tempo e clima.

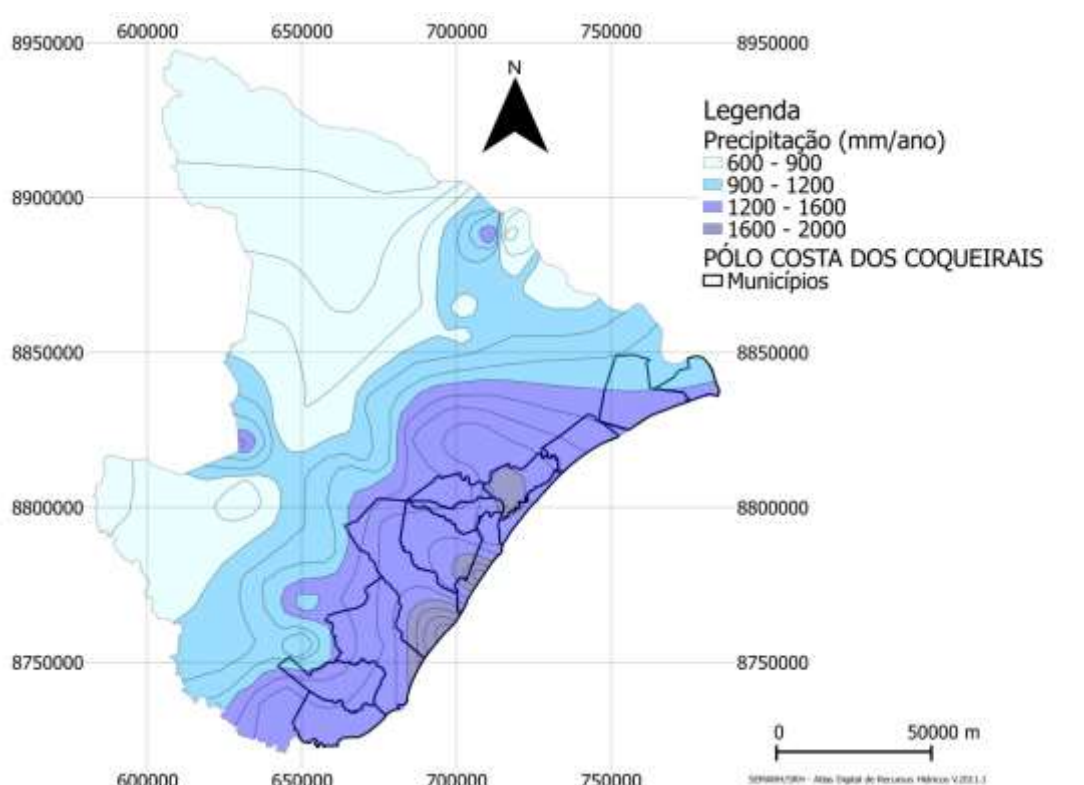


Figura 27 – Média da Precipitação Pluviométrica no Polo Costa dos Coqueirais nos anos de 1910 e 1990.

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

6.3.1.2 Geologia e Geomorfologia

Na Geologia do Polo Costa dos Coqueirais, observada através Figura 28 - Geologia do Polo Costa dos Coqueirais são reconhecidas rochas do embasamento Gnáissico, da Faixa de Dobramento Sergipana, como o Domínio Estância, da Bacia Sedimentar de Sergipe, além das Formações Superficiais, que abrangem praticamente toda a extensão do Polo.

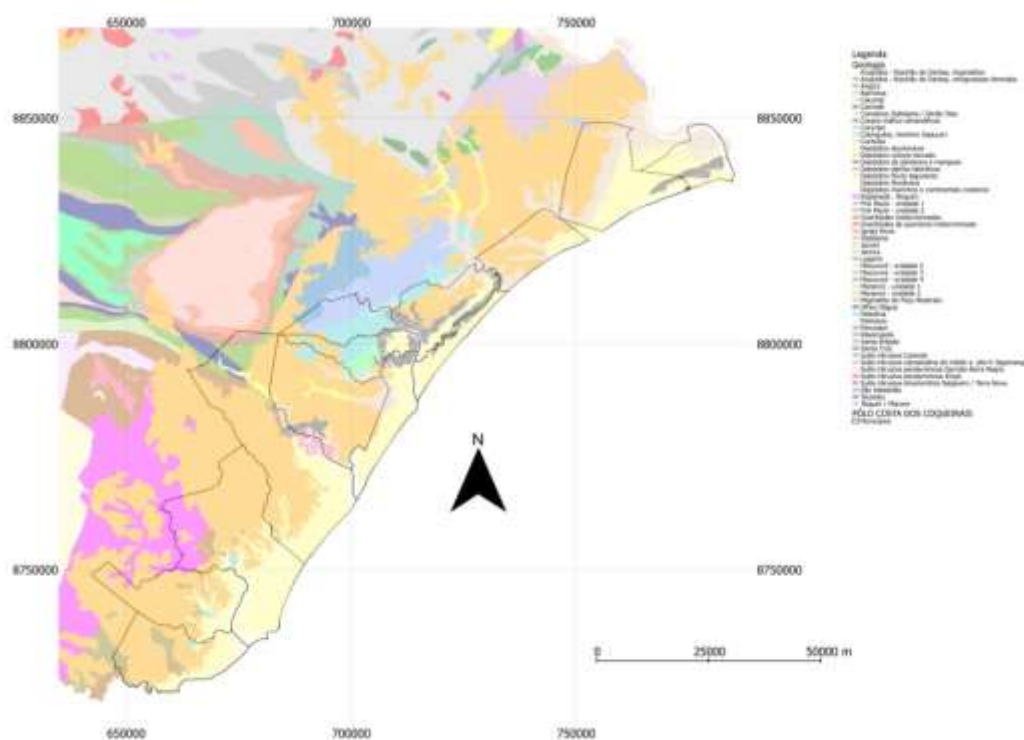


Figura 28 - Geologia do Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.
Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Na Zona Costeira encontram-se as coberturas pleistocênicas e holocênicas que formam os terraços marinhos, as praias, as dunas, os pântanos e as planícies de maré. As areias das praias são quartzosas, depositadas pela ação das ondas e correntes possuindo uma largura que varia de poucos metros até cerca de 60 metros.

Os terraços marinhos e cordões litorâneos associados com lagoas e lagunas ocorrem em todo o litoral da área, formando extensos depósitos arenosos e localmente argilosos. Os cordões litorâneos ocorrem paralelos à costa com altitudes que variam entre 5 a 10 metros. Já os terraços marinhos ocorrem mais para o interior, entre os campos e dunas e acompanhando os vales das principais drenagens, alcançando altitudes que variam de 3 a 12 metros.

As dunas móveis e fixas correm de forma contínua, paralelamente à linha da costa, adquirindo maior porte ao sul, entre Abaís e Saco do Rio Real. As móveis ou atuais são formadas por areia quartzosa com granulação muito fina, cor branca com tons amarelados, atingindo altitudes de até 25 metros.

A mesma composição tem as paleodunas, atualmente fixadas pela vegetação, mas que podem apresentar tons mais fortes devido a percolação de óxido de ferro e matéria orgânica. Situadas a 5Km da costa, chega a atingir altitudes máximas de 48 a 50 metros.

Os Vales úmidos são caracterizados pela presença de sedimentação flúvio-marinha e por sedimentos alúvio-coluvionares. A sedimentação flúvio-marinha é caracterizada como um aquífero livre e de extensão e permeabilidade variáveis, possibilitando sua exploração através de

poços rasos (até 50 metros), com composição areno-silto-argilosa, associada à presença de matéria orgânica decomposta ou em decomposição, e são característicos de áreas onde ocorre a interação entre os ambientes fluvial e marítimo, com a penetração das marés altas nos estuários dos rios. É nesta zona de sedimentação que ocorrem os manguezais.

A planície alúvio-coluvionar recebe sedimentos areno-argilosos carregados pela rede de drenagem e das encostas dos vales, através de enxurradas, gravidade, etc. Em muitos casos, devido à elevação do nível do mar, terraços arenosos marinhos são depositados continente a dentro.

As Unidades Geomorfológicas predominantes correspondem aos Tabuleiros Costeiros, basicamente representados pela Superfície Dissecada em Colina, Cristais e Interflúvios Tabulares e a Planície Costeira, que percorre todo o litoral sergipano.

No litoral Sergipano, englobando basicamente os municípios de Estância, Itaporanga D'Ajuda, São Cristóvão, Pirambu e Pacatuba, predominam os Tabuleiros Costeiros, conforme apresentado na Figura 29, que apresentam as seguintes unidades litológicas:

- Pré-cambriano Indiviso: representado na área por rochas gnáissicas, que afloram em pequenos núcleos ao sul de Santa Luzia do Itanhy.

- Grupo Estância: as litologias deste grupo são pouco significativas na área e afloram como manchas esparsas junto as localidades de Santa Luzia do Itanhy, Estância e Itaporanga D'Ajuda. São formados por arenitos com intercalações de siltitos, ardósias e conglomerados polimíticos, além da presença subordinada de dolomitos, calcários dolomíticos e calcários.

- Grupo Sergipe: aflora na área estudada apenas as Formações Cotinguiba e Riachuelo, distribuídas em manchas descontínuas. São constituídas de argilitos/siltitos calcíferos e carbonatos maciços e estratificados com coloração cinza esverdeada, bastante fossilíferos; arenitos conglomeráticos com os quais se intercalam folhelhos, siltitos e calcários.

- Grupo Barreiras: abrange grande parte da área estudada e é constituído de clásticos pouco consolidados de granulação fina à grossa e depósitos siltico-argilosos até grosseiros de coloração cinza e mosqueada, contendo ainda depósitos arenosos mal selecionados.

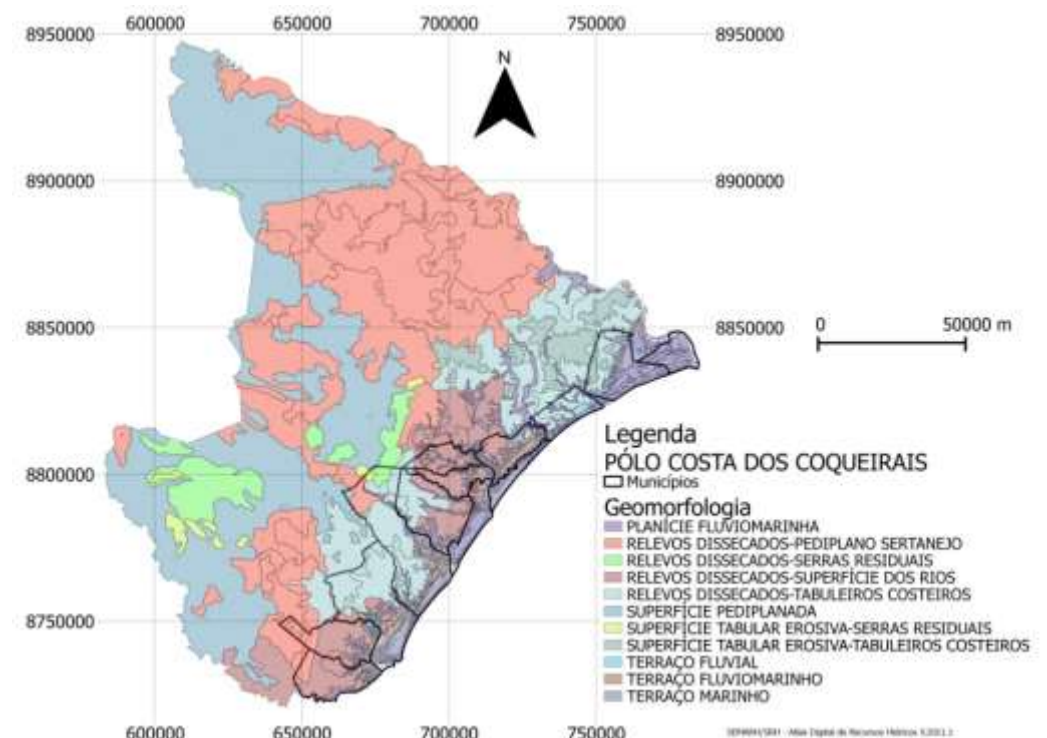


Figura 29 - Geomorfologia do Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2012.

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

No litoral norte de Sergipe, possuem maior expressão em sua porção central, chegando a aflorar próximo à linha da Costa, no trecho entre os rios Japarutuba e Betume/Poxim.

Ocorrem áreas de sedimentação mista e depósitos quartzosos. Esse tipo de sedimentação, além de gerar o relevo típico de tabuleiros, forma extensas falésias junto à costa alagoana, sem, no entanto, formá-las no litoral sergipano.

O Grupo Barreiras é classificado como um aquífero contínuo de extensão regional limitada, livre e/ou confinada, permeabilidade média a baixa e importância relativa média.

A feição geomórfica dos Tabuleiros Costeiros pode ser dividida em dissecados, que predominam e apresentam relevo de topo convexo com interflúvios estreitos e alongados geralmente separados por vales em U e V, e os preservados com relevo de topo plano e tabular (mesetas) separados por vales em U, ambos com declividade bastante variável e esculpidos quase que totalmente sobre os sedimentos do Grupo Barreiras.

6.3.1.3 Recursos Hídricos

O Polo Costa dos Coqueirais engloba todas as bacias Hidrográficas do Estado de Sergipe, como pode ser observado na Figura 30. As principais bacias que drenam a área em estudo são formadas pelos rios Vaza-Barris, Piauí, Real, São Francisco, Japarutuba e Sergipe. A seguir serão descritas peculiaridades inerentes a cada bacia.

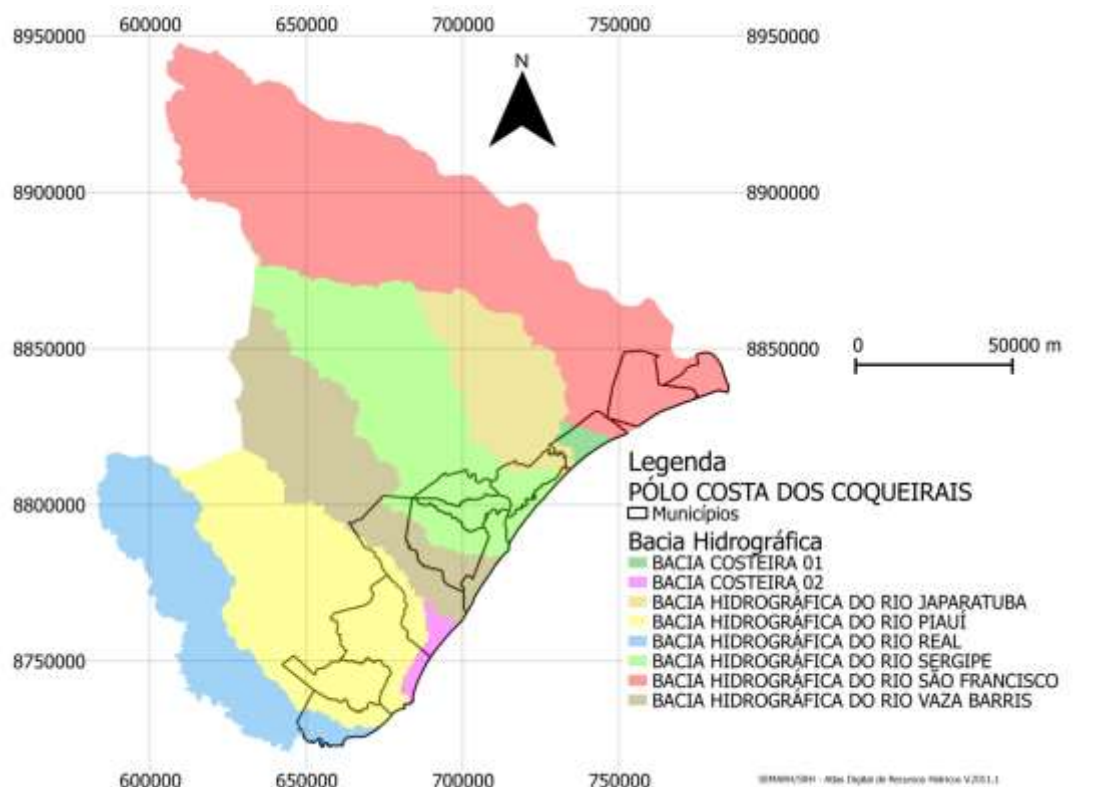


Figura 30 - Bacias Hidrográficas do Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Modificado de Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2011.

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Bacia do Vaza-Barris

Apresentando uma bacia com superfície de 3.050 Km² realçando-se o Rio Traíras, rio das Pedras, Rio Salgado, Rio Catende e Rio dos Macacos. Destaca-se o rio principal Vaza-Barris com uma excelente vazão média anual de 4.001 m³/s com grandes potencialidades de solos e água de boa qualidade para irrigação e para abastecimento com regularização. São observados, ao longo dos seus cursos, a existência de vários eixos barráveis.

Entre os principais afluentes, o rio das Traíras é o que apresenta maior potencialidade hídrica para irrigação, sendo que nele já opera a barragem da Ribeira com projetos de irrigação à jusante. Estudos de viabilidade estão sendo desenvolvidos, ensejando a efetiva ampliação destes projetos.

Além do uso hidro agrícola, a barragem da Ribeira contribui para o abastecimento de água potável às comunidades municipais do agreste de Itabaiana.

Bacia do Piauí

Apresenta uma área de 4.150 Km² sendo as descargas fluviais do rio Piauí consideradas como potencialmente promissoras com vazão média de 0.890 m³/s. Estas potencialidades são

atribuídas tanto ao rio principal como aos seus tributários, favorecidas pelo fato dessa bacia se encontrar sob influência de precipitações fluviais com índices anuais entre 2000 mm e 1000 mm.

Destacam-se vários eixos barráveis nos rios Piauitinga, Comboatá, Guairema e Arauá, Ariquitiba, rio Fundo. Existem grandes possibilidades de se implantar uma agricultura irrigada com retorno promissor baseando na produção de frutos para a exportação.

Nesta bacia a disponibilidade hídrica potencial hídrica para irrigação está representada pelos rios Piauitinga, Ariquitiba e Fundo. A descarga média anual do rio Piauitinga próximo à afluência do Piauí é de 206 m³/s. Já o rio Fundo, não dispondo de dados recentes, apresenta-se com potencialidade para irrigação, sendo um rio perene com água de boa qualidade.

Além da utilização hidro agrícola, o rio Piauitinga possui um potencial hídrico utilizável, com ponto de captação no município de salgado, formando uma adutora que abastece as cidades de Lagarto, Simão Dias, Riachão do Dantas e Colônia Treze.

Bacia do Rio Real

A Bacia do Rio Real está localizada entre três microrregiões geográficas, caracterizada pelo avanço no setor primário da economia. Possui nos seus recursos naturais um forte condicionamento favorecido pelo fato de possuir um clima úmido e índices de precipitações pluviométricas anuais entre 1.800 mm e 700 mm, o que favorece para uma boa vazão média anual de 1.505 m³/s apresentada pelo rio Real. Destacam-se, entre os rios os tributários, rio Jubiberi, o Itamirim, o Paiaia, entre outros, formando uma bacia de 2.500 Km².

Bacia do São Francisco

A Bacia do São Francisco drena uma superfície de 640.000 Km², possui uma descarga volumétrica média anual de 94 bilhões de metros cúbicos, considerados os efeitos de evaporação dos lagos hidrelétricos de Paulo Afonso e Sobradinho.

Em Sergipe, a bacia do São Francisco possui uma área de 7.184 Km², que corresponde a 1,12% da área total e o seu regime depende da bacia a montante. A vazão média no seu baixo curso é da ordem de 2.980m³/s; esse valor é regulado pelos critérios de operação dos reservatórios da CHESF.

A vazão média diária em período de estiagem no baixo curso do vale é da ordem de 2000 m³/s e no período sazonal de cheias esse valor eleva-se para 8000m³/s, com prováveis possibilidades de ser ultrapassado por ocorrência de enchentes, com período de retorno cíclico acima de 30 anos.

Das doze bacias tributárias do São Francisco em Sergipe, nove situam-se na região do semiárido. Apesar dos efeitos climáticos sazonais e interanuais, com maiores repercussões nas áreas de baixa infraestrutura de armazenamento de água, observando-se que nos períodos sazonais de outono-inverno e das chuvas torrenciais de verão são elevadas as vazões destes rios.

Nestas condições as águas têm baixo teor salino, os solos são mais drenados e a cobertura vegetal se recompõe.

As três outras bacias situam-se em áreas semiúmidas e úmidas com níveis sazonais de precipitações pluviais elevados que lhes proporcionam um regime fluvial perene.

Com o advento da construção da barragem de Xingó e a partir do seu enchimento, dar-se-á a completa efetivação dos projetos de irrigação Jacaré, Curitiba e a ampliação de Califórnia.

Além desta utilização hidrográfica, o perene potencial hídrico do São Francisco vem colaborando para o abastecimento das comunidades de Sergipe através das adutoras do São Francisco (Aracaju), Sertaneja e Alto Sertão.

Bacia do Rio Sergipe

A bacia do Rio Sergipe possui uma superfície de 3270 Km², destacando-se os afluentes: Rio Jacarecica, Rio Danga, Rio Doce, Rio Socavão e Rio Boqueirão que possuem no todo uma vazão média anual de 1805 m³/s, formando eixos barráveis com boas e médias possibilidades de irrigação e abastecimento às comunidades.

Nesta bacia se destaca a existência da primeira barragem para fins hidro agrícolas construída no Rio Jacarecica que dá suporte às culturas olerícolas irrigadas.

Bacia do Rio Japaratuba

Com uma superfície de 1.849Km², possuindo seu rio principal uma vazão média anual de 0.755m³/s, salientando-se os afluentes: rio Japaratuba Mirim, rio Cajueiro, rio Taguari e rio Siriri. Tais rios possuem eixos barráveis com boas e médias possibilidades de aproveitamento na irrigação agrícola e abastecimento das comunidades.

O rio Japaratuba Mirim é o afluente que apresenta maior potencialidade para fins de irrigação com boa disponibilidade hídrica próximo da sua confluência com o rio Japaratuba, apresentando descarga média anual em torno de 213,8 m³/s.

6.3.2 Aspectos Sociais

Sergipe ainda se mostra incipiente no atendimento dos serviços públicos como educação, saúde e saneamento básico. A capital por concentrar e desenvolver a maior parte dos serviços públicos acaba exercendo força de atração populacional aos demais municípios, tornando-os dependentes de Aracaju. Entre os municípios que compõem o Polo Costa dos Coqueirais os mais bem estruturados em termo de serviços são Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Estância. Em contrapartida os municípios de Brejo Grande, Santa Luzia do Itanhhy, São Cristóvão e Santo Amaro se constituem territórios pobres em termo de serviços públicos.

A situação do setor educacional, composto pela rede pública e privada em todos os municípios do Polo Costa dos Coqueirais, demonstra significativa diferença entre as matrículas do nível fundamental e médio. A escolarização da população é precária e não continuada, fato

explicado pelas péssimas condições dos estabelecimentos de ensino, por a insatisfação trabalhista do corpo escolar e principalmente por esses alunos não conseguirem se manter estudando, pois a maior parcela possui baixa renda. Através de dados do IBGE, com Censo Demográfico de 2010, ficou constatado que os municípios com maior número de matriculados são: Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Estância. Os municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba apresentaram número de matrículas baixo (Tabela 34).

Tabela 34 – Censo Escolar dos Municípios de Sergipe.

ANO	TAXA DE APROVAÇÃO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE ABANDONO	
	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO
2001	64,4	92,6	21,1	6,1	14,5	1,3
2002	...	...	...	...	...	...
2003	65,5	94,2	21,4	5,2	13,1	0,6
2004	61,2	94,0	23,2	5,5	15,6	0,5
2005	64,8	94,0	22,2	5,5	13,0	0,5
*2006	67,3	94,2	22,2	5,4	10,5	0,4
2007	69,7	94,3	21,3	5,3	8,1	0,4
2008	75,9	93,5	18,7	6,2	5,4	0,3
2009	76,3	93,7	19,4	5,9	4,4	0,4

Fonte: SEPLAG – Observatório de Sergipe, 2010. Dados do Ministério da Educação/INEP/DEED – Censo Escolar.

Nas localidades do Polo Costa dos Coqueirais o setor de saúde se encontra melhor estruturado quanto à quantidade e especialização dos serviços ao Polo Velho Chico. A capital dispõe de condição mais satisfatória devido ao maior número de hospitais, postos e centros de saúde, unidades de saúde básica, clínicas e laboratórios, unidades de vigilância sanitária e centro de atenção psicossocial.

A proximidade com a capital Aracaju e a condição socioeconômica da localidade reflete na situação da saúde pública e privada. Entre os municípios que integra o Polo Costa dos Coqueirais, Aracaju tem mais hospitais apresentando 31 estabelecimentos. As demais localidades com esse tipo de unidade são os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Laranjeiras e Indiaroba, com um hospital por localidade. É importante salientar que mesmo existindo hospitais nessas localidades, há um direcionamento de pacientes com casos mais graves e de maior especificidade de todos os municípios do Polo Costa dos Coqueirais para a capital, ocasionando a saturação dos estabelecimentos, principalmente no HUSE, Hospital de Urgência de Sergipe.

Todas as localidades que compõem o Polo Costa dos Coqueirais têm unidades de saúde básica, que substituíram parcialmente os postos de saúde. As unidades e os postos têm como finalidade a assistência de casos mais simples, como consultas médicas, exames laboratoriais, atendimento odontológico e serviços mais simples de enfermagem. Aracaju dispõe de 44 unidades básicas e 03 postos de saúde, seguido de Nossa Senhora do Socorro com 39 unidades e apenas um posto (Tabela 35).

Tabela 35 – Número de Estabelecimentos de Saúde no Polo Costa Dos Coqueirais

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO ANO DE 2011						
	Hospitais	Postos e Centros de saúde	Centro de Saúde/Unidade Básica	Clinicas e Laboratórios	Unidade de vigilância em saúde	Centro de Atenção Psicossocial
Brejo Grande	-	-	02	-	-	-
Pacatuba	-	-	06	-	-	-
Pirambu	-	03	01	-	-	-
Barra dos Coqueiros	-	01	08	01	-	01
Santo Amaro das Brotas	-	04	01	-	-	-
Aracaju	31	03	44	130	01	06
Nossa Senhora do Socorro	01	01	39	22	-	04
São Cristóvão	01	01	15	03	-	02
Laranjeiras	01	03	09	01	01	-
Itaporanga D'Ajuda	-	16	06	02	01	01
Estância	-	03	12	13	-	01
Santa Luzia do Itanhy	-	-	07	-	-	-
Indiaroba	01	05	05	-	-	-

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, 2011.

O processo de urbanização no estado de Sergipe foi mais intenso nos municípios próximos a Aracaju e que tiveram certo grau de desenvolvimento econômico, refletindo na maior ação das políticas públicas nas localidades inseridas nesse contexto.

No Censo 2010 que trata da análise de índice de adequabilidade de condições de saneamento para Sergipe, produzido pela SEPLAG, aborda o saneamento básico no tocante ao abastecimento de domicílios não assistidos por serviços de rede geral de água e esgoto ou fossa séptica e os que não são atendidos por coleta regular de lixo. Foram definidos três indicadores sobre o saneamento básico para os domicílios em adequado, semiadequado e inadequado. Em pesquisa realizada pelo IBGE, 2010 constatou-se que os municípios do Polo Costa dos Coqueirais que estão em situação de adequação são Aracaju (86,53), Nossa Senhora do Socorro (59,46) e Barra dos Coqueiros (57,29). Todavia ficou também evidenciado que entre os municípios do Polo há os que estão em inadequação e semiadequação como Pacatuba com 0,57% e Santa Luzia do Itanhy com 8,06%, em adequação (Figura 31).

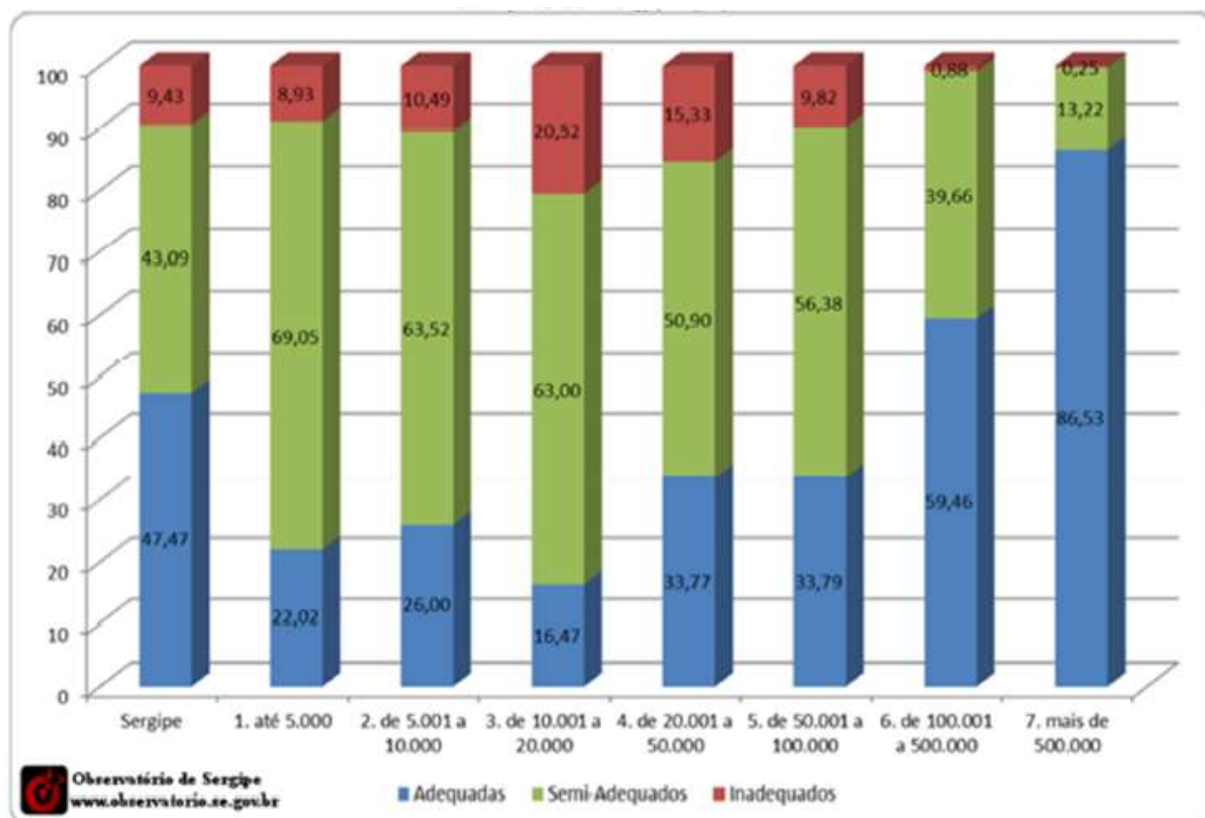


Figura 31 – Índices de adequação de saneamento dos domicílios por classe de tamanho da população dos municípios de Sergipe.

Fonte: Observatório de Sergipe, dados da Seplag, 2010.

No Polo Costa dos Coqueirais o manejo dos resíduos sólidos é realizado de forma inapropriada, pois é comum os rejeitos gerados na comunidade, serem lançados sem os devidos cuidados com os recursos naturais. Através da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE possibilitou constatar como é feito o manejo de resíduos sólidos nos municípios que compõem o Polo Costa dos Coqueirais. Há em todos os municípios o serviço de coleta de resíduos sólidos nas vias e logradouros, inclusive nas de difícil acesso, mas apenas Aracaju dispõe da coleta seletiva, demonstrando uma das deficiências do serviço de manejo dos resíduos sólidos.

Em alguns locais utilizados para a deposição dos resíduos sólidos existem catadores que utilizam os materiais dispostos para o sustento das famílias, fato que evidencia problemas de cunho social, pois se trata de atividade degradante e perigosa à saúde humana. Nos municípios de Aracaju, Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Estância, nos locais de deposição há catadores que se beneficiam dos resíduos reaproveitáveis. Na maior parcela dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais as deposições de resíduos sólidos são feitas nos solos dos municípios, excetuando o município de Barra dos Coqueiros que deposita os rejeitos no município de Santo Amaro das Brotas.

Segundo Bidone & Povinelli (1999), o lançamento do lixo a céu aberto é uma forma de disposição final de resíduos sólidos urbanos, na qual estes são simplesmente descarregados sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. Essa forma de disposição

facilita a proliferação de vetores (moscas, mosquito, baratas, ratos), geração de maus odores, poluição das águas superficiais e subterrâneas pelo lixo lixiviado: mistura do chorume (líquido), gerado pela degradação da matéria orgânica, com a água de chuva, além de não possibilitar o controle dos resíduos que são encaminhados para o local de disposição.

A forma de disposição final dos resíduos em nenhum município do Polo Costa dos Coqueirais é efetuada visando à preservação dos elementos bióticos e abióticos dos locais. Os locais de deposição utilizados para resíduos do tipo domiciliar, agrícola, sépticos, inertes, da construção civil e os considerados entulhos são geralmente depositados vazadouros, aterros e terrenos baldios. Como os resíduos provenientes da construção civil que são lançados na maior parcela dos municípios em conjunto com outros resíduos. Nos municípios de Pacatuba, Pirambu, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba os resíduos da construção são colocados sem a separação, devida, dos outros materiais.

Em Brejo Grande e Pacatuba os resíduos sólidos são depositados em vazadouros, que são locais usados como depósitos de lixo. As áreas de vazadouros são de alto potencial poluidor, pois materiais de diferentes composições são postos diretamente no solo. Os impactos ambientais degradam o solo e a biota. Dependendo do tamanho do local, da frequência das deposições e dos tipos de materiais podem ser irreversíveis os danos ocasionados.

Há em outros municípios do Polo Costa dos Coqueirais a deposição dos resíduos sólidos da construção civil em aterro de terceiros, como ocorre em Aracaju, Brejo Grande e São Cristóvão. Contudo mesmo com a existência de áreas para a deposição desse tipo de resíduo, observa-se que a população se desfaz dos resíduos em áreas com terrenos rebaixados, alagadas e rebaixadas.

A coleta de resíduos sólidos da saúde de natureza séptica e não-séptica é efetuada na maior parcela dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais. Em Aracaju, Brejo Grande, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga D'Ajuda, Estância e Pacatuba existem os dois tipos de coletas para os resíduos provenientes dos estabelecimentos da saúde. Contudo a situação do município de Indiaroba se difere, pois não há o manejo específico para os resíduos da saúde. Os materiais provenientes dos estabelecimentos de saúde devem ser coletados, remanejados em transporte adequado e depositados em locais apropriados. A composição dos resíduos da saúde deve ser verificada e classificada para que haja o manejo devido, pois os materiais variam quanto ao nível de periculosidade, podendo haver a presença de materiais biológicos; que podem causar infecção, instrumentos cortantes e rejeitos radioativos.

O serviço de manejo dos resíduos sólidos nos municípios do Polo Costa dos Coqueirais é executado por entidade prestadora municipal e por empresas privadas. Na maioria das cidades são as prefeituras que realizam o manejo dos resíduos sólidos como de Aracaju, Brejo Grande, Pacatuba, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga D' Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Pacatuba. Nas localidades de Pirambu, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Indiaroba, o serviço de coleta e destinação dos resíduos sólidos é efetuado por empresas privadas.

O quadro dos profissionais permanentes trabalhando no serviço de manejo dos resíduos sólidos é relativamente menor ao quadro total, como no município de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, que não há nenhum profissional permanente executando o serviço. A limpeza pública sendo componente do setor de saneamento básico é de fundamental importância o estabelecimento de um Quadro maior de funcionários permanentes na execução do serviço do manejo de resíduos sólidos (Tabela 37).

Tabela 36 – Manejo de Resíduos Sólidos

MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE MANEJO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO.	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA SAÚDE - SÉPTICOS	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA SAÚDE - NÃO SÉPTICOS	ENTIDADES PRESTADORAS DO SERVIÇO MUNICIPAL.	ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO – EMPRESA PRIVADA.	PESSOAL OCUPADO PERMANENTE NOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS,
Aracaju	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	781
Brejo Grande	Sim	Sim	Sim	Sim	-	11
Pacatuba	Sim	Sim	-	Sim	-	09
Pirambu	Sim	Sim	Sim	-	Sim	01
Barra dos Coqueiros	Sim	Sim	Sim	-	Sim	55
Santo Amaro das Brotas	Sim	Sim	-	-	Sim	17
São Cristóvão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	04
Nossa Senhora do Socorro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	127
Laranjeiras	Sim	Sim	Sim	-	Sim	
Itaporanga D'Ajuda	Sim	Sim	Sim	Sim	-	47
Estância	Sim	Sim	Sim	Sim	-	13
Santa Luzia do Itanhy	Sim	Sim	-	Sim	-	-
Indiaroba	Sim	-	-	-	Sim	-
Pacatuba	Sim	Sim	Sim	Sim	-	09

IBGE – Censo Demográfico, 2010.

As entidades municipais e empresas privadas de coleta dos resíduos sólidos efetivam parte do manejo dos resíduos sólidos. A maior parcela do lixo coletado é feita por serviço de limpeza público e/ou privado. Todavia a população ainda se utiliza de outros mecanismos para a destinação final do lixo, como no município de Brejo Grande em que 491 domicílios e Pacatuba com 2.485 domicílios fazendo a queima dos resíduos sólidos. Em Itaporanga D'Ajuda, 134 residências enterram os resíduos gerados. Tanto o procedimento da queima quanto ao de enterrar o lixo compromete as localidades, pois os componentes químicos e biológicos são contaminantes ao solo, a biota e a saúde humana. O chorume gerado pela decomposição do lixo orgânico contamina as camadas inferiores a depender do tipo da pedologia, porosidade e permeabilidade. Os solos dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais são porosos e permeáveis, portanto

enterrar o lixo como destinação final é comprometer as camadas mais internas e possivelmente o lençol freático (Tabela 37).

Tabela 37 – Manejo de Resíduos Sólidos

MUNICÍPIOS	LIXO COLETADO	COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA	QUEIMADO	ENTERRADO	TERRENO BALDIO	RIO, LAGO OU MAR.	OUTRO DESTINO
Brejo Grande	1.273	1.272	491	40	204	01	17
Pacatuba	830	822	2.485	70	133	02	09
Pirambu	1.549	1.428	532	61	73	-	03
Barra dos Coqueiros	6.540	5.329	202	06	80	09	09
Santo Amaro das Brotas	2.372	2.363	663	56	70	01	04
Aracaju	167.841	157.323	599	49	661	71	272
Nossa Senhora do Socorro	42.709	40.075	1.336	49	806	140	282
São Cristóvão	18.150	17.212	2.797	77	1.236	58	61
Laranjeiras	6.348	5.150	196	05	281	07	73
Itaporanga D'Ajuda	5.436	2.971	2.427	134	208	01	66
Estância	14.891	14.107	2.520	120	607	03	68
Santa Luzia do Itanhy	1.603	439	1.280	57	346	03	12
Indiaroba	2.209	2.049	1.307	75	321	04	48

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2010.

Em todos os municípios do Polo Costa dos Coqueirais há a utilização de áreas inadequadas para o lançamento dos resíduos sólidos como terrenos baldios e corpos hídricos. No município de São Cristóvão há 1.236 domicílios, Santa Luzia do Itanhy com 346 domicílios e Estância com 607 residências, lançando os resíduos gerados em terrenos baldios. É importante ressaltar que os municípios do Polo Costa dos Coqueirais estão inseridos numa área de solos porosos, permeáveis e com lençol freático raso, portanto deverá haver áreas adequadas para a deposição do lixo e a criação de aterros sanitários, usinas de compostagens e cooperativas de coleta dos resíduos recicláveis.

Os municípios do Polo Costa dos Coqueirais estão em maior parcela inseridos em área urbana e tem a maior parcela dos domicílios com rede geral de abastecimento. A empresa que atua no abastecimento é a Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO. No município de Aracaju 97,9% dos domicílios estão com rede geral de abastecimento, e Nossa Senhora do Socorro com 96,8 %. Todavia, há um grande número de domicílios no Polo Costa dos Coqueirais que utilizam outras fontes de obtenção de água, como em Pacatuba que no total de residências, 676 apresentam poço na propriedade, Itaporanga d'Ajuda com 1.176, Estância com 1.680 e Indiaroba com 935. A utilização do poço com água extraída diretamente do lençol freático não a torna adequada para o consumo humano. Visto também que nessas localidades há

uma concentração de fossas rudimentares e sépticas, o que poderá comprometer a qualidade da água (Tabela 38).

Tabela 38 - Tipos de Abastecimento de Água.

Município	Total de domicílios	Domicílios com abastecimento por rede geral	Domicílios com poço ou nascente na propriedade	Domicílios que usam rio, açude, lago, igarapé	Outro
Brejo Grande	2.026	1.395	120	279	115
Pacatuba	3.529	1.566	676	52	637
Pirambu	2.218	1.886	118	28	75
Barra dos Coqueiros	6.846	5.996	579	05	63
Santo Amaro das Brotas	3.166	2.208	611	03	34
Aracaju	169.493	165.958	2.532	13	676
Nossa Senhora do Socorro	45.322	43.878	333	46	752
São Cristóvão	22.379	19.628	1.233	107	377
Laranjeiras	6.910	5.798	137	25	157
Itaporanga D'Ajuda	8.272	5.309	1.176	109	387
Estância	18.209	15.128	1.680	186	443
Santa Luzia do Itanhy	3.301	1.647	752	26	61
Indiaroba	3.964	2.249	935	144	67

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Os municípios do Polo Costa dos Coqueirais apresentam entre os Polos as maiores incidências de delitos. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública há uma maior concentração das infrações nos municípios próximos da capital, principalmente os que formam a Grande Aracaju. A capital apresenta entre os municípios de Sergipe o maior número de casos de violência do Estado.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública há uma estimativa de 5170 homens no policiamento de Sergipe. Aracaju dispõe do maior número de agentes da Polícia Militar, com uma escala diária de 350 homens fazendo o policiamento, o que comprova a centralidade da capital com relação à disponibilidade do serviço. É importante ressaltar que essa maior quantidade de policiais em Aracaju e Grande Aracaju gera um problema de segurança pública nos outros municípios do Polo Costa dos Coqueirais. Em Aracaju se concentra quatro companhias, maior número no estado, do 1º Batalhão da Polícia Militar, portanto há um maior quantitativo de profissionais atuando na segurança pública do município. Não foi possível obter o número de agentes dos batalhões das polícias militar e civil que atuam em cada um dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais. A polícia civil tem aproximadamente 1.350 indivíduos em atividade. Nesse número há agentes, escrivães, delegados e agentes auxiliares. Desse total,

935 servidores realizam as atividades da Polícia Civil na Capital, e o restante dos 415 policiais cobrem os outros 74 municípios.

Em Aracaju o quantitativo de furtos, roubos e homicídios são mais significativos que nos outros municípios da área do Polo Costa dos Coqueirais. Na capital foi registrado no ano de 2011, um total de 9105 ocorrências de furtos, sendo desse total, 4101 de furtos qualificados, 694 de veículos e 744 em residências. O quantitativo de roubos na capital é superior aos dos outros municípios do Polo Costa dos Coqueirais com 5031 roubos, 2155 roubos com uso de arma. Nos municípios que compõem a Grande Aracaju a influência da capital aumentou os casos de violência, como no município de Nossa Senhora do Socorro, com a maior representatividade de crimes, apresentando 974 furtos, 821 roubos e 63 homicídios. O município de São Cristóvão na última década teve um acréscimo no número de casos de violência por fatores como o crescimento do narcotráfico, a baixa escolaridade dos jovens e o desemprego. Segundo a SSP/SE foram registrados no ano de 2011, 516 casos de furtos, 370 de roubos; com 272 com a utilização de arma, e 50 homicídios.

Dos municípios, do Polo, mais distantes da capital, Estância é o que mais apresenta índices de criminalidade, com 669 casos de furtos e 253 de roubos. O município de Itaporanga D'Ajuda pela proximidade com a capital Aracaju na última década teve um acréscimo nos casos de violência, principalmente por estar sendo atingido pelo narcotráfico, no ano de 2011 foram registrados 217 furtos; 67 roubos, desses 43 majorados e 09 mortes. Segundo o Mapa da Violência, 2012, em Sergipe no ano de 1998 a taxa era de 10,4 homicídios por 100 mil/hab., e ocupava a 21ª posição no ranking dos Estados. Em 2008 a taxa aumentou para 28,7 homicídios por 100 mil/hab., e ocupa a 14ª posição no ranking (Tabela 39). O aumento do quantitativo de homicídios tem fatores relacionados à urbanização dos municípios, a concentração de renda de uma minoria da população, a baixa escolaridade dos jovens e a pobreza e fatores psicológicos.

Tabela 39 – Tipos de Delitos

MUNICÍPIO	FURTOS	ROUBOS	HOMICÍDIOS
Brejo Grande	14	-	-
Pacatuba	24	03	02
Pirambu	-	13	03
Barra dos Coqueiros	195	54	15
Santo Amaro das Brotas	37	21	03
Aracaju	9105	5031	169
Nossa Senhora do Socorro	974	821	63
São Cristóvão	516	370	50
Laranjeiras	497	117	14
Itaporanga D'Ajuda	217	67	09
Estância	669	253	23
Santa Luzia do Itanhy	36	19	03
Indiaroba	34	03	04

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, 2011.

Nos municípios do Polo Costa dos Coqueirais houve um agravamento da violência na última década paralela ao crescimento do narcotráfico. Os jovens são os mais envolvidos nas infrações cometidas e nessa associação com as drogas, se configurando um grave problema social, reflexo da baixa escolaridade, desemprego e renda precária. Esse cenário envolve a maior parcela da população jovem dessas localidades.

Através de visitas *in locus*, pesquisas realizadas na SEPLAG, IBGE, dados adquiridos no relatório do PDITS e outros referenciais teóricos, a obtenção de informações pertinentes à contextualização socioeconômica dos municípios que irão compor o Polo Costa dos Coqueirais como também dimensionar a realidade desses territórios. É necessário afirmar que a atividade do turismo é geradora de recursos e desenvolvimento econômico para as localidades onde será inserida, no entanto é essencial que haja um direcionamento equilibrado, para que o meio ambiente seja resguardado e a habitantes do local inseridos nesse contexto, para que não ocorra a perda da identidade cultural da população.

6.3.2.1 Uso e Ocupação do Solo

O uso e ocupação do território sergipano estão atrelados ao processo de colonização de Sergipe. A inserção da pecuária, primeira atividade desenvolvida no estado, foi responsável pela interiorização da população e posteriormente ao desenvolvimento da atividade da agricultura. Segundo informações do Atlas de Sergipe a utilização do espaço agrícola ocorre a partir de três formas principais: terras ocupadas com pastagens, lavouras, matas e florestas, vegetação de restinga, além das terras em descanso. A Figura 32 apresenta o Uso e a Ocupação do Solo no território sergipano.

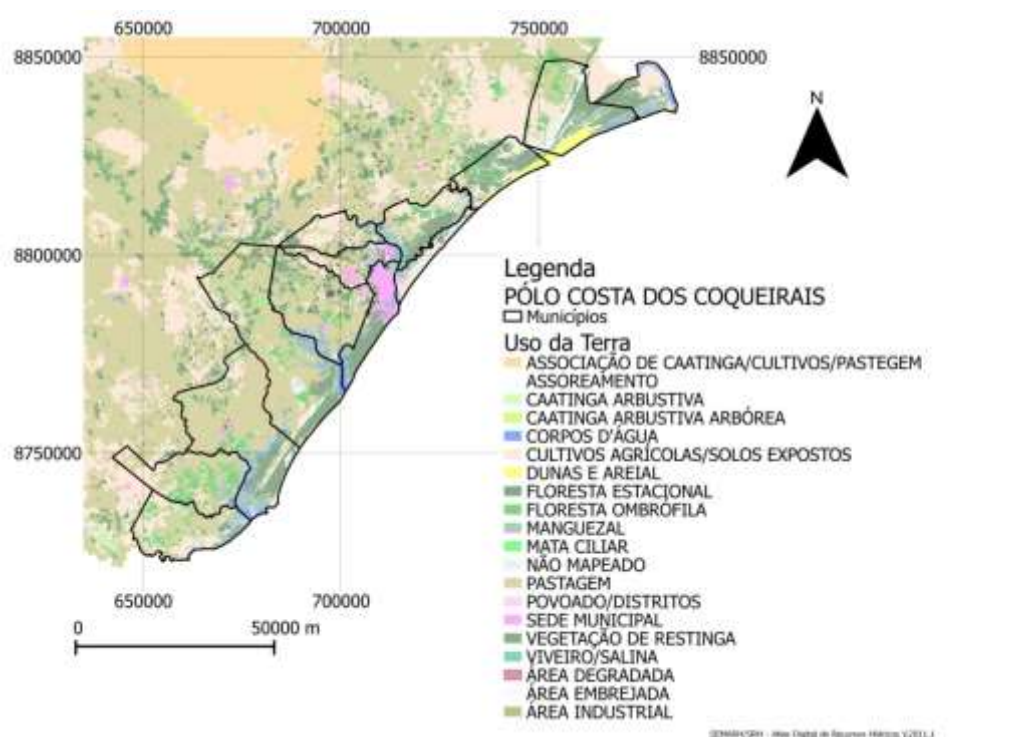


Figura 32 – Uso e Ocupação do Solo no Polo Costa dos Coqueirais

Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2012.

O processo de ocupação e uso do solo foi realizado nas terras sergipanas de maneira desordenada e impactante, ocasionando um acentuado desmatamento nas regiões, principalmente nos espaços em que foi desenvolvida a pecuária e nos locais em que houve o extrativismo da madeira de forma indiscriminada. Nas áreas em que ocorreu o desmatamento pelas atividades da agropecuária e que não foram atingidas pela urbanização foram formadas as pastagens, distribuídas em todo o território, e que na totalidade perfazem a maior parcela das terras de Sergipe.

Segundo informações adaptadas do Atlas de Sergipe, quanto à ocupação da terra do Polo Costa dos Coqueirais por pastagens, a maior parte dos municípios apresenta percentual de cobertura do solo de 5 a 52%. A cidade de Nossa Senhora do Socorro tem o maior número de área ocupada com pastagens, chegando a 77% do seu território. Com destaque para os municípios de Itaporanga D'Ajuda, São Cristóvão e Santa Luzia do Itanhy que apresentam mais de 50% da sua área utilizada como pasto.

Os cultivos foram inseridos posteriormente nas terras sergipanas, com a cana-de-açúcar como principal produto e posteriormente com o algodão, à propriedade se configurava como latifúndio, ou seja, com extensas áreas. Nessa fase o Brasil era mercado produtor de açúcar para os países europeus e Sergipe pelas condições pedológicas favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar esteve vinculado à Bahia como um dos locais de produção. O algodão entra numa fase posterior, com a cana-de-açúcar em declínio e ascende como produto para abastecer o mercado externo, contudo a produção algodoeira não permanece como produto de exportação para Sergipe. As áreas de lavoura estão presentes em todo o território sergipano e com cultivos diversos, com destaque para a mandioca, feijão, cana-de-açúcar, banana e cultivos temporários.

Com o desmatamento da vegetação original, algumas áreas não foram utilizadas para o desenvolvimento de atividades econômicas, com o passar do tempo esses espaços através de um processo natural de revegetação as espécies reaparecem num estágio inicial da vegetação original se configurando como mata secundária.

No Polo Costa dos Coqueirais a vegetação de mangue está presente nas áreas estuarinas e durante as fases de produção dos espaços sergipanos foi acentuadamente impactada, principalmente construção e urbanização das cidades. A faixa dos manguezais acompanha a linha litorânea e as cidades mais populosas acarretando agravante a vegetação, como o desmatamento e a poluição.

O Polo em estudo é marcado por uma descontinuidade populacional, com municípios com maior concentração populacional em detrimento de outros que se apresentam com vazios demográficos, fator que se explica pelas atividades econômicas desenvolvidas nessas localidades. A capital Aracaju, segundo informações obtidas no Atlas de Sergipe, é a mais densa do estado, apresentando em torno de 2.864 Hab./Km², em seguida vem o Município de Nossa Senhora do Socorro, com 1.098 Hab./Km².

Em Sergipe, como no país, há uma concentração de terra nas mãos de poucos e um grande número de pequenos agricultores com áreas de reduzidas dimensões, havendo, portanto, uma má distribuição da terra no espaço rural. Essa alta concentração tem sido responsável por

inúmeros conflitos na luta pela posse da terra, resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores. Esses assentamentos estão espalhados em diversos municípios, não sendo muito marcantes no Polo Costa dos Coqueirais. Contudo, Pacatuba, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba e Itaporanga D'Ajuda devem ser considerados.

No Polo Costa dos Coqueirais está o município de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe e primeiro núcleo de povoamento do território sergipano, é importante ressaltar que a primeira atividade desenvolvida na localidade foi a pecuária, responsável pela colonização de parte do interior sergipano. O Polo está inserido na faixa litorânea de Sergipe, que durante o processo de colonização as terras foram usadas para o cultivo da cana-de-açúcar. Portanto as primeiras atividades desenvolvidas em Sergipe foram pertinentes ao setor primário da economia, que se mantém na maior parcela dos municípios que estão no Polo Costa dos Coqueirais.

Segundo Fonseca (2009), umas das principais características do Litoral Norte é a preservação de suas áreas naturais, encontradas principalmente a partir de Pirambu. Este fato se dá por conta da presença da Unidade de Conservação Reserva Biológica de Santa Isabel e pela não pavimentação da rodovia SE-100 a partir também do município de Pirambu. Esta área de Proteção Integral apresentam conflitos com o uso turístico da região pela comunidade local e pelos gestores, pela restrição da exploração turística de importantes atrativos turísticos do Polo contidos nessa região, fazendo-se necessário a elaboração de estudos que vizem compatibilizar o desenvolvimeto turístico com a proteção das áreas naturais frágeis.

O Litoral Norte também é ocupado por áreas industriais de exploração e processamento do petróleo e há pressão imobiliária maior nos municípios que fazem divisa com Aracaju, como Nossa Senhora do Socorro (FONSECA, 2009).

A mesma autora cita ainda que o uso do solo em Aracaju é tomado pela construção imobiliária, o que gera um problema ambiental, principalmente em sua zona de expansão, pois os empreendimentos aterram as lagoas com função de recarga do lençol freático.

O Litoral Sul apresenta ocupação turística, descreve Fonseca (2009), apresentando principalmente lagoas, praias e dunas. A ocupação litorânea aumentou desde a construção da Ponte Joel Silveira, como era previsto e deve continuar neste ritmo com o término da Ponte que liga o município de Porto Cavalão ao de Terra Caída.

O Litoral Sergipano apresenta inúmeras fragilidades ecológicas e sua ocupação intensa sem levar em consideração a questão ambiental vem gerando grande impacto em seus ecossistemas e acarreta grandes conflitos e problemas de gestão. A exemplo, o caso recente dos 49 bares localizados na Rodovia José Sarney e 16 bares da Orlinha da Atalaia, que receberão ordem de derrubada do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) alegando ser necessário regularizar a ocupação da faixa de praia em Aracaju, classificada como áreas de Preservação Permanente. Esta ação dederrubada caso concretizada acarretará em grandes prejuízos ao turismo do estado, haja vista que os bares da praia da Sarney representa uma referência importante para o turismo de sol e praia do polo.

É importante ressaltar que com a tendência do aumento de ocupação no litoral do estado, dos conflitos ambientais e da diversificação das atividades econômicas, há necessidade de rever

a divisão territorial, aumentando a quantidade de cidades metropolitanas e diminuindo a superfície do litoral norte e sul.

Segundo informações obtidas no Atlas de Sergipe, as atividades industriais surgiram em Sergipe ainda no século XIX, com a introdução da indústria têxtil e a modernização dos engenhos de produção do açúcar. Durante o século XX com a exploração dos recursos minerais houve a instalação das indústrias extrativo-minerais.

No Polo Costa dos Coqueirais há forte atuação de indústrias dos mais diversos setores, com destaque para as extrativo-minerais e alimentícias. Nos municípios de Brejo Grande, Pirambu, Aracaju, Itaporanga D'Ajuda foram encontradas jazidas de petróleo e gás natural, e nessas localidades há atuação de indústrias petrolíferas, conforme apresentado na Figura 33, com destaque para a Petrobras. No município de Laranjeiras há unidades de beneficiamento do gás natural com a Fábrica de Fertilizantes nitrogenados, e no município de Aracaju Unidade de Processamento do Gás Natural. Nos municípios de Itaporanga D'Ajuda e Estância indústrias alimentícias são atuantes e nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros há indústrias metalúrgicas, extrativo-minerais e químicas.

O setor terciário, que se encontra em expansão no estado, é responsável pela ocupação de da maior parte da mão de obra, com destaque para a capital, Aracaju, onde estão localizadas as funções mais especializadas, fator este justificado pela maior concentração da população e renda. É na capital, inclusive, onde se concentra o comércio atacadista, responsável por abastecer todo o estado e áreas limítrofes dos estados vizinhos. O município de Estância também atua como um centro atracional para populações dos municípios vizinhos, concentrando funções comerciais diversificadas, incluindo-se ainda o circuito inferior da economia, estando entre uma das maiores feiras semanais do Estado.

É importante ressaltar o crescimento do setor informal em todo o estado, decorrente do desemprego causado pela reestruturação produtiva.

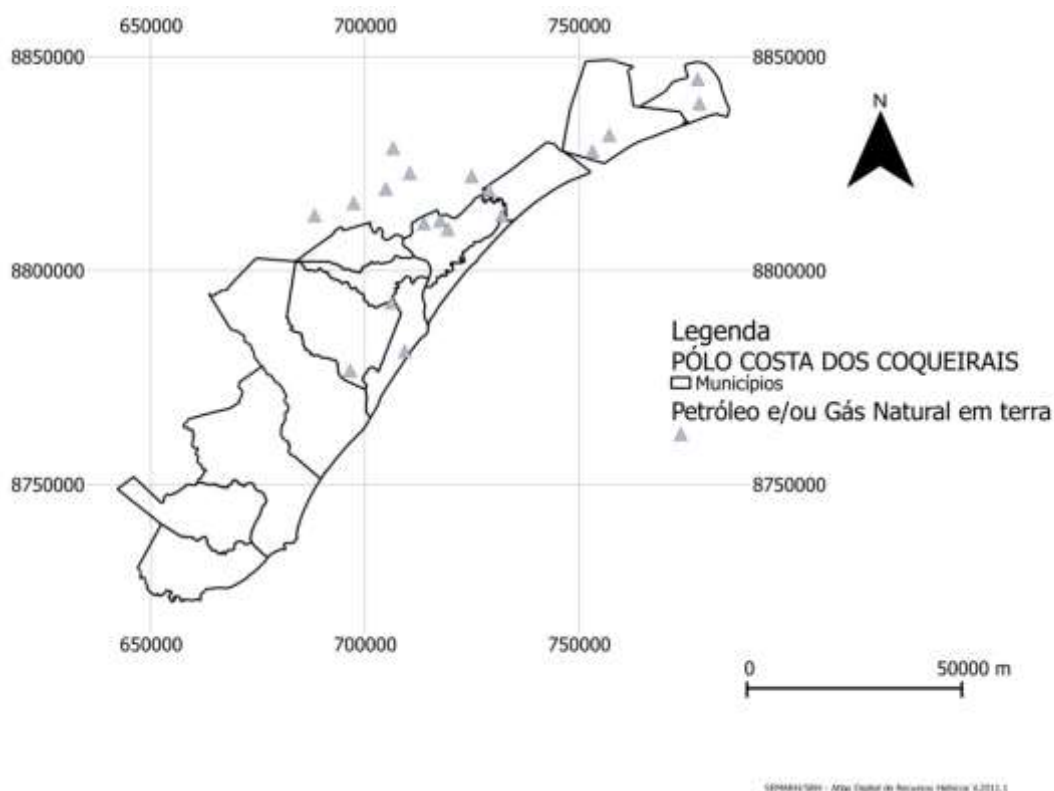


Figura 33 – Ocorrências de Petróleo no Polo Costa dos Coqueirais
Fonte: Modificado do Atlas de Sergipe: Espaço Geo-Histórico e Cultural, 2012.

6.3.2.2 Envolvimento Comunitário com a Atividade Turística

É de fundamental importância para os princípios do turismo sustentável que o envolvimento das comunidades locais nas atividades, sabendo o que as mesmas pensam em relação ao turismo. Isto pode direcionar o grau desejado do seu desenvolvimento no município, indicando as causas de desconforto da comunidade com os problemas gerados pela inserção do turista à sua realidade.

Com exceção de alguns centros urbanos, os atrativos turísticos são rodeados de comunidades tradicionais, estas já possuem algumas iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do turismo, como restaurantes e outros serviços de gênero gastronômico. Algumas destas comunidades já podem estar sofrendo impactos negativos e outras podem vir a sofrer impactos. Tais comunidades em alguns casos estão organizadas em associações civis ou estão vinculadas às comunidades quilombolas e/ou assentamento rural.

Comunidades Quilombolas

Na área do Polo Costa dos Coqueirais existem 10 (dez) comunidades quilombolas reconhecidas (Tabela 40).

Tabela 40 - Relação de Comunidades Quilombolas - Polo Costa dos Coqueirais

Município	Comunidade	Data de publicação
Indiaroba	Desterro	19/08/2005
Santa Luzia do Itanhy	Luziense (Pov. Da rua da Palha)	19/08/2005
Laranjeiras	Mussuca	30/01/2006
Barra dos Coqueiros	Pontal da Barra	12/05/2006
Japarutuba	Patioba	12/05/2006
Brejo Grande	Brejão dos Negros	28/05/2006
Aracaju	Maloca	07/02/2007
Estancia	Curuanha	15/05/2011
	Canta Galo	08/11/2011
Pirambu	Alagamar	08/11/2011
Total	10 comunidades	

Fonte: Fundação Palmares, 2012.

Estas comunidades retiram seu sustento, fundamentalmente, de atividades rurais, com forte base no trabalho familiar, ou também trabalhando para terceiros, em médios e grandes empreendimentos localizados em seus municípios ou cidades vizinhas. Além da agricultura, estas comunidades também têm como prática a pesca artesanal.

Porém, mesmo com o reconhecimento de 10 (dez) comunidades quilombolas, segundo dados de 2011 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nenhuma dessas comunidades tem seu território regularizado, porém, todas elas já possuem processo aberto junto ao INCRA (Tabela 41).

Tabela 41 - Relação de Processos Abertos – Área do Polo Costa dos Coqueirais

Nº do Processo	SR/UF	Comunidade	Município
4 54370.000779/2006-88	23/SE	Desterro	Indiaroba
5 54370.000780/2006-11	23/SE	Luzienses	Santa Luzia do Itanhy
6 54370.000781/2006-57	23/SE	Mussuca	Laranjeiras
10 54370.000787/2006-24	23/SE	Patioba	Japarutuba
12 54370.000952/2006-48	23/SE	Brejo dos Negros	Brejo Grande
13 54370.000320/2007-66	23/SE	Maloca	Aracaju
15 54370.001903/2010-17	23/SE	Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros
20 54370.001177/2011-13	23/SE	Curuanhã	Estância
24 54370.001342/2011-29	23/SE	Alagamar	Pirambu

Fonte: INCRA, 2012.

Segundo o INCRA define como processo aberto de regularização de território:

“Processo administrativo no âmbito do INCRA, devidamente autuado, protocolado e numerado”. O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de

quilombolas. Pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.

A partir dos dados do INCRA e Fundação Palmares, existe uma confusão sobre a localização da comunidade quilombola “Canta Galo”, enquanto a Fundação Palmares considera esta comunidade como localizada em Estância, o INCRA considera-a dentro dos limites do município de Capela.

Associações Cíveis

Em Sergipe, as Associações cíveis são cadastradas pela PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe. A PRONESE tem como missão implementar programas e ações voltadas à promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando a inclusão pela renda e pelo direito.

No Polo Costa dos Coqueirais existem associações (Tabela 42) ligadas a diversas áreas da sociedade, sejam elas com ampla participação em políticas públicas ou de recorte étnico.

Tabela 42 – Número de Associações Cíveis no Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES
Aracaju	03
Barra dos Coqueiros	Município não coberto
Brejo Grande	24
Estância	49
Indiaroba	43
Itaporanga d'Ajuda	32
Laranjeiras	42
Nossa Senhora do Socorro	01
Pacatuba	34
Pirambu	13
Santa Luzia do Itanhy	43
Santo Amaro das Brotas	26
São Cristóvão	03
TOTAL	313

Fonte: Pronese, 2012.

São 313 (trezentas e treze) associações, sendo que os municípios com menos associações são Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Aracaju, com 1 (uma), 3 (três) e 3 (três), respectivamente. Já os municípios com o maior número de associações são Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, com 49 (quarenta e nove), 43 (quarenta e três) e 43 (quarenta e três), respectivamente. Dentre todas as associações, nenhuma delas possui o turismo com atividade principal em sua temática.

Ressalta-se ainda, que o município de Barra dos Coqueiros não possui dados próprios cadastrados na Pronese, por não possuir associações que são cobertas pelas ações da Pronese. Para suprir essa lacuna, a seguir, destaca-se levantamento realizado pela Ambientec Consultoria. (Tabela 43).

Tabela 43 - Associações Cíveis – Barra dos Coqueiros

NOME DA ORGANIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PRISCO VIANA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CAPUAN
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL RAI DO SOL
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE JATOBÁ
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA ILHA DE SANTA LUZIA
CASA DE CARIDADE GUERREIROS DO SENHOR
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DA BARRA DOS COQUEIROS
ORGANIZAÇÃO SÓCIO CULTURAL AMIGOS DO TURISMO E DO MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJ MOISES GOMES PEREIRA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIAO DA ILHA
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO CANAL TOURO
ASSOCIAÇÃO DO POVO CARENTE JUNTO COM OS PEQ CRIADORES
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES MAES E AMIGOS DA ATALAIA NOVA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO OLIMAR
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA TRAV NOVA ESPERANÇA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA CAPOA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ATALAIA NOVA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRACA DOS ESPORTES
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CANARINHO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA BARRA DOS COQUEIROS
ASSOCIAÇÃO PROF DOS CANOEIROS DE BARRA DOS COQUEIROS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTES CENICAS
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES UNIDAS PARA O PROGRESSO
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA PRAIA DO JATOBÁ
ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS
ASSOCIACAO COMUNITARIA N. S. DO CARMO
TOTAL DE ASSOCIAÇÕES: 27

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2012.

6.3.3 Aspectos Institucionais

O desenvolvimento de Polos turísticos envolve uma grande diversidade institucional e este fato possibilita a construção de relações em diferentes níveis da sociedade. Ocorrem desde interações mais simples até vinculações das mais complexas e intensas, sendo que tais processos

de interação devem servir para promover o acesso amplo às melhores oportunidades disponíveis para todas as entidades.

Órgãos Públicos Federais Ligados Diretamente Ao Turismo

- **Ministério do Turismo-** Subordinado à Presidência da República, é responsável pela condução de políticas públicas, adotando um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. Em Sergipe, vem atuando na promoção de políticas e na realização de investimentos voltados para infraestrutura turística. Os investimentos recentes mais significativos foram a construção da Ponte Gilberto Amado, Ponte Joel Silveira, além de rodovias estaduais.
- **Conselho Nacional de Turismo-** O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e a aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Esse Conselho é formado por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. O Conselho é hoje integrado por 71 conselheiros de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional.
- **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-** auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
- **Embratur-** é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o 'Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil' como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo;
- **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo-** Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.

Órgãos Públicos Federais Ligados Diretamente Ao Turismo

- **Ministério do Turismo-** Subordinado à Presidência da República, é responsável pela condução de políticas públicas, adotando um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. Em Sergipe, vem atuando na promoção de políticas e na realização de investimentos voltados para infraestrutura turística. Os investimentos recentes mais significativos foram a construção da Ponte Gilberto Amado, Ponte Joel Silveira, além de rodovias estaduais.
- **Conselho Nacional de Turismo-** O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e a aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Esse Conselho é formado por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. O Conselho é hoje integrado por 71 conselheiros de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional.
- **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-** auxilia na formulação, na elaboração e no monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo. Além de monitorar e avaliar a execução dessa política, implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo (MTur) com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
- **Embratur-** é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Trabalha pela geração de desenvolvimento social e econômico para o País, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Para tanto, tem o 'Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil' como orientador de seus programas de ação. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo;
- **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo-** Turismo subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e ao fortalecimento do turismo nacional. Também estabelece e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e da participação dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.

Órgãos Públicos Estaduais Ligados Diretamente Ao Turismo

- **Secretaria de Estado do Turismo** – é responsável pela política estadual de governo na área de turismo; pelo desenvolvimento turístico e respectivo incentivo; por incentivar a

ampliação e melhoramento de espaços turísticos; pela realização e organização de exposições, feiras e outros eventos de divulgação de potencialidades turísticas do Estado; por promover a capacitação de mão de obra para o turismo;

- **Empresa Sergipana de Turismo**- tem a atribuição de Implementar a política de promoção turística; de Desenvolver, avaliar e monitorar o produto turístico sergipano; de Implementar o Sistema de Informações Turísticas; de Implementar as políticas de formação profissional, inclusão social e de adensamento da cadeia produtiva do turismo;
- **Unidade de Coordenação de Projetos/PRODETUR/SE** - Órgão operacional da Secretaria de Turismo – SETUR, integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Sergipe. O PRODETUR/SE/Nacional é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor. De acordo com o Art. 3º, da Lei ordinária Estadual 4.912 de 2003. A Unidade de Coordenação Estadual do PRODETUR/SE – UEE/SE-PRODETUR/SE, tem por finalidade a implantação das ações resultantes da celebração, aplicação e execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/SE
- **FORTUR – Fórum de Turismo De Sergipe** - Entidade que tem como principal objetivo acompanhar o desenvolvimento da Política Estadual do Turismo. Além de executar ações também avalia como elas estão sendo implementadas. A entidade cumpre o importante papel de descentralizar as estratégias das políticas públicas de turismo no Estado, definidas pelo Plano Nacional de Turismo. Tem como principais competências: Acompanhar a execução e o desenvolvimento da Política Estadual de Turismo; Expedir instruções normativas para orientação das atividades turísticas de empresas privadas; Opinar sobre a concessão de registros às atividades turísticas de empresas privadas; Opinar sobre as exigências relativas à concessão de estímulos e incentivos de qualquer natureza às empresas e atividades turísticas privadas, bem como a entidades públicas e afins; Opinar sobre a constituição de fundos especiais destinados a incrementar o desenvolvimento sustentável do turismo, bem como propostas de aplicação dos recursos desses fundos;- Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Turismo e de outros planos, programas e projetos integrantes da Política Estadual de Turismo.

Órgãos Públicos Municipais Ligados Diretamente Ao Turismo

Os municípios do Polo Costa dos Coqueirais apresentam pouca ou nenhuma estrutura organizada voltada para o turismo. Foi identificado que na maioria dos casos não existe uma secretaria específica para o do turismo, mas este tema é tratado usualmente por outra Secretaria municipal. Porém, ressalta-se que o descrito acima não pode ser posto como regra, já que

existem municípios onde o turismo é tratado como prioridade da secretaria responsável, mesmo que, às vezes, não contem com o apoio devido.

6.3.4 Aspectos Econômicos

O Polo Costa dos Coqueirais está inserido no Estado de Sergipe na faixa litorânea dos territórios do Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Grande Aracaju e Sul Sergipano. O Polo compreende os municípios de Brejo Grande, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.

A atividade turística tem como um dos objetivos a valoração dos espaços. No Estado de Sergipe essa prática já se encontra consolidada como fonte de renda em alguns municípios contidos no Polo Costa dos coqueirais, como Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão, Pirambu, Estância e Itaporanga D'Ajuda.

A população dos municípios que o Polo Costa dos Coqueirais será instalado se caracteriza por certa heterogeneidade, devido ao próprio processo de construção desses espaços dentro do território sergipano. A apropriação realizada na fase de colonização dos espaços; ao longo do tempo histórico e as heranças deixadas nessas localidades, como a cultura e a miscigenação em conjunto com as atividades econômicas desenvolvidas na época, são elementos indispensáveis à composição populacional e produção dos territórios e paisagens.

A concentração populacional no Estado de Sergipe se diferencia entre os municípios, essencialmente por questões naturais e econômicas. As localidades próximas do litoral e centro apresentam as maiores densidades demográficas. Os municípios inseridos no Polo Costa dos coqueirais estão basicamente no litoral, excetuando Laranjeiras, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas que se localizam nas proximidades da faixa litorânea.

Segundo dados do IBGE no ano de 2010 a densidade demográfica se configurou maior nos municípios de Aracaju, com 3.140,67 hab./km², seguido de Nossa do Socorro com 1.025,88 hab./km², Barra dos Coqueiros com 276,52 hab./km² e Laranjeiras 165,78 hab./km². As menores taxas de densidade demográfica são encontradas nos municípios de Pacatuba com 35,14 hab./km², Santa Luzia do Itanhy (39,36 hab./km²), Pirambu (40,65 hab./Km²) e Itaporanga D'Ajuda, 41, 11 (hab./ km²) (Tabela 44).

Tabela 44 – Densidade Demográfica dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
BREJO GRANDE	52,01 hab./km ²
ARACAJU	3.140,67 hab./km ²
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	1.025,88 hab./km ²
SÃO CRISTÓVÃO	180,52 hab./km ²
ITAPORANGA D'AJUDA	41,11 hab./km ²
PIRAMBÚ	40,65 hab./km ²
SANTO AMARO DAS BROTAS	48,73 hab./km ²
PACATUBA	35,14 hab./km ²
ESTÂNCIA	100,00 hab./km ²

SANTA LUZIA DO ITANHY	39,36 hab./km ²
INDIAROBA	50,49 hab./km ²

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A densidade demográfica em Sergipe é também resultante do inchaço populacional, pois a concentração da população está em áreas com extensão territorial menor, como é o caso de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. E nas áreas em que foram encontradas as menores densidades demográficas ocorre pela má distribuição da população, os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Santa Luzia do Itanhy e Pirambu estão inseridos nesse contexto. O crescimento populacional no Estado se deve pela melhoria nos serviços públicos de saúde e saneamento básico e no próprio desenvolvimento econômico.

No Polo Costa dos Coqueirais a concentração urbana se apresenta com maior intensidade nos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e Estância. Essa conformidade se deve pela proximidade com a capital e as atividades econômicas predominantes nessas localidades, pertinentes principalmente aos setores terciário e secundário. Todavia o município de Estância se diferencia das demais localidades pelo afastamento da capital, o que acabou gerando um mercado local no oferecimento dos serviços na região centro-sul e também por ser uma das cidades de significativa concentração industrial do estado.

A concentração da população no campo se faz presente no cenário de Sergipe, as populações que estão nesse contexto são em grande parte descendentes de gerações passadas que se fixaram nessas localidades. As cidades de Pacatuba, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy apresentam entre as cidades que compõe o Polo dos Coqueirais a maior taxa populacional de habitantes no espaço rural. A permanência da população no campo se deve por fatores como a identidade com o lugar e atividades econômicas ligadas basicamente ao setor primário, a exemplo da agropecuária.

Em todos os municípios do Polo Costa dos Coqueirais há o desenvolvimento do setor primário, uns com maior expressão que outros. A pecuária de bovinos está presente nesses municípios. Há também nos municípios a criação de asininos; no município de Santa Luzia do Itanhy; muares, aves, abelhas e outras criações. A agricultura também é desenvolvida em todos os municípios do Polo, e as localidades que são geridas por essa atividade de maior relevância são Brejo Grande, Pacatuba e Indiaroba. Os cultivos que mais são desenvolvidos nos municípios do Polo Costa dos Coqueirais são banana, coco-da-baía, mangaba, cana de açúcar, arroz, mandioca e maracujá.

O Censo do IBGE do ano de 2010 realizou o levantamento da população ocupada nas atividades econômicas dos municípios de Sergipe. Nos municípios do Polo Costa dos Coqueirais os números apontam significativa diferença entre os trabalhadores ocupados, os que estão sendo assalariados e os que recebem renda não estipulada. No município de Brejo Grande há um total de 482 trabalhadores ocupados, desses apenas 444 são assalariados, com a média salarial de 1,4 salários mínimos. A situação se apresenta diferenciada em Aracaju com 12.248 trabalhadores em atividade, 11.250 assalariados e a média salarial é de 3,2 salários. Os dados apontados refletem a

realidade dos municípios, a distribuição do PIB com a população local, a deficitária ação das políticas públicas e as desigualdades socioeconômicas entre os municípios.

A geração de empregos em Sergipe ao longo dos anos ocorreu de forma ascendente, devido à própria evolução econômica do estado. Segundo a SEPLAG houve também um aumento no número dos empregos formais, ou seja, em conformidade com as leis trabalhistas. O saldo positivo está diretamente relacionado à absorção da mão de obra na indústria e nas atividades do setor terciário, principalmente no comércio e na administração pública (Figura 34).

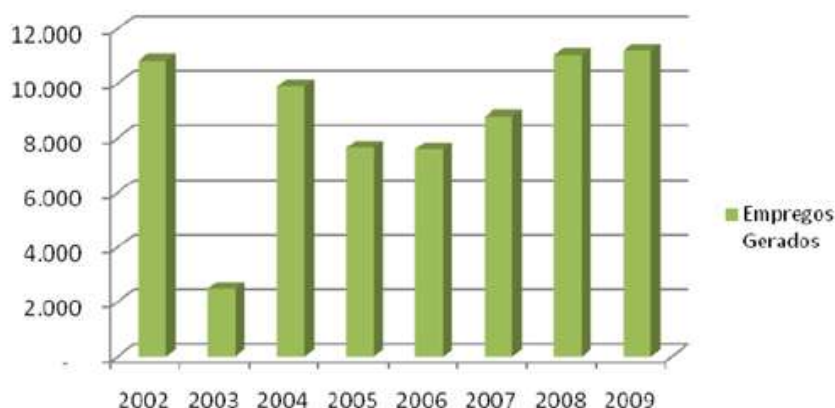


Figura 34 - Evolução do Emprego Formal em Sergipe

Fonte: SEPLAG – Observatório de Sergipe, 2010.

O Instituto de Geografia e estatística – IBGE com o censo de 2010 contextualiza as informações sobre os municípios no tocante ao aumento do PIB Per Capita e melhoria nos serviços públicos.

O PIB Per Capita é contabilizado pelo total do produto interno bruto dividido pelo número de habitantes (Tabela 45).

Tabela 45 – PIB per Capita dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais, (ANO – 2010)

MUNICÍPIO	PIB PER CAPITA
BREJO GRANDE	5.825,05
ARACAJU	15.328,30
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	11.222,29
SÃO CRISTÓVÃO	6.359,95
ITAPORANGA D'AJUDA	14.723,05
PIRAMBÚ	6.180,25
SANTO AMARO DAS BROTAS	6.207,28
PACATUBA	11.128,60
ESTÂNCIA	15.969,36
SANTA LUZIA DO ITANHY	6.383,86
INDIAROBA	5.719,68

Fonte IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os valores obtidos no aumento do PIB Per Capita se devem a uma maior participação do setor de serviços, mas há uma diminuição da atuação da indústria. O município de Aracaju tem o

cenário econômico modificado, de acordo com informações da SEPLAG, pois houve uma queda da participação do município e isso aponta uma desconcentração espacial da atividade produtiva, em direção a outros municípios de Sergipe. A capital em 2004 representava 37,14% de participação do PIB Per Capita do Estado, passando para 35,53% em 2008. A ascensão do setor terciário no estado foi devido ao aumento do comércio e a destacada atuação da administração pública que apresenta peso significativo na economia sergipana, contabilizando 41,26% (Figura 35).

A SEPLAG indica mudança na participação dos setores produtivos do Polo Costa dos Coqueirais. A indústria em 2004 participava com 21,16% e em 2008 passou para 20,56%, o que acarretou uma queda de 4,59% no PIB Per Capita do estado. Segundos dados oferecidos pela secretaria, no município de Laranjeiras o setor industrial representa 6,58%; com maior atuação da indústria química, porém esse percentual apesar de parecer baixo, perfaz 50% da riqueza produzida na cidade. Em Estância está instalado um dos distritos industriais do Estado, e essas indústrias representam 52% da renda gerada no município, com predominância da indústria alimentícia (Figura 36).

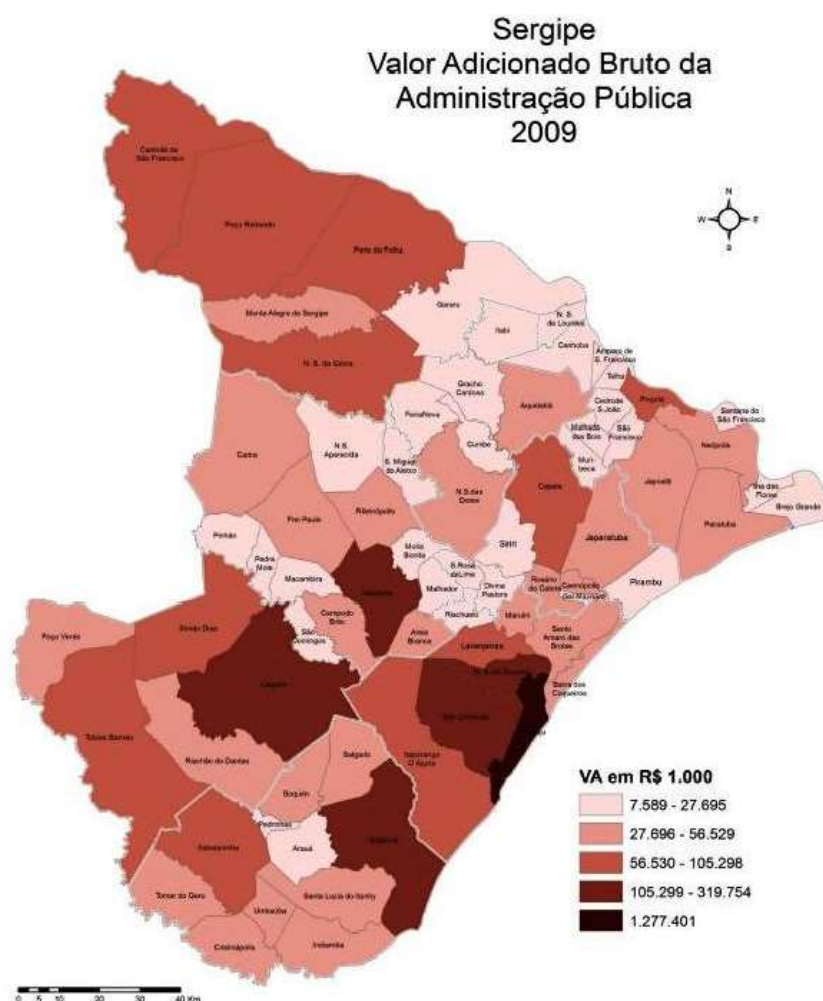
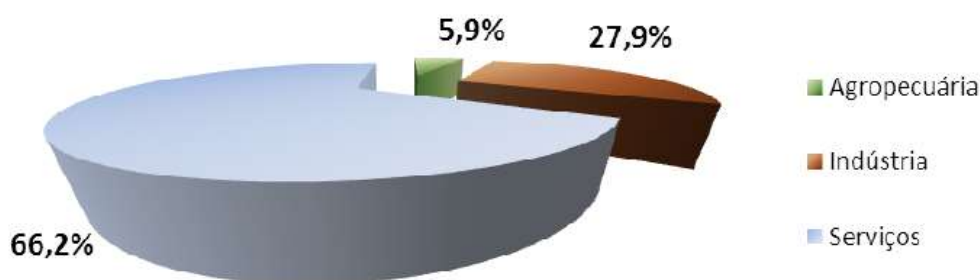


Figura 35 – Valor adicionado Bruto da Administração Pública 2009.

Fonte: Observatório de Sergipe, dados da Seplag, 2010.

Sergipe estrutura do valor adicionado 2009



Observatório de Sergipe
www.observatorio.se.gov.br

Figura 36 – Estrutura do valor adicionado 2009.

Fonte: Observatório de Sergipe, dados da Seplag, 2010.

A qualidade de vida da população sergipana melhorou muito nos últimos anos através do desenvolvimento econômico do território sergipano e devido políticas públicas mais eficazes que acarretaram em melhorias nos setores públicos de saúde, saneamento básico e educação. Entretanto grande parte dos municípios sergipanos ainda se apresentam deficitários nos serviços públicos básicos e na distribuição da renda gerada em Sergipe. O IBGE utiliza para demonstrar os problemas sociais e da saúde pública, o Índice de Pobreza. De acordo com o censo de 2003 foi possível constatar que a maior parcela dos municípios que estão inseridos no Polo Costa dos Coqueirais tem mais de 50% da população em estado de pobreza (Tabela 46).

O município de Brejo Grande tem 65,86% da população vivendo em pobreza e o município de Estância tem um índice de 63,89%, o que demonstra a má distribuição de renda no município. Aracaju apresenta o menor Índice de Pobreza entre os demais municípios do Polo com 27,45%, pela própria concentração dos serviços públicos e por ter melhor distribuição de renda, como também o maior PIB Per Capita de Sergipe.

Tabela 46 – Índice de Pobreza dos Municípios do Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE POBREZA
BREJO GRANDE	65,86%
PACATUBA	58,40%
PIRAMBÚ	59,53%
SANTO AMARO DAS BROTAS	57,24%
BARRA DOS COQUEIROS	53,42%
ARACAJU	27,45%
SÃO CRISTÓVÃO	57,14%
ITAPORANGA D'AJUDA	53,17%
ESTÂNCIA	63,89%
SANTA LUZIA DO ITANHY	57,03%
INDIAROBA	56,93%
NOSSA SENHORA DE LOURDES	59,28%
LARANJEIRAS	61,56%

Fonte: IBGE, Censo, 2003.

6.4 Caracterização dos Aspectos Ambientais

6.4.1 Flora no Polo Costa dos Coqueirais

Nos municípios que compõem o Polo Costa dos Coqueirais encontram-se formações vegetais inseridas nos domínios da Mata Atlântica (Figura 37).

No Estado de Sergipe, os fragmentos de Mata Atlântica estão localizados na zona litorânea compreendendo uma faixa de aproximadamente 40 km de largura, situado em torno de 10°S a 11°32'S e 36°W a 38°30'W. A área de abrangência do Polo se encaixa na zona geográfica destacada.

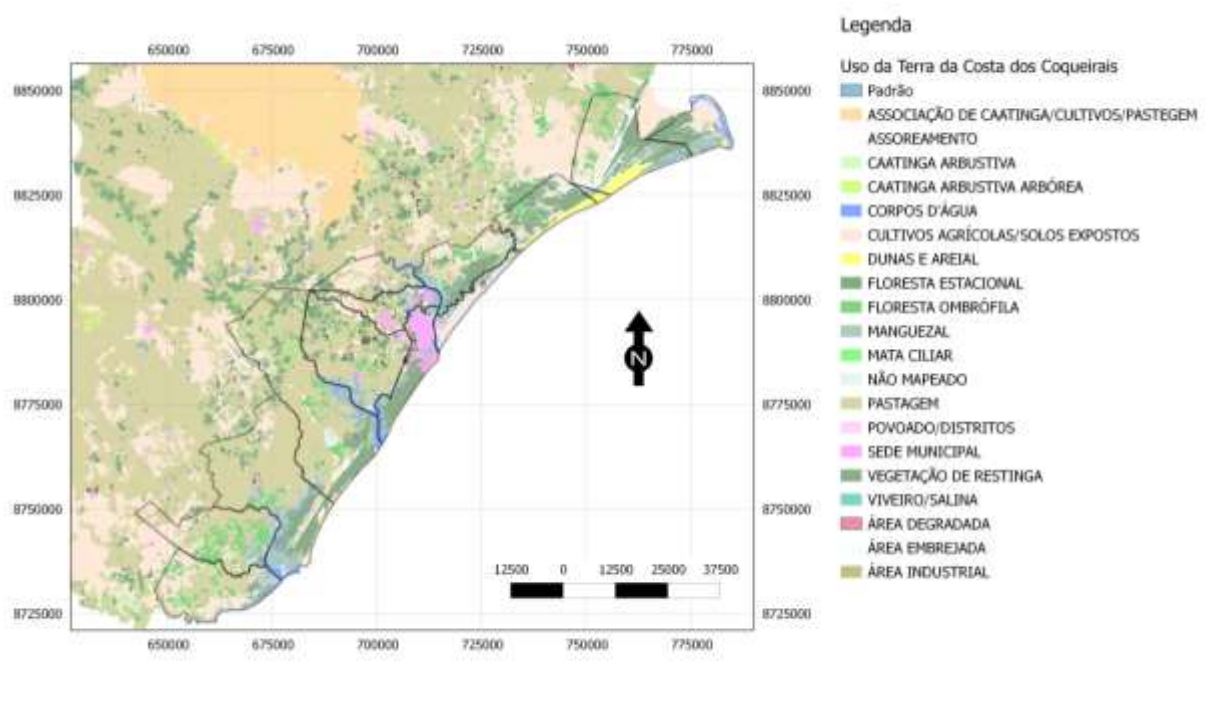


Figura 37 – Ocupação do Solo no Polo costa dos Coqueirais

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.
Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011

As espécies encontradas no Polo Costa dos Coqueirais apresentam ampla distribuição na zona costeira do Estado. Durante as incursões a campo não foi identificada nenhuma das espécies constantes na lista oficial das espécies raras e ameaçadas de extinção. Entretanto Landim (2007) reportou a existência de uma diversidade ainda significativa nessas áreas, onde foram encontradas espécies ameaçadas de extinção, como é o caso de *Campomanesia viatoris*.

A estrutura fita fisionômica formada por grupamentos jovens e insipientes caracteriza sucessão primária, muito comum em áreas de mata próximas a praia, pela forte ação antrópica sofrida historicamente ao longo do tempo.

Apesar de a formação Manguezal ser a mais expressiva do Polo, ela caracteristicamente não é diversa com relação à sua flora, o que pode dá a impressão errônea de que não é

importante para a região. Ao contrário, o manguezal é o mais importante berçário para a vida marinha, indispensável para a preservação de grande número de espécies aquáticas, importantes inclusive para o comércio local.

De forma geral, no Polo Costa dos Coqueirais a florística está representada para as Florestas Ombrófila Densa e Estacional Semidecidual (Tabela 47): amescla (Protium); sucupira (Bowdichia); pau-d'arco (Tabebuia); murici (Byrsonima); pau-pombo (Tapirira); bicuiba (Virola); ingá (Inga); boleira (Joannesia); cocão (Pogonophora); morototo, sambaquim (Didymopanax); pau-paraíba (Simarouba); açoita-cavalo (Luehea); araticum (Duguetia) (Guatteria); amoreira (Heliocostylis) (Maclura); cambuí, murta (Myrcia); camboatá (Cupania); sete-cascos (Pera), (RIZZINI, 1997).

Tabela 47 - Lista de Espécies Identificadas nas Florestas Ombrófilas do Polo Costa dos Coqueirais.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR	CL. ECOLÓGICA
Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott ex. Spreng.	Sete cascas	PI
	<i>Schinus terebenthifolia</i> Radd.	Aroeira	PI
	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Camboatá	SE
Annonaceae	<i>Annona coriacea</i> Mart.	Araticum	PI
Apocynaceae	<i>Aspidosperma discolor</i> A. DC.	Canela de velho	PI
	<i>Mandevilla</i> sp.	-	PI
Araceae	<i>Phylodendron</i> sp.	-	PI
	<i>Elaeis guineensis</i> Jack.	Dendezeiro	PI
	<i>Astrocaryum vulgare</i> Mart.	Tucum	PI
Asteraceae	<i>Gochnatia polymorpha</i> (Less.) Cabrera	Candeia	SE
Bignoniaceae	<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. ex A. DC.) Standl.	Ipê Amarelo	SE
	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart. ex DC.) Standl.	Ipê Roxo	SE
	<i>Lundia cordata</i> (Vell.) A. DC.	Me segura	PI
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i> L.	Urucum	PI
Bromeliaceae	<i>Tillandsia bulbosa</i> Hook.	Flor da mata	PI
	<i>Aechmea aquilega</i> (Salisb.) Griseb.	-	PI
Burseraceae	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) Marchand	Amescla	PI
Cecropiaceae	<i>Ambaiba pachystachya</i> (Trécul) Kuntze	-	PI
	<i>Cecropia</i> sp.	Umbaúba	PI
Chrysobalanaceae	<i>Hirtella racemosa</i> (Wild ex. R. & S.) Prance	-	PI
	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	-	PI
Clusiaceae	<i>Colophyllum brasiliensis</i> Cambess	Landí	SE
Convolvulaceae	<i>Cuscuta</i> sp.	Cuscuta	PI
	<i>Ipomoea</i> sp1.	-	PI
	<i>Ipomoea</i> sp2.	-	PI
Cyperaceae	<i>Scleria bracteata</i> Cav.	Tiriricão	IN/ES
	<i>Rhynchospora nervosa</i> (Vahl.) Boeck.	-	IN/ES
	<i>Rhynchospora holoschoenoides</i> (Rich.) Herter	-	IN/ES
	<i>Rhynchospora cephalotes</i> (L.) Vahl	-	IN/ES
	<i>Rhynchospora tenerrima</i> Nees ex. Spreng.	-	IN/ES
	<i>Fimbristylis dichotoma</i> (L.) Vahl	-	IN/ES

	<i>Cyperus haspan</i> L.	-	IN/ES
	<i>Cyperus luzulae</i> (L.) Rottb. ex. Retz.	-	IN/ES
	<i>Cyperus laxus</i> Lam.	-	IN/ES
Dilleniaceae	<i>Curatella americana</i> L.	Lixeira	PI
Euphorbiaceae	<i>Pera ferruginea</i> (Schott) Müll. Arg.	Sete cascos	PI
Fabaceae	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart. ex Tul.	Jucá	SE
	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá	SE
	<i>Senna angulata</i> (Vogel) H.S. Irwin & Barneby	Flor de São João	PI
	<i>Boldichia virgilioides</i> Kunth	Sucupira	SE
	<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemão ex Benth	Jacarandá	SE
	<i>Cassia macranthera</i> DC. ex Collad.	-	SE
	<i>Inga</i> sp.	-	PI
	<i>Mimosa pudica</i> L.	-	PI/ES
	<i>Tachigali densiflora</i> (Benth.) L. G. Silva & H. C. Lima	Ingá porca	SE
	<i>Peltogyne angustiflora</i> Ducke	Roxinho	SE
	<i>Stryphonodendron</i> sp.	Maria farinha	PI
	<i>Quercus</i> sp.	Carvalho	SE
Heliconiaceae	<i>Heliconia psittacorum</i> L. f.	Heliconia	PI
Lecythidaceae	<i>Lecythis pisonis</i> Cambess	Sapucaia	CL
	<i>Eschweilera ovata</i>	Biriba	SE
Malpighiaceae	<i>Dicella holosericea</i> A.Juss.	Grão de galo	SE
	<i>Byrsonima sericea</i> DC.	Murici	SE
	<i>Stigmaphyllon paralias</i> A.Juss.	-	PI
Malvaceae	<i>Apeiba tibourbou</i> Aubl.	Pau jangada	PI
	<i>Bombacopsis glabra</i> (Pasq.) Robyns	-	SE
	<i>Hibiscus</i> sp.	Hibisco	PI
	<i>Pavonia malacophylla</i> (Link & Otto) Garcke	-	PI
Melastomataceae	<i>Clidemia hirta</i> (L.) D. Don	-	PI
	<i>Miconia prasina</i> (Sw.) DC.	-	PI
	<i>Miconia albicans</i> (Sw.) Triana	-	PI
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> L.	Cedro	SE
Myrtaceae	<i>Myrcia guianensis</i> (Aubl.) DC.	-	PI
	<i>Myrcia multiflora</i> (Lam.) DC.	Cambuí	SE
	<i>Psidium cattleianum</i> Sabim	Araçá	SE
Orchidaceae	<i>Oeceoclades maculata</i> (Lindl.) Lindl.	-	PI
Piperaceae	<i>Piper</i> sp.	-	PI
Poaceae	<i>Parodiolyra micrantha</i> (Kunth) Davidse & Zuloaga	-	PI
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> L.	Jenipapeiro	SE
	<i>Psychotria bracteocardia</i> (DC.) Müll. Arg.	Erva de rato	PI
Sapotaceae	<i>Manilkara salzmannii</i> (A. DC.) H.J. Lam	Maçaranduba	SE
Solanaceae	<i>Solanum paludosum</i> Moric.	-	PI
Verbenaceae	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	-	PI
	<i>Aloysia virgata</i> (Ruiz & Pav.) Pers.	Lixa	PI

Legenda: A presença de um grande número de espécies espontâneas (ES), invasoras (IN) e pioneiras (PI) em detrimento de espécies endêmicas (EN) e secundárias (SE) demonstra o grau de antropização do ecossistema.

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Para as demais formações florestais: surucucu, angico (*Piptadenia*) (*Anadenanthera*); pau-ferro (*Enterolobium*); flor-de-são-jão (*Senna*); mororó (*Bauhinia*); baraúna, cajá (*Schinopsis*) (*Spondias*); aroeira (*Astronium*); imburana-de-cheiro (*Amburana*); (*Centrolobium*); pereiro, peroba (*Aspidosperma*); quixabeira (*Bumelia*); pau-d'arco (*Tabebuia*).

Portanto, fragmentos das seguintes tipologias vegetais foram identificados para o Polo Costa dos Coqueirais:

6.4.1.1 Mata Atlântica - Floresta Ombrófila Densa

É uma típica floresta pluvial tropical. Esta floresta ocupa a faixa litorânea até a cota máxima de 1 km, originalmente estendendo-se por aproximadamente três mil quilômetros ao longo de toda a costa brasileira. Estudos demonstram particularidades regionais nas comunidades de plantas arbóreas.

Os fragmentos mais expressivos de Floresta Ombrófila no Polo Costa dos Coqueirais estão nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy, que ainda conservam uma grande diversidade de espécies características desse tipo de vegetação e ameaçadas de extinção.

A temperatura é sempre alta na floresta ombrófila e chuvas são frequentes. O ambiente é caracterizado por árvores de grande porte e acentuada presença de epífitas e lianas, mas há visíveis diferenças locais na composição florística e fisionomia da mata. Esta diversidade resulta de variações nos regimes de chuvas e temperatura, as quais por sua vez são resultado do gradiente de altitude (Oliveira Filho & Fontes, 2000).

Para as áreas de Floresta Ombrófila no Polo Costa dos Coqueirais foram identificadas (Tabela 47).

6.4.1.2 Manguezal do Polo Costa dos Coqueirais

Os manguezais são um dos ecossistemas mais importantes e ricos do planeta, povoados por muitos animais e plantas exóticas. Abrigam e alimentam a fauna marinha composta por peixes grandes e pequenos, crustáceos, ostras, mariscos e caranguejos que se reproduzem em abundância e se alimentam das raízes nodosas das árvores. Lima (2010) ressalta que as aves como o pelicano, o guará, as garças brancas e azuis, e os colhereiros, também escolhem as florestas dos mangues para se abrigar e viver na época da reprodução.

O manguezal refere-se ao tipo de vegetação encontrada nas áreas alagadiças litorâneas, na zona de transição entre a planície e o mar. As plantas do manguezal desenvolveram adaptações fisiológicas que as habilitam a ocupar ambientes saturados de umidade de alta salinidade.

É a vegetação natural que possui a maior área preservada no Polo Costa dos Coqueirais (Figura 37) em virtude dos solos impróprios para a agricultura e as zonas estuarinas possuírem uma incipiente ocupação demográfica, porém são extremamente afetadas pelo extrativismo predatório praticado por alguns ribeirinhos que ignoram os procedimentos legais, pois necessitam dos recursos para sobrevivência. Os bosques de mangue apresentam uma grande variabilidade em relação ao seu desenvolvimento estrutural em resposta ao diversos fatores

físicos e pressão antrópica. Podem-se destacar no litoral sergipano os seguintes tipos fisiográficos:

Bosques ribeirinhos- constituem o tipo de manguezal que se desenvolve ao longo das margens dos rios onde a espécie predominante é *Rhizophora mangle*. O surgimento de *Laguncularia racemosa* na franja exterior deste tipo de bosque sugere a ação antrópica, como pode ser observado, em diversos graus de antropização, na bacia dos rios Pomonga, localizados na área de abrangência da prospecção.

Nestes manguezais, na franja externa, se observa a formação de pântanos com suas espécies características tais como *Eleocharis* spp, *Xyris* spp e *Cyperus* spp, além da presença abundante da macrófita popularmente denominada Aninga (*Montrichardia linifera*) e da aquática Aguapé (*Eichhornia crassipes*) e o Junco (*Fuirena umbellata*).

Bosques de ilha – desenvolvem-se em elevações dentro dos canais ribeirinhos e são lavados diariamente pelas marés e dependendo da largura da ilha são estruturalmente semelhantes aos bosques ribeirinhos, quando maiores em extensão e semelhantes aos bosques de borda, quando mais estreitos. A espécie predominante neste tipo fisiográfico é *Rhizophora mangle*.

Bosques de borda – desenvolvem-se ao longo da linha de costa e são caracterizados por um fluxo diário de maré a qual imunda e seca alternadamente o piso do bosque. Altos níveis de marés a que estão submetidos este tipo de bosque estão associados à erosão com perda dos bosques. Como são lavados constantemente, estes bosques são normalmente mono-específicos, povoados por *Rhizophora mangle*.

Bosques de depressões – estabelecem-se nas partes mais interiores, por trás dos bosques ribeirinhos e se caracterizam pela circulação lenta da água. As espécies que predominam se caracterizam por possuir adaptações muito desenvolvidas para prover de oxigênio o sistema radicular e tolerar salinidades mais elevadas, sendo as espécies de *Avicennia* e *Laguncularia racemosa* que predominam neste ambiente.

Para as áreas de mangue localizadas no Polo Costa dos Coqueirais foram identificadas as espécies inserida na Tabela 48.

Tabela 48 - Espécies de Mangue do Polo Costa dos Coqueirais.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR
Aviceniaceae	<i>Avicennia germinans</i> L.	Mangue-siriba
Aviceniaceae	<i>Avicennia africana</i> P. Beauv.	Mangue-branco
Combretaceae	<i>Laguncularia racemosa</i> (L.) C. F. Goertn.	Mangue-amarelo
Combretaceae	* <i>Conocarpus erectus</i>	Mangue-de-botão
Rhizophoraceae	<i>Rhizophora mangle</i> L.	Mangue-vermelho

FONTE: Ambientec Consultoria, 2011. *Araújo, 2011.

Os manguezais, no Brasil são considerados Áreas de Preservação Permanente (APPs), são ecossistemas litorâneos que ocorrem em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, sendo legalmente protegidos em toda a sua extensão pelo novo Código Florestal (lei 12.651/2012), além dos diversos dispositivos constitucionais (Constituição Federal e Constituições Estaduais) para tentar preservá-la. A Constituição Federal de 1988 possui o Capítulo VI que está intitulado DO MEIO AMBIENTE e o Art. 225. da Constituição diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O parágrafo § 4º - ressalta:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL,1988).

A Constituição Estadual dispõe da Lei nº 3.117, de 19 de dezembro de 1991. Altera o art. 1º da Lei nº 2.683, de 16 de setembro de 1988, que protege as áreas de mangue no Estado de Sergipe, e dá outras providências, (SERGIPE, 1991).

A observação desses instrumentos legais impõe uma série de ordenações do uso e/ou de ações em áreas de manguezal. No entanto, o manguezal sofre ameaças reais que são: o crescimento urbano desordenado e a implantação de indústrias às margens do estuário têm gerado uma grande carga poluidora, tanto de efluentes industriais quanto domésticos. Além disso, o mangue também se tornou vítima passiva da degradação ambiental decorrente da pesca e da caça predatórias, desmatamento, assoreamento, erosão, aterramento e lixo urbano.

Em Sergipe, estão presentes na foz dos principais rios e nos estuários dos rios Piauí-Fundo/Real, na divisa com o estado da Bahia. Entretanto, o mais preservado e menos poluído é o do litoral norte, na bacia do rio São Francisco. No entanto, as bacias dos rios Japarutuba e Sergipe têm seus mangues fortemente deteriorados. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o estuário do rio Piauí comporta uma das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, denominada Complexo estuarino Piauí - Fundo Real (MMA, 2002).

É possível compreender a importância do manguezal a partir das funções que este desempenha no equilíbrio ambiental. Sabe-se que, além de proteger a costa, esta formação fitogeográfica funciona como regulador climático e verdadeiro filtro de poluentes. Esses atributos se tornam essenciais a sua preservação, diante do processo de urbanização que se acelera.

6.4.1.3 Restinga

Os estudos florísticos têm evidenciado a importância dos diferentes ecossistemas de restinga em relação à biodiversidade da região. Embora atualmente se conheça relativamente bem os táxons na maioria das restingas brasileiras, os estudos sobre ecologia das biocenoses e a delimitação das comunidades vegetais são incipientes (LACERDA & ESTEVES, 2000). Para os

estudos de fitofisionomias tem sido utilizada a classificação de Araujo (2000), pela qual foram identificadas seguintes fácies:

Halófila e psamófila reptante – ocorre na parte superior da praia e ante duna do primeiro cordão arenoso, que são povoadas por plantas halófilas e psamófilas reptantes. Nesta área estão presentes as dunas móveis onde a espécie *Ipomoea pescaprae* é predominante como pioneira. Os municípios costeiros do Polo Costa dos Coqueirais apresentam este tipo de vegetação com alto grau de antropização.

Arbustiva fechada de pós-praia – estão presentes no primeiro cordão arenoso, que começa a partir do ponto aonde as ondas não chegam mais. Nas áreas mais preservadas a espécie predominante, *Chrysobalanus icaco*, forma densos agrupamentos arbustivo-baixos. A área mais preservada deste tipo de vegetação está no Município de Itaporanga d’Ajuda. Contudo é o tipo de vegetação mais representativa de Restinga no Polo como um todo.

Arbustiva aberta de *Myrtaceae* – ocorre nas costas do primeiro cordão arenoso e nos cordões mais internos ao longo de todo o Polo Costa dos Coqueirais, com porte arbustivo baixo onde predominam espécies da família *Myrtaceae*, sendo características também *Schinustere bentifolius*, *Anacardium occidentale* e *Hancornias speciosa*. Este tipo de vegetação sofre severa influência antrópica, servindo para o extrativismo ou sendo substituída por coqueirais e criação de gado.

Arbustiva aberta de *Ericaceae* – desenvolve-se nas depressões irregulares dentro das planícies arenosas, onde predomina a espécie *Humiria balsamifera*.

Arbustiva baixa de *Arecaceae* – existe sobre os cordões arenosos próximos ou afastados do mar, com cobertura arbustiva baixa, onde predominam a espécie *Allagoptera arenaria*.

Mata de cordão arenoso – distribui-se sobre os cordões arenosos mais antigos, com altura das árvores até 15m, onde predominam as espécies *Protium heptaphyllum*, *Tapirira guianensis*, *Xylopia brasiliensis* e um grande número de espécie da família *Myrtaceae*. Nas margens de lagoas e charcos neste tipo de vegetação ocorre a espécie *Elaeis guianeensis* como espécie predominante.

De forma geral, no Polo Costa dos Coqueirais a Restinga apresenta grau de antropização elevado com manchas esparsas e raras (Figura 37). Nos remanescentes de restinga, assim como o manguezal, áreas de proteção permanente, foram identificadas as seguintes espécies (Tabela 49):

Tabela 49 – Lista de Espécies de Restingas do Polo Costa dos Coqueirais.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR	CL. ECOLÓGICA
Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Caju	ED/PI
	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira	ED/PI
Annonaceae	<i>Annona crassifolia</i> Mart.	Araticum do brejo	ES/PI
Apocynaceae	<i>Allamanda puberula</i> A. DC.	Alamanda	ES
	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez	Mangaba	ES/PI
Araceae	<i>Anthurium affine</i> Schott	Antúrio	ES
Bromeliaceae	<i>Aechmea lingulata</i> (L.) Baker	Gravatá	ES
Cactaceae	<i>Cereus fernambucensis</i> Lem.	Mandacaru	ES
Cactaceae	<i>Pilosocereus piauhyensis</i> (Gürke) Byles & Rowley	Facheiro	ES

Cactaceae	<i>Cereus jamaru</i> DC.	Cabeça de frade	ES
Capparaceae	<i>Capparis flexuosa</i> (L.) L.	Feijão de jacu	ES/SE
Chrysobalanaceae	<i>Chrysobalanus icaco</i> L.	Grageru	ES/PI
Euphorbiaceae	<i>Croton glandulosus</i> L.	Velame	ES
Fabaceae	<i>Chamaecrista ramosa</i> (Vogel) H.S. Irwin & Barn.	-	ES
Guttiferae	<i>Vismia guianensis</i> (Aubl.) Pers.	Latre	ES
Humiriaceae	<i>Humiria balsamifera</i> Aubl.	Quaresmeira	ED/SE
Lythraceae	<i>Cuphea flava</i> Spreng.	Sete sangrias	CO
Malpighiaceae	<i>Byrsonima sericea</i> DC.	Murici	ES/PI
Malpighiaceae	<i>Byrsonima verbascifolia</i> (L.) DC.	Murici de tabuleiro	ED/PI
Melastomataceae	<i>Clidemia hirta</i> (L.) D. Don	-	ES
Melastomataceae	<i>Miconia albicans</i> (Sw.) Steud.	-	ES
Myrtaceae	<i>Eugenia glomerata</i> Lam.	Mama de cachorra	ES/PI
Myrtaceae	<i>Psidium SP</i>	Araçá	ES/PI
Palmae	<i>Allagoptera arenaria</i> (Gomes) Kuntze	Pindoba	ED/PI
Palmae	<i>Syagrus coronata</i> (Mart) Becc.	Ouricuri	ES/PI

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

A avaliação feita pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 (MMA/SBF, 2002) sobre áreas prioritárias para conservação no Brasil apresentou dados que apontam a importância da conservação da Mata Atlântica. Sendo um bioma que apresenta altos índices de biodiversidade e endemismo, o mesmo sofreu graves impactos com a ocupação humana e hoje ocupa menos de 8% de sua extensão no território nacional, sendo que em Sergipe, a partir, de imagens de 1997, os fragmentos estão representados por cerca de 85.000 ha, aproximadamente 0,04% da área total do estado (LANDIM & FONSECA, 2007).

Os resultados do estudo do MMA indicam a existência áreas remanescentes de Mata Atlântica de “Extrema” importância biológica nos municípios de Estância e Indiaroba e “Muito Alta” importância biológica nos municípios de Pirambu e Aracaju, sendo essas áreas consideradas prioritárias para a conservação da flora.

6.4.2 Fauna no Polo Costa dos Coqueirais

A explosão demográfica humana e o progresso tecnológico vêm danificando os ecossistemas. Atualmente muitos deles se encontram seriamente ameaçados, outros infelizmente já extintos e, conseqüentemente, com eles a fauna.

A perda de habitat e a extrema fragmentação da Mata Atlântica no estado de Sergipe têm como causadores principais a extração ilegal de madeira para lenha, coleta de plantas, produtos vegetais e invasão de espécies exóticas.

O grupo da fauna escolhida para estudo foi a avifauna, pois se mostram mais fáceis e rápidas de serem observadas e identificadas, diante do tempo proposto. Em relação à fauna restante, foram levados em consideração levantamentos em outros trabalhos já realizados pela Ambientec Consultoria Ltda. Na região do Polo Costa dos Coqueirais.

O método utilizado para que fosse realizada a caracterização da avifauna, sua situação e ações antrópicas exercidas sobre ela, foi o de campanhas a campo com busca ativa nas áreas de

influência das atividades a serem realizadas no Polo, além de pesquisas bibliográficas e entrevistas com moradores.

Para observações visuais da avifauna local, foram utilizados binóculos, também foram feitas gravações dos sons *in situ*, que foram levados para laboratório para serem identificados através de análise dos cantos. As identificações *in loco* da avifauna, foram feitas com o auxílio do Guia de Campo - Aves do Brasil Oriental de Sigrist (2009). Sempre que possível foram feitos registros fotográficos dos animais avistados, bem como de seus vestígios (tocas, fezes, pegadas, etc.).

Durante a incursão às áreas amostradas os dados de campo mostram que apesar do ambiente antropizado, devido à fragmentação de habitats, pressão de caça e captura de animais, povoamento e ações antrópicas de diversos tipos, as manchas de mata e os manguezais ainda mantêm identificação com os ecossistemas originais, sendo possível encontrar nesses ambientes partes de suas espécies características de fauna.

Entretanto, em alguns fragmentos visitados verificou-se uma forte ação antrópica resultando uma redução no número de espécies avistadas. Inclusive àquelas que poderiam ser consideradas comuns como o caso de marsupiais, algumas espécies de lagartos e até mesmo algumas aves.

O pouco tempo de estudo não permitiu a visualização sistemática de vertebrados terrestres, principalmente mamíferos e répteis, que muitas vezes possuem hábitos noturnos. As aves foram os componentes da fauna melhor observados e registrados, sendo todas as espécies identificadas esperadas para o ecossistema onde se encontravam.

Dessa forma, de acordo com observações feitas *in loco* e levantamento bibliográfico, foi possível caracterizar a fauna e a sua diversidade de acordo com as fitofisionomias que ocupam no Polo Costa dos Coqueirais.

6.4.2.1 Mata Atlântica

Nas áreas remanescentes de Mata Atlântica entre as aves avistadas podem ser citadas: *Piaya cayana* (alma-de-gato), *Rupornis magnirostris* (gavião-carijó), *Icterus cayanensis* (encontro), *Colaptes melanochloros* (pica-pau-verde-barrado), *Herpetotheres cachinnans* (acauã), entre outros.

Espécies como *Crypturellus noctivagus* (jaó-do-sul), *Chondrohierax uncinatus* (caracoleiro), *Elanus leucurus* (gavião-peneira), *Nyctibius griséus* (mãe-da-lua), *Caprimulgus rufus* (joão-corta-pau), *Sittasomus griseicapillus* (arapaçu-verde) e *Basileuterus flaveolus* (canário-do-mato) entre outros, são registradas por Sousa (2009) para a área de influência da atividade, não tendo nenhuma dessas espécies sido avistada ou relatada por moradores durante os trabalhos de campo.

Com relação a mamíferos, foi registrada a presença de uma espécie de coelho selvagem através de suas fezes. O indivíduo da espécie *Sylvilatus brasiliensis* (coelho-tapiti) foi avistado e identificado, mas devido à sua velocidade não foi possível realizar o seu registro fotográfico. Também foram encontradas tocas de tatus confirmando a presença de *Dasyppus* sp. como indicado

por moradores locais. Algumas espécies que estão citadas na “Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção”, são raramente avistadas por moradores da região, como: *Agouti paca*(paca), *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato-pequeno), considerados vulneráveis; e *Callicebus coimbrai* (guigó), considerados criticamente em perigo (Tabela 51).

O macaco guigó, *Callicebus coimbrai*, é endêmico das florestas úmidas de Sergipe e do litoral norte da Bahia, sendo a mais recente espécie de primata descrita para a Mata Atlântica. Há nisso, dois aspectos notáveis: o primeiro é o fato de populações de a espécie terem passado despercebidas, enquanto unidade taxonômica, aos olhos de numerosos naturalistas e pesquisadores que trabalharam na região desde o início da colonização europeia; o segundo é a própria sobrevivência dessas populações, geograficamente restritas a uma região que passou por sucessivos ciclos de exploração econômica e devastação ambiental, desde o século XVI (COIMBRA-FILHO & CÂMARA, 1996).

A distribuição geográfica atual de *C. coimbrai* estende-se pelo Estado de Sergipe e litoral norte da Bahia. O oceano Atlântico delimita sua distribuição a leste. Em dois pontos de Sergipe, foram obtidos os registros mais orientais para a espécie: fazenda Aiumas (Pacatuba – 10°25’S; 36°39’W) e fazenda Cadoz (Neópolis – 10°13’S; 36°39’W) (Souza, 2003). O rio São Francisco é o limite norte da distribuição e na fazenda São Pedro (Porto da Folha, SE – 10°02’ S; 37°25’ W) obteve-se o registro mais setentrional (JERUSALINSKY et al., 2006).

Pelos dados existentes, calcula-se que a distribuição geográfica atual de *C. coimbrai* não ultrapasse os 30.000 km². Entretanto, a área efetivamente ocupada pela espécie em Sergipe é estimada apenas entre 5.000 e 7.500 ha, pressupondo-se uma extensão de ocupação semelhante no litoral norte da Bahia, onde *C. coimbrai* não estaria presente em mais do que 15.000 ha de remanescentes florestais (JERUSALINSKY et al., 2006).

6.4.2.2 Manguezal

Os manguezais são reconhecidos como berçários naturais, porque existe uma série de animais marinhos que se reproduzem nestes locais, onde suas larvas e filhotes permanecem até a fase adulta, quando voltam para o oceano. Dentre outros, uma enorme variedade de peixes costuma entrar neste ecossistema para se reproduzir e se alimentar.

Muitas aves utilizam esse ambiente para nidificação; algumas espécies habitam os manguezais e outras, a exemplo das aves migratórias, usam estes locais para se alimentar e descansar em determinadas épocas do ano.

Diversas espécies de invertebrados podem ser vistos durante a maré-baixa como *Ucides cordatus* (caranguejo-uçá), *Uca* spp. (chama-maré), *Cardisoma guanhumi* (guaiaumum), *Calinectes* sp. (siri) e *Goniopsis cruentata* (aratu), que foram avistados no manguezal visitado (Tabela 50). Estes primeiros exemplares de caranguejos, ao cavar seus "buracos", desempenham um importante papel na aeração do solo.

Foi informada por pescadores locais a presença de animais filtradores como *Crassostrea rhizophorae* (ostra-do-mangue) e *Mytella guianensis* (sururu), que se fixam nas raízes da vegetação de mangue ou se enterram no substrato lamoso; sendo considerados "filtradores

naturais", tendo uma grande importância para os manguezais já que se alimentam de micro-organismos e ajudam na renovação natural do ecossistema.

Durante os períodos de maré baixa, quando o fundo lodoso encontra-se exposto, as aves se alimentam de peixes, crustáceos e moluscos dos manguezais. São poucas as aves típicas desse ecossistema, devido à pequena diversidade florística. A maioria das espécies de aves residentes nos manguezais são visitantes urbanas e litorâneas, havendo ainda as migrantes periódicas e as típicas permanentes, que utilizam esse ecossistema para nidificação, alimentação e proteção. Das aves típicas permanentes foram observadas: *Egretta caerulea* (garça-azul), *Egretta thula* (garça-pequena-branca), *Ceryle torquatus* (martim-pescador-grande) e *Butorides striata* (socozinho).

As informações acerca da diversidade de peixes foram obtidas através de entrevistas com pescadores, que indicaram a ocorrência de: *Leporinus piau* (piauí), *Centropomus parallelus* (robalo), *Diapterus* sp. (carapeba), *Prochilodus argenteus* (xira) e *Epinephelus itajara* (mero), que é uma espécie ameaçada de extinção, além de outras (

Tabela 52).

Segundo os pescadores locais, entre os mamíferos podem ser encontrados *Pteronura brasiliensis* (lontra), hábil pescador, e *Procyon cancrivorus* (guaxinim) (Tabela 51).

Além da importância ecológica já citada, o manguezal é um ecossistema muito importante para a pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos - uma das principais fontes de subsistência para os moradores do Polo Costa dos Coqueirais.

6.4.2.3 Restinga

Nas áreas de vegetação arbustiva, sobre os tabuleiros arenosos, são encontrados *Tropidurus hygoni* (lagarto-da-areia), *Mabuya* sp. (lagartinho), *Amphisbaena* sp. (cobra-de-duas-cabeças), *Tropidurus hispidus* (catenga), *Tupinambis tequixim* (teiú), *Boa constrictor amarali* (jiboia), *Dasypus* sp. (tatu), *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba) e *Dasyprocta agouti* (cutia), entre outras espécies, tendo sido as duas primeiras espécies visualizadas *in loco* e as demais relatadas por moradores locais.

Entre as aves da região podem ser citadas: *Crotophaga ani* (anu-preto), *Columbina squammata* (rolinha-fogo-apagou), *Tachyphonus* sp., *Falco sparverius* (quiri-quiri), *Caracara plancus* (carcará) e *Speotyto cunicularia* (coruja-buraqueira), que usa as tocas abandonadas de tatu ou constrói seus abrigos, cavando o solo com as patas.

Entre as folhas dos gravatás podem ser encontrados *Hylas* sp. (perereca) e *Tityus* sp. (escorpião-vermelho), aranhas, larvas de insetos e outros organismos que procuram umidade nessa região seca.

Nas áreas de vegetação arbórea, que recebem insolação por algumas horas do dia, tornando-se atrativa para vários animais, pode-se citar a ocorrência de: *Tropidurus hygoni* (lagarto-da-areia), *Tupinambis tequixim* (teiú) e *Ameiva ameiva* (calango-verde).

A mastofauna é bastante diversificada já que é composta por espécies que também ocorrem na Mata Atlântica. Segundo moradores locais são encontrados: *Dusicyon thous* (raposa), *Procyon cancrivorus* (guaxinim), *Didelphis marsupialis* (sarui), *Callithrix jachus* (sagüi), *Sylvilagus brasiliensis* (coelho-tapiti) e *Mazama americana* (veado-mateiro) (Tabela 51).

Segundo os moradores, a avifauna é bastante rica, ocorrendo inclusive representantes silvícolas e que possuem hábitos terrícolas, indicado que a vegetação do sub-bosque lhes é adequada, como é o caso do *Crypturellus noctivagus* (zabelê) e *Hynchotus rufescens* (perdiz). Já na copa de árvores mais altas algumas espécies buscam alimento e proteção como o *Amazona rodcorhyta* (papagaio-chauá). São observadas também as seguintes aves: *Falco sparverius* (quiri-quiri), *Leptotila verreauxi* (juriti), *Geotrygon violacea* (juriti-roxa), e *Turdus leucomelas* (sabiá-branca).

As cobras mais comumente observadas na região, segundo moradores locais, são a *Epicrates cenchria* (salamanta), *Bothrops jararacussu* (jararacuçu), *Oxybelis aeneus* (cobra-cipó), *Spilotes pullatus* (caninana) e *Eunectes murinus* (sucuri).

6.4.2.4 Lagoas e Brejos

As lagoas e os brejos, com sua vegetação típica, abrigam uma fauna característica de ambientes úmidos e de transição, que se desenvolvem neste tipo de ambiente ou que o utilizam para cumprir uma etapa do seu ciclo de vida; ou ainda, no caso de algumas aves migratórias, para se estabelecerem na região durante certos períodos do ano.

As aves avistadas nessas áreas foram: *Ceryle torquata* (martim-pescador-grande), *Jacana* (jaçanã), *Vanellus chilensis* (quero-quero), *Butorides striata* (socozinho), *Amazonetta brasiliensis* (pé-vermelho), *Ardea alba* (garça-branca-grande), *Fluvicula nengeta* (lavadeira-mascarada) e *Porphyrio martinica* (frango-d'água-azul).

Os anfíbios representam um grupo animal que depende diretamente de ambientes alagados ou úmidos para sua sobrevivência. Segundo dados da Ambientec (2005), já foram registrados para a área de influência da atividade: *Leptodactylus ocellatus*, *Leptodactylus labyrinthicus*, *Pseudopaludicola* sp. (rã) e *Leptodactylus pentadactylus* (rã-pimenta); esta é comum e abundante nos baixios, onde é caçada à noite pelos moradores locais, para servirem de alimento.

Existe ainda na região, segundo moradores locais, *Agouti paca* (paca), *Pteronura brasiliensis* (lontra), *Helicosp. (Cobra-d'água)*, *Epicrates cenchria* (salamanta) e *Bothrops jararacussu* (jararacuçu). Merece ser citado ainda *Caiman latirostris* (jacaré-de-papo-amarelo) que é uma espécie ecologicamente importante porque faz o controle biológico de outras espécies animais ao se alimentar daqueles indivíduos mais fracos, velhos e doentes, que não conseguem escapar de seu ataque. Também controla a população de insetos e de gastrópodes (caramujos) transmissores de doenças como a esquistossomose (barriga-d'água). Suas fezes servem de alimento a peixes e a outros seres vivos aquáticos.

6.4.2.5 Campos Antrópicos

Em locais fortemente antropizados (coqueirais, pastagem, povoados, etc.) encontram-se um grande número de espécies que se beneficiam e/ou adaptaram-se com as modificações do ambiente (sinântropas), como é o caso do *Pitangus sulphuratus* (bem-te-vi), *Tyrannus melancholicus* (suiriri), *Coragyps atratus* (urubu-de-cabeça-preta), *Milvago chimachima* (carrapateiro), *Caracara plancus* (caracará), *Crotophaga ani* (anu-preto) e a *Guira* (anu-branco), que é observada com frequência nas áreas campestres acompanhando rebanhos bovinos.

A seguir são apresentadas listas dos representantes da fauna silvestre do ecossistema na área do Polo Costa dos Coqueirais.

Tabela 50 - Levantamento de Invertebrados de Ocorrência nos Manguezais da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	STATUS DE AMEAÇA	REGISTRO
OCYPODIDAE	<i>Ucides cordatus</i>	Caranguejo-uçá	NA	D
	<i>Cardisoma guanhumi</i>	Guaiaumum	NA	D
	<i>Uca</i> spp.	Chama-maré	NA	D
GRAPSIDAE	<i>Goniopsis cruentata</i>	Aratu	NA	D
PORTUNIDAE	<i>Callinectes</i> sp.	Siri-azul	NA	D
MYTILIDAE	<i>Mytella guyanensis</i>	Sururu	NA	M
	<i>Mytella falcata</i>	Sururu	NA	M
OSTREIDAE	<i>Crassostrea rhizophorae</i>	Ostra	NA	M
	<i>Crassostrea basiliana</i>	Ostra	NA	M

Legenda: NA= não ameaçada; D=observação direta, M=informação de morador ou pescador.

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Tabela 51 - Levantamento de Mamíferos Terrestres dos Ecossistemas da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	STATUS DE AMEAÇA	REGISTRO
CALLITRICHIDAE	<i>Callithrix jachus</i>	Sagüi	NA	D
DASYPODIDAE	<i>Dasyus</i> sp.	Tatu	NA	V
	<i>Euphractus sexcencus</i>	Tatu-peba	NA	V
DASYPROCTIDAE	<i>Agouti paca</i>	Paca	NA	M
	<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia	NA	M
DIDELPHIDAE	<i>Didelphis marsupialis</i>	Saruê	NA	M
CANIDAE	<i>Dusicyon thous</i>	Raposa	NA	M
CEBIDAE	<i>Callicebus coimbrai</i>	Güigó	CR	M
CERVIDAE	<i>Mazama americana</i>	Veado-mateiro	NA	M
FELIDAE	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato-pequeno	VU	M
LEPORIDAE	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Coelho-tapiti, coelho-do-mato	NA	V
MUSTELIDAE	<i>Pteronura brasiliensis</i>	Lontra	VU	M
PROCYONIDAE	<i>Procyon cancrivorus</i>	Guaxinim	NA	M

Legenda: NA= não ameaçada; CR=criticamente ameaçada; VU= vulnerável; D=observação direta, M=informação de morador ou pescador; V= vestígio.

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Tabela 52 - Levantamento de Peixes de Ocorrência nos Manguezais da Área de Influência do Polo Costa dos Coqueirais– Informações de Pescadores

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	STATUS DE AMEAÇA
ANOSTOMIDAE	<i>Leporinus piau</i>	Piau	NA
ARIIDAE	<i>Arius sp.</i>	Bagre	NA
AUCHENIPTERIDAE	<i>Parauchenipterus galeatus</i>	Cumbá	NA
CENTROPOMIDAE	<i>Centropomus parallelus</i>	Robalo	NA
CHARACIDAE	<i>Astyanax aff. Bimaculatus</i>	Piaba	NA
	<i>Geophagus brasiliensis</i>	Cará	NA
GERREIDAE	<i>Diapterus sp.</i>	Carapeba	NA
PROCHILODOTIDAE	<i>Prochilodus argenteus</i>	Xira	NA
SERRANIDAE	<i>Epinephelus itajara</i>	Mero	NA

Legenda: NA= não ameaçada.

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

A lista de aves identificadas no Polo Costa dos Coqueirais é grande e está apresentada no Anexo A (Tabela 61), da mesma forma, o registro fotográfico de algumas das aves avistadas encontra-se no Anexo B deste documento.

A avaliação feita pelo Ministério do Meio Ambiente em 2002 (MMA/SBF, 2002) sobre áreas prioritárias para conservação no Brasil, mostra que no Polo Costa dos Coqueirais existem muitas áreas de extrema importância para conservação da fauna. De acordo com o grupo animal, essas áreas estão assim indicadas:

Invertebrados: Extrema Importância Biológica em Santa Luzia do Itanhý (Região da Mata dos Crasto); Ictiofauna: Extrema Importância Biológica em Brejo Grande; Anfíbios e Répteis: Indicação de área Insuficientemente Conhecida mas de Provável Importância Biológica em Estância, Indiaroba e Aracaju; Aves: Alta Importância Biológica em Aracaju e Muito alta Importância Biológica em Pirambu, Itaporanga d'Ajuda, Estância e Santa Luzia do Itanhý; Mamíferos: Extrema Importância Biológica em praticamente todos os municípios do Polo.

6.4.3 Unidades de Conservação

No Polo Costa dos Coqueirais encontram-se 14 UCs como a Reserva Biológica Santa Isabel, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e o Parque Ecológico de Tramanday na categoria de Proteção Integral. Já na categoria de Uso Sustentável encontram-se a Floresta Nacional do Ibura, RPPN Bom Jardim e Tapera e RPPN Marinheiro e Pedra da Urca, estas duas reservas são de administração particular. Ainda existem cinco áreas de proteção ambiental como: APA do Morro do Urubu, APA do Litoral Sul, APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz, APA do Rio Sergipe e a APA do Litoral Norte, que também compreende os municípios de Ilha das Flores e Japoatã que pertencem ao Polo Velho Chico. Essas Unidades foram criadas por

Decretos, Leis e Portarias, sendo administradas pela esfera federal, estadual, municipal e particular, como mostra a Tabela 53 e a

Figura 38.

Tabela 53 – Unidades de Conservação no Polo Costa dos Coqueirais

UNIDADE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
Reserva Biológica Santa Isabel	2.766ha	Pirambu e Pacatuba	Mata Atlântica
Parque Nacional da Serra de Itabaiana	7.966ha	Itaporanga D'Ajuda e Laranjeiras	Mata Atlântica
Parque Ecológico de Tramanday	3,6ha	Aracaju	Manguezal
Floresta Nacional do Ibura	144,017ha	Nossa Senhora do Socorro	Mata Atlântica
APA do Morro do Urubu	213,872ha	Aracaju	Mata Atlântica
APA do Litoral Norte	41.311ha	Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu	Mata Atlântica
APA do Litoral Sul	55,5Km	Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Itaporanga d' Ajuda e Estância	Mata Atlântica
APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz	----	Itaporanga d' Ajuda	Mata Atlântica
APA do Rio Sergipe	----	Aracaju e Barra dos Coqueiros	Mata Atlântica
RPPN Bom Jardim e Tapera	297,05ha	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN Marinheiro e Pedra da Urca	174,26ha	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN do Caju	763,37ha	Itaporanga d'Ajuda	Mata Atlântica
RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	23,60ha	Pirambu	Mata Atlântica
RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia	10,75ha	Pirambu	Mata Atlântica

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

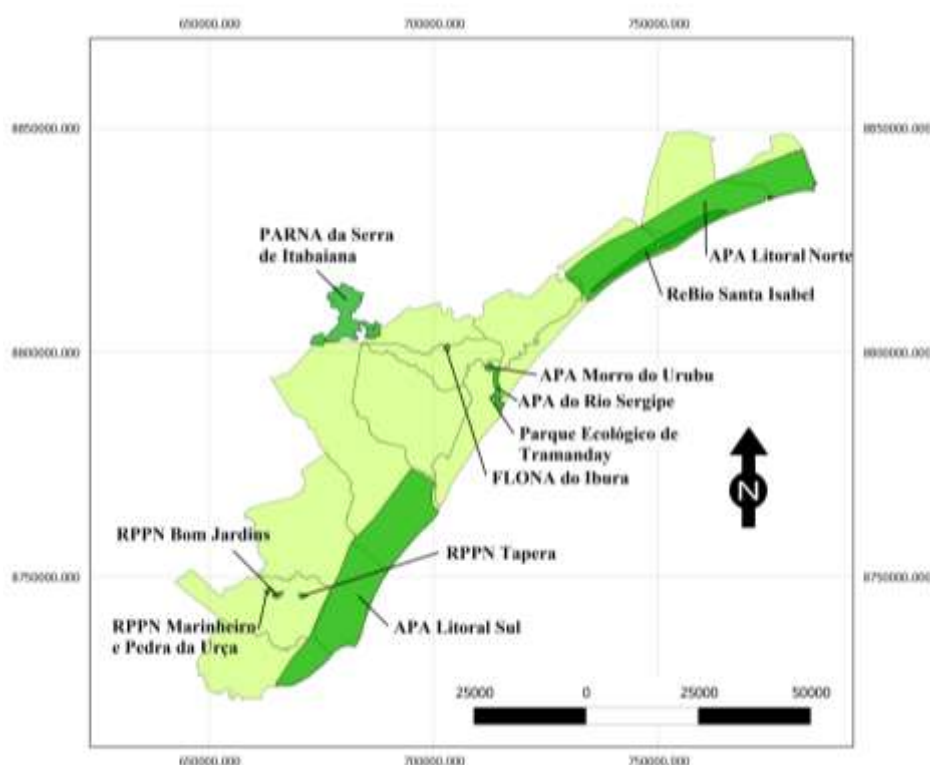


Figura 38 - Unidades de Conservação no Polo Costa dos Coqueirais*

Fonte: Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH/SRH, 2011.

* As RPPNs do município de Pirambu e Itaporanga d'Ajuda não aparecem no banco de dados do Atlas Digital da SEMARH/SRH, 2011 e, portanto, não estão representadas no mapa.

Dentre as Unidades de Conservação do Polo, destacam-se: a Reserva Biológica de Santa Isabel inserida na APA do Litoral Norte, por sua importância ecológica e extensão; a APA do Litoral Sul e as RPPNs presentes no município de Santa Luzia do Itanhy, por sua extrema importância ecológica e biológica. Abaixo segue uma descrição de todas as unidades de conservação do Polo Costa dos Coqueirais.

6.4.3.1 Reserva Biológica de Santa Isabel (REBIO)

Uma Reserva Biológica (REBIO) tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Nesse caso particular a Reserva Biológica de Santa Isabel foi criada com o objetivo principal de conservação de tartarugas marinhas.

A Reserva Biológica de Santa Isabel foi criada pelo Decreto n.º: 96.999 de 20/10/1988, e possui aproximadamente 2.766 ha (Figura 39). Apesar do decreto de criação da reserva datar de 1988, a mesma ainda não possui um Plano de Manejo (PM), o que acarreta em uma série de problemas que ameaçam a efetividade da REBIO. É frequente o número de invasões por pessoas não autorizadas que catam os ovos das tartarugas para consumo, mesmo sabendo da proibição

dessa prática. Da mesma forma, as construções ilegais e a circulação de veículos não autorizados podem comprometer a sobrevivência das tartarugas e colocar em cheque o papel da REBIO.

“O plano de manejo da unidade encontra-se em fase final de elaboração.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ICMBio, 2010).



Figura 39 - Localização da Reserva Biológica de Santa Isabel (litoral dos Municípios de Pirambu e Pacatuba).

Fonte: Modificado de Teixeira (2008).

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2011.

Segundo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ICMBio (2010), afirma que dentre as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras que ocorrem no entorno da reserva destaca-se a presença de duas empresas de exploração de hidrocarbonetos, cujo processo de licenciamento encontra-se em reavaliação, além do terminal portuário Inácio Barbosa. Outras atividades antrópicas que ocorrem na área da Reserva e seu entorno, são: viveiros de peixe e carcinicultura, formação de pastagens para gado na restinga e criação de animais (gado, caprinos e ovinos), plantações de espécies exóticas como o *Coco nucifera* (coco) – principal cultura na região, e a existência de um depósito de lixo clandestino no entorno da unidade.

O Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR) criado em 1980, possui uma base na REBIO de Santa Isabel, município de Pirambu, com um centro de educação ambiental, onde eram mantidos tanques com exemplares vivos de tartarugas marinhas. Porém este centro de educação ambiental foi recentemente fechado para visitação, trazendo grandes consequências para o turismo e a economia da região.

6.4.3.2 Parque Nacional da Serra de Itabaiana

O parque está inserido na categoria de proteção integral onde a prioridade é a preservação da natureza, obedecendo a normas mais restritivas. Nelas é permitida apenas a utilização indireta dos recursos naturais, ou seja, sem consumo, coleta ou qualquer tipo de dano ambiental.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana abrange uma área de 7.996 ha compreendendo três unidades, as serras Cajueiro, Comprida e a de Itabaiana, a maior delas. Foi criado através do Decreto de 15 de junho de 2005, localizando – se nos municípios: Areia Branca, Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D’ajuda e Campo do Brito.

De acordo com Carvalho et al. (2005) da foz do rio Sergipe para noroeste, em direção às três serras, a vegetação é composta por estreita faixa de áreas abertas das restingas litorâneas, paralelas à costa, e fragmentos desarticulados de matas que recobrem morros em forma de meia laranja, a feição topográfica mais característica do domínio morfoclimático da mata atlântica.

Sobre a degradação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, é evidenciada principalmente na questão do lixo, dos desmatamentos e das queimadas acidentais ou provocadas por fazendeiros da região. Em relação ao uso e a ocupação do solo do Parque, Lapa & Cunha (2007) descreve que ocorre empreendimentos voltados para a agricultura orgânica; pequenas propriedades vinculadas à agricultura de subsistência, cultivo de frutas e produção de castanha de caju; propriedades de pequeno porte que criam gado para os abatedouros locais ou para produção de leite; casas para confecção de farinha e derivados da mandioca; e atividade ceramista.

6.4.3.3 Parque Ecológico de Tramanday

O Parque Ecológico Tramanday é considerado uma unidade de proteção integral do ecossistema manguezal, possuindo uma área de 3,6 há. Foi criado pelo Decreto Municipal nº112 13/11/1996 na cidade de Aracaju e tem o objetivo de manter uma porcentagem de arborização. No entanto, este mesmo espaço é poluído por lixo doméstico, descartado pela população de forma contínua. Além disso, pelo parque passa o quase extinto Riacho Tramanday, que recebe as águas de drenagem urbana e também esgoto doméstico. A maior parte do Riacho Tramanday se transformou em um canal artificial de drenagem que corta todo o bairro Jardins e só deveria receber águas da chuva, mas também recebe de maneira ilegal águas residuárias.

Barroso et al. (2009), afirma que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Sustentável (PDDUS) do município de Aracaju prevê o sistema de esgotamento sanitário em bairros situados em áreas que drenam para o rio Sergipe, como a região do bairro Jardins. Mas grande parte do bairro não é atendida com esse benefício, gerando o descarte de esgoto doméstico nos canais de drenagem. Além da poluição, o manguezal se reduz devido ao aumento da ocupação humana que acaba degradando o manguezal, isto corrobora com a afirmação de Santana et al. (2005) que o bairro Jardins constitui atualmente a maior expressão desse destrato ambiental, posto que, foi construído sob o antigo Parque Tramanday, hoje de reduzida extensão e sob a denominação de Parque Ecológico Tramanday.

6.4.3.4 Floresta Nacional do Ibura

A Floresta Nacional do Ibura foi criada através do Decreto de 19 de setembro de 2005, possui uma área de 144 hectares e é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). Está localizada no município de Nossa Senhora do Socorro às margens do Rio Cotinguiba.

Segundo o SNUC as florestas nacionais “são áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivos básicos o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (BRASIL, 2000, p.19).

Reporta-se que o Ibura representava um fragmento de mata atlântica com formação associada de manguezal e bosques de espécies exóticas. Já foram notificadas 123 espécies de plantas nativas de valor econômico, ecológico e cultural, entre elas o angelim, aroeira, sucupira, ingá, jacarandá, jatobá, jenipapo, entre outras (SILVA, et al. 2009). Esta unidade sofre as pressões exercidas em suas adjacências, que vêm contribuindo para descaracterização da área, o que pode resultar em perda de biodiversidade, como por exemplo: a estação de tratamento de esgoto, os canaviais, as fábricas de cimento e de tecelagem, e indústria de fertilizantes nitrogenados que se encontram nas proximidades. Além disso, também possui o agravante de ser próximo a povoados uma vez que seus moradores destinam grande parte de seus dejetos no interior dessa unidade, além da prática de caça ilegal e retirada de madeira.

Apesar de a Floresta Nacional estar implantada, a falta de plano de manejo e de plano de gestão, de comitê de gestão e de zoneamento-econômico-ecológico dificulta cada vez mais gerenciamento da Unidade de Conservação.

6.4.3.5 APA do Morro do Urubu

A Área de Preservação Ambiental (APA) Morro do Urubu, localizada na zona Norte de Aracaju, (região limítrofe com o município de Nossa Senhora do Socorro), no bairro Porto Dantas (área de 7,7847Km²), e faz vizinhança com o Bairro Industrial e Santo Antônio. Possui uma área de aproximadamente 214 hectares, que abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da capital, foi transformada em APA através do decreto nº 13.713, de 14 de junho de 1993.

Dentro desta área, está inserido o Parque Estadual José Rollemberg Leite, mais conhecido por Parque da Cidade, onde está localizado o zoológico de Aracaju, espaço público com infraestrutura para a prática de esportes e demais usos voltados ao lazer.

Desde a sua criação a APA enfrenta sérios problemas administrativos. A administração já passou por vários governos e nunca houve uma iniciativa de um plano de manejo da Área de Proteção Ambiental, o que contraria o Sistema de Unidades de Conservação que exige um plano de Manejo a ser elaborado em um prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. De acordo com Araújo (2011) no ano de 2007 mais um governo assumiu a administração e algumas ações foram iniciadas para a elaboração do plano de manejo da APA do Morro do Urubu. Segundo a nova administração, o processo de gestão já foi iniciado e sua principal característica é a

integração de vários setores da sociedade. Ainda segundo a administração, o plano de manejo deve ser elaborado, principalmente, com total participação das comunidades locais.

O Plano de Manejo, que é responsável por ordenar territorialmente uma APA e, portanto, potencializar a efetividade das ações de conservação dos remanescentes de mata atlântica. Esta ferramenta determinará as áreas possíveis de visitação e a normatização das operações eco turísticas adequadas com a conservação ambiental. Devido a esta falta de plano de manejo a APA sofre pressões antrópicas severas, pois existem ocupações irregulares, excetuando-se a região sul, onde se localiza a entrada do Parque José Rollemberg Leite. As invasões são mais acentuadas na área norte, seguindo toda a extensão do Bairro Porto Dantas, e na região leste, seguindo a avenida que dá acesso à Ponte do Rio do Sal. As ocupações irregulares são os principais responsáveis pelo acúmulo de resíduos sólidos e entulho de construções, além de motivarem desmatamento da área de cobertura vegetal, evidenciando-se marcas de erosão na área de proteção ambiental.

6.4.3.6 APA do Litoral Norte

A APA do Litoral Norte foi criada através do Decreto nº 22.995 de 09/11/2004 e possui uma área de 413,12km² de extensão. Localiza-se nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande abrigando o bioma Mata Atlântica.

Gomes (2006), afirma que a APA é caracterizada pela diversificação de ambientes: Dunas, Restingas, Ilhas e Manguezais de extrema importância para a região. Tendo em vista que é localizada em área de pouco desenvolvimento e ocupação encontra-se em bom estado de preservação. Nessa unidade também há presença de fragmentos de mata atlântica. Entretanto, apesar da importância dessa unidade de conservação para a proteção dos recursos naturais existentes, essa unidade não dispõe de gestão e gerenciamento, pois possui pendência em sua criação, tendo em vista que sua área territorial sobrepõe a área da Reserva Biológica de Santa Isabel, não foi realizada consulta pública, além de englobar cidade em seu perímetro. Assim, apesar dessa UC ter sido criada por decreto, não está implementada de fato.

6.4.3.7 APA do Litoral Sul do Estado de Sergipe

Transformada em Unidade de Conservação através do Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. No entanto, somente em 2009 a SEMARH iniciou seu processo de implementação, ano que foi feito seu Memorial Descritivo da APA, sendo definida, a área (50.813,40025ha), o perímetro e o polígono. A área abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Inserem-se nesta APA as praias mais habitadas do Estado, destacando-se a Caueira, Saco e Abais.

Observam-se também as maiores áreas de restingas arbóreas, manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica do Estado de Sergipe, esta última pode ser constatada na fazenda do Crasto, no Município de Santa Luzia do Itanhy. A APA do Litoral Sul possui diversas paisagens, como: lagoas temporárias e permanentes, destacando-se a Lagoa Azul, no Município

de Estância, considerada a maior de Sergipe; e as a presença de dunas móveis, comumente usadas para passeios.

Entretanto, por dispor de paisagens naturais exuberantes, e englobar as praias de Caueira, em Itaporanga D'Ajuda, a de Abaís e do Saco, em Estância tem despertado o interesse de vários segmentos, principalmente o turístico e imobiliário pela apropriação e uso do território, numa estratégia mercadológica da natureza. Visto que, o crescimento imobiliário no litoral sul é bastante antigo, mas vem se aumentando principalmente após a construção da Ponte Joel Silveira, sobre o Rio Vaza-Barris, inaugurada em março de 2010, que liga Aracaju à Itaporanga D'Ajuda, a qual tem como meta promover o desenvolvimento econômico e do turismo nessa área.

“Contudo, vários usos são atribuídos a esse território, como: a atividade turística, com possibilidades de crescimento, resultando na alta especulação imobiliária; implantação de a infraestrutura de suporte ao turismo; comércio formal e informal; construções de moradias em áreas de risco; acampamento do Movimento dos Sem Terra, no Abaís; a caça ilegal; a pesca predatória; a retirada de madeira; a extração de piçarra (usada para construção e reparação de estradas) e de areia; a plantação de *Coco nucifera*; a criação de gado bovino e bubalino; e prática carcinicultura de grande porte.” (MELO & SOUZA et al., 2010)

6.4.3.8 APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz

Esta APA foi criada pela Lei 2795 de 30 de março de 1990, situa-se na Foz do Rio Vaza-Barris, no Município de Itaporanga D'Ajuda, sendo composta por duas ilhas, uma localizada na foz do Rio Vaza-Barris, denominada Ilha do Paraíso; e a outra na foz do Rio Santa Maria, em frente ao Povoado Mosqueiro, a Ilha da Paz. Em sua criação a administração e fiscalização ficaram atribuídas a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA).

Silva et al. (2009) afirma que apesar de existir legalmente, essa área encontra-se em fase de recategorização, devido entraves em sua criação, tais como: o próprio nome o qual a APA foi criada, Áreas de Proteção Ambiental da Foz do Rio Vaza-Barris, que não se encaixa nas categorias no SNUC, portanto, a legislação vigente não reconhece como UC; não existe delimitação territorial; e não apresenta memorial descritivo. Assim, também não dispõe de gestão e tão pouco gerenciamento.

6.4.3.9 APA do Rio Sergipe

APA do Rio Sergipe foi criada pela Lei nº 2825 de 30/07/1990, situa-se em todo o trecho do rio Sergipe na divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros. É considerada uma área de "Paisagem Natural Notável" e área de especial proteção ambiental todo o trecho do rio Sergipe.

De acordo com Melo & Souza et.al. (2009) esta APA é uma área que vem sendo degradada, tendo como principais impactos ambientais o lançamento de efluentes, o desmatamento da mata ciliar e a deposição de resíduos sólidos tanto em suas margens como em seu leito. Como essa unidade foi criada com o nome de “Área de Paisagem Natural Notável”,

também não se insere nas categorias do SNUC, além de outras irregularidades, como a falta de delimitação territorial e de memorial descritivo. Dessa forma, também se encontra sem gestão e gerenciamento, estando em fase de recategorização.

6.4.3.10 RPPNs do Município de Santa Luzia do Itanhy

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN localizadas no Município de Santa Luzia do Itanhy estão inseridas em uma região considerada como de importância biológica EXTREMAMENTE ALTA de acordo com o Seminário de Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação dos Biomas da Mata Atlântica e Campos Sulinos, realizado em Atibaia /SP no período de 10 a 14 de agosto de 1999.

Essas RPPNs apresentam remanescentes do bioma da Mata Atlântica, apresentando uma rica biodiversidade. A área apresenta várias espécies de fauna e flora típicas da região, com destaque para a onça suçuarana (espécie ameaçada de extinção) e o macaco-guigó (espécie endêmica e ameaçada de extinção). As Reservas têm como objetivo proteger os recursos naturais das propriedades, visando contribuir com a conservação da biodiversidade da região.

- **RPPN Bom Jardim e Tapera:** É de domínio particular possui 297,05ha de extensão foi criada através da Portaria nº 102 do IBAMA 2006 localizada em Santa Luzia do Itanhy, criada em 2006.
- **RPPN Marinheiro e Pedra da Urca:** Também de domínio particular e localizada no município de Santa Luzia do Itanhy. Foi criada através da Portaria IBAMA nº04/2007 de 10 de janeiro de 2007, possuindo 174,26 ha de extensão.

Essas reservas têm predomínio de Mata Atlântica e são gerenciadas pelos proprietários. Estes têm utilizado a transformação dessas RPPN's em UCs estrategicamente para que suas propriedades não sejam invadidas pelos grupos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Silva (2010) afirma que no grupo das UCs de Uso Sustentável as RPPNs são as áreas que se encontram mais preservadas no Estado de Sergipe, principalmente pelo fato de serem áreas menores e, sobretudo particulares, dessa forma, há maiores restrições quanto ao uso dos recursos naturais pela comunidade, uma vez que disponibilizam de fiscalização efetiva.

6.4.3.11 RPPN do Caju

A Reserva do Caju é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A reserva ocupa parte do campo experimental da Embrapa Tabuleiros Costeiros no município de Itaporanga D'Ajuda, no litoral sul do Sergipe. O reconhecimento foi feito por portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Com a oficialização da reserva, a empresa passa a ter uma área de 763,37 hectares destinada à conservação de caráter permanente.

O local reúne diversas espécies animais e vegetação remanescente da Mata Atlântica, manguezais e coqueirais. No entorno, estão comunidades tradicionais cujo sustento depende da integridade ambiental da região (SECOM, 2011).

De acordo com decreto de 2006, que regulamenta as RPPNs, áreas como a Reserva do Caju só poderão ser utilizadas para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

6.4.3.12 RPPNs do Município de Pirambu

- ***RPPN Dona Benta e Seu Caboclo***

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Dona Benta e Seu Caboclo situa-se no município de Pirambu com uma extensão de 23,60ha de mata atlântica inserida na Fazenda Cordeiro de Jesus. Foi criada através da portaria No- 71, de 27 de Agosto de 2010. Vale ressaltar que essa área de uso sustentável só poderá ser utilizada para a realização de pesquisa científica e visitação pública com finalidade turística, recreativa e educacional. Sobre o gerenciamento da RPPN, é de total responsabilidade do proprietário.

- ***RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia***

A Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Lucrécia situa-se no município de Pirambu com uma extensão de 10,75ha de mata atlântica inserida na Fazenda Cordeiro de Jesus. Foi criada através da portaria Nº 92, de 18 de Novembro de 2011. Essa área de uso sustentável só poderá ser utilizada para a realização de pesquisa científica e visitação pública com finalidade turística, recreativa e educacional. Sobre o gerenciamento da RPPN, é de total responsabilidade do proprietário.

6.5 Identificação e Análise da Base Legal Ambiental e Turística dos Instrumentos de Uso e Ordenamento do Solo (Aspectos Legais Relevantes)

6.5.1 Identificação da Base Legal Turística

6.5.1.1 Federal

- **Lei Nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008.**

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

- **Lei Nº 11.637 de 28 de Dezembro de 2007**

Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.

- **Portaria 127 de 28 de Julho de 2011 do Ministério do Turismo**

Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos. Tal portaria define, em caso de

delegação de competência, como deverão proceder tanto o Ministério do Turismo, quanto o órgão delegado.

- **Portaria 128 de 26 de Julho de 2011**

Institui o Comitê Interministerial de Facilitação Turística - CIfat, criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e designa seus membros titulares e suplentes.

6.5.1.2 Estadual

A Constituição estadual em seu Art. 159. Define que “O turismo será incentivado e promovido pelo Estado e Municípios, objetivando-se o desenvolvimento social e econômico, garantida a preservação do sistema ecológico e das condições de equilíbrio do meio ambiente.”

Em geral, as leis sergipanas pertinentes ao turismo são de ordem administrativa, órgãos são criados, organogramas reorganizados e outras questões, como salários e aprovação de créditos orçamentários, também são tratadas. Algumas dessas leis são:

- **Lei Nº 6.378 - De 31 De Março De 2008**

Acrescenta dispositivos ao art. 7º da Lei nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971, que autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Sergipana de Turismo S.A. – EMSETUR, e dá providências correlatas.

- **Lei Nº 6.248 - De 10 De Dezembro De 2007**

Dispõe sobre a Unidade Executora Estadual do PRODETUR/SE - UEE/SE-PRODETUR/SE, da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, e dá providências correlatas.

Não foram encontradas leis que regulamentem o turismo ou que instituem Planos, programas e projetos relacionados diretamente ao tema.

6.5.1.3 Municipal

Em âmbito municipal, não foram identificadas legislações que versem sobre a atividade turística, em relação aos seus Planos diretores, dentre os municípios do Polo Costa dos Coqueirais, apenas Laranjeiras possui Plano de Turismo previsto em seu Plano Diretor.

Tabela 54 – Planos Municipais Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	PLANO DE TURISMO
INDIAROBA	Não
SANTA LUZIA DO ITANHY	Não
ESTÂNCIA	Não
ITAPORANGA D’AJUDA	Não
SÃO CRISTÓVÃO	Não
ARACAJU	Não
BARRA DOS COQUEIROS	Não
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Não
LARANJEIRAS	Sim

SANTO AMARO DAS BROTAS	Sem informação
PIRAMBU	Não
PACATUBA	Não
BREJO GRANDE	Não

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR, 2012.

6.5.2 Identificação da Base Legal Ambiental

Existe uma preocupação crescente em conciliar um desenvolvimento dos municípios com questões relacionadas ao meio ambiente, de tal forma a promover condições ambientais básicas que não agridam a comunidade e o local onde as mudanças irão ocorrer. Assim, os esforços feitos para promover a melhoria dos níveis de poluição, seja em termos do ar, água, solo, ruído, etc. tornam-se fundamentais.

Assim o Licenciamento Ambiental constitui-se uma ferramenta de fundamental importância, pois permite identificar os efeitos ambientais de ações das mais diversas naturezas, e de que forma esses efeitos podem ser gerenciados. Com este instrumento busca-se garantir que as medidas preventivas e de controle adotadas nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Ações para o desenvolvimento do turismo podem trazer impactos ao meio ambiente e à comunidade local e devem estar submetidas ao licenciamento adequado.

A Legislação Ambiental Brasileira é uma das mais avançadas do mundo. No plano da Constituição Federal, existe um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente, com regramento moderno e inovador dá direito a propriedade, condicionado por vários princípios, entre os quais se inclui a proteção ao meio ambiente.

A partir da Lei 6.938 de 1981 que criou a Política Nacional de Meio Ambiente, se passou a ter uma preocupação maior com o meio ambiente. Com a Lei 9.605 de 1998, de Crimes Ambientais criou-se sanções penais e administrativas, determinando uma nova postura em relação ao meio ambiente.

Entre as Leis voltadas para a proteção e preservação dos atributos naturais, disciplinando o seu uso para garantir a sustentabilidade, ressaltam-se as de caráter ambiental e turística, além das relacionadas com o uso e ordenamento do solo, que devem nortear as políticas de desenvolvimento para a região, tais como:

6.5.2.1 Federal

- **Constituição Federal de 1988**

Na Constituição Federal do Brasil, são definidos os direitos dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos; e são estabelecidos limites para o poder dos governantes.

- **Código Florestal - Lei nº. 4.771, de 15/10/1965 e Lei nº. 7.511, de 07/07/1986**

Dispõe sobre normas referentes a florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem.

- **Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº. 6.938, de 1981**

Dispõe sobre os fins, mecanismos e aplicação da Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras Providências.

- **Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997.**

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

- **Lei de Crimes Ambientais - Lei nº. 9.605/98 e o Decreto nº. 3.179/99**

Lei nº 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, enquanto que o Decreto nº 3.179/99 dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis a estas condutas, descrevendo as penalidades, pecuniárias e não pecuniárias, a serem impostas ao infrator, em separado ou cumulativamente.

- **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - Lei nº. 9.985, de 18/07/2000 e Decreto de Regulamentação nº. 4.340, de 22/08/2002.**

A Lei nº. 9.985, de 18/07/2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. O Decreto nº 4.340, de 22/08/2002 regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

6.5.2.2 Estadual

- **Constituição Estadual (Sergipe), de 05/10/1989.**

- **Lei Nº 5.858 de 22 de Março de 2006**

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.

- **Unidades de Conservação**

No Polo Costa dos Coqueirais encontram-se 14 Unidades de Conservação que possuem responsabilidades de administração nas diversas esferas legais. Essas Unidades foram estabelecidas através de Leis, Decretos ou Portarias como mostra a

Tabela 55.

Tabela 55 – Decretos das Unidades de Conservação do Polo Costa dos Coqueirais

UNIDADE	ADM.	ÁREA	DECRETO	LOCALIZAÇÃO	DOMÍNIO
Reserva Biológica Santa Isabel	Federal	2.766ha	Decreto nº 96.999 de 20/10/1998	Pirambu e Pacatuba	Mata Atlântica
Parque Nacional da Serra de Itabaiana	Federal	7.966ha	Decreto nº 15/06/2005	Itaporanga D'Ajuda e Laranjeiras	Mata Atlântica
Parque Ecológico de Tramanday	Municipal	3,6ha	Decreto Municipal nº 112 de 13/11/1996	Aracaju	Manguezal
Floresta Nacional do Ibura	Federal	144,017ha	Decreto nº 19/09/2005	Nossa Senhora do Socorro	Mata Atlântica
APA do Morro do Urubu	Estadual	213,872ha	Decreto nº 13. 713 de 14/06/1993	Aracaju	Mata Atlântica
APA do Litoral Norte	Estadual	413,12Km²	Decreto nº 22.995 de 09/11/2004	Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu	Mata Atlântica
APA do Litoral Sul	Estadual	55,5Km/ 10 a 12 Km do litoral para o interior	Decreto nº 13.468 de 22/01/1993	Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Itaporanga d' Ajuda e Estância	Mata Atlântica
APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz	Estadual	----	Lei nº 2795 de 30/03/1990	Itaporanga d' Ajuda	Mata Atlântica
APA do Rio Sergipe	Estadual	----	Lei nº 2825 de 23/07/1990	Aracaju e Barra dos Coqueiros	Mata Atlântica
RPPN Bom Jardim e Tapera	Particular	297,05ha	Portaria nº 102 do IBAMA 2006	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN Marinheiro e Pedra da Urca	Particular	174,26ha	Portaria nº 4 do IBAMA de 10/01/2007	Santa Luzia do Itanhy	Mata Atlântica
RPPN do Caju	Particular	763,37ha	Portaria nº 04, de 17/01/2011	Itaporanga d'Ajuda	Mata Atlântica
RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	Particular	23,60ha	Portaria nº 71, de 27/08/2010	Pirambu	Mata Atlântica
RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia	Particular	10,75ha	Portaria nº 92, de 18/11/2011	Pirambu	Mata Atlântica

Fonte: Semarh, 2011.

6.5.3 Instrumentos de Uso e Ordenação do Solo

Em nível local, alguns municípios do Polo Costa dos Coqueirais dispõem de instrumentos legais que visam auxiliar na proteção dos ecossistemas e no uso racional dos recursos ambientais, como os Planos Diretores e Códigos de Obras que a partir da exigência legal (Estatuto das Cidades) foram elaborados incorporando os parâmetros de uso e ocupação do solo.

Verificou-se que a metade dos municípios do Polo Costa dos Coqueirais ainda não possui seus Planos Diretores, sendo que, o de Indiaroba está em fase de elaboração e de Pacatuba está à espera da Lei ser sancionada, como mostra a Tabela 56. No que tange ao Código de Meio Ambiente, apenas 5 municípios dispõem de tal instrumento, sendo eles Aracaju, Estância, Barrados Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras. Já, com relação às questões turísticas, apenas Laranjeiras dispõe das normas que direcionem estas atividades, conforme relacionado

Tabela 57.

Tabela 56 - Situação dos Planos Diretores no Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	PLANO DIRETOR	LEI Nº
INDIAROBA	Não*	-
SANTA LUZIA DO ITANHY	Sim	Lei nº 738/2008
ESTÂNCIA	Sim	Lei Complementar. Nº 31/2010
ITAPORANGA D'AJUDA	Sim	Lei nº 341/2006
SÃO CRISTÓVÃO	Sim	Lei nº 044/2009
ARACAJU	Sim	Lei Complementar. Nº 042/2000
BARRA DOS COQUEIROS	Sim	Lei Complementar nº02/2008
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Sim	Lei nº 557/2002
LARANJEIRAS	Sim	Lei Complementar nº16/2008
SANTO AMARO DAS BROTAS	Não	-
PIRAMBU	Não	-
PACATUBA	Não**	-
BREJO GRANDE	Não	-

Fonte: SEPLAG, 2012.

Tabela 57 - Legislações Municipais Vigentes do Polo Costa dos Coqueirais

MUNICÍPIO	CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE	CÓDIGO DE OBRAS	PLANO DE TURISMO
INDIAROBA	Não	Não	Não
SANTA LUZIA DO ITANHY	Não	Sem informação	Não
ESTÂNCIA	Sim	Sim	Não
ITAPORANGA D'AJUDA	Não	Sim	Não
SÃO CRISTÓVÃO	Não	Não	Não
ARACAJU	Sim	Sim	Não
BARRA DOS COQUEIROS	Sim	Sim	Não
NOSSA SENHORA DO SOCORRO	Sim	Sim	Não
LARANJEIRAS	Sim	Sim	Sim
SANTO AMARO DAS BROTAS	Sem informação	Sem informação	Sem informação
PIRAMBU	Não	Não	Não
PACATUBA	Não	Não	Não
BREJO GRANDE	Não	Não	Não

Fonte: SEPLAG, 2012.

Organização: Ambientec Consultoria Ltda., 2012.

A ausência de instrumentos normativos - Planos Diretores, Leis de Uso do Solo, Códigos de Obras, Código de Meio Ambiente e Plano de Turismo, dificulta o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, não há regras sobre o ordenamento do território, do meio ambiente e também das atividades econômicas ali desenvolvidas.

6.6 Identificação e Análise das Interações Institucionais das Entidades Públicas, Privadas e Sociais Atuantes no Turismo da Região.

A identificação das entidades atuantes no setor turístico está apresentada no item 6.3.2.2 do presente documento. É importante ressaltar que para que as interações institucionais funcionem de forma eficiente, a gestão do turismo no Polo deve priorizar ações que sejam desenvolvidas em conjunto com todos os níveis governamentais como também com as mais diversas instituições da sociedade civil.

Em Sergipe, a interação entre os órgãos estaduais e federais do turismo tem sido cada vez mais estreita, já que novos planos, programas e projetos estão sendo incentivados no estado. Porém, este estreitamento ainda não é refletido nas relações entre estado e municípios. Isto denota o interesse dos gestores no desenvolvimento turístico da região.

Quando se trata da municipalização das interações institucionais percebe-se a necessidade de uma maior sincronização de ações. Alguns gestores municipais apontam fatores políticos, mas o que de fato existe é uma clara dificuldade de comunicação entre os órgãos gestores do turismo nos municípios e no estado de Sergipe.

Dentro de um quadro de interações institucionais, é importante ressaltar a atuação do setor privado. Apesar de possuírem objetivos diferentes, já que o poder público busca o desenvolvimento do bem social, enquanto o privado busca a obtenção de retornos financeiros, ambos podem equilibrar suas ações buscando a consecução dos objetivos em comum.

Diante do apresentado, nota-se a necessidade da existência de parcerias entre os diversos setores envolvidos na atividade turística. Para isso, os órgãos responsáveis pela gestão do turismo precisam ser mais atuantes, fortalecendo interações com setores privados e da sociedade civil através da instituição de mecanismos que incentivem o debate sobre o desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões do Polo Costa dos Coqueirais.

6.7 Identificação dos Principais Planos e Programas e Projetos de Turismo, Infraestrutura e de Meio Ambiente, Relevantes, Previstos para o Polo e suas Implicações para o PRODETUR/SE Nacional no Estado.

6.7.1 Planos, Programas e Projetos de Turismo

- Federais**

TEMA	PLANO, PROGRAMA OU PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO GERAL	IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Plano Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	Em andamento	O Plano Nacional de Turismo é o principal norteador desta atividade no Brasil, desta forma deve ser efetivamente considerado nas ações do PRODETUR/SE Nacional.

Planejamento e Gestão	Planejamento e Gestão	Ministério do Turismo	Em andamento	Para o pleno desenvolvimento de um turismo sustentável, diante da abrangência da atuação e do porte de um programa como o PRODETUR/SE, a boa articulação dos diversos setores atuantes na atividade turística surge como um dos principais desafios.
Planejamento e Gestão	Regionalização do turismo	Ministério do Turismo	Em andamento	Este Programa de Regionalização do Turismo pode contribuir com a criação de produtos unificados, através de roteiros regionais, o que facilitará ações para consolidação do turismo nos Polos.
Planejamento e Gestão	Informações e estudos Turísticos	Ministério do Turismo	Em andamento	Poderá contribuir para o PRODETUR/SE com o assessoramento em Avaliação de impactos, positivos ou não, em diversos setores, o que ajudará na estruturação, fortalecimento e na sustentabilidade da atividade turística dos Polos citados. Informações relevantes poderão ser geradas, ajudando na geração de um sistema de informações que servirá para guiar atividades desenvolvidas nos Polos.
Planejamento e Gestão	Infraestrutura Pública	Ministério do Turismo	Em andamento	Visto que na matriz de Investimento do PRODETUR/SE Nacional em Sergipe, as principais ações são obras de Infraestrutura e que não se pode pensar a atividade turística sem uma infraestrutura de apoio bem consolidada, um programa que vise o desenvolvimento da INFRAESTRUTURA PÚBLICA deve ser encarado como um principal atrativo de apoio para as ações do PRODETUR/SE Nacional.

Fonte: Planos, Programa e Projetos Federais de Turismo, 2014.

• Estaduais

TEMA	PLANO, PROGRAMA OU PROJETO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO GERAL	IMPLICAÇÕES PARA O PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Política Estadual de Turismo	EMSETUR	Em Andamento	Mesmo sendo ainda bastante recentes as iniciativas para regularização do Turismo no Estado de Sergipe, através de programas, planos e projetos, são de suma importância que iniciativas do PRODETUR/SE Nacional observem o Plano Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (BRASIL, 2009a) já que os mesmos refletem a realidade sergipana e o que o estado tem como meta para a atividade turística.
Planejamento e Gestão	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 (Brasil, 2009a)	EMSETUR	Em Andamento	

Fonte: Planos, Programa e Projetos Estaduais de Turismo, 2014.

6.7.2 Planos, Programas e Projetos Federais de Infraestrutura

Federais

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Construção do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Santa Maria	INFRAERO	Licitação	Quando da conclusão das obras referentes às melhorias do aeroporto de Aracaju, pode-se afirmar que estas melhorarão a receptividade do turista no estado, como principal porta de entrada, e possibilitará o aumento do fluxo de passageiros, com expectativa estimativa de 2 milhões de passageiros em 2014.
Planejamento e Gestão	Ampliação e Recuperação da Pista de Pouso e Decolagem do Aeroporto Santa Maria	INFRAERO	Licitação / Contratação	
Planejamento e Gestão	Sistema Viário no Entorno do Aeroporto Santa Maria	INFRAERO	Em andamento	
Planejamento e Infraestrutura	Duplicação da BR-101	SEINFRA/DER-SE	Em andamento	As rodovias e estradas planejadas e em fase de elaboração visam melhorar a infraestrutura de acesso aos atrativos e busca trazer maior ênfase a outras intervenções do PRODETUR/SE e consequentemente desenvolvimento ao turismo.
Planejamento e Infraestrutura	Construção da Av. Santa Gleide / BR-235	SEINFRA/DER-SE	Em Andamento	
Planejamento e Gestão	Terraplenagem e Pavimentação da rodovia Barra dos Coqueiros/Atalaia Nova, aprox. 5 Km.	DER-SE	Em Andamento Licitação / Contratação	
Planejamento e Infraestrutura	Implantação da Rodovia SE-100, Trecho: Povoado Porto N'Angola / Entr. SE-100 (Acesso a Praia do Saco)	DER-SE	Licitação / Contratação	
Planejamento e infraestrutura	Elaboração de Projeto Básico e Executivo de Engenharia para Implantação da Obra-de-Arte Especial (Ponte) Estaiada e acesso sobre o Rio São Francisco, interligando os Municípios de Brejo Grande no Estado de Sergipe e Piaçabuçu	DER-SE	Licitação / Contratação	
Planejamento e infraestrutura	Implantação das Rodovias SE-100 e SE-439, trecho: Aguilhadas/Atalho (Pirambu e Pacatuba) e execução de ponte sobre o Rio Sangradouro.	DER-SE	Licitação / Contratação	
Planejamento e infraestrutura	Implantação da Rodovia Santa Luzia do Itanhy / Povoado Crasto.	DER-SE	Em Andamento	

Fonte: SEINFRA/DER, 2014.

Estaduais

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Reforma do Batistão	SEINFRA	Em Andamento	A reforma do Batistão visou incentivar a vinda da seleção da Grécia para Sergipe e com isso, beneficiar o turismo do Estado.

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Infraestrutura	Terminal Hidroviário com nova estrutura em homenagem ao José Martins Ribeiro, “Zé Peixe”	SEINFRA/CEHOP	Em Andamento	O espaço será um dos pontos turísticos mais importantes da região central de Aracaju, junto aos mercados municipais e a orla do bairro Industrial e contará com um memorial e uma vista para o Rio Sergipe.
Infraestrutura	Construção da 2ª Etapa da Orla do Bairro Industrial em Aracaju	SEINFRA/CEHOP	Em Andamento	Essas obras de infraestrutura darão maior suporte ao aumento dos fluxos turísticos e são de significativa importância para a fomentação do turismo no Polo.
Planejamento e Gestão	Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Sinalização Náutica na Ponte sobre o Rio Piauí, localizada na Rodovia SE-100, divisa dos municípios Estância (Porto de Cavalo) / Indiaroba (Terra Caída)	DER-SE	Em Andamento	
Planejamento e infraestrutura	Recuperação do Atracadouro de barcos Tototó próximo ao Terminal Hidroviário	SEINFRA/CEHOP	Licitação / Contratação	
Planejamento e infraestrutura	Recuperação e Manutenção das Obras Civas/Urbanização e Paisagismo da Orla de Atalaia Nova	SEINFRA	Licitação / Contratação	
Planejamento e infraestrutura	Elaboração de Projetos Arquitetônico e Complementares de 2 (dois) Atracadouros, sendo 1 (um) no Povoado Caibros e 1 (um) na Ilha de Mem de Sá, no Município de Itaporanga D’Aajuda/SE	SEINFRA	Licitação / Contratação	

Fonte: SEINFRA/DER/CEHOP, 2014.

6.7.3 Planos, Programas e Projetos Federais no âmbito ambiental

Federais

Tema	Plano, Programa ou Projeto	Órgão Responsável	Situação Geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Conservação e recuperação	Convênio Fundo Clima	Ministério do Meio Ambiente	Andamento	Esses Programas subsidiarão o levantamento de informações e desenvolvimento de estudos nas temáticas que possibilitarão a gestão e conservação dos recursos naturais, cruciais para o turismo.
Planejamento e Gestão	Inventário Florestal Nacional de Sergipe	Ministério do Meio Ambiente	Andamento	

Fonte: SEMARH, 2014.

Estaduais

Tema	Plano, programa ou projeto	Órgão responsável	Situação geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Conservação e recuperação	Executar ações do preservando nascentes em municípios / adote um manancial	SEMARH	Andamento	A execução deste projeto promoverá melhorias nos recursos hídricos da região, auxiliando na conservação e na conscientização da população, possibilitando a adoção de práticas mais sustentáveis no desenvolvimento da atividade.

Tema	Plano, programa ou projeto	Órgão responsável	Situação geral	Implicações para o PRODETUR/SE
Planejamento e Gestão	Implementar o Plano Estadual de Florestas	SEMARH	Andamento	O planejamento de ações e a Gestão Ambiental realizados de forma adequada, minimiza o poder impactante do desenvolvimento da atividade turística e tende a aumentar o sucesso dessa atividade. Nesse sentido esses instrumentos que serão elaborados e/ou revisados facilitam a gestão ambiental local, visando não somente o lucro fácil e momentâneo, mas possibilitando o desenvolvimento do turismo sustentável.
Planejamento e Gestão	Planos de gestão de resíduos sólidos dos territórios Sul-Centro Sul, Grande Aracaju.	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração de (01) Plano de Gestão de Orla	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Revisar (02) Planos de Orlas da Grande Aracaju e Sul Sergipano	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração de Plano Estadual de Coleta Seletiva	SEMARH	Andamento	
Planejamento e Gestão	Elaboração do ZEE	SEMARH	Andamento	

Fonte: SEMARH, 2014.

6.7.4 Planos, Programas e Projetos previstos na matriz de investimento do PRODETUR/SE

A Unidade Executora do PRODETUR/SE Nacional em Sergipe prevê, em sua matriz de investimentos, as seguintes ações:

Tabela 58 - Ações Programadas para o Desenvolvimento do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais

Componente - Estratégia do Produto Turístico
Complementação da sinalização turística da Cidade de Aracaju - 4ª etapa
Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial
Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos (Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico)
Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE
Elaboração e execução de projeto das Casas do Turismo - Cidade Cenográfica na Orla de Atalaia de Aracaju/SE
Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju
Sinalização turística e interpretativa de unidades museais – programação visual e aquisição de equipamentos interativos: Museu Histórico de Sergipe (São Cristóvão), Casa do Folclore (São Cristóvão), Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, Casa de Cultura João Ribeiro (Laranjeiras), Museu Afro-Brasileiro de Sergipe (Laranjeiras), Museu de Arte Sacra de Sergipe (Laranjeiras), Centro de Tradições (Laranjeiras), Memorial de Estância
Complementação da rodovia SE-100 Norte (trecho 2, estrada parque)
Elaboração do estudo de viabilidade turística da ação de complementação da rodovia SE-100 Norte (trecho 2, estrada parque)

Componente - Infraestrutura e Serviços Básicos
Desmonte do morro da piçarra para viabilizar ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) cabeceira 29
Construção de Orlas e atracadouros: Pontal (Indiaroba), Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy)
Construção e recuperação de atracadouros em: Brejo Grande; São Cristóvão e Indiaroba (Terra Caída)
Componente - Gestão Ambiental
Estudos de avaliação dos limites aceitáveis de mudanças de destinos turísticos
Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental
Elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental
Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
Elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais
Elaboração da política de gerenciamento costeiro
Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhy), Pontal (Indiaroba)

Fonte: PRODETUR/SE, 2014.

6.8 Identificação das Principais Tensões e Potenciais Conflitos entre o Desenvolvimento do Turismo e outras Propostas de uso de Atrativos Ambientais na Região.

Conflito pode ser interpretado como qualquer forma de oposição de forças antagônicas. Significa diferenças de valores, “escassez de poder, recursos ou posições, divergências de percepções ou ideias, dizendo respeito, então, à tensão e à luta entre as partes” (BREITMAN; PORTO, 2001). Para Warat (1999) são justamente os desejos, as intenções e os quereres que são evocados quando se desvela o material latente dos conflitos.

Diversas atividades socioeconômicas, que indicam intenções e vontades, são desenvolvidas nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. São atividades agrícolas, extração de petróleo e gás natural, geração de energia, atividades de extrativismo vegetal e animal, atividades artesanais e iniciativas turísticas e imobiliárias.

Diante de tamanha diversidade de atividades e atores, a possibilidade de surgimento de conflitos é natural. Aqui pontuaremos alguns conflitos em potencial decorrentes do uso e apropriação dos recursos naturais locais.

A região é, em quase sua totalidade, litorânea, caracterizando-se por diversas zonas naturais com grande potencial turístico. O grande exemplo desse potencial são as diversas praias presentes tanto na parte do litoral sul quanto na do norte. São praias como as de Jatobá, da Costa, Atalaia, Caueira, Abaís, Saco, cujo desenvolvimento tem sido facilitado após a melhoria da infraestrutura de acesso.

O Polo Costa dos Coqueirais também possui uma grande diversidade histórica e cultural. Na região, estão localizadas as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão, principais berços da cultura sergipana.

As comunidades extrativistas presentes na área em questão são formadas por quilombolas, catadoras de mangaba, pescadores artesanais e marisqueiras que extraem recursos naturais para o consumo familiar.

A descrição acima, já expõe o grande número de atores sociais presentes na região, o que sinaliza potenciais conflitos de interesses entre as comunidades, o poder público e a iniciativa privada, interessados em atuar em tal território.

Na área que abrange o Polo Costa dos Coqueirais as ações antrópicas têm provocado transformações cada vez mais profundas, causando a urbanização dos ambientes litorâneos, territórios marcados pelo crescimento no número de segundas residências e/ou casas de veraneio, alterando os ecossistemas locais, como o desmonte de dunas e o desmatamento de manguezais e áreas de restingas.

Há regiões deste Polo que já é alvo de especulação imobiliária, sendo que grandes construtoras já possuem grandes terrenos onde o território é especulado para construção de empreendimentos imobiliários, de luxo e resorts. Tal fato vai de encontro aos interesses de associações civis.

As comunidades possuem a preocupação em conservar os recursos naturais que contribuem para o seu sustento, a iniciativa privada interessa-se em poder explorar o potencial turístico e imobiliário do Polo e o poder público preocupa-se em equacionar desenvolvimento socioeconômico e conservação da natureza.

Outro conflito evidenciado nesta região é a disputa que ocorre desde 2003 entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, por causa de uma estação coletora de petróleo do Robalo, situada em uma antiga área de litígio entre os municípios. A disputa, que envolve o direito de recebimento de royalties da Petrobras, teria sido motivada por um erro cartográfico do IBGE que incluiu a estação do Robalo como parte de Pirambu.

7 Diagnóstico – Polo Costa dos Coqueirais

O Diagnóstico é parte integrante da etapa de Análise do Contexto (Linha de Base e Diagnóstico). Trata-se de uma etapa elaborada a partir da Linha de Base, considerando os dados disponíveis no diagnóstico do PDITS e outros materiais bibliográficos consultados, complementados com a consulta aos atores sociais relevantes (especialistas), com vistas à identificação dos fatores críticos e elementos centrais a serem consideradas nas recomendações da AAE às ações propostas nos PDITS.

Diagnóstico preliminar feito nos municípios que compõem o Polo e Costa dos Coqueirais possibilitou a identificação de características naturais, socioeconômicas e turísticas das localidades das ações planejadas. A análise se deu de forma multidisciplinar, com profissionais das áreas de engenharia, biologia, turismo e geografia, permitindo um maior aprofundamento no conhecimento das peculiaridades de cada município.

Através deste Diagnóstico será possível identificar e distinguir as condições e possíveis impactos ambientais e socioeconômicos, nas áreas de influência das ações programadas, com a intensificação do fluxo turístico nos municípios dos Polos.

7.1 Situação Geral do Polo Costa dos Coqueirais

A região do Polo Costa dos Coqueirais abrange os municípios que margeiam o Litoral do Estado, totalizando 13 municípios como área de influência direta do Programa.

O Polo Costa dos Coqueirais é o principal receptor de turistas de Sergipe, tendo Aracaju, a capital sergipana, o principal destino turístico do Estado. Associa-se a isto a sua vocação natural para o turismo litorâneo, caracterizado pela disponibilidade de uma extensa paisagem de praia e uma Orla equipada, como principais atrativos turísticos, concedendo à região a denominação de turismo de sol e praia. Essa associação do Polo a um destino de lazer e férias litorâneo vem se consolidando no mercado nacional. Tal posicionamento demonstra a necessidade da implementação de um contínuo processo de planejamento do desenvolvimento da atividade assegurando a continuidade da aplicação adequada dos investimentos para fortalecer os produtos turísticos do Polo.

A área do Polo, por apresentar diversos tipos de atrativos como praias, reservas naturais, cidades históricas e eventos festivos, tem um grande potencial turístico para o estado. Utilizando fortemente os recursos naturais como produto para o turismo, é fundamental que tais áreas estejam sob constante gestão, com ações de mitigação, monitoramento, manejo, controle e proteção, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos. Da mesma forma, deve-se atenção especial sobre o turismo histórico e cultural no tocante a preservação e manutenção do patrimônio histórico e representação cultural da região.

É ainda no Polo que se concentram as cinco bacias hidrográficas de Sergipe composta pelos cinco principais rios sergipanos como o Vaza-Barris, Piauí, Real, São Francisco,

Japarutuba e Sergipe. O rio São Francisco além de contribuir com o abastecimento de água potável, também fornece energia para a região advinda da hidrelétrica.

Dados colhidos em campo e levantados nos estudos feitos para a região permitem indicar uma forte relação de centralidade no entorno de Aracaju que ocupa o papel de receptora, sendo na maioria dos casos o único local de pernoite do turista, que acaba visitando os demais destinos apenas durante o dia. Isto está relacionado ao fato do roteiro de praias estar concentrado na capital, justificando Aracaju ser o principal destino dos turistas.

Diversas atividades econômicas são desenvolvidas no Polo Costa dos Coqueirais, destacando o setor terciário, com predominância para o comércio e a administração pública. O desenvolvimento do setor secundário nesses municípios é decorrente da própria evolução econômica do país, tendo como indústrias de destaque as de extrativismos minerais, concentradas nos municípios de Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. As indústrias alimentícias instaladas nos municípios de Estância e Itaporanga D'Ajuda. O setor obteve crescimento através da criação dos distritos industriais de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Estância.

O PIB Per Capita dos municípios do Polo se distingue entre as localidades. Aracaju apresenta o maior rendimento do território sergipano pela própria centralidade que exerce no Estado, com 571.149. Os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Estância e Aracaju lideram os PIBs Per Capitas, porém municípios como Santa Rosa de Lima, Indiaroba e Santo Amaro das Brotas estão, entre os municípios do território do Polo, com os menores percentuais.

A atividade turística impulsiona diversos setores da economia com destaque para o comércio e os serviços, no entanto para que não seja reprodutora da desigualdade social e desencadeadora de conflitos, é necessário que haja absorção da mão de obra, prioritariamente local. Em localidades como Brejo Grande, Laranjeiras, Santa Luzia do Itanhy, em que mais de 50% da população está acima do índice de pobreza, deve-se buscar a melhoria das condições de infraestrutura e educação, para que haja um desenvolvimento econômico nivelado com a melhoria das condições de vida dessas populações para que o turismo seja ao acesso de todos os atores envolvidos.

A partir do século XIX com as mudanças decorrentes do aumento do PIB per capita e em relação a outros fatores houve uma valorização e intensificação da atividade do turismo o que acarretou na tomada de planejamento e gestão estratégica na aplicabilidade do turismo. A ação de políticas públicas tornou-se imprescindível para os planos e programas do turismo como forma de estruturar os espaços para o aumento do fluxo populacional que é consequência direta da atividade. A ação pública e as políticas públicas em conjunto com o setor privado devem assegurar a gestão estratégica do turismo para que as vocações turísticas de uma determinada comunidade sejam mais bem aproveitadas tendo como prioridade essencial, a sustentabilidade.

Um dos obstáculos ao turismo em Sergipe é relação às políticas públicas que são empregadas nos municípios, por estas ainda serem incipientes e não apresentarem um impacto de curto prazo sobre a população. Isto diminui o ritmo de desenvolvimento turístico da região, não evidenciando as aptidões turísticas do Polo. Logo há a necessidade de estruturar os municípios

através das políticas públicas para que com o aumento da população os municípios estejam apropriados para as altas e baixas temporadas, pois há um aumento do fluxo em determinados períodos do ano e com isso a necessidade do aumento dos serviços e na fase de baixa populacional a manutenção das estruturas.

A atividade turística quando implantada nas localidades modifica características do lugar e age como (re)-produtora do espaço geográfico. A dinâmica populacional existente naquele território é intensificada, as fronteiras de influência são ampliadas e há uma hierarquização dos lugares que estão nas áreas de influência direta e indireta da atividade. Ou seja, os municípios que são incrementados pelo turismo centralizam em alguns casos o setor terciário e exercem força atrativa as populações vizinhas da localidade. Isto pode ser observado com o município de Aracaju que concentra a maior parte dos serviços para o roteiro, como agências de turismo, locação de veículos e outros serviços que dão estrutura para as atividades turísticas no Polo.

Há diferenças culturais que são advindas do próprio processo de colonização e que regionalizam territórios. O Polo Costa dos Coqueirais está inserido na faixa litorânea que teve pelas condições naturais uso e ocupação do solo voltada para cultura canavieira. A população que se desenvolveu no cultivo da cultura da cana-de-açúcar foi caracterizada pela mão de obra africana, que é responsável pela caracterização cultural da região. Neste sentido, há a busca por parte dos órgãos gestores de turismo municipal, estadual e federal, além de associação e sindicatos ligados diretamente ao turismo para o desenvolvimento de políticas, planos e programas, agindo também como participantes ativos do Fórum de Turismo de Sergipe.

Observar as diferenciações culturais e o processo de construção das identidades desses povos, em conjunto, destacando o processo de colonização é essencial para a proposição e limitação das mudanças que posteriormente possa vir ocorrer nas fases de implantação e operação do empreendimento turístico, para que não haja destruição das identidades culturais, mas um melhor aproveitamento da cultura do lugar. Neste sentido, são de fundamental importância a preservação das manifestações culturais do reisado de Itaporanga, o artesanato de Japaratuba, as festas juninas de Estância e as manifestações religiosas de São Cristóvão,

Em cada município ou em caráter regional deverá haver, com a inserção da atividade turística, a identificação das potencialidades e vocações mais significativas do lugar visando o desenvolvimento econômico e social, como também priorizando a identidade cultural. Os traços culturais dos municípios são comumente valorizados pela atividade turística.

Do ponto de vista ambiental pode-se destacar a riqueza de ecossistemas do Polo Costa dos Coqueirais que é caracterizado pela presença de manguezais, praias, estuários e remanescentes de mata atlântica com a maior diversidade de espécies do Estado. A beleza e importância desses ecossistemas conferem a essa região a oportunidade de desenvolver o turismo sustentável, como as praias de Aracaju, Estância, Pirambu e o Rio São Francisco em Brejo Grande, compatibilizando o desenvolvimento da atividade turística com a proteção ambiental. O turismo na região tem como estímulo para a preservação e práticas sustentáveis o fato de apresentar áreas de unidades de conservação, como a Reserva Biológica de Santa Isabel em Pirambu, localizada dentro da Área de Proteção Ambiental Litoral Norte composta pelos municípios Pirambu, Brejo Grande, Pacatuba, Ilha das Flores e Japoatã.

Para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, deve-se incentivar uma nova forma de administração, onde os interesses econômicos e das comunidades locais e tradicionais desenvolvam-se de forma planejada. O turismo sustentável é mediado entre os interesses econômicos, da comunidade e a manutenção dos recursos naturais. O envolvimento da comunidade local é fator imprescindível para a garantia que o turismo não seja uma atividade geradora de desigualdades socioeconômicas nas comunidades. A interação da comunidade local com o desenvolvimento do turismo sustentável deverá constituir uma relação direta e contínua com o compromisso de resguardar os recursos naturais e a cultura do lugar para as gerações futuras.

Devido à multiplicidade de atores sociais e interesses diversos pelos recursos naturais, não se deve pensar a região com um único viés de desenvolvimento. Há necessidade de contemplar tanto o desenvolvimento do setor empresarial, bem como manter a base de sustento das comunidades tradicionais, evitando-se assim, que sejam espoliadas e/ou expropriadas dos territórios que ajudaram a conservar.

É imprescindível ressaltar que o processo de valorização dos lugares através da atividade turística é inerente ao processo de globalização dos espaços em que o aproveitamento das potencialidades da cultura pode se configurar como movimento contrário ao processo globalizante, pois comumente é observada uma padronização cultural, no entanto se houver a manutenção da cultura e o uso sustentável dos recursos naturais da localidade. Os recursos gerados pelo turismo podem vir desenvolver a economia e consequentemente gerar benefícios sociais às populações que estão inseridas nesses territórios.

7.2 Fatores Críticos Internos e Externos que Condicionam o Desenvolvimento do Turismo no Polo Costa dos Coqueirais

O turismo em Sergipe nas últimas duas décadas foi intensificado pelo maior aproveitamento das condições naturais do Estado, mas ainda se constitui como atividade econômica deficiente em termos de infraestrutura urbana e exploração das singularidades culturais embutidas nas localidades. Como já destacado, o principal produto turístico ofertado atualmente é a combinação de sol, praia e passeios náuticos, segmento turístico que mais recebe investimentos do Estado e que se desenvolve basicamente em Aracaju e Canindé do São Francisco, precisando ainda ser consolidado.

Na maior parcela das localidades inseridas nos Polos Costa dos Coqueirais, os planos, programas e projetos existentes são mal aplicados, sendo possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido, pois, em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgãos públicos locais que organizem e tornem a atividade turística atuante. Portanto há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade na atividade turística.

No ramo do turismo as fragilidades e as potencialidades locais abrangem o aspecto institucional, social, socioambiental e de infraestrutura, traduzindo-os em vários fatores críticos, que estão intimamente ligados entre si e que norteiam uma visão estratégica ao processo de

desenvolvimento da AAE. A seguir apresentam-se os fatores críticos de decisão identificados, através da matriz de SWOT (Quadro 4, Quadro 5 e Quadro 6), que representam áreas específicas do programa, em que seus resultados, quando satisfatórios, ajudarão a melhorar o desempenho da atividade turística tornando-a competitiva.

A definição dos fatores críticos internos e externos ao Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais foi realizada a partir da análise de SWOT, que constitui uma técnica de gestão estratégica que auxilia na estruturação das ideias, além de ajudar na compreensão, facilitando a análise dos cenários e a tomada de decisão em diferentes situações (PARTIDÁRIO, 2012)

A metodologia foi definida no item 3, sendo considerados os componentes como aspectos chaves tendo como resultado os fatores críticos separados por componentes a partir da matriz de SWOT.

Quadro 4 - Fatores Críticos Internos e Externos do Turismo do Polo Costa dos Coqueirais

Componente	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Produto Turístico	Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju Beleza peculiar da região costeira Potencialidade para exploração do turismo náutico na foz do rio São Francisco e na foz do rio do Piauí/Real.	Centralidade exercida por Aracaju Baixa Qualificação profissional e empresarial	Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades (inventário, fluxo turístico) Incipiente valorização da história local e cultural.
Comercialização	Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado	Pequena oferta de divulgação e apoio de qualidade ao turista;	Incentivo externo para a atividade turística e consequentemente incremento do fluxo turístico	Concorrência com outros destinos.
Gestão Socioambiental	Proteção da região costeira do estado por 14 unidades de conservação; Projeto Tamar atuando na proteção ambiental e como atrativo turístico; Turismo histórico nos municípios de Laranjeiras e São Cristóvão, com várias manifestações culturais.	Política e fiscalização ambientais deficientes; Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza; Erosão Costeira.	Captação de recursos para estudos e projetos sociais e ambientais; preservação dos atrativos naturais e culturais do polo	Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo.
Fortalecimento Institucional	Interesse dos órgãos gestores de turismo estaduais e municipais em ações de desenvolvimento do turismo.	Falta de integração dos órgãos governamentais.	Captação de recursos para o fortalecimento institucional.	Risco de descontinuidade administrativa.
Infraestrutura	Facilidade de acesso ao Polo por aeroporto e rodovias; Ações de melhoria da infraestrutura: em esgotamento sanitário, recuperação de rodovias, iluminação pública, abastecimento de água;	Infraestrutura turística e serviços básicos concentrados na capital;	Programas governamentais de saneamento ambiental, energia elétrica e construção e recuperação de rodovias (PAC);	Descontinuidade dos investimentos em programas federais de infraestrutura e serviços básicos.

Quadro 5 - Fatores Críticos Internos e Externos Estratégicos do Polo Costa dos Coqueirais

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju; Beleza peculiar da região costeira; Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado; Ações de melhoria da infraestrutura em andamento.	Centralidade exercida por Aracaju; Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza; Política e fiscalização ambientais deficientes.
Oportunidades	Ameaças
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos; Incentivo externo para a atividade turística.	Concorrência com outros destinos; Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo; Risco de descontinuidade administrativa.

Quadro 6 - Polo Costa dos Coqueirais: Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo

Fatores Internos Fatores Externos	PONTOS FORTES Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju; Beleza peculiar da região costeira; Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado; Ações de melhoria da infraestrutura em andamento.	PONTOS FRACOS Centralidade exercida por Aracaju; Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza; Falta de políticas ambientais.
	OPORTUNIDADES Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos; Incentivo externo para a atividade turística.	Descentralizar os investimentos em infraestrutura turística Elaboração de estudos e projetos, visando o desenvolvimento turístico
AMEAÇAS Concorrência com outros destinos; Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo; Risco de descontinuidade administrativa.	Acompanhamento e atualização do PDITS Monitoramento do desempenho das ações de Infraestrutura. Implantação do Plano de Marketing	Implantação de políticas públicas de geração de competitividade Efetivação da Rede institucional

7.3 Identificação dos Elementos Centrais

7.3.1 Institucionalidade e Governança do Turismo

O turismo, se planejado de forma sustentável, pode se destacar pela geração de riquezas, melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, valorização e recuperação do patrimônio natural e cultural, além de promover o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como os transportes e o comércio locais.

Quando mal planejada e realizada, a atividade turística contribui para o aumento da pobreza, descaracterização das culturas tradicionais, degradação das paisagens, diminuição da diversidade faunística, redução da qualidade da água, dentre outros problemas, constituindo assim uma ameaça para o equilíbrio do ecossistema e da comunidade local.

As ações do turismo devem ser institucionalizadas, ou seja, devem estar baseadas legalmente no planejamento governamental, viabilizando desta forma a sustentabilidade da atividade, sendo que o elemento institucionalidade e governança do turismo deve estar atrelado à diretrizes de planejamento próprias as particularidades do programa, neste estudo foram selecionados as diretrizes de acordo com a Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos (Quadro 6), destacando como componentes a Consolidação do Polo como destino turístico; o Acompanhamento e atualização do PDITS; o Monitoramento do desempenho das ações do PRODETUR/SE; a Efetivação da Rede institucional; a Implantação do Plano de Marketing; e a Implantação de políticas públicas de geração de competitividade, conforme segue representados na Figura 40.

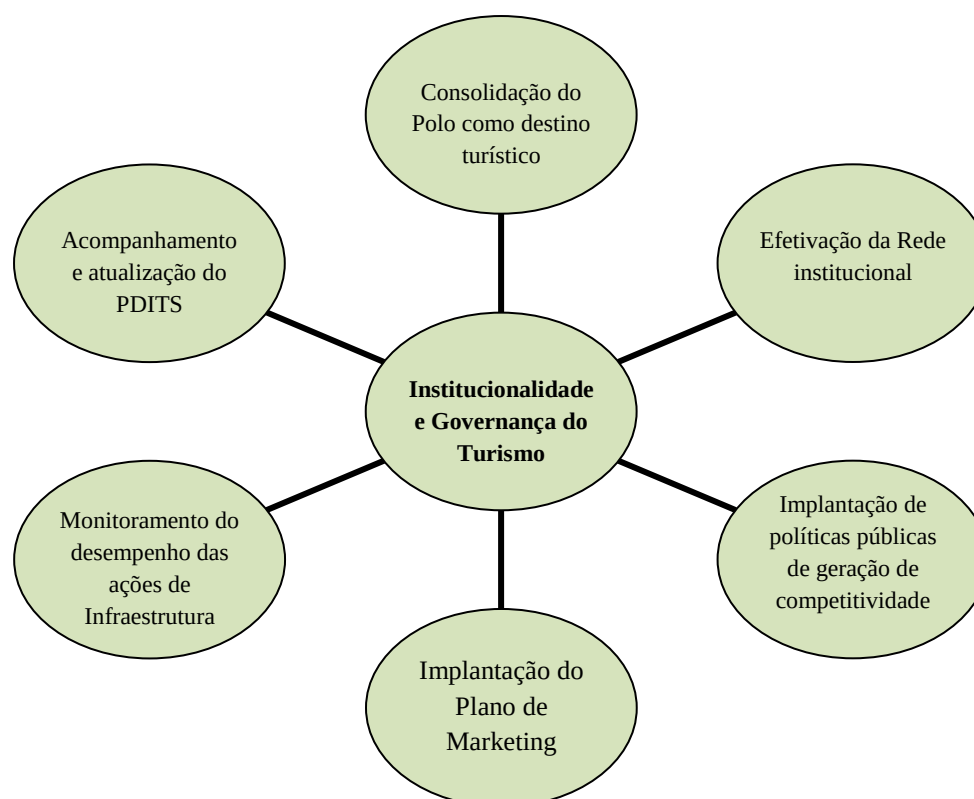


Figura 40 – Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento

Em Sergipe, a atividade turística está prevista nos Plano Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014 e para o avanço de qualquer atividade turística no Polo Costa dos Coqueirais, estes planos e o PDITS devem ser considerados. Entretanto, nos municípios dos Polos há uma clara desarticulação no planejamento do turismo local, o que é evidenciado pela deficiência na comunicação com os órgãos estaduais, ausências de Planos de Turismo municipais e, muitas vezes, falta de interesse nesta atividade.

A multiplicidade de atores envolvidos na área de abrangência dos Polos também tem dificultado a elaboração de um planejamento unificado, levando em conta as esferas Federal, Estadual e Municipal e ainda os setores atuantes da sociedade civil.

Na área ambiental não foram identificados planos, programas ou projetos especificamente, direcionados para a integração de ações entre as políticas de turismo e de proteção ambiental. A maioria das ações programadas para o desenvolvimento do turismo no Polo Costa dos Coqueirais visam a construção de estruturas físicas de construção civil, que objetivam melhorar acessos, pavimentar orlas e trazer o saneamento para as regiões que receberão os investimentos. Essas iniciativas são importantes, mas deve-se salientar que em regiões em que os principais atrativos estão relacionados aos atributos naturais, a inexistência de ações articuladas pode comprometer os objetivos de desenvolvimento sustentável proposto para a atividade.

7.3.2 Oportunidades Oferecidas no ramo do Turismo para o Desenvolvimento dos Polos

Além da beleza peculiar da região costeira como incentivo turístico do Polo deve-se destacar também o surgimento de novas oportunidades externas para o desenvolvimento regional através da atividade turística, a exemplo, do financiamento do BID, dos recursos desprendidos para planos, programas e projetos, e os grandes eventos mundiais que o Brasil sediará como a Copa do Mundo e as Olimpíadas esportivas. Na análise estratégica deste elemento central, definiu-se algumas diretrizes de planejamento, tais como: Descentralizar os investimentos em infraestrutura turística; e Elaboração de estudos e projetos, visando o desenvolvimento turístico, de acordo com a análise correlacionada da Matriz Swot dos Fatores Críticos Estratégicos (Quadro 6) e conforme segue representados na Figura 41.

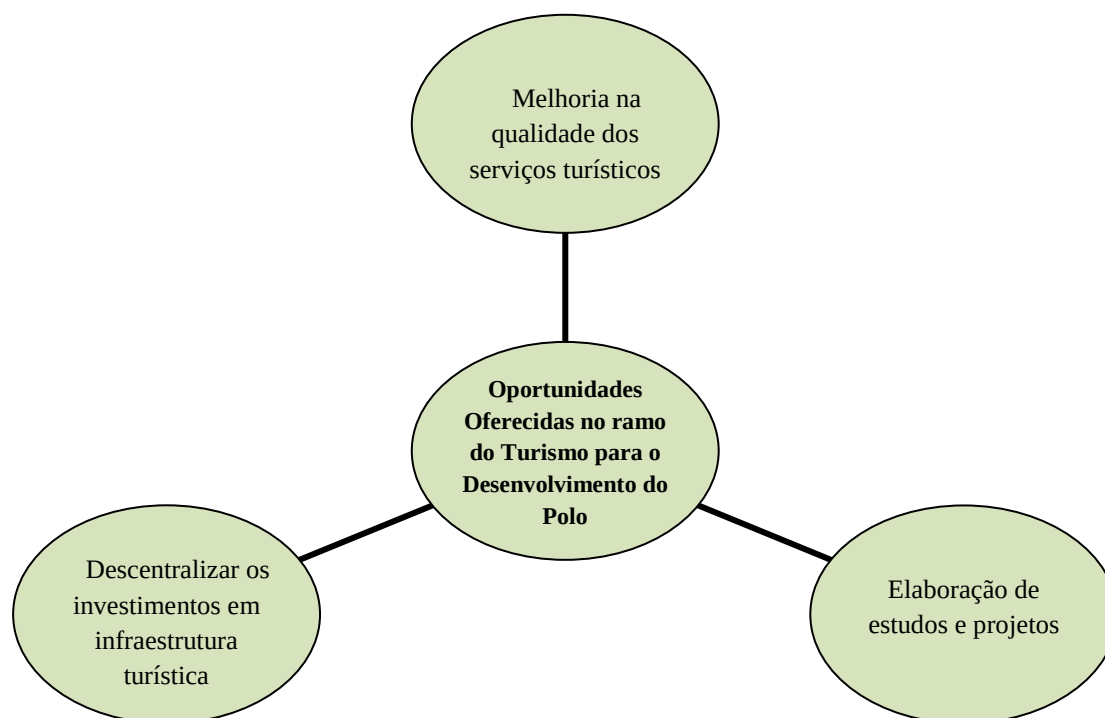


Figura 41 - Elemento central da avaliação e diretrizes de planejamento

Para o Polo Costa dos Coqueirais, há de se destacar que de nada valerá o atual cenário favorável para o surgimento de oportunidades advindas da atividade turística, se a articulação entre os diversos atores envolvidos não for fortalecida. Estes atores devem entender que o turismo na região não pode ser encarado como uma atividade a parte dos outros setores de atividades, sendo parte de um grande planejamento regional.

Para a concretização do planejamento dos possíveis atrativos e para a consolidação daqueles já trabalhados, a participação dos governos locais é primordial. Pois eles são responsáveis pela infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento daquilo que foi planejado, além dos subsídios para o envolvimento comunitário e da busca por parcerias com o setor privado.

8 Avaliação de Impactos

A **Avaliação de Impactos (AI)** é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, de grande importância para a gestão institucional de ações, planos, programas e projetos, em nível federal, estadual e municipal. A mesma atua como instrumento preventivo nas políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento com o intuito de assegurar que ações passíveis de causar impactos sejam analisadas e levadas em consideração no seu processo de aprovação e tomada de decisões.

A elaboração da AI é apoiada pelos levantamentos e avaliações realizadas pela equipe multidisciplinar que elaborou a Linha de Base e que apresentou diagnósticos, descrições, análises e avaliações sobre a caracterização dos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais.

Sendo a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) um instrumento de apoio à tomada de decisões, torna-se clara a importância da análise e avaliação de impactos das ações planejadas pelo PRODETUR/SE, cujos efeitos devem ser interpretados de uma ótica estratégica visando à sustentabilidade do turismo nas regiões afetadas.

A previsão dos possíveis impactos de um programa da natureza do PRODETUR/SE é uma das etapas mais sensíveis do processo de elaboração da AAE, pois é nesse momento que serão levantados os aspectos causadores de impactos e sugeridas as possíveis modificações para a sua mitigação.

Na elaboração da AAE fica evidenciado que as decisões básicas são tomadas, através da Avaliação de Impactos Potenciais (AIP), uma vez que é um instrumento de planejamento imprescindível para incrementar o desenvolvimento tão necessário à nação, garantindo a preservação do meio ambiente mantendo ou mesmo melhorando a qualidade de vida da população. Pretende-se estabelecer um modelo desenvolvimentista, salvaguardando a qualidade ambiental.

8.1 Avaliação de Impactos Potenciais do Polo Velho Chico

O Polo Velho Chico caracteriza-se pela atividade turística bem definida e voltada para a beleza cênica do Rio São Francisco. Entretanto, necessita que a atividade seja consolidada, permitindo o crescimento do fluxo de turistas, a partir, principalmente, do aumento e melhoria da infraestrutura local.

Com as necessidades de investimentos identificadas pelo PRODETUR/SE, faz-se necessário destacar as questões sociais e ambientais relacionadas com o incremento do turismo. O foco para a ação está no desenvolvimento sustentável, propondo alternativas para a administração de áreas sensíveis no sentido de maximizar seu valor paisagístico e qualificá-las como atrativos a serem inseridos no roteiro do Polo.

As matrizes de interação utilizadas para Avaliação dos Impactos Potenciais têm caráter qualitativo, se complementando de tal forma, que ao interpretá-las o interessado poderá ter o entendimento completo das principais ações, aspectos, impactos associados e medidas mitigadoras ou potencializadoras.

Os impactos potenciais identificados foram separados de acordo com os componentes da matriz de investimento do PRODETUR/SE, hierarquizando-os por atributos ambientais (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) e classificando-os quanto à natureza: positivos ou negativos; à Magnitude: Desprezível, Pequena, Média, Grande; e à Classificação: Direta e Indireta. Por fim é apresentada as medidas mitigadoras, em caso de impactos negativos, e medidas potencializadoras, em caso de impactos positivos.

As medidas mitigadoras propostas foram baseadas na previsão de eventos adversos potenciais sobre os itens destacados, tendo por objetivo a eliminação ou atenuação de tais eventos. As medidas potencializadoras propostas, visam otimizar as condições de instalação do programa através da maximização dos efeitos positivos. A partir dessa matriz de interação, é possível obter uma visão global da avaliação, uma vez que apresentam-se todas as ações separadas por componente de investimento e por Polo de intervenção.

Com base na metodologia descrita acima, o primeiro passo foi realizar o levantamento dos impactos potenciais, seguido da sua avaliação e proposição de medidas potencializadoras ou mitigadoras, separados por componente, conforme apresentado nos Quadros a seguir.

Identificação, Classificação e Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos impactos das ações do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico.

Componente: Produto Turístico

Ação 1. Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e Programas de Capacitação Empresarial

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Fortalecimento da competitividade / empreendedorismo dos produtos turísticos.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual, focando a Copa do Mundo de 2014.
Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam o incentivo aos programas de capacitação empresarial.
Qualificação da atividade turística e redução da informalidade.	I	P	D	
Aumento da arrecadação de impostos.	I	P	D	Utilização de recursos gerados através de impostos.
Limitação devido à ausência continuada de apoio.	I	N	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam o incentivo e manutenção de programas de capacitação empresarial.
Risco de falta de previsão da inserção das atividades associadas ao turismo.	I	N	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Aumento da competitividade e empreendedorismo do turismo.	E	P	I	Valorização dos atributos turísticos, pertinentes às características do lugar.
Oferta de mão de obra local qualificada.	E	P	I	Incentivo aos habitantes das localidades atingidas pelas ações do PRODETUR/SE em melhorar o nível de escolaridade e em se capacitar para as atividades do turismo.
Risco de falta de previsão da inserção das atividades associadas ao turismo.	E	N	I	Comprometimento e execução das ações previstas para a atividade do turismo.
Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego com consequente diminuição da informalidade.	S	P	D	Qualificar a mão de obra nos diferentes níveis de escolaridade, como forma de absorver o maior número de pessoas possível na atividade.
Risco de não absorção da mão de obra nativa nas atividades turísticas.	S	N	D	Integrar através de oficinas a comunidade e os segmentos, como estímulo a capacitação profissional dos habitantes dos locais.

Ação 2. Elaboração de projeto e Execução da sinalização viária Indicativa e interpretativa para destinos

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Fortalecimento do papel do estado na Dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	Realizar reuniões periódicas a fim de dirimir possíveis arestas entre os entes públicos e privados envolvidos.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
Facilidade de mobilidade urbana.	I	P	D	Manutenção dessa sinalização e ampliação da mesma a bairros ainda não abordados neste investimento.
Facilidade de acesso aos atrativos turísticos.	I	P	D	
Exclusão de alguns atrativos e rotas em potencial	I	N	D	Ampliação da sinalização turística baseado em estudos atualizados.
Dinamização do comércio nas localidades com a disponibilidade de outros atrativos turísticos.	E	P	I	Gerenciamento das atividades, aplicação de um plano de marketing, sob o viés da sustentabilidade.
Melhoria da informação turística.	E	P	I	Monitoramento da atividade turística e dos equipamentos que dão infraestrutura ao turismo.
Maior comercialização dos produtos das localidades.	E	P	I	Realizar mais divulgação e valorização dos produtos peculiares às localidades.
Geração de empregos diretos e indireto sem novos postos de trabalho e renda.	S	P	D	Absorção da mão de obra nativa, principalmente. Programas de aperfeiçoamento profissional para a atividade turística.
Fortalecimento dos traços culturais, da Identidade do lugar e a valorização dos espaços.	S	P	D	Manutenção das características culturais da região.
Risco do não monitoramento e gerenciamento da atividade.	S	N	D	Monitoramento de como está sendo efetivada a sinalização turística e dos equipamentos que dão suporte a atividade.
Segregação das populações do lugar, ao processo de transformação dos espaços utilizados pelo PRODETUR/SE.	S	N	D	Capacitação profissional dos habitantes dos locais atingidos pelas ações do PRODETUR/SE.
Poluição visual.	A	N	D	Implantar apenas placas indicativas e restritivas do local visando à educação e proteção ambiental.

Componente: Estratégia de Comercialização

Ação 3. Execução e monitoramento, revisão, reajuste e complementação do Plano de Marketing

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Possibilidade de correção em estratégias já desenvolvida.	I	P	D	Possibilidade de acesso de diversos segmentos sociais no processo de elaboração e execução do Plano de Marketing.
Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos.	I	N	D	Promoção de ações educativas junto a turistas e visitantes, com especial atenção às formas e posturas ambientais, que devem ser mantidas, principalmente, em áreas de relevante interesse ambiental.
Risco do crescimento sazonal da população com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa.	I	N	D	Plano e programas de gerenciamento para o turismo, de acordo com as peculiaridades das comunidades.
Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista.	I	N	D	Inserção das regiões dos Polos afetados em todas as etapas do plano de marketing.
Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico.	E	P	I	Infraestrutura urbana adequada para o aumento do fluxo de pessoas dos locais e turistas.
Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo.	E	P	I	Escolha de um produto simbólico para as comunidades.
Disponibilidade de um instrumento de gestão do turismo.	E	P	I	Plano e programas de gerenciamento para o turismo, de acordo com as peculiaridades das comunidades.
Deficiência do aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento.	E	N	I	Aumento do poder de governança das comunidades, em parceria com as esferas públicas estaduais e nacionais.
Valorização da identidade cultural dos locais.	S	P	I	Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista, sob o viés da sustentabilidade.
Disponibilidade de instrumento de gestão do turismo.	S	P	I	
Descaracterização dos traços culturais das localidades.	C	N	I	Aplicabilidade de programa de gerenciamento do turismo.
Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico.	A	P	I	Controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, baseando-se nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.
Aumento da degradação ambiental devido ao incremento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos.	A	N	I	Estabelecimento de programas de educação ambiental e fortalecimento institucional das Unidades de Conservação do Polo.

Componente: Fortalecimento Institucional

Ação 4. Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo).

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento aprofundado sobre a atividade turística nas regiões afetadas.	I	P	D	Realização periódica de pesquisas sobre fluxo, oferta e demanda turística e aplicação dos dados coletados nas estratégias relacionadas ao turismo.
Utilização desses dados para elaboração de estratégias.	I	P	D	
Maior suporte ao turismo do estado.	E	P	I	Atualização do banco de dados, através do monitoramento das atividades desenvolvidas.
Exploração focada das potencialidades dos atributos turísticos.	E	P	I	Aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável.
Investimentos direcionados, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade.	E	P	I	Estudo sobre as demandas dos locais para o incremento da atividade turística e mitigação de possíveis danos ambientais.
Não atualização dos dados sobre os atributos turísticos.	E	N	I	Gerenciamento do sistema de informações turísticas, através de profissionais capacitados.
Identificação dos principais entraves à consolidação do turismo no Polo.	S	P	I	Monitoramento dos indicadores sociais estabelecidos no sistema de informações turísticas.
Injeção de investimentos para melhoria das comunidades.	S	P	I	Reestruturação urbana e dos serviços nas comunidades de forma a mitigar possíveis disparidades sociais existentes internamente.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	I	Capacitação da mão de obra, prioritariamente local.
Elaboração de diagnósticos não condizentes com a realidade das localidades.	S	N	I	Monitoramento dos dados levantados, através de equipe multidisciplinar.
Direcionamento de capitais em áreas de maior rentabilidade, aumentando os níveis de desigualdade dentro das comunidades.	S	N	I	Atuação das esferas públicas em parceria com o setor privado e comunidade, através de oficinas e audiências públicas; Monitoramento dos dados levantados, através de equipe multidisciplinar.
Melhor conhecimento dos atributos e características naturais, como estratégia de qualificação do turista e educação ambiental.	A	P	I	Estabelecer parcerias (convênio, termo de compromisso, etc.) na administração do equipamento em benefício da informação ao visitante e racionalização dos gastos públicos.

Ação 5. Implementação do Fortalecimento de Gestão

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal.
Fortalecimento do papel do estado na Dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Melhoria da capacidade de gestão da sustentabilidade da atividade turística.	I	P	D	Revisão da atuação dos órgãos municipais nas decisões estratégicas de Planos, Programas e Projetos relacionados ao turismo em Sergipe.
Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística.	I	P	D	
Melhoria da capacidade de gestão do ordenamento da atividade turística.	I	P	D	Ampliação e fortalecimento de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipais.
Qualificação das ferramentas de gestão da atividade turística.	I	P	D	
Aumento do poder de governança nas localidades.	E	P	I	Fortalecimento institucional, se integrando com o setor privado e a comunidade.
Valorização dos produtos turísticos.	E	P	I	Aplicação das estratégias de valorização das potencialidades turísticas.
Incremento do comércio nas localidades.	E	P	I	Injeção de capitais para fomentação das atividades comerciais nas localidades.
Não execução das ações que darão maior poder de governança as localidades.	E	N	I	Atuação das esferas públicas, nacional e estadual, como fiscalizadoras das ações municipais no turismo praticado nos respectivos territórios. Fortalecimento institucional, se integrando com o setor privado e a comunidade.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos.	S	P	I	Monitoramento das ações planejadas com a participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Risco da centralização das ações do turismo, através do não gerenciamento das ações pela esfera pública municipal.	S	N	I	Capacitação das administrações públicas para o aumento da governança e consequentemente maior execução das ações pretendidas com a atividade turística.
Gestão consistente e sustentável.	A	P	I	Implantação de um sistema de parcerias onde as partes envolvidas consigam realizar uma gestão consistente e sustentável, visando à conservação das áreas de preservação permanente da propriedade, à garantia da manutenção da qualidade de vida.

Ação 6. Plano de Gestão dos Destinos Turísticos (Xingó, Litoral Norte, Aracaju, Cidades Históricas e Litoral)

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental.	I	P	D	Inserção de estudos e pesquisas realizados para construção do plano de gestão dos destinos turísticos.
Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção de tal plano, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Consolidação dos destinos turísticos.	I	P	D	Fortalecimento do turismo em parceria, dos governos municipal, estadual e federal. Além de maior participação em Planos, Programas e Projetos além de investimento em divulgação dos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais.
Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico.	I	P	D	
Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	I	N	D	Realização de ações que proporcionem a devida divisão de competência entre os órgãos gestores do turismo.
Rentabilidade econômica dos produtos turísticos.	E	P	D	Monitoramento da possível implantação de empreendimentos nesses locais, para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.
Maior comercialização dos produtos turísticos.	E	P	D	Difusão dos produtos turísticos do povoado.
Não execução do Plano de gestão dos destinos turísticos.	E	N	D	Ação conjunta da esfera pública, setor privado e sociedade, para a concretização das ações contidas no plano.
Risco de ociosidade dos atributos turísticos contidos no plano.	E	N	D	Monitoramento das ações delineadas no plano e revitalização dos equipamentos urbanos.
Fortalecimento dos traços culturais.	S	P	I	Realização de eventos, feiras e espaços de difusão das potencialidades culturais das comunidades.
Manutenção da cultura dessas comunidades.	S	P	I	Realização de oficinas de difusão da cultura para as gerações mais novas, como forma de consolidação dos traços culturais.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	I	Inserção de mão de obra prioritariamente nativa.
Risco de inadequada efetivação do plano de gestão dos destinos turísticos.	S	N	I	Gerenciamento e aplicabilidade do plano diretamente nas comunidades.
Descaracterização dos traços culturais das comunidades.	S	N	I	Realização de oficinas de difusão da cultura para as gerações mais novas, como forma de consolidação dos traços culturais.
Fortalecimento da gestão ambiental e turística.	A	P	D	Identificação e caracterização prévia dos atributos naturais, com inserção no material de divulgação e inclusão no programa de educação ambiental.

Componente: Infraestrutura e serviços básicos

Ação 7. Construção de Orlas e atracadouros: Prainha (Canindé de São Francisco), Povoado Saramém e da Sede do município de Brejo Grande; Povoado Saúde (Santana do São Francisco); Construção e recuperação de atracadouros em: Currallinho e Bom Sucesso (Poço Redondo).

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Melhoria na infraestrutura turística.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico. Além de inserção dessas obras em Planos, Programas e Projetos além de investimento em divulgação dos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais.
Agregação de valor ao produto turístico, com aumento da competitividade e dinamização da atividade do turismo.	I	P	D	
Aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda.	I	P	D	
Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
A urbanização da faixa litorânea contribuirá para valorização imobiliária.	E	P	D	Monitoramento da possível implantação de empreendimentos nesses locais, para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.
Aumento do fluxo de embarcações e do tráfego aquático.	E	P	D	Fiscalização e gerenciamento dos embarques e desembarques nos atracadouros.
Crescimento do comércio nesses locais.	E	P	D	Difusão dos produtos turísticos fomentados nas orlas e atracadouros.
Desestruturação dos empreendimentos.	E	N	D	Revitalização dos equipamentos urbanos.
Aumento da produção de resíduo sólido.	E	N	D	Implantação de programa de resíduo sólido.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	D	Capacitação da população local para os postos de trabalho.
Melhores condições para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.	S	P	D	Fiscalização e revitalização dos equipamentos urbanos.
Fortalecimento dos traços culturais das comunidades.	S	P	D	Difusão dos produtos turísticos fomentados nas orlas e atracadouros.
Deterioração dos equipamentos urbanos.	S	N	D	Revitalização dos equipamentos urbanos.
Insatisfatória absorção da mão de obra local.	S	N	D	Capacitação da população local para os postos de trabalho.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Descaracterização dos traços culturais das comunidades.	S	N	D	Valorização dos componentes culturais do local, como o artesanato e a culinária.
Inserção de comunidades locais na atividade turística.	C	P	D	Promoção de programas de inserção de comunidades tradicionais na atividade turística.
Prejuízos das comunidades locais pelo aumento da demanda turística.	C	N	D	
Poluição sonora.	A	N	D	Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos.
Poluição do solo.	A	N	D	Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a destinação final de acordo com as exigências do órgão licenciador.
Poluição do curso fluvial.	A	N	D	Monitoramento de qualidade dos efluentes e dos corpos receptores.
Poluição do ar.	A	N	D	Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.

Ação 8. Elaboração do Projeto Executivo e Construção da Rodovia SE-405 Curralinho - Poço Redondo.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Consolidação de destinos turísticos.	I	P	D	Fortalecimento do turismo em parceria, dos governos municipal, estadual e federal. Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a manutenção dessa rodovia.
Melhoria na infraestrutura viária.	I	P	D	
Facilitação da mobilidade dos turistas pelos destinos turísticos.	I	P	D	
Inserção das comunidades locais na atividade turística.	C	P	D	Promoção de programas de inserção de comunidades tradicionais na atividade turística.
Prejuízo às comunidades locais pelo aumento da demanda turística.	C	N	D	
Poluição sonora	A	N	D	Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos.
Poluição do solo.	A	N	D	Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a destinação final de acordo com as exigências do órgão licenciador.
Poluição do ar.	A	N	D	Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.

Ação 9. Adequação da trilha do cangaço (abertura de trecho, sinalização e melhoria) Criação e implantação do Centro de Referência e Museu do Cangaço (Poço Redondo).

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Consolidação do produto turístico do Cangaço.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
Aumento do grau de sustentabilidade da atividade turística.	I	P	D	Fortalecimento do turismo na capital através da maior atuação, em parceria, dos governos municipal, estadual e federal. Além de maior investimento em divulgação do Centro histórico aracajuano.
Disponibilidade de novos atrativos e diversificação do roteiro com a dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
Melhor infraestrutura para o fluxo de turistas.	E	P	D	Monitoramento do fluxo de visitantes.
Exploração das potencialidades culturais e turísticas.	E	P	D	Fortalecimento dos traços culturais com divulgação, utilizando marketing.
Fortalecimentos da identidade cultural das comunidades.	S	P	D	Inserção dos moradores nas atividades desenvolvidas nos empreendimentos.
Maior acessibilidade à trilha do cangaço.	S	P	D	
Risco de descaracterização dos traços culturais.	S	N	D	Instituir programa de comunicação social em escolas e outros locais de uso público, como forma de enaltecer a cultura do lugar e incentivar as gerações mais novas.
Consolidação do roteiro histórico-cultural.	C	P	D	Criação de programas de incentivo à cultura envolvendo comunidades tradicionais locais.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	C	P	D	
Poluição sonora e do ar.	A	N	D	Controle da entrada de pessoas (pequenos grupos).
Geração de resíduos.	A	N	D	Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a sua destinação final de acordo com as exigências do órgão licenciador.
Poluição do solo.	A	N	D	Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos e monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura dos caminhos e umidificação do solo.
Fragmentação de habitats.	A	N	D	Implantar um programa de monitoramento de impactos de visitação.
Risco de atropelamento de animais silvestres.	A	N	D	Disponibilizar sinalização indicativa e restritiva da trilha e adoção de redutores de velocidades em locais estratégicos.

Componente: Gestão Socioambiental

Ação 10. Estudo de Avaliação de Limites de Mudanças Aceitáveis.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento aprofundado sobre a atividade turística nas regiões afetadas. Utilização desses dados para elaboração de estratégias. Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada.	I	P	D	Realização periódica de pesquisas sobre fluxo, oferta e demanda turística e aplicação dos dados coletados nas estratégias relacionadas ao turismo.
Valorização dos produtos turísticos.	E	P	I	Aplicação das estratégias de valorização das potencialidades turísticas.
Incremento do comércio nas localidades.	E	P	I	Injeção de capitais para fomentação das atividades comerciais nas localidades.
Aumento do poder de governança nas localidades.	E	P	I	Fortalecimento institucional, se integrando com o setor privado e a comunidade.
Não execução das ações que darão maior poder de governança as localidades.	E	N	I	Atuação das esferas públicas, nacional e estadual, como fiscalizadoras das ações municipais no turismo praticado nos respectivos territórios.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos.	S	P	I	Monitoramento das ações planejadas com a participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Risco da centralização das ações do turismo, através do não gerenciamento das ações pela esfera pública municipal.	S	N	I	Capacitação das administrações públicas para o aumento da governança e consequentemente maior execução das ações pretendidas com a atividade turística.
Preservação dos atrativos naturais.	A	P	D	Realizar zoneamento ecológico nas regiões de maior impacto das atividades turísticas
Saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais.	A	N	D	Monitorar o fluxo de visitantes e da dinâmica da atividade turística, para subsidiar o estabelecimento da capacidade de carga local e provisão de medidas de gestão adequadas.

Ação 11. Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Utilização para orientação de comunidades, visitantes e turistas quanto ao uso correto dos atrativos turísticos.	I	P	D	Inserção desta ação em Planos, Programas e projetos que estejam relacionados ao turismo. Participação constante da comunidade em todo o processo de construção de tal programa, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais.	E	P	I	Difusão de estratégias comerciais com a utilização do marketing do turismo ambiental.
Não aplicabilidade do planejamento e ações de coibição de danos ambientais.	E	N	I	Gerenciamento das ações através de planos e programas de educação ambiental e sustentabilidade.
Conscientização os atores sociais locais sobre atividades que permitam o desenvolvimento sustentável da comunidade.	S	P	D	Participação dos moradores na construção do Programa de Educação Ambiental.
Sensibilização do público-alvo com relação a aspectos socioambientais, referentes ao saneamento ambiental (resíduos sólidos, abastecimento de água, manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário) das localidades.	S	P	D	Execução do programa, com realização de oficinas e divulgação através dos meios de comunicação.
Adoção de valores para a conservação do meio ambiente, tendo como referencial a legislação ambiental vigente.	S	P	D	Monitoramento das ações do programa, para que seja contínuo e repassado através das gerações.
As comunidades, os visitantes e os turistas estarão informados e orientados quanto ao uso correto e proteção dos atrativos naturais.	A	P	D	Desenvolver ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados e beneficiados diretamente pelo turismo, para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

Ação 12. Apoio à prevenção da exploração sexual pelo turismo

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento da realidade da exploração sexual no Polo.	I	P	D	Promoção do Programa de Prevenção à Violência Sexual na mídia e na internet visando envolver tanto a comunidade como os turistas do Polo envolvido.
Capacidade de enfrentar os fatores de risco da violência sexual.	S	P	D	
Fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	S	P	D	

Ação 13. Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Prainha (Canindé de São Francisco)

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento da realidade da exploração sexual no Polo.	I	P	D	Promoção do Programa de Prevenção à Violência Sexual na mídia e na internet visando envolver tanto a comunidade como os turistas do Polo envolvido.
Capacidade de enfrentar os fatores de risco da violência sexual.	S	P	D	
Fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	S	P	D	
Impedimento de sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turísticos.
Melhoria da qualidade ambiental, consolidando a valorização dos atrativos turísticos.	I	P	D	
Melhoria da qualidade de vida, com recuperação da qualidade ambiental e ordenamento da infraestrutura.	I	P	D	
Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos.	I	P	D	
Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com disposição inadequada dos efluentes.	I	N	D	Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Diminuição das doenças, principalmente as parasitárias.	S	P	D	Ação da administração pública municipal com a secretaria de saúde, através de planos de saneamento básico e de educação ambiental.
Melhoria na infraestrutura urbana das comunidades.	S	P	D	Monitoramento e revitalização do sistema de esgotamento sanitário, para evitar contaminação dos atributos naturais e população.
Risco de não revitalização do sistema de esgotamento sanitário.	S	N	D	Execução da administração pública municipal com a secretaria de saúde, do plano de saneamento básico.
A adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	A	P	D	Adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.
Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com a possível disposição inadequada dos efluentes.	A	N	D	

Ação 14. Elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental; Elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Instrumento de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para a atividade turística.	I	P	D	Elaboração de estudos que analisem a capacidade de carga de visitação das Unidades de Conservação presentes na área dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade e de alternativas de emprego e renda para população local.	I	P	D	
Estabelecimento de medidas de controle da visitação e formas de conduta na Unidade de Conservação.	I	P	D	
Compatibilidade da atividade turística às legislações ambientais pertinentes.	I	P	D	
Risco de perda atratividade pelas limitações que podem ser provocadas por um plano de manejo.	I	N	D	Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Sensibilização dos visitantes quanto à importância da preservação das unidades de conservação.	S	P	D	Aplicação de um programa de educação ambiental.
Risco de degradação ambiental com o aumento do fluxo de visitantes.	S	N	D	Monitoramento das visitas através de profissionais capacitados.
Identificação das fragilidades ambientais das unidades de conservação; Contribuição para a conservação e integridade ambiental.	A	P	D	Estabelecer parâmetros técnicos de capacidade de carga do atrativo turístico, por meio de indicadores de monitoramento dos recursos naturais, como forma de prevenção dos impactos da atividade.

Ação 15. Apoio à implementação intermunicipal de resíduos sólidos.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Funcionamento adequado nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos de acordo com o Plano Intermunicipal de Gestão.	I	P	D	Realização de treinamentos adequados para todos os atores envolvidos em todas as etapas do Plano Intermunicipal de Gestão.
Geração de renda e empregos.	E	P	D	Estabelecimento de programas de apoio às cooperativas de reciclagem e reaproveitamento de materiais.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Utilização racional dos recursos ambientais ao combate de desperdício e a minimização da geração de resíduos sólidos.	S	P	D	Realização de treinamentos adequados para todos os atores envolvidos em todas as etapas do Plano Intermunicipal de Gestão.
Redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrente do ciclo de vida dos resíduos.	A	P	D	
Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.	A	P	D	
Promoção pela não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.	A	P	D	

8.2 Avaliação de Impactos Potencias do Polo Costa dos Coqueirais

O Polo Costa dos Coqueirais caracteriza-se pela atividade turística de sol e praia, voltada para a beleza cênica do litoral. Entretanto, necessita que a atividade seja consolidada, permitindo o crescimento do fluxo de turistas, a partir, principalmente, do aumento e melhoria da infraestrutura local.

É importante ressaltar que o grande potencial da AAE está em possibilitar a identificação e avaliação prévia de possíveis impactos e formular alternativas de projeto que evitem ou reduzam os impactos adversos ou que possibilitem maiores ganhos ambientais. E a partir das necessidades de investimentos identificadas pelo PRODETUR/SE não se pode deixar de lado as questões sociais e ambientais relacionadas com o incremento do turismo e realçar o papel dessas políticas como indutoras de formas sustentáveis de desenvolvimento.

Com base na metodologia descrita anteriormente, o primeiro passo foi realizar o levantamento dos impactos potenciais, como apresentado nos Quadros abaixo, seguidos da sua classificação e proposição de medidas mitigadoras ou potencializadoras.

Identificação, Classificação e Medidas Mitigadoras e Potencializadoras dos impactos das ações do PRODETUR/SE no Polo Costa dos Coqueirais

Componente: Produto Turístico

Ação 1. Complementação da sinalização turística da Cidade de Aracaju - 4ª etapa

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Facilidade de mobilidade urbana.	I	P	D	
Facilidade de acesso aos atrativos turísticos.	I	P	D	Manutenção dessa sinalização e ampliação da mesma para bairros ainda não abordados neste investimento.
Exclusão de alguns atrativos em potencial.	I	N	D	Ampliação da sinalização turística baseado em estudos atualizados.
Disponibilidade de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	E	P	D	Gerenciamento das atividades, aplicação de um plano de marketing, sob o viés da sustentabilidade.
Melhoria das condições de acesso e gerenciamento dos pontos turísticos.	E	P	D	Monitoramento da atividade turística e dos equipamentos que dão infraestrutura ao turismo.
			D	Conservação da sinalização, através dos agentes da segurança pública, para evitar a ação do vandalismo. Manutenção e revitalização dos programas, equipamentos turísticos e planos turísticos.
Geração de empregos diretos e indireto sem novos postos de trabalho e renda.	S	P	I	Programas de aperfeiçoamento profissional para a atividade turística.
Fortalecimento dos traços culturais, da Identidade do lugar e a valorização dos espaços.	S	P	I	Manutenção das características culturais da região.
Risco do não monitoramento e gerenciamento da atividade.	S	N	I	Monitoramento de como está sendo efetivada a sinalização turística e dos equipamentos que dão suporte a atividade.
Segregação das populações do lugar, aos atrativos turísticos.	S	N	I	Oferta de transporte público em horários frequentes para os locais com atributos turísticos na capital.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	C	P	I	Criação de programas de incentivo à cultura envolvendo comunidades tradicionais locais.
Consolidação do roteiro histórico-cultural	C	P	I	

Ação 2. Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Fortalecimento da competitividade/empreendedorismo dos produtos turísticos.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual, focando a Copa do Mundo de 2014.
Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada.	I	P	D	Valorização dos atributos turísticos, pertinentes às características do lugar.
Agregação de valor ao produto turístico.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam o incentivo aos programas de capacitação empresarial.
Qualificação dos profissionais da atividade turística e redução da informalidade.	I	P	D	
Limitação devido à ausência continuada de apoio.	I	N	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam o incentivo e manutenção de programas de capacitação empresarial.
Risco de falta de previsão da inserção das atividades associadas ao turismo.	I	N	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Oferta de mão de obra local qualificada.	E	P	I	Incentivo aos habitantes das localidades atingidas pelas ações do PRODETUR/SE em melhorar o nível de escolaridade e em se capacitar para as atividades do turismo.
Internalização do conhecimento dos principais destinos turísticos e a rentabilidade dos atributos dessas localidades.	E	P	I	Maior divulgação dos produtos turísticos dentro, e também fora do Estado, evitando assim a fuga de capitais.
Risco de ociosidade dos equipamentos que dão suporte a infraestrutura turística.	E	N	I	Dinamização da atividade e revitalização dos equipamentos que dão suporte ao turismo das localidades.
Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego com consequente diminuição da informalidade.	S	P	D	Qualificar a mão de obra nos diferentes níveis de escolaridade, como forma de absorver o maior número de pessoas possível na atividade. Integrar o maior número de segmentos empresariais no processo.
Risco de não absorção da mão de obra nativa nas atividades turísticas.	S	N	D	Integrar através de oficinas a comunidade e os segmentos, como estímulo a capacitação profissional dos habitantes dos locais.
A comunidade e os turistas terão melhores informações sobre as riquezas naturais (ecoturismo) do local.	A	P	I	Execução no cotidiano local de programação permanente para capacitação e aprimoramento profissional, voltada para o turismo sustentável.

Ação 3. Elaboração de projeto e execução da sinalização viária Indicativa e interpretativa para destinos turísticos.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
Facilidade de mobilidade urbana.	I	P	D	Manutenção dessa sinalização e ampliação da mesma a bairros ainda não abordados neste investimento.
Facilidade de acesso aos atrativos turísticos.	I	P	D	
Exclusão de alguns atrativos e rotas em potencial.	I	N	D	Ampliação da sinalização turística baseado em estudos atualizados.
Dinamização do comércio nas localidades com a disponibilidade de outros atrativos turísticos.	E	P	I	Gerenciamento das atividades, aplicação de um plano de marketing, sob o viés da sustentabilidade.
Melhoria da informação turística.	E	P	I	Monitoramento da atividade turística e dos equipamentos que dão infraestrutura ao turismo.
Maior comercialização dos produtos das localidades.	E	P	I	Realizar mais divulgação e valorização dos produtos peculiares às localidades.
Melhoria da informação turística.	E	P	I	Conservação da sinalização, através dos agentes da segurança pública, para evitar a ação do vandalismo. Manutenção e revitalização dos programas, equipamentos turísticos e planos turísticos.
Geração de empregos diretos e indireto sem novos postos de trabalho e renda.	S	P	I	Absorção da mão de obra nativa, principalmente. Programas de aperfeiçoamento profissional para a atividade turística.
Fortalecimento dos traços culturais, da identidade do lugar e a valorização dos espaços.	S	P	I	Manutenção das características culturais da região.
Risco do não monitoramento e gerenciamento da atividade.	S	N	I	Monitoramento de como está sendo efetivada a sinalização turística e dos equipamentos que dão suporte a atividade.
Segregação das populações do lugar, ao processo de transformação dos espaços utilizados pelo PRODETUR/SE.	S	N	I	Capacitação profissional dos habitantes dos locais atingidos pelas ações do PRODETUR/SE.
Poluição visual.	A	N	D	Implantar apenas placas indicativas e restritivas do local visando à educação e proteção ambiental.

Ação 4. Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Valorização das atividades associadas ao turismo, com aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico, com adequação de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção dos equipamentos turísticos. Investimento em estudos de demanda turística e valorização dos atrativos turísticos locais.
Qualificação da ação pública voltada para dinamização do patrimônio como atrativo local, com satisfação dos segmentos sociais envolvidos.	I	P	D	
Risco de ociosidade do investimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
Fortalecimento da atividade do turismo na capital.	E	P	D	Gerenciamento do Centro de Turismo, maior aproveitamento dos produtos comercializados, para uma maior rentabilidade.
Aumento dos postos de trabalho na atividade turística.	E	P	D	Absorção de mão de obra e capacitação dos profissionais para a atividade.
Crescimento do comércio no local.	E	P	D	Divulgação dos produtos comercializados e potencialidades turísticas com o uso do marketing.
Deterioração do empreendimento.	E	N	D	Ação dos agentes da segurança pública para evitar a ação do vandalismo.
Diminuição da informalidade.	S	P	I	Cadastramento e recadastramentos dos comerciantes que atuarão durante o funcionamento do empreendimento.
Recuperação e valorização do patrimônio histórico-cultural.	C	P	D	Criação de programas de incentivo à cultura envolvendo comunidades tradicionais locais.
Prejuízos às comunidades pelo aumento do fluxo turístico.	C	P	D	
Poluição do ar.	A	N	I	Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos.
Poluição sonora.	A	N	I	Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.
Geração de resíduos sólidos.	A	N	I	Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a destinação final de acordo com as

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
				exigências do órgão licenciador.

Ação 5. Sinalização turística e interpretativa de unidades museais – programação visual e aquisição de equipamentos interativos: Museu Histórico de Sergipe (São Cristóvão), Casa do Folclore (São Cristóvão), Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, Casa de Cultura João Ribeiro (Laranjeiras), entre outros.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal e estadual.
Fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico, com disponibilidade de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
Facilidade de mobilidade urbana.	I	P	D	Manutenção dessa sinalização e ampliação da mesma a locais ainda não abordados neste investimento.
Facilidade de acesso aos atrativos turísticos.	I	P	D	
Risco de ociosidade do empreendimento pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
Maior estruturação da acessibilidade e do turismo histórico.	E	P	D	Conservação da sinalização, através dos agentes da segurança pública, para evitar a ação do vandalismo. Manutenção e revitalização dos programas, equipamentos turísticos e planos turísticos.
Valoração do produto turístico.	E	P	D	Gerenciamento das atividades, aplicação de um plano de marketing, sob o viés da sustentabilidade.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	I	Capacitação da população local na atividade turística.
Risco do não monitoramento e gerenciamento da atividade.	S	N	I	Ação da esfera pública em parceria com o setor privado e a comunidade.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	C	P	I	Criação de programas de incentivo à cultura envolvendo comunidades tradicionais locais.
Poluição sonora; Poluição visual.	A	N	I	Realizar a manutenção regularmente das máquinas e equipamentos; Execução de um projeto de padronização da sinalização.

Ação 6. Complementação e Elaboração do Estudo de viabilidade turística da rodovia SE-100 Norte (trecho 2, estrada parque)

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Consolidação de destinos turísticos.	I	P	D	Fortalecimento do turismo em parceria, dos governos municipal, estadual e federal. Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a manutenção dessa rodovia.
Melhoria na infraestrutura viária.	I	P	D	
Facilitação da mobilidade dos turistas pelos destinos turísticos.	I	P	D	
Prejuízos às comunidades locais pelo aumento da demanda turística.	I	N	D	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção de tal plano, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas. Promoção de ações educativas junto à turistas e visitantes.
Valoração do roteiro turístico com destino ao município de Brejo Grande.	E	P	I	Divulgação internamente, e em nível nacional e internacional, através do uso do marketing do novo roteiro turístico do estado.
Crescimento dos setores comerciais, principalmente gastronômico e hoteleiro.	E	P	I	Gerenciamento da atividade turística, através da esfera pública em parceria com o setor privado.
Risco de baixa no fluxo de turistas e ociosidade dos produtos turísticos das localidades.	E	N	I	Elaboração de um plano de turismo para as localidades no percurso da estrada parque, com estratégias para períodos de alta e baixa dos fluxos turísticos.
Melhores condições de acessibilidade às localidades do percurso da estrada Parque (do município de Pirambu ao município de Brejo Grande)	S	P	I	Melhoria no transporte quanto à qualidade e rotatividade.
Criação de novos postos de trabalho.	S	P	I	Capacitação da mão de obra nas localidades.
Aumento na geração de resíduos sólidos.	S	N	I	Empregar um sistema de coleta e um programa de educação ambiental para a comunidade e visitantes.
Desestruturação da estrada e dos equipamentos urbanos das localidades.	S	N	I	Revitalização da estrada e monitoramento dos equipamentos urbanos, conforme necessitar.
Consolidação de roteiro histórico-cultural.	C	P	D	Criação de programas de incentivo à cultura envolvendo comunidades tradicionais locais.
Valorização do patrimônio histórico-cultural.	C	P	D	
Prejuízos às comunidades pelo aumento da demanda	C	N	D	

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
turística.				
Aumento do tráfego; Poluição do ar; Redução da flora; Fragmentação de habitats; Risco de atropelamento de animais silvestres; Geração de resíduos;	A	N	D	Manutenção da sinalização e dos equipamentos de redução de controle de velocidade; Providenciar redutores de velocidades e sinais de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo. O manejo da vegetação de beira de estrada. Implantar um programa de monitoramento de impactos de visitação. Disponibilizar a sinalização indicativa e restritiva da trilha, bem como adoção de redutores de velocidades em locais estratégicos. Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a sua destinação final de acordo com as exigências do órgão licenciador.

Componente: Estratégia de Comercialização

Ação 7. Execução e monitoramento, revisão, reajuste e complementação do Plano de Marketing.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Disponibilidade de um instrumento de gestão do turismo.	I	P	D	Possibilidade de acesso de diversos segmentos sociais no processo de elaboração e execução do Plano de Marketing.
Possibilidade de correção em estratégias já desenvolvida.	I	P	D	
Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização	I	N	D	Promoção de ações educativas junto a turistas e visitantes, com especial atenção às formas e posturas ambientais, que

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
dos destinos.				devem ser mantidas, principalmente, em áreas de relevante interesse ambiental.
Risco do crescimento sazonal da população com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa.	I	N	D	
Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista.	I	N	D	Inserção das regiões dos Polos afetados em todas as etapas do plano de marketing.
Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico.	E	P	D	Infraestrutura urbana adequada para o aumento do fluxo de pessoas dos locais e turistas.
Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo.	E	P	D	Escolha de um produto simbólico para as comunidades.
Disponibilidade de um instrumento de gestão do turismo.	E	P	D	Plano e programas de gerenciamento para o turismo, de acordo com as peculiaridades das comunidades.
Risco de degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos.	E	N	D	Aplicação de um programa de educação ambiental, principalmente nos locais mais suscetíveis à degradação ambiental.
Deficiência do aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação do instrumento.	E	N	D	Aumento do poder de governança das comunidades, em parceria com as esferas públicas estaduais e nacionais.
Valorização da identidade cultural dos locais.	S	P	I	Mudança nas formas de exploração econômica da região afetada, para a prestação de serviço ao turista, sob o viés da sustentabilidade.
Descaracterização dos traços culturais das localidades.	S	N	I	Aplicabilidade de programa de gerenciamento do turismo.
Valorização dos atributos naturais como atrativo turístico.	A	P	D	Controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, baseando-se nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.
Aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos.	A	N	D	Controle do crescimento quantitativo e qualitativo dos fluxos turísticos, baseando-se nos limites da capacidade de carga dos principais atrativos ambientais.

Componente: Fortalecimento Institucional

Ação 8. Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo).

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento aprofundado sobre a atividade turística nas regiões afetadas. Utilização desses dados para elaboração de estratégias.	I	P	D	Realização periódica de pesquisas sobre fluxo, oferta e demanda turística e aplicação dos dados coletados nas estratégias relacionadas ao turismo.
Maior suporte ao turismo do estado.	E	P	I	Atualização do banco de dados, através do monitoramento das atividades desenvolvidas.
Exploração focada das potencialidades dos atributos turísticos.	E	P	I	Aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável.
Investimentos direcionados, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade.	E	P	I	Estudo sobre as demandas dos locais para o incremento da atividade turística; Mitigação de possíveis danos ambientais.
Não atualização dos dados sobre os atributos turísticos.	E	N	I	Gerenciamento do sistema de informações turísticas, através de profissionais capacitados.
Identificação dos principais entraves à consolidação do turismo no Polo.	S	P	I	Monitoramento dos indicadores sociais estabelecidos no sistema de informações turísticas.
Injeção de investimentos para melhoria das comunidades.	S	P	I	Reestruturação urbana e dos serviços nas comunidades de forma a mitigar possíveis disparidades sociais existentes internamente.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	I	Capacitação da mão de obra, prioritariamente local.
Elaboração de diagnósticos não condizentes com a realidade das localidades.	S	N	I	Monitoramento dos dados levantados, através de equipe multidisciplinar.
Direcionamento de capitais em áreas de maior rentabilidade, aumentando os níveis de desigualdade dentro das comunidades.	S	N	I	Atuação das esferas públicas em parceria com o setor privado e comunidade, através de oficinas e audiências públicas.
Melhor conhecimento dos atributos e características naturais, como estratégia de qualificação do turista e educação ambiental.	A	P	I	Estabelecer parcerias (convênio, termo de compromisso, etc.) na administração do equipamento em benefício da informação ao visitante.

Ação 9. Elaboração de diagnósticos e Implementação do Fortalecimento de Gestão Municipal do Turismo

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Aumento da competitividade do produto turístico.	I	P	D	Ampliação de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipal.
Fortalecimento do papel do estado na Dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	
Melhoria da capacidade de gestão da sustentabilidade da atividade turística.	I	P	D	Revisão da atuação dos órgãos municipais nas decisões estratégicas de Planos, Programas e Projetos relacionados ao turismo em Sergipe. Ampliação e fortalecimento de temas turísticos nos planos de gestão dos governos municipais.
Melhoria dos instrumentos de fomento da atividade turística.	I	P	D	
Melhoria da capacidade de gestão do ordenamento da atividade turística.	I	P	D	
Qualificação das ferramentas de gestão da atividade turística.	I	P	D	
Aumento do poder de governança nas localidades.	E	P	D	Fortalecimento institucional, se integrando com o setor privado e a comunidade.
Valorização dos produtos turísticos.	E	P	D	Aplicação das estratégias de valorização das potencialidades turísticas.
Incremento do comércio nas localidades.	E	P	D	Injeção de capitais para fomentação das atividades comerciais nas localidades.
Não execução das ações que darão maior poder de governança as localidades.	E	N	D	Atuação das esferas públicas, nacional e estadual, como fiscalizadoras das ações municipais no turismo praticado nos respectivos territórios.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos.	S	P	I	Monitoramento das ações planejadas com a participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Risco da centralização das ações do turismo, através do não gerenciamento das ações pela esfera pública municipal.	S	N	I	Capacitação das administrações públicas para o aumento da governança e consequentemente maior execução das ações pretendidas com a atividade turística.
Gestão consistente e sustentável.	A	P	I	Implantação de um sistema de parcerias onde as partes envolvidas consigam realizar uma gestão consistente e sustentável, visando à conservação das áreas de preservação permanente da propriedade, à garantia da manutenção da qualidade de vida.

Ação 10. Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental.	I	P	D	Inserção de estudos e pesquisas realizados para construção do plano de gestão dos destinos turísticos
Fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.	I	P	D	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção de tal plano, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Consolidação dos destinos turísticos.	I	P	D	Fortalecimento do turismo em parceria, dos governos municipal, estadual e federal. Além de maior participação em Planos, Programas e Projetos além de investimento em divulgação dos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais.
Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Agregação de valor ao produto turístico.	I	P	D	
Aumento da necessidade de presença do poder público sem a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão.	I	N	D	Realização de ações que proporcionem a devida divisão de competência entre os órgãos gestores do turismo.
Rentabilidade econômica dos produtos turísticos.	E	P	D	Monitoramento da possível implantação de empreendimentos nesses locais, para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.
Maior comercialização dos produtos turísticos.	E	P	D	Difusão dos produtos turísticos do povoado.
Não execução do Plano de gestão dos destinos turísticos.	E	N	D	Ação conjunta da esfera pública, setor privado e sociedade, para a concretização das ações contidas no plano.
Risco de ociosidade dos atributos turísticos contidos no plano.	E	N	D	Monitoramento das ações delineadas no plano e revitalização dos equipamentos urbanos.
Fortalecimento e manutenção dos traços culturais	S	P	I	Realização de oficinas de difusão da cultura para as gerações mais novas, como forma de consolidação dos traços culturais.
Descaracterização dos traços culturais das comunidades.	S	N	I	
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	I	Inserção de mão de obra prioritariamente nativa.
Risco de inadequada efetivação do plano de gestão dos destinos turísticos.	S	N	I	Gerenciamento e aplicabilidade do plano diretamente nas comunidades.
Risco de não inserção da mão de obra local.	S	N	I	Capacitação da mão de obra local.
Fortalecimento da gestão ambiental e turística.	A	P	D	Identificação e caracterização prévia dos atributos naturais, com inserção no material de divulgação e inclusão no programa de educação ambiental, reforçando a necessidade de atendimento às normas legais.

DIMENSÃO = I – Institucional; E – Econômico; S – Social; C – Cultural; A – Ambiental.

NATUREZA = P – Positivo; N – Negativo.

MAGNITUDE =  Desprezível  Pequena  Média  Grande

CLASSIFICAÇÃO = D - Direta; I - Indireta.

Componente: Infraestrutura e serviços básicos

Ação 11. Construção de Orlas e Atracadouros

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Melhoria na infraestrutura turística.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico. Além de inserção dessas obras em Planos, Programas e Projetos além de investimento em divulgação dos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais.
Agregação de valor ao produto turístico, com aumento da competitividade e dinamização da atividade do turismo.	I	P	D	
Aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda.	I	P	D	
Disponibilização de novos atrativos e diversificação do roteiro, com dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
Risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo.	I	N	D	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção do plano, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Risco de prejuízo à dinâmica comercial local.	I	N	D	
A urbanização da faixa litorânea contribuirá para valorização imobiliária.	E	P	D	Monitoramento da possível implantação de empreendimentos nesses locais, para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.
Aumento do fluxo de embarcações e do tráfego aquático.	E	P	D	Fiscalização e gerenciamento dos embarques e desembarques nos atracadouros.
Crescimento do comércio nesses locais.	E	P	D	Difusão dos produtos turísticos fomentados nas orlas e atracadouros.
Desestruturação dos empreendimentos.	E	N	D	Revitalização dos equipamentos urbanos.
Aumento da produção de resíduo sólido.	E	N	D	Implantação de programa de resíduo sólido.
Geração de novos postos de trabalho.	S	P	D	Capacitação da população local para os postos de trabalho.
Melhores condições para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.	S	P	D	Fiscalização e revitalização dos equipamentos urbanos.
Fortalecimento dos traços culturais das comunidades.	S	P	D	Difusão dos produtos turísticos fomentados nas orlas e atracadouros.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Deterioração dos equipamentos urbanos.	S	N	D	Revitalização dos equipamentos urbanos.
Insatisfatória absorção da mão de obra local.	S	N	D	Capacitação da população local para os postos de trabalho.
Descaracterização dos traços culturais das comunidades.	S	N	D	Valorização dos componentes culturais do local, como o artesanato e a culinária.
Poluição sonora.	A	N	D	Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos
Poluição do solo	A	N	D	Disponibilizar coletores para armazenar temporariamente os resíduos até a destinação final de acordo com as exigências do órgão licenciador.
Poluição do curso fluvial	A	N	D	Monitoramento de qualidade dos efluentes e dos corpos receptores.
Aumento de tráfego	A	N	D	Providenciar redutores de velocidades e sinais de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.
Poluição do ar.	A	N	D	Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.

Ação 12. Elaboração de projetos e Execução da adequação urbanística e delimitações das Praias do Litoral Sul de Aracaju.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Contribuição para consolidação do produto turístico.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras.
Disponibilidade de novos atrativos e diversificação do roteiro com a dinamização da atividade turística.	I	P	D	
Aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda.	I	P	D	Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico. Além de inserção dessas obras em Planos, Programas e Projetos relacionados ao turismo.
Melhoria na infraestrutura turística.	I	P	D	
Possíveis prejuízos à qualidade dos recursos naturais.	I	N	D	Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento e avaliação da demanda e viabilidade econômica.	I	N	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para a restauração e manutenção da marina.
Valoração imobiliária e comercial.	E	P	I	Monitoramento da possível implantação de empreendimentos nesses locais, para que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável.
Desenvolvimento do comércio nas localidades.	E	P	I	Difusão dos produtos turísticos do povoado.
Maior estruturação dos equipamentos urbanos.	E	P	I	Elaboração e aplicação de programa de revitalização dos equipamentos urbanos.
Deterioração dos equipamentos urbanos.	E	N	I	Elaboração e aplicação de programa de revitalização dos equipamentos urbanos.
Risco de ociosidade das atividades comerciais.	E	N	I	Execução de ações voltadas para a comercialização do pacote turístico em baixa e alta temporada.
Geração de postos de trabalho.	S	P	I	Capacitação profissional.
Conflitos sociais do morador local com o visitante.	S	N	I	Aplicação de programa de comunicação social definindo a finalidade do empreendimento.
Aumento da geração de resíduos sólidos.	S	N	I	Execução de programa de educação ambiental e de um sistema de coleta e destinação eficiente.
Aumento do tráfego; Poluição sonora; Poluição do ar	A	N	D	Providenciar redutores de velocidades e sinais de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.

Componente: Gestão Socioambiental

Ação 13. Estudo de Avaliação de Limites de Mudanças Aceitáveis

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento aprofundado sobre a atividade turística nas regiões afetadas.	I	P	D	Realização periódica de pesquisas sobre fluxo, oferta e demanda turística e aplicação dos dados coletados nas estratégias relacionadas ao turismo.
Utilização desses dados para elaboração de estratégias.	I	P	D	
Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada.	I	P	D	
Valorização dos produtos turísticos.	E	P	I	Aplicação das estratégias de valorização das potencialidades turísticas.
Incremento do comércio nas localidades.	E	P	I	Injeção de capitais para fomentação das atividades comerciais nas localidades.
Aumento do poder de governança nas localidades.	E	P	I	Fortalecimento institucional, se integrando com o setor privado e a comunidade.
Não execução das ações que darão maior poder de governança as localidades.	E	N	I	Atuação das esferas públicas, nacional e estadual, como fiscalizadoras das ações municipais no turismo praticado nos respectivos territórios.
Melhoria na infraestrutura dos equipamentos urbanos e serviços públicos.	S	P	I	Monitoramento das ações planejadas com a participação da administração pública municipal, setor privado e comunidade.
Risco da centralização das ações do turismo, através do não gerenciamento das ações pela esfera pública municipal.	S	N	I	Capacitação das administrações públicas para o aumento da governança e consequentemente maior execução das ações pretendidas com a atividade turística.
Preservação dos atrativos naturais	A	P	I	Realizar zoneamento ecológico nas regiões de maior impacto das atividades turísticas
Saturação da infraestrutura e degradação dos recursos naturais.	A	N	I	Providenciar redutores de velocidades e sinais de trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Realizar manutenção regularmente das máquinas e equipamentos; Manutenção de equipamentos, monitoramento das fontes geradoras de emissões atmosféricas, cobertura de caminhões e umidificação do solo.

DIMENSÃO = I – Institucional; E – Econômico; S – Social; C – Cultural; A – Ambiental.

NATUREZA = P – Positivo; N – Negativo.

MAGNITUDE =  Desprezível  Pequena  Média  Grande

CLASSIFICAÇÃO = D - Direta; I - Indireta.

Ação 14. Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Utilização para orientação de comunidades, visitantes e turistas quanto ao uso correto dos atrativos turísticos.	I	P	D	Inserção desta ação em Planos, Programas e projetos que estejam relacionados ao turismo.
Maior proteção dos atrativos naturais.	I	P	D	Participação constante da comunidade em todo o processo de construção de tal programa, principalmente com a realização de audiências públicas nas cidades envolvidas.
Valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais.	E	P	I	Difusão de estratégias comerciais com a utilização do marketing do turismo ambiental.
Não aplicabilidade do planejamento e ações de coibição de danos ambientais.	E	N	I	Gerenciamento das ações através de planos e programas de educação ambiental e sustentabilidade.
Conscientização os atores sociais locais sobre atividades que permitam o desenvolvimento sustentável da comunidade.	S	P	D	Participação dos moradores na construção do Programa de Educação Ambiental.
Sensibilização do público-alvo com relação a aspectos socioambientais, referentes ao saneamento ambiental (resíduos sólidos, abastecimento de água, manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário) das localidades.	S	P	D	Execução do programa, com realização de oficinas e divulgação através dos meios de comunicação.
Adoção de valores para a conservação e melhoria do meio ambiente, tendo como referencial a legislação ambiental vigente.	S	P	D	Monitoramento das ações do programa, para que seja contínuo e repassado através das gerações.
As comunidades, os visitantes e os turistas estarão informados e orientados quanto ao uso correto e proteção dos atrativos naturais.	A	P	D	Desenvolver ações educativas, a serem formuladas através de um processo participativo, visando capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados e beneficiados diretamente pelo empreendimento, para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.

Ação 15. Elaboração e execução de planos de manejo e de proteção e recuperação de unidades conservação e áreas ambientais frágeis.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Instrumento de conservação e recuperação do atributo natural e de manejo voltado para a atividade turística.	I	P	D	Elaboração de estudos que analisem a capacidade de carga de visitação das Unidades de Conservação presentes na área dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Garantia de conservação do atributo natural e sua atratividade e de alternativas de emprego e renda para população local.	I	P	D	
Estabelecimento de medidas de controle da visitação e formas de conduta na Unidade de Conservação.	I	P	D	
Compatibilidade da atividade turística às legislações ambientais pertinentes.	I	P	D	
Risco de perda atratividade pelas limitações que podem ser provocadas por um plano de manejo.	I	N	D	Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Sensibilização dos visitantes quanto à importância da preservação das unidades de conservação.	S	P	D	Aplicação de um programa de educação ambiental.
Risco de degradação ambiental com o aumento do fluxo de visitantes.	S	N	D	Monitoramento das visitas através de profissionais capacitados.
Identificação das fragilidades ambientais da unidade de conservação;	A	P	D	Estabelecer parâmetros técnicos de capacidade de carga do atrativo turístico
Contribuição para a conservação e integridade.	A	P	D	

Ação 16. Apoio à prevenção da exploração sexual pelo turismo.

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento da realidade da exploração sexual no Polo.	I	P	D	Promoção do Programa de Prevenção à Violência Sexual na mídia e na internet visando envolver tanto a comunidade como os turistas do Polo envolvido.
Capacidade de enfrentar os fatores de risco da violência sexual.	S	P	D	
Fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	S	P	D	

Ação 17. Apoio à implementação dos planos intermunicipais de Resíduos Sólidos

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Conhecimento da realidade da exploração sexual no Polo.	I	P	D	Promoção do Programa de Prevenção à Violência Sexual na mídia e na internet visando envolver tanto a comunidade como os turistas do Polo envolvido.
Capacidade de enfrentar os fatores de risco da violência sexual.	S	P	D	
Fortalecimento das redes familiares e comunitárias para a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	S	P	D	
Funcionamento adequado nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos de acordo com o Plano Intermunicipal de Gestão.	I	P	D	Realização de treinamentos adequados para todos os atores envolvidos em todas as etapas do Plano Intermunicipal de Gestão.
Geração de renda e empregos.	E	P	I	Estabelecimento de programas de apoio às cooperativas de reciclagem e reaproveitamento de materiais.
Utilização racional dos recursos ambientais ao combate de desperdício e a minimização da geração de resíduos sólidos.	S	P	I	Realização de treinamentos adequados para todos os atores envolvidos em todas as etapas do Plano Intermunicipal de Gestão.
Redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrente do ciclo de vida dos resíduos.	A	P	D	Realização de treinamentos adequados para todos os atores envolvidos em todas as etapas do Plano Intermunicipal de Gestão.
Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.	A	P	D	
Promoção pela não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.	A	P	D	

Ação 18. Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhy) e Pontal (Indiaroba).

IMPACTOS IDENTIFICADOS	DIMENSÃO	NATUREZA	MAGNITUDE/ CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS
Impedimento de sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	I	P	D	Elaboração de Parcerias com órgãos públicos ligados a esse tema para manutenção constante dessas obras. Estreitamento de parcerias público-privadas que garantam a manutenção e o funcionamento dos equipamentos turístico.
Melhoria da qualidade ambiental, consolidando a valorização dos atrativos turísticos.	I	P	D	
Melhoria da qualidade de vida, com recuperação da qualidade ambiental e ordenamento da infraestrutura.	I	P	D	
Valorização dos destinos turísticos e melhoria dos serviços básicos.	I	P	D	
Risco de comprometimento do equilíbrio dos recursos naturais com disposição inadequada dos efluentes.	I	N	D	Cumprimento das normas técnicas dispostas na legislação brasileira, além da devida e constante fiscalização dos órgãos que possuem competência para tal.
Diminuição das doenças, principalmente as parasitárias.	S	P	D	Ação da administração pública municipal com a secretaria de saúde, através de planos de saneamento básico e de educação ambiental.
Melhoria na infraestrutura urbana das comunidades.	S	P	D	Monitoramento e revitalização do sistema de esgotamento sanitário, para evitar contaminação dos atributos naturais e população.
Risco de não revitalização do sistema de esgotamento sanitário.	S	N	D	Execução da administração pública municipal com a secretaria de saúde, do plano de saneamento básico.
A adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.	A	P	D	Adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos evitando a sobrecarga das reservas disponíveis e contaminação.

8.3 Análise Integrada dos Impactos Potenciais Estratégicos

O potencial impacto das ações do programa é bastante variável, mas todos podem, porém, ser controlados por meio dos instrumentos específicos do Programa e dos instrumentos previstos na legislação ambiental do País e do Estado de Sergipe, que também indicam os meios de acompanhamento da execução e avaliação conforme as normas vigentes. A Tabela 61 apresenta os impactos estratégicos positivos e negativos do Programa, vinculados aos fatores críticos do Programa e as ações a eles atribuídas.

Tabela 59 – Impactos Potenciais Estratégicos Positivos (P) e Negativos (N) do Polo Velho Chico e do Polo Costa dos Coqueirais hierarquizados por Fator Crítico e ações propostas pelo PRODETUR/SE

Fatores Críticos	Ações	Impactos Estratégicos
Produto Turístico		
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grota do Angico Beleza peculiar da região costeira	• Implantação do Centro de Referência do Cangaço; • Melhorias na trilha do cangaço; • Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE; • Execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju; • Execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para os destinos turísticos.	• Agregação de valor ao produto turístico (P); • Valorização da cultura local (P). • Crescimento da atividade turística (P); • Melhor infraestrutura para o fluxo de turistas (P); • Facilidade de acesso aos atrativos turísticos (P).
Centralidade exercida por Aracaju	• Elaboração e execução de Planos e Projetos de Infraestrutura Turística e Serviços Básicos nos outros municípios.	• Disponibilidade de novos atrativos e diversificação de roteiros, com a dinamização da atividade turística (P); • Contribuição para a consolidação do turismo do estado (P).
Baixa Qualificação profissional e empresarial	• Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial.	• Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda (P); • Profissionalização e especialização da mão de obra local e emprego com consequente diminuição da informalidade (P); • Melhoria da qualidade operacional e técnica dos órgãos públicos estaduais e municipais (P).
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	• Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo); • Sinalização turística e interpretativa de unidades museais – programação visual e	• Identificação dos principais entraves à consolidação do turismo no polo (P); • Investimentos direcionados, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade (P); • Disponibilidade de instrumento

Fatores Críticos	Ações	Impactos Estratégicos
	aquisição de equipamentos interativos.	de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão (P).
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	• Implementação do Fortalecimento de Gestão; • Plano de Gestão dos destinos turísticos; • Elaboração do estudo de limites de mudanças aceitáveis de destinos turísticos frágeis; • Geração de infraestrutura e serviços básicos.	• Dinamização do turismo e do comércio nas localidades com a potencialidade (P); • Fortalecimento do papel do poder municipal na dinamização da atividade turística sustentável (P); • Crescimento desordenado e ocupação inadequada de áreas frágeis (N); • Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada (P).
Estratégia de Comercialização		
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado Pequena oferta de divulgação dos atrativos	• Revisão, Reajuste, Execução e monitoramento do Plano de Marketing.	• Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo (P).
Incentivo externo para investimento na atividade turística	• Ações nas áreas de Valoração do Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Gestão Socioambiental, Fortalecimento Institucional e Infraestrutura e Serviços Básicos.	• Estruturação da atividade turística, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade (P).
Concorrência com outros destinos	• Elaboração e Execução do Plano de Marketing; • Geração de infraestrutura e serviços básicos.	• Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo (P).
Gestão Socioambiental		
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	• Apoio à prevenção da exploração sexual pelo turismo; • Execução de Capacitação Profissional para o Turismo.	• Melhoria na qualidade de vida da população (P); • Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda (P); • Profissionalização da mão de obra local e consequente diminuição da informalidade (P); • Risco de não absorção da mão de obra local na atividade (N).
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	• Elaboração do Estudo de Limites De Mudanças Aceitáveis de Destinos Turísticos Frágeis; • Elaboração e Execução do Programa Integrado de Educação Ambiental; • Elaboração e Execução de Planos de Manejo e Usos Públicos de Unidades de	• Maior monitoramento da qualidade dos recursos hídricos de áreas urbanas (P); • Geração de processos de degradação do litoral e destruição de remanescentes de Mata Atlântica pela intensificação do turismo (N); • Prevenção de possíveis impactos

Fatores Críticos	Ações	Impactos Estratégicos
	Conservação; • Apoio à Implementação dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos.	negativos por carga turística descontrolada (P); • Disponibilidade de instrumentos de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental (P); • Sensibilização do público-alvo com relação aos aspectos socioambientais (P); • Estabelecimento de medidas de gestão ambiental, controle da visitação e formas de conduta nas Unidades de Conservação (P);
Falta de Políticas Ambientais	• Elaboração da política Estadual de Gerenciamento Costeiro; • Elaboração de Normas técnicas para fiscalização de obras Náuticas.	• Compatibilidade da atividade turística às legislações ambientais pertinentes (P); • Melhorias no processo de fiscalização e regulamentação ambiental (P).
Fortalecimento Institucional		
Risco de descontinuidade administrativa Falta de integração dos órgãos governamentais	• Implementação do Fortalecimento de Gestão; • Plano de Gestão dos destinos turísticos; • Plano de Gestão dos Destinos Turísticos.	• Maior poder de atuação do estado e dos municípios na atividade turística (P); • Integração da atividade turística com dimensões sustentáveis (P);
Infraestrutura e Serviços Básicos		
Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente	• Construção de Orlas e Atracadouros; • Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; • Elaboração do Projeto executivo e Construção da Rodovia SE-405 Curralinho – Poço Redondo • Elaboração do projeto e implantação do Centro de Referência do Cangaço; • Melhoria da trilha do cangaço Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE; • Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju.	• Melhoria na infraestrutura dos atrativos e dos serviços públicos (P); • Valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais (P); • Valoração imobiliária e comercial (P); • Perturbação do tráfego (N); • Alteração da paisagem (N); • Geração de resíduos, ruído e poeira (N); • Melhoria das condições Sanitárias (P); • Supressão de vegetação e perda de biodiversidade (N).
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento		
Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos		

Componente estratégico 1- Estratégia do Produto Turístico

A valorização da cultura tradicional de uma comunidade é um ponto importante para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. É importante o contato com os costumes das populações para haver um maior entendimento e valorização das diferentes culturas.

O componente estratégico do Produto Turístico poderá proporcionar a valorização dos atrativos histórico-culturais que fazem parte dos atrativos que serão atingidos pelos investimentos. Porém, alguns atrativos com forte apelo cultural, não havendo um estudo prévio completo para levantamento de produtos turísticos, podem ser excluídos de ações que busquem a elaboração de uma roteirização turística.

O trabalho conjunto em ações governamentais ligadas ao turismo ainda é item a ser melhorado. No Polo Velho Chico e Costa dos Coqueirais, órgãos municipais de turismo sofrem, em geral, com pouco apoio logístico e político dos próprios governos dos municípios, assim como também das administrações estadual e federal.

Neste sentido, as atividades previstas visam o fortalecimento da competitividade e empreendedorismo dos produtos turísticos e o fortalecimento do papel do Estado na dinamização da atividade turística sustentável e oferta da mão de obra local qualificada. Porém o apoio institucional deve ser contínuo e deve estar inserido em atividades associadas ao turismo.

O turismo se constitui como atividade econômica que dinamiza diversos setores, principalmente o comércio hoteleiro, gastronômico, de artefatos e os serviços. Como novas estratégias para o turismo, foram identificados impactos positivos, com as ações que serão realizadas em diferentes locais do estado e terão metas diferenciadas para que haja rentabilidade econômica em diferentes pontos turísticos. A implementação da sinalização viária dinamizará os fluxos de turistas na cidade de Aracaju e em outros pontos turísticos do estado, descentralizando a atividade para outros locais e o crescimento do comércio nas localidades atingidas.

A execução de Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial, proporcionará o aumento da competitividade e empreendedorismo do turismo sergipano, incrementando a economia do estado. A criação de novos postos de trabalho é uma das ações que impulsionará a especialização e profissionalização da mão de obra, prioritariamente, local. É importante ressaltar que poderá ocorrer risco de ociosidade dos equipamentos que dão suporte a infraestrutura turística nas localidades.

A Execução de Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial, a Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos a Adequação da trilha do cangaço (abertura de trecho, sinalização e melhoria) e a Elaboração do projeto e implantação do Centro de Referência do Cangaço (Poço Redondo) tem impactos positivos na valorização e a inserção dos indivíduos que habitam as áreas envolvidas nos projetos. Este é um componente essencial para o funcionamento da atividade turística sustentável.

A capacitação deve estar atrelada à valorização da natureza, que por sua vez, deve estar estruturada através da compreensão do valor intrínseco do meio ambiente, colaborando para sua conservação e preservação. O turismo pode ser uma ferramenta de sensibilização sobre a questão

ambiental e de uso sustentável dos recursos naturais dos Polos. Sob esse aspecto, a valorização do produto turístico identifica a necessidade de estruturar soluções adequadas ao mercado e inovadoras em sua essência. Os impactos negativos identificados, listados na matriz de impactos, podem provocar o uso desordenado das paisagens ou não considerar as demandas locais. As próprias obras podem gerar impactos ao meio ambiente caso não sejam precedidas de Estudos de Impactos Ambientais ou não sejam tomados os devidos cuidados durante a execução e manutenção do local.

A disponibilidade de novos atrativos e diversificação do roteiro valorizará a cultura do território sergipano e dinamizará a atividade turística, proporcionando a criação de novos postos de trabalho e renda para os moradores dos municípios explorados. Será realizada como fomentação da atividade a revitalização do centro turístico de Aracaju e a execução de projeto das casas de turismo também na capital, gerando rendimentos através de setores, como o comércio, que se beneficiarão dos empreendimentos.

As ações propostas no componente Estratégia do Produto Turístico poderão beneficiar as populações dos locais afetados através da geração de novos postos de trabalho e aumento da renda dessas comunidades. Na ação de execução de Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial, espera-se uma maior profissionalização e capacitação da mão de obra local, diminuindo dessa forma a informalidade.

No entanto como impacto negativo há o risco dos habitantes desses lugares não serem inseridos na atividade, aumentando os níveis de desigualdade, descaracterização da cultura e estranhamento com os turistas, desencadeando conflitos sociais.

Componente 2 – Estratégia de Comercialização

O Componente de Comercialização proporciona a uniformização de estratégias de comerciais de produtos histórico-culturais, além de proporcionar, sendo bem planejada, uma estratégia sustentável que permita a manutenção de elementos tradicionais da cultura local.

Desta forma, ressalta-se que o risco de degradação dos atributos culturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da divulgação e comercialização dos destinos, assim como o de crescimento sazonal da população com implicações sobre a região, infraestrutura e a população nativa, devem ser observados.

As ações do componente de comercialização são estratégicas na consolidação do planejamento para o turismo, já que disponibilizarão novos instrumentos para a gestão do turismo, correção em estratégias já desenvolvidas e mudança nas formas de desenvolvimento econômico da região afetada. Tais iniciativas darão maior eficácia e eficiência às ações de comunicação e marketing, alcançando a ampliação do mercado.

No entanto, deve-se observar a distribuição uniforme de investimentos, já que existe a possibilidade de atrativos já consolidados serem priorizados, o que poderá proporcionar a ociosidade de outros atrativos com potencial pouco explorado.

Como estratégia de comercialização, o marketing servirá como instrumento de divulgação e valoração de produtos turísticos dos Polos como forma de fomentar a atividade turística, aumentando o fluxo de turismo, dinamizando a economia dos locais com atrativos

turísticos. Haverá uma maior valorização dos atributos naturais e culturais, consequentemente uma maior comercialização dos mesmos. O monitoramento do plano de marketing proporcionará mecanismos de correção das estratégias de ação em função dos limites da capacidade de suporte e de danos irreversíveis, como também o planejamento contínuo da atividade.

Todavia, como impacto negativo poderá ocorrer a degradação dos atributos naturais pelo aumento do fluxo turístico decorrente da maior divulgação e comercialização dos destinos. Também pode ocorrer deficiência do aparato institucional para acompanhamento e avaliação da aplicação da atividade. Há o risco de perda dos benefícios econômicos para as comunidades locais, caso estas não sejam inseridas no processo.

Com o incremento e valorização das atividades turísticas através do marketing haverá uma maior inserção da mão de obra nos postos de trabalho. Uma maior valorização dos traços culturais das localidades. No entanto o gerenciamento da atividade deve ocorrer, principalmente pela ação da esfera pública para que não haja uma descaracterização da cultura dos locais, degradação da paisagem e perda da identidade do lugar.

A estratégia de comercialização deve contar com um Plano de Marketing que enumere as atividades que serão produzidas e comercializadas com a intenção de satisfazer as necessidades econômicas e turísticas, porém estas atividades devem causar um impacto mínimo ao meio ambiente. O Plano de Marketing é uma ferramenta para potencializar os atrativos turísticos considerando as principais limitações e potencialidades dos Polos. Este componente, por si só agrega valor comercial, mas também deve visar a responsabilidade social e ambiental de forma sustentável. O fortalecimento da gestão municipal para a atividade turística também provoca melhorias institucionais e outros resultados que impulsionam significativamente a qualidade de vida do cidadão local. Esta ação pode gerar impactos positivos, pois pode valorizar os atributos naturais atrelados à condição de atrativo turístico desde que não ultrapasse a capacidade de suporte sob o risco de ocorrer uma degradação ambiental devido ao aumento do fluxo de turistas.

Componente 3 – Fortalecimento Institucional

O Polo Costa dos Coqueirais possui os dois principais destinos do turismo histórico-cultural do estado, São Cristóvão e Laranjeiras. Sendo assim, o fortalecimento institucional é de grande importância para a valorização dos atributos culturais, pois para que culturas sejam conservadas, é importante que as políticas públicas e os órgãos e instituições turísticas atuem de forma harmônica e em prol de elementos tradicionais locais. As ações definidas neste componente visam a promoção da valorização da identidade cultural das cidades.

As iniciativas do componente Fortalecimento Institucional proporcionarão a disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável, consolidação de políticas públicas do turismo e dinamização da atividade turística.

Desta forma, será agregado valor ao produto turístico, aumentando a necessidade de presença do poder público. Neste caso as ações deverão ser integradas entre os diversos níveis governamentais para ajustar a devida capacidade institucional para aplicação dos instrumentos de ordenamento e gestão. Ressalta-se ainda a influência de Aracaju na gestão do turismo, já que é o principal Polo indutor e receptor de turistas do estado.

A elaboração dos Planos Diretores dos municípios que não o tem e receberão ações do PRODETUR/SE, são de fundamental importância para infraestrutura e dinâmica urbana dessas cidades, que com o aumento dos fluxos turísticos, deverão estar equipadas com adequada infraestrutura e serviços.

É importante ressaltar que as ações do PRODETUR/SE nos Polos devem estar em consonância com as administrações públicas dessas localidades e alinhadas com as atividades econômicas já desenvolvidas nesses municípios.

O fortalecimento institucional causa impactos positivos à medida que fortalece os órgãos municipais e estaduais no que se refere à capacitação e provimento de ferramentas importantes para a gestão. Estas ferramentas têm como consequência uma melhoria direta, tanto para a gestão estadual quanto para a municipal no que diz respeito à sustentabilidade da atividade turística executada. Vale ressaltar que a Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos (Aracaju, Litoral Sul, Litoral Norte e Cidades Históricas), Plano de Gestão dos Destinos Turísticos (Xingó), Elaboração dos Planos Diretores municipais (municípios que não o têm e receberão ações da PRODETUR/SE) e a Revisão do PDITS Costa dos Coqueirais devem estabelecer regras para o crescimento dos locais envolvidos de acordo com a capacidade de suporte e infraestrutura existentes.

Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

As ações definidas no componente de Infraestrutura e Serviços Básicos agregarão valor ao produto turístico, com aumento da competitividade e dinamização da atividade do turismo. Sendo assim, comunidades tradicionais poderão ser fortalecidas através de novas oportunidades que poderão surgir, porém, convém observar o risco de exclusão de residentes com menor poder aquisitivo e prejuízos às comunidades locais pelo aumento da demanda turística.

Este componente funciona como o principal receptor de investimento em itens de apoio à atividade turística. Estão previstas melhorias na infraestrutura turística que resultarão no aumento dos empreendimentos locais e geração de novas oportunidades de trabalho, emprego e renda, além de restaurações na infraestrutura viária.

Tais investimentos proporcionarão novos atrativos e diversificação do roteiro de atrativos do Polo Velho Chico, com dinamização da atividade turística. Porém impactos negativos podem acontecer, tais como risco de ociosidade dos empreendimentos pela ausência instrumentos de acompanhamento, avaliação da demanda e viabilidade econômica; exclusão de residentes com menor poder aquisitivo; e prejuízo à dinâmica comercial local.

É importante ressaltar que o contato das populações nativas com turistas, pode ocasionar a descaracterização dos traços culturais dos moradores e o estranhamento com os turistas, desencadeando também conflitos sociais.

Componente 5 – Gestão Ambiental

Principalmente onde houver conexão entre atrativos naturais e comunidades locais, a gestão ambiental do turismo deve proporcionar o respeito aos elementos culturais tradicionais. O investimento de Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental

Educação Ambiental contribuirá para orientação de comunidades, visitantes e turistas quanto ao uso correto dos atrativos turísticos.

Para o componente estratégico de Gestão Ambiental, o atributo institucional é relevante para ressaltar a importância da participação dos órgãos públicos e instituições privadas ligadas ao turismo.

Diante da multiplicidade de atores que atuarão na gestão da atividade turística e da importância do respeito às normas ambientais, estes deverão atuar de forma harmônica e integrada. Não se deve subestimar a importância dessas normas, porque nos Polos Velho Chico e Costa dos Coqueirais os atrativos naturais são de grande relevância para a atividade turística.

A gestão ambiental é fundamental para a sustentabilidade e utilização dos equipamentos e atrativos que formam a atividade turística, como também para as comunidades que estão inseridas nesse contexto. No componente há a previsão de elaboração e execução de planos de proteção e recuperação das áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais que beneficiarão as comunidades rurais através da recuperação pedológica, possibilitando maior rentabilidade com o plantio.

O Programa de Educação Ambiental, estratégico para o componente da gestão ambiental, proporcionará uma maior conscientização dos atores sociais locais sobre atividades que permitam o desenvolvimento sustentável do meio onde vivem. A sensibilização da comunidade com relação a aspectos socioambientais, referentes ao saneamento ambiental (resíduos sólidos, abastecimento de água, manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário) das localidades, poderá mudar atitudes comportamentais dos moradores e turistas.

O desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental necessitará da capacitação dos trabalhadores e monitoramento das atividades desenvolvidas por eles, que comporão a execução das obras e funcionamento dos empreendimentos. A execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental trará melhorias na infraestrutura das comunidades atingidas, através dos princípios do desenvolvimento sustentável.

A ação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos diminuirá a discrepância de ações na área de saneamento em uma região. A implementação dos sistemas de administração de resíduos sólidos mitigará os problemas, principalmente a ação de vetores e doenças, causadas pelo lixo. No entanto os consórcios deverão ser gerenciados, a priori, por habitantes dessas localidades, como forma de coibir os danos ambientais.

8.4 Impactos Cumulativos e Sinérgicos Estratégicos

Para o desenvolvimento deste tópico, é necessário ressaltar o conceito de Impactos Cumulativos e Sinérgicos. Segundo GONÇALVES (2009) os impactos sinérgicos:

(...) dizem respeito à alteração significativa na dinâmica ambiental a partir da acumulação de impactos locais provocados por mais de um empreendimento. Essa alteração deve ser representativa de uma mudança em um mesmo aspecto econômico, social, ambiental ou institucional.

No mesmo sentido, Milaré (2011) expõe “que a sinergia é o efeito ou força ou ação resultante da conjunção simultânea de dois ou mais fatores, de forma que o resultado é superior à ação dos fatores individualmente, sob as mesmas condições”.

Em se tratando de impacto cumulativo, segundo Valera (2012) “são cumulativos os impactos ou efeitos capazes de ensejarem alteração significativa na dinâmica ambiental a partir da acumulação de impactos locais, provocado por mais de um empreendimento.”

Os impactos Sinérgicos e Cumulativos mais importantes foram identificados a partir dos impactos potenciais estratégicos inerentes aos fatores críticos de cada componente da matriz de investimentos (produto turístico, estratégia de comercialização, institucional, infraestrutura e socioambiental) e as ações propostas dentro da temática de cada fator (Tabela 61).

Ressalta-se ainda que os impactos gerados pelos investimentos supracitados poderão influenciar significativamente na dinâmica do turismo em Sergipe, a médio e longo prazo, porém não influenciará no principal processo Sinérgico: o funcionamento de Aracaju como o grande Núcleo de Recepção e Indução de fluxo turístico do estado.

Na Tabela 62 encontram-se listados os impactos cumulativos e sinérgicos estratégicos definidos. A graduação desses impactos foi realizada em função das características da relação fator/ações de investimento/impactos potenciais estratégicos e encontra-se apresentada ao lado de cada impacto, da seguinte forma: P – positivo, N – negativo, quanto à natureza; e MP – para impactos de médio prazo (10 anos) e LP – longo prazo (20 anos).

Tabela 60 – Impactos Cumulativos e Sinérgicos do Polo Velho Chico e do Polo Costa dos Coqueirais hierarquizados por Fator Crítico e ações propostas pelo PRODETUR/SE

Fatores Críticos	Impactos Potenciais	Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Oportunidades	Ameaças
Produto Turístico				
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grotas do Angico Beleza peculiar da região costeira	• Agregação de valor ao produto turístico (P); • Valorização da cultura local (P). • Crescimento da atividade turística (P); • Melhor infraestrutura para o fluxo de turistas (P); • Facilidade de acesso aos atrativos turísticos (P).	• Consolidação do Estado como destino turístico no cenário nacional (P, LP).	• Aumento do fluxo de turistas de oriundos de outros estados.	• Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades (inventário, fluxo turístico); • Incipiente valorização da história local e cultural (roteiro do cangaço).
Centralidade exercida por Aracaju	• Disponibilidade de novos atrativos e diversificação de roteiros, com a dinamização da atividade turística (P); • Contribuição para a consolidação do turismo do estado (P).	• Outros destinos com capacidade ampliada de atrair e fixar o turista, promovendo melhorias no desenvolvimento socioeconômico destes atrativos, apesar de que os impactos gerados pelos investimentos não deverão influenciar na dinâmica do principal processo Sinérgico do turismo em Sergipe: o funcionamento de Aracaju como o grande Núcleo de Recepção e Indução de fluxo turístico do estado (P, MP).	• Ampliação do aeroporto internacional de Aracaju; • Implantação de novos empreendimentos hoteleiros em Aracaju.	• Falta de novas ofertas de voos internacionais; • Falta de espaço para implantação de empreendimentos.
Baixa Qualificação profissional e empresarial	• Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda (P); • Profissionalização e	• Aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas e dos profissionais do setor (P, MP).	• Abertura de novas frentes de trabalho; • Aumento da demanda por	• Não absorção de pessoal com alta capacitação.

Fatores Críticos	Impactos Potenciais	Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Oportunidades	Ameaças
	especialização da mão de obra local e emprego com consequente diminuição da informalidade (P); • Melhoria da qualidade operacional e técnica dos órgãos públicos estaduais e municipais (P).		peçoal capacitado para os serviços de maior contato com o turista.	
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	• Identificação dos principais entraves à consolidação do turismo no polo (P); • Investimentos direcionados de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade (P); • Disponibilidade de instrumento de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão (P).	• O desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas tende a propiciar o desenvolvimento da atividade turística de forma mais estratégica e ordenada (P, LP).	• Abertura de editais e programas para custeio de pesquisas por parte de órgãos estaduais e federais, bancos federais e particulares mundiais.	• Falta de interesse dos órgãos gestores em estudos e pesquisas sobre o setor turístico.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	• Dinamização do turismo e do comércio nas localidades com a potencialidade (P); • Fortalecimento do papel do poder municipal na dinamização da atividade turística sustentável (P); • Crescimento desordenado e ocupação inadequada de áreas frágeis (N); • Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada (P).	• Integração do estado no corredor turístico dos destinos nordestinos (P, LP); • Massificação do turismo, extrapolando a capacidade suporte dos atrativos (P, MP).	• Atração de eventos esportivos e acadêmicos para o estado; • Duplicação de rodovias de acesso aos estados vizinhos.	• Falta de incentivo para aumento do número de dias de permanência no destino
Estratégia de Comercialização				

Fatores Críticos	Impactos Potenciais	Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Oportunidades	Ameaças
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado Pequena oferta de divulgação dos atrativos	• Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo (P)	• Reconhecimento dos atrativos do Estado e facilitação da consolidação destes como destino turístico (P, MP).	• Interesse do turista em conhecer as potencialidades dos estados vizinhos.	• Desconhecimento da história, cultura e diversidade ambiental por parte do turista dos destinos do estado.
Incentivo externo para investimento na atividade turística	• Ações nas áreas de Valoração do Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Gestão Socioambiental, Fortalecimento Institucional e Infraestrutura e Serviços Básicos. • Estruturação da atividade turística, de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade (P).	• Consolidação do Estado como destino turístico (P, LP).	• Programas, linhas de financiamento e verba de emenda de bancada parlamentar para investimento em ações de promoção dos destinos.	• Descontinuidade dos planos, políticas e programas com a mudança da gestão dos órgãos públicos.
Concorrência com outros destinos	• Aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo (P).	• Inserção do Estado no mercado turístico do país (P, MP).	• Participação de representantes dos órgãos gestores municipais e estaduais, além de empresas privadas em feiras e eventos nacionais e internacionais.	• Falta de conhecimento das particularidades e características culturais, religiosas, ambientais e sociais dos destinos no estado.
Gestão Socioambiental				
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	• Melhoria na qualidade de vida da população (P); • Aumento da oferta de empregos diretos e indiretos e de renda (P); • Profissionalização da mão de obra local e consequente diminuição da informalidade (P); • Risco de não absorção da mão de obra local na atividade (N).	• Diminuição das desigualdades sociais e aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas e dos profissionais do setor, pelas ações de profissionalização e de melhorias dos serviços básicos (P, MP).	• Inclusão social de população que atua direta ou indiretamente no turismo.	• Concentração de ações em grupo ou comunidade específica da população, tendo em vista a execução de programas sociais.
Risco de degradação dos recursos	• Maior monitoramento da	• Aumento da degradação	• Aumento da demanda por	• Aumento da pressão sobre os

Fatores Críticos	Impactos Potenciais	Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Oportunidades	Ameaças
naturais pela massificação do turismo	qualidade dos recursos hídricos de áreas urbanas (P); • Geração de processos de degradação do litoral e destruição de remanescentes de Mata Atlântica pela intensificação do turismo (N); • Prevenção de possíveis impactos negativos por carga turística descontrolada (P); • Disponibilidade de instrumentos de ordenamento da atividade, fortalecendo a gestão ambiental (P); • Sensibilização do público-alvo com relação aos aspectos socioambientais (P); • Estabelecimento de medidas de gestão ambiental, controle da visitação e formas de conduta nas Unidades de Conservação (P);	ambiental na região costeira, por processos erosivos e pela especulação imobiliária (P, LP); • Melhoria da visão ambiental dos atores sociais envolvidos na atividade turística, pelas ações continuadas de educação ambiental (P, MP); • Melhoria da capacidade de gestão ambiental dos atrativos (P, MP);	atividades de ecoturismo sustentável.	ecossistemas.
Falta de Políticas Ambientais	• Compatibilidade da atividade turística às legislações ambientais pertinentes (P); • Melhorias no processo de fiscalização e regulamentação ambiental (P).	• Melhorias na fiscalização e monitoramento ambiental da atividade turística (P, MP); • Aumento da demanda de elaboração e revisões de políticas ambientais, frente aos cenários futuros (P, LP).	• Implementação de instrumentos legais de preservação ambiental; • Criação de unidades de conservação.	• Interesse empresarial na exploração do destino e do meio ambiente de forma privilegiada.
Fortalecimento Institucional				
Risco de descontinuidade administrativa	• Maior poder de atuação do estado e dos municípios na	• Fortalecimento do papel do estado na dinamização da	• Captação de recursos para execução de ações em parceria	• Falta de interesse dos órgãos no desenvolvimento de ações em

Fatores Críticos	Impactos Potenciais	Impactos Cumulativos e Sinérgicos	Oportunidades	Ameaças
Falta de integração dos órgãos governamentais	atividade turística (P); • Integração da atividade turística com dimensões sustentáveis (P);	atividade turística sustentável (P, MP); • Fortalecimento da governança do turismo (P, LP).	entre o órgão estadual e municipal para desenvolvimento do turismo	conjunto para não configurar apoio político entre as partes.
Infraestrutura e Serviços Básicos				
Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente	• Melhoria na infraestrutura dos atrativos e dos serviços públicos (P); • Valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais (P); • Valorização imobiliária e comercial (P); • Perturbação do tráfego (N); • Alteração da paisagem (N); • Geração de resíduos, ruído e poeira (N); • Melhoria das condições Sanitárias (P); • Supressão de vegetação e perda de biodiversidade (N).	• Valoração dos atrativos turísticos e das atrações culturais pelos investimentos destinados à atividade (P, MP); • Impactos cumulativos ambientais, destacando: - acúmulo de resíduos sólidos, devido ao aumento da produção e consumo; - perdas de qualidade paisagística; - perturbação na fauna e flora, com possível perda de biodiversidade (P, MP).	• Captação de recursos em programas governamentais e de crédito internacional	• Descontinuidade das ações por mudanças de gestão.
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento			• Modernização e ampliação de aeroporto e rodovias.	• Falta de estudos de dimensionamento e impacto para as ações de infraestrutura.
Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos			• Captação de recursos em órgãos governamentais para melhoria da qualidade de vida da população.	• Descontinuidade das ações por mudanças de gestão.

8.5 Análise dos Fatores Críticos

O setor do turismo em Sergipe vem passando por transformações, especialmente motivadas pelo maior aproveitamento das condições naturais da região, porém não obstante a estas mudanças, a atividade enfrenta vários problemas no tocante a infraestrutura turística que não acompanhou estas mudanças e a gestão ineficiente do turismo, demonstrando com clareza a necessidade de realização de investimentos em ações estruturadas, a exemplo das elencadas no PDITS.

Para tanto, foram identificados nos capítulos 5 e 7, onde se apresentam os diagnósticos do Polo Velho Chico e do Polo Costa dos Coqueirais, respectivamente, os principais fatores críticos ao desenvolvimento da atividade turística nos Polos e segue abaixo uma breve análise do que representa esse fator ao desenvolvimento sustentável do turismo do Estado.

8.5.1 Polo Velho Chico

8.5.1.1 Fatores Críticos Internos

- **Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grota do Angico**

As especificidades cênicas e culturais destes atrativos constituem um fator crítico positivo ao Polo Velho Chico, pois constitui elemento decisivo de atratividade no turismo do Estado. Conforme apontado no Diagnóstico do Polo e no PDITS, o principal atrativo turístico da região é o Cânion do Xingó, formado por paredões com alturas que variam entre 40 e 80 metros e é o quinto maior do mundo, com águas verdes e transparentes. A formação destes paredões e dos lagos de águas verdes caracterizam a beleza cênica do lugar como ímpar e singular. Além disto, o atrativo conta com expressão de pinturas rupestres em suas paredes. Parte das informações foi coletada e catalogada para fazer parte do acervo do Museu Arqueológico de Xingó, outras, ainda podem ser vistas nos paredões nos passeios pelo cânion.

Destaca-se também no Polo o Monumento Natural da Grota do Angico, localizado no município de Poço Redondo, local da morte de Lampião e Maria Bonita em 1938, que relembra a memória do cangaço, movimento revolucionário que lutava contra a falta de emprego, alimento e pela cidadania. A vegetação e fauna características do bioma caatinga que podem ser observadas por toda a trilha de acesso ao Monumento Natural associados à história do cangaço apresentam forte interesse na visitação do destino para práticas de ecoturismo sustentável.

Percebe-se, atualmente, um aumento considerável no número de visitantes na região do cânion de Xingó e no Monumento Natural. Este fluxo decorre de passeios vindo de Piranhas/AL e com saídas de Canindé do São Francisco, a partir de pacotes de passeios promovidos por empresas de turismo de Aracaju/SE e Piranhas/AL, principalmente.

No entanto, não há estudos de limite de carga para exploração do destino turístico, além do incipiente conhecimento do ecossistema do Monumento Natural da Grota de Angico para

dimensionar o fluxo e roteiros turísticos. É necessário que se façam estudos e planejamento da atividade turística local visando a preservação do ecossistema, cultura e identidade histórica da população local de forma sustentável. Com isto, poderão ser percebidos impactos consideráveis em agregação de valor ao produto turístico, valorização da cultura local, melhor infraestrutura para o fluxo de turista e acesso aos atrativos turísticos com o crescimento da atividade turística, promovendo a consolidação do destino.

- **Grande potencial de mercado turístico a ser explorado**

O diagnóstico estratégico do PDITS do Polo Velho Chico apresentou informações relativas à oferta e demanda de produtos turísticos e os mecanismos que colocam o Polo como centro atrativo do mercado. As oportunidades de exploração sustentável de seus recursos naturais e a sua posição geográfica estratégica apresentada fizeram com que o mercado turístico do Polo fosse escolhido como fator crítico positivo ao turismo da região.

A sua posição é descrita como estratégica por estar no coração de um sistema potencial de integração do turismo, ressaltando que em um raio de 700 km do Polo, foram identificados oito municípios pertencentes ao cenário turístico nacional, sendo que cinco deles são mercado alvo: Maceió, Salvador, Recife, Natal e Serra Talhada (PE). Isto reforça a ideia da oportunidade de consolidá-lo e estabelecer o turismo como vertente do desenvolvimento sustentável da região, assumindo, portanto, grande importância do ponto de vista do mercado.

Os roteiros turísticos ofertados na região representam uma gama de oportunidades para diferentes públicos. Podem ser executadas atividades de ecoturismo rural e náutico no roteiro de Xingó nos municípios de Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Canindé do São Francisco; atividade de ecoturismo no roteiro do Cangaço em Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Monte Alegre de Sergipe; e atividade cultural aliada ao ecoturismo no roteiro Caminhos dos Jesuítas nas cidades históricas de Propriá.

A diversidade de atividades torna o Polo atrativo e grande interesse para os turistas dos estados vizinhos e também do turista local motivados para conhecer as belezas dos cânions de Xingó. Porém, é somente no ato da compra do produto turístico, ou ao chegar ao destino, que tomam conhecimento da história do cangaço e dos achados arqueológicos da região, bem como da fauna e flora características. Ações de promoção e aumento do potencial turístico favorecem a competitividade e empreendedorismo local consolidando o destino.

- **Baixa qualificação profissional e empresarial**

Na análise do quadro institucional do Velho Chico, e na análise dos principais aspectos turísticos do Polo, foi identificada a ocorrência de baixa qualificação profissional de diversos agentes. A capacitação de profissionais do turismo e de gestores públicos e privados, visa o desenvolvimento turístico de produtos e serviços para que sejam ofertados em bases sustentáveis, além de representar um dos objetivos específicos do fortalecimento institucional.

O diagnóstico mostra o panorama atual da educação da população do Polo, apresentada como deficitária com idade superior a 10 anos, correspondendo a 60% da população como estando

em situação sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Isto tem um impacto significativo sobre a formação de pessoal para o desenvolvimento e promoção de atividades turísticas. Tendo em vista que Canindé do São Francisco é o principal atrativo da região, o município apresenta sua população com grau de instrução fundamental incompleta de 75,38% do total, sendo suplantado apenas por Poço Redondo, 80,33%, o segundo destino mais procurado no Polo.

Estes dados poderão ter uma significativa mudança quando forem executadas pelo órgão local os programas de erradicação do analfabetismo e aumento do número de anos de escolaridade da população. Associado a isto, poderá ser vista a partir do momento em que forem observados os impactos da execução das ações do PRODETUR/SE na região, qualificando a população que trabalha diretamente com o atendimento ao turista. Com estas ações poderão ser abertos novos postos de trabalho nos empreendimentos locais e abertura de novos comércios. Caso não sejam abertos novos empreendimentos, a população altamente capacitada terá como opção trabalhar nos grandes polos indutores, como Aracaju.

As ações estratégicas planejadas podem minimizar o fator negativo da baixa qualificação aumentando a oferta de empregos diretos e indiretos e de renda, profissionalização da mão de obra, diminuição da informalidade e melhoria da qualidade operacional e técnica dos órgãos públicos estaduais e municipais. Tais impactos tem real influência sobre o aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas e dos profissionais do setor.

A promoção do programa de capacitação deverá ser executada de forma contínua, resultando em melhorias nas técnicas de gestão pública, no ordenamento de ações e no setor privado, melhorando a capacidade empreendedora do Polo. Desta maneira, a qualificação profissional dos entes do Polo constitui fator crítico negativo que precisa ser enfrentado.

- **Pequena oferta de divulgação e apoio de qualidade ao turista**

Os atrativos do Polo Velho Chico apresentam pouca oferta de divulgação, associada a um atendimento deficiente em termos de qualidade, representando um fator crítico negativo que impede o aumento do fluxo turístico e o desenvolvimento do turismo da região.

As ações de divulgação do destino ainda são executadas, principalmente, pelas empresas, que observam a demanda do turista por atrativos naturais náuticos da região pelo conhecimento único do Rio São Francisco. O governo local e estadual tem apresentado o destino nas várias participações em feiras e eventos nacionais e internacionais da área. No entanto, ainda não configura como uma ação de rotina e promoção do destino para o público de interesse, divulgando a cultura e atrativos naturais do Polo.

A fim de garantir o desenvolvimento do turismo deve-se investir em ações de marketing bem planejadas que possam valorizar os atrativos deste Polo. E a fim de funcionar de forma sustentável, o Plano de Marketing deve prever as particularidades locais do atrativo, contribuindo assim para a sustentabilidade do turismo local.

O aumento do potencial de divulgação e comercialização favorecendo a competitividade e o empreendedorismo dos empresários locais, gerando por conseguinte a consolidação do destino e o reconhecimento dos seus atrativos naturais e culturais.

- **Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza**

Nos municípios que integram este Polo há graves desigualdades socioeconômicas com extrema concentração de renda, o que dificulta uma melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento do turismo. Os municípios que se apresentam em condições precárias no oferecimento dos serviços públicos são incapazes para estruturarem a localidade para receber o turista. Municípios como Poço Redondo, Neópolis e até mesmo Canindé de São Francisco possuem deficiências nos serviços públicos e não possuem estrutura adequada para o turismo. Portanto antes desses locais serem explorados turisticamente deve haver melhorias na infraestrutura das localidades e eficazes políticas públicas.

O baixo nível educacional das populações que estão no Polo Velho Chico, refletido pelo elevado índice de pobreza são obstáculos ao desenvolvimento do turismo, pois uma das prerrogativas para uma equidade entre a implantação do Polo e a relação com o povo local é que haja a absorção da mão de obra da comunidade que vive na região que será explorada para o turismo. Esses trabalhadores devem ser qualificados para trabalharem nos diversos segmentos que irão compor a estrutura turística do lugar, o que depende de uma política educacional que instrua a população.

As ações governamentais desenvolvidas na região devem ser intensificadas para melhoria da qualidade de vida população e do índice de pobreza. Com isto, a longo prazo não mais observar um índice de 64,24% em Monte Alegre de Sergipe e em Canindé do São Francisco, 64,04%, como publicado pelo IBGE (2010). Para tanto é necessário que programas sociais de inclusão da população em atividades geradoras de renda sejam desenvolvidas, e particularmente, em trabalhos diretos ou indiretos para o turismo. Deve-se, no entanto, levar em consideração o todo da população, não apenas um grupo vulnerável da comunidade.

A execução das ações governamentais estadual e municipal geram como impacto a melhoria da qualidade de vida da população, o aumento da oferta de emprego direto e indireto e de renda e a profissionalização da mão de obra local. Cumulativamente, estes impactos acarretam a diminuição da desigualdade social pelo aumento da qualidade de vida e renda.

- **Falta de integração dos órgãos governamentais**

Os estudos realizados identificaram que no Polo Velho Chico atuam diversas instituições governamentais em ações relacionadas ao turismo. Entretanto, percebe-se que são os órgãos das esferas Federal e Estadual, aqueles que atuam de maneira mais ordenada no Polo. Não se identificou uma estrutura de gestão governamental estruturada no âmbito municipal.

Conforme pôde ser constatado, a ausência de integração entre os órgãos governamentais pode resultar em prejuízo financeiro público ou econômico social. É necessário estimular a integração entre os municípios objetivando a disseminação de experiências e intercâmbio de

recursos tangíveis e intangíveis que promovam o Polo. Fazendo isto, poderá haver um maior poder de atuação do estado e dos municípios na atividade turística com o fortalecimento do papel do estado na dinamização da atividade turística sustentável.

O desenvolvimento de ações e participação de programas para captação de recursos para o turismo no estado tem se mostrado estimulado no âmbito dos órgãos estaduais, e de algumas secretarias municipais. No entanto, há uma forte interferência política que impede que a execução dos projetos seja realizada quando necessário que haja uma comunicação entre os órgãos. Paulatinamente se faz reuniões com os representantes legais para minimizar os danos causados pela falta de comunicação e obter resultados a longo prazo.

- **Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficientes**

O turismo em Sergipe nas últimas duas décadas foi intensificado pelo maior aproveitamento das condições naturais do Estado, mas ainda se constitui como atividade econômica deficiente em termos de infraestrutura urbana e exploração das singularidades culturais embutidas nas localidades.

A falta de infraestrutura e a precariedade de planos, programas e projetos geradores de infraestrutura impedem que o turismo seja desenvolvido, pois, em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgãos públicos locais para que organizem e tornem a atividade turística atuante. Portanto, há, por parte dessas localidades, entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade nesta atividade.

A oportunidade para o incremento da infraestrutura do turismo em Sergipe tem se mostrado incipientes nos últimos anos com obras de melhoria de acesso de transporte terrestre, sinalização viária e construção de pontes. No entanto, em muitos municípios do Polo ainda está em construção o sistema de esgotamento sanitário, como em Canindé do São Francisco e Nossa Senhora da Glória. Os recursos para construção de sistema de esgotamento sanitário da Prainha de Canindé do São Francisco foram captados com um banco internacional. O risco para este crescimento inicial é o de descontinuidade dos programas e metas acordadas por mudança na gestão dos órgãos.

A melhoria na infraestrutura dos atrativos e serviços públicos visando a valorização do destino e da comunidade local, além da valorização comercial e imobiliária, podem gerar também impactos negativos nos atrativos como a geração de resíduos e alteração da paisagem.

8.5.1.2 Fatores Críticos Externos

- **Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos**

As belezas naturais do Polo devem ser destacadas como particularidades indutoras do crescimento turístico, além do surgimento de novas oportunidades para o desenvolvimento regional, a exemplo dos recursos desprendidos para planos, programas e projetos, e os grandes

eventos mundiais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas esportivas dos quais o Brasil é país sede.

Somado aos eventos esportivos, Sergipe tem se mostrado como local sede congressos e reuniões técnicas promovidos por universidades e sociedades representativa de classe. Isto tem atraído a participação de profissionais de estados vizinhos, além de um público geral que busca qualificação em sua região de alcance.

O turismo de negócios e de lazer empreendido por turistas de estados vizinhos como Bahia, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco, se utilizam dos novos acessos terrestres de rodovias federais e estaduais construídos e ampliados nos últimos anos. Além disso, no trecho da Linha Verde que liga Sergipe à Bahia foi construída uma ponte para diminuir a distância entre os estados eliminando a travessia de balsa.

A dinamização do turismo e comércio locais apresenta-se como impacto potencial para este aumento de fluxo turístico. Para tanto há a necessidade do fortalecimento do papel do poder municipal na dinamização da atividade turística sustentável e prevenção de possíveis impactos negativos. Há de ser ter um plano para analisar o impacto cumulativo da massificação do turismo dos destinos no Polo.

O aumento do fluxo turístico de origem externa ao estado de Sergipe configura-se como um fator crítico positivo, que vem sendo intensificado com o aumento da divulgação dos atrativos turísticos do Polo. Esta variável está presente como cenário desejável da maioria das estratégias estabelecidas no PDITS para avaliação do desenvolvimento.

- **Incentivo externo para investimento na atividade turística**

Ao analisar as potencialidades do Polo, deve-se levar em consideração o ambiente favorável que o turismo sergipano, vem encontrando no cenário das políticas públicas do turismo regional e nacional. A elaboração e implantação de programas públicos, a exemplo do PAC e do PRODETUR em Sergipe, constituem fator exógeno de extrema relevância para o desenvolvimento do setor, compondo assim elemento indispensável a ser analisado na projeção de cenários desejáveis para o Polo.

Dentre os investimentos externos destinados ao turismo do Estado, salienta-se o apoio financeiro do BID ao PRODETUR/SE através da Linha de Crédito Condicionado para Investimento – CCLIP, pelo montante e pela forma de distribuição dos recursos. Este investimento que demandou a elaboração desta AAE tem por objetivo fomentar um modelo de desenvolvimento turístico sustentável ao Estado, com uma visão integral do turismo no Brasil, tal qual preconiza o Plano Nacional de Turismo.

A ação de alavancagem do turismo sergipano configura-se em atividades de valorização do produto turístico, estratégia de comercialização, gestão socioambiental, fortalecimento institucional e infraestrutura e serviços básicos. Além disto, busca-se a estruturação da atividade turística de acordo com a necessidade de capital e a consequente rentabilidade.

Tais ações geram como impacto cumulativo e sinérgico a consolidação do Estado como destino turístico para os estados vizinhos e para todo o Brasil. O alcance das atividades de

divulgação e promoção do destino é resultado de investimentos federais e internacionais captados em articulações entre os gestores de turismo, governo, representantes do legislativo e bancos de investimento internacionais. No entanto, estas ações podem sofrer descontinuidade ou mudança de foco com as oscilações políticas.

- **Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos**

No Polo do Velho Chico a vocação do turismo está voltada pela exploração do potencial oferecido pelo Rio São Francisco. No entanto, na maioria dos municípios não há infraestrutura que receba o turista de forma adequada e que preserve os recursos naturais.

Na maior parte do Polo, os planos, programas e projetos existentes são mal aplicados ou inexistem, sendo possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido. Em grande parte dos municípios não há atuação efetiva de órgãos públicos locais para que organizem e tornem a atividade turística atuante. Há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade desta atividade.

As ações propulsoras para o desenvolvimento da atividade turística efetivadas no Polo, mesmo que de forma incipiente, mostram uma melhoria na infraestrutura dos atrativos e dos serviços públicos, tendo em vista as oportunidades de captação de recursos. Os impactos positivos de tais ações mostram uma valorização dos atributos naturais e da cultura das comunidades tradicionais, valorização imobiliária e comercial. No entanto, há também a conformação de impactos negativos como a alteração da paisagem e geração de resíduos e poeira, além da ameaça constante da descontinuidade política.

- **Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades**

Um fator crítico negativo observado é a ausência de conhecimento e de informações sobre as capacidades locais de desenvolvimento turístico. A origem desta carência é sem dúvida a baixa integração institucional entre os órgãos governamentais, conforme objetivamente identificado no PDITS. Como atenuante deste fator crítico negativo torna-se necessário o desenvolvimento de um sistema de informações do turismo da região (inventário, fluxo, demanda e oferta) capaz de orientar e estabelecer diretrizes aos gestores públicos e privados de maneira a utilizar seus recursos de maneira mais eficiente.

Para o desenvolvimento da atividade turística na região é necessário conhecer sua potencialidade, sua especificidade cultural e de recursos naturais. A execução de estudos com recursos captados no MTur como o PDITS, que realiza um estudo diagnóstico para planejamento do turismo sustentável. O programa financiado pelo MTur para elaboração de estudos tem proporcionado ao estado um arcabouço, mesmo que superficial, da potencialidade ou das necessidades do turismo local. No entanto, muitas destas oportunidades não são aproveitadas devido a entraves técnicos, jurídicos e administrativos dos órgãos municipais.

- **Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo**

Não obstante a identificação de ativos ambientais significativos ao longo de todo Polo, especialmente nas áreas de proteção ambiental, deve-se considerar os possíveis efeitos de uma ocupação desordenada por conta da intensificação das atividades do setor de turismo no Polo. Tal preocupação decorre do aumento do tráfego de embarcações nos rios e maior uso de áreas de trilha para ecoturismo.

Busca-se um maior monitoramento das atividades gerando uma qualidade dos recursos hídricos de áreas urbanas e sensibilização do público alvo sobre as práticas socioambientais. Tais ações podem minimizar os impactos cumulativos de aumento da degradação ambiental na região, além de melhorar a visão ambiental dos atores sociais envolvidos na atividade turística. A oportunidade de aumento da demanda por atividades de ecoturismo sustentável pode também aumentar a pressão no ecossistema.

Assim, deve-se considerar como passível de análise crítica, um possível risco de degradação ambiental provocado pela massificação de atividades turísticas não planejadas de maneira adequada e diretiva.

- **Risco de descontinuidade administrativa**

Este outro fator crítico identificado está ligado às transições governamentais e consequente a descontinuidade administrativa, agravado pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas e as reduzidas capacidades de execução de ações programadas, o que consequentemente tende a causar mudanças de rumo nas políticas públicas para o setor.

O maior poder de atuação do estado e municípios e a integração de atividade turísticas configuram em impactos potenciais para o turismo na região, sendo fortalecido pela governança do turismo como acontece com o fórum de turismo e grupos de trabalho constituídos. Tal ação tem sido oportunizados com a captação de recursos para execução de ações em parceria entre o governo municipal e estadual. Esta parceria só se concretiza quando há interesse do governo local na dinamização do turismo local.

8.5.2 Polo Costa dos Coqueirais

8.5.2.1 Fatores Críticos Internos

- **Beleza peculiar da região costeira**

Conforme relatado no diagnóstico, ao longo da Planície costeira foi identificado um rico acervo de ativos ambientais, preservados por lei, a exemplo da APA Sul e da APA Norte que apresentam vários ecossistemas costeiros de grande beleza natural, como fragmentos de Mata Atlântica, lagoas naturais, dunas, praias de águas mornas e calmas. Essa região vem sendo

observados com maior atenção pelo setor turístico como capacidade de mercado efetiva e potencial. Este cenário natural é elemento decisivo na análise de fatores críticos do Polo.

A consolidação do destino no cenário nacional deve-se à facilidade de acesso aos atrativos turísticos, a melhoria da infraestrutura com a construção de pontes e ampliação de rodovias, além da agregação de valor do produto turístico. O Polo apresenta um aumento do fluxo de turistas de outros estados, principalmente os estados vizinhos. Esta pressão tem evidenciado a necessidade de estudos e pesquisas para identificação das potencialidades do Polo e dinamização do turismo local de forma sustentável.

- **Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju**

Conhecida como capital de qualidade de vida, a cidade apresenta boa infraestrutura turística composta por redes de hotelaria, restaurantes e bares, equipamentos públicos, a exemplo da orla da praia Atalaia, e paisagens naturais exuberantes, todos já amplamente apresentados no capítulo que se ocupa do diagnóstico do Polo. Este cenário referenda a cidade como epicentro das atividades e constitui um fator crítico positivo para o Polo.

A disponibilidade de novos atrativos e diversificação de roteiros contribuem para a consolidação do turismo no estado e Aracaju como centro de atração ou ponto de partida para os outros destinos. As ações desenvolvidas no Polo tencionando a alavancagem do turismo tem como principal foco a melhoria da infraestrutura viária, com a ampliação de rodovias e sinalização, e a ampliação do aeroporto internacional de Aracaju. Com isto, há um maior número de turistas em circulação no estado.

- **Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado**

O diagnóstico do Polo apontou diversas potencialidades turísticas em sua área, com elevada potencialidade a ser explorada. Os atrativos turísticos do Polo encontrados ao longo de toda a planície litorânea são caracterizados pela beleza cênica dos elementos naturais e representam uma “reserva de mercado potencial” para o setor no Estado. A isto, somam-se as Unidades de Conservação e as praias do litoral sul e norte que constituem em forte atrativo para o ecoturismo.

O aumento da demanda por produtos turísticos comercializáveis aliado aos investimentos recentes em infraestrutura e propaganda e à proximidade com outros destinos turísticos mais consolidados turisticamente, como a Maceió, Salvador e Recife constituem elevado potencial de desenvolvimento do setor. Estes elementos tornam a potencialidade de mercado do Polo como fator crítico favorável a ser levado em consideração na elaboração de estratégias de desenvolvimento do setor. Deve-se, entretanto, ressaltar a necessidade de execução dos instrumentos de planejamento turístico, a partir de estudos específicos, a exemplo do PDITS, para que o potencial possa ser efetivado.

- **Ações de melhoria da infraestrutura em andamento**

Foram apontadas várias deficiências na infraestrutura turística na maioria dos municípios do Polo, conforme mencionado no PDITS e no diagnóstico (capítulo 6). A sua vocação natural para o turismo litorâneo, caracterizado pela disponibilidade de uma extensa paisagem de praia e uma Orla equipada, como principais atrativos turísticos, concedendo à região a denominação de turismo de sol e praia. Essa associação do Polo Costa dos Coqueirais, a um destino de lazer e férias litorâneo é muito forte e vem se consolidando no mercado nacional. Daí a necessidade da implementação de um contínuo processo de planejamento do desenvolvimento da atividade, que assegure a continuidade da aplicação adequada dos investimentos para fortalecer os produtos turísticos do Polo.

Por outro lado, destacam-se as várias ações de melhoria na infraestrutura que estão sendo tomadas pelos Governos do Estado e Federal. Foram investidos mais de R\$ 500 milhões em infraestrutura rodoviária, permitindo acesso rodoviário qualificado ao principal destino do Polo. Além disso, ações de saneamento básico estão sendo implantadas nas sedes dos municípios, o que resultará em melhores condições de vida e em novas oportunidades de exploração de atividades econômicas. Desta maneira, os investimentos recentes em infraestrutura constituem fator crítico favorável ao Polo.

- **Centralidade exercida por Aracaju**

O município de Aracaju exerce sobre demais territórios que estão inseridos nos Polo Costa dos Coqueirais a centralidade dos serviços e as melhores condições em termo de infraestrutura urbana e hoteleira ao turista que chega ao Estado. Esse fato gera uma maior rentabilidade à capital e, em contrapartida, as outras localidades perdem rendimentos pela não permanência do turista no município.

O investimos da administração pública municipal e estadual em Aracaju apresenta-se como impacto positivo para alto desenvolvimento do turismo na região. Tal investimento pode ser visto pela sinalização viária e ampliação de avenidas e melhorias do tráfego interno de veículos. A captação de recursos junto a Infraero para ampliação da pista de pouso do aeroporto internacional e a construção de novo terminal de passageiros propiciam esta centralidade de Aracaju sobre o turismo local. Os riscos em relação a isto podem ser apresentados pela falta de demanda de novos voos ou interesse de implantação de novos empreendimentos.

- **Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza**

Nos municípios que integram o Polo Costa dos Coqueirais há graves desigualdades socioeconômicas com extrema concentração de renda, o que dificulta uma melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento do turismo. Os municípios que se apresentam em condições precárias no oferecimento dos serviços públicos são incapacitados para estruturarem a localidade para receber o turista. Municípios como Brejo Grande, Pacatuba e Indiaroba possuem deficiências nos serviços públicos e não possuem estrutura adequada para o turismo. Portanto

antes desses locais serem explorados turisticamente deve haver melhorias na infraestrutura das localidades e eficazes políticas públicas.

A baixa escolaridade e falta de qualificação profissional das populações que estão nos Polos Costa dos Coqueirais, reflexo da baixa renda são obstáculos ao desenvolvimento do turismo, pois uma das maneiras de mitigar os impactos as comunidades é extraindo a mão de obra local para a atividade. É necessário que as políticas públicas sociais sejam aplicadas como forma de incentivo a escolarização e a profissionalização dos habitantes dos locais atingidos pelo turismo.

As oportunidades apresentadas para os municípios do Polo, principalmente para os que apresentam alto índice de pobreza, configuram-se pela execução de programas do governo para inclusão social da população que atua direta ou indiretamente no turismo. Para tanto, é preciso motivar a escolarização e profissionalização destas pessoas.

- **Falta de Políticas Ambientais**

A situação atual de ausência ou desatualização de políticas para o turismo, como o plano de turismo, código de obras e código ambiental, atravancam o crescimento sustentável da atividade turística, representando um fator crítico negativo ao desenvolvimento do Polo. Em alguns municípios do Polo não há a aplicação de uma gestão ambiental adequada e nem a prerrogativa de planejar a gestão integrada, que consiste na participação dos atores que compõem e que participam desse processo, como é o caso de Brejo Grande, Pirambu e Pacatuba.

E no cenário de desenvolvimento planejado do turismo devem ser priorizadas as políticas ambientais a partir de planos norteadores que objetivem o desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos, através de novas ferramentas para a gestão. Neste aspecto, foi apontado no PDITS a elaboração de política de gerenciamento costeiro para o Polo, ação já contemplada no financiamento executado pelo PRODETUR/SE. Esta oportunidade identificada apresenta-se como medida de controle para o crescente interesse do empresariado em instalação de empreendimentos visando a exploração dos recursos naturais da região.

8.5.2.2 Fatores Críticos Externos

- **Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos**

A beleza cênica da costa litorânea do Polo Costa dos Coqueirais constitui um cenário favorável para o aumento do fluxo de turistas oriundos de outros estados e destaca-se também a relevância da proximidade com os estados vizinhos, a exemplo da Bahia, Pernambuco e Alagoas, que contribuem para a elevação do fluxo turístico no Estado.

Atraídos pelo turismo de sol e praia e de descanso, o incremento no fluxo turístico oriundo de outros destinos constitui fator positivo a ser levado em consideração na definição de estratégias para o desenvolvimento do setor ao se desenharem os cenários futuros desejados para o Polo. Isto se explica pelo investimento federal na malha viária de acesso nas BRs dos estados

vizinhos que melhoraram o acesso nos diferentes destinos nordestinos. Somado a isso, Aracaju passou a dispor de novos voos, o que atraiu os turistas de estados vizinhos tanto para lazer quanto para negócio, aumentando também o tempo de permanência médio no estado.

- **Incentivo externo para a atividade turística**

Ao analisar as potencialidades do Polo, deve-se levar em consideração o ambiente favorável que o turismo sergipano, vem encontrando no cenário das políticas públicas do turismo regional e nacional. A elaboração e implantação de programas públicos a exemplo do PAC e do PRODETUR em Sergipe constitui fator exógeno de extrema relevância para o desenvolvimento do setor, constituindo assim elemento indispensável a ser analisado na projeção de cenários desejáveis para o Polo.

Dentre os investimentos externos destinados ao turismo do Estado, salienta-se o apoio financeiro do BID ao PRODETUR/SE através da Linha de Crédito Condicionado para Investimento – CCLIP, pelo montante e pela forma distribuição dos recursos. Este investimento que demandou a elaboração desta AAE tem por objetivo fomentar um modelo de desenvolvimento turístico sustentável ao Estado, com uma visão integral do turismo no Brasil, tal qual preconiza o Plano Nacional de Turismo.

Os investimentos firmados entre o governo do estado e o banco internacional resultam para o destino uma melhoria geral de infraestrutura, melhoria da qualidade de vida da população no que tange à qualificação profissional e aumento da geração de renda, proteção ambiental dos recursos naturais com maior impacto da atividade turística, além da maior divulgação do produto turístico.

- **Concorrência com outros destinos**

A proximidade com os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco que exploram de forma mais intensiva o turismo, acarreta numa inibição para o turismo sergipano, principalmente no tocante aos traços culturais inerentes a cultura local e como consequência observa-se um lento avanço da exploração da atividade do turismo no território sergipano.

A centralidade exercida por Aracaju no turismo do Estado deve-se as condições propícias que o destino oferece para fixação do turista. Apesar deste papel centralizador ser importante no início do desenvolvimento turístico do Polo, faz-se necessário gerar condições para que outros destinos potenciais se desenvolvam e possam fortalecer o desenvolvimento pleno do turismo. As ações de promoção do destino Sergipe têm se mostrado cada vez mais diversificada quanto a apresentação de outros destinos, como a foz do São Francisco em Brejo Grande, visitação à Reserva Santa Isabel em Pirambu para o Projeto Tamar, e as praias de Estância.

- **Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo**

Não obstante a identificação de ativos ambientais significativos ao longo de todo Polo, especialmente nas áreas de proteção ambiental, deve-se considerar os possíveis efeitos de uma

ocupação desordenada por conta da intensificação das atividades do setor de turismo no Polo. Podem ser consideradas preocupantes a expansão provocada pelo setor imobiliário em áreas de atrativos turísticos, a exemplo dos municípios de Barra dos Coqueiros e ao norte, em localidades ambientalmente sensíveis, a exemplo do município de Barra dos Coqueiros e das praias do Saco e Abaís (Estância) e Caueira (Itaporanga D'Ajuda), que poderão resultar em prejuízos ambientais muito significativos, conforme previsto no diagnóstico deste estudo.

A massificação do turismo no Polo pode trazer como impacto para a área litorânea a degradação da fauna e flora, além de propiciar o processo erosivo. Outro fator é a pressão imobiliária local com a valorização dos terrenos e busca por construção de veraneio exercendo uma pressão impactante sobre o ecossistema.

Assim, deve-se considerar como passível de análise crítica, um possível risco de degradação ambiental provocado pela massificação de atividades turísticas não planejadas de maneira adequada e diretiva.

- **Risco de descontinuidade administrativa**

Este outro fator crítico identificado está ligado às transições governamentais e consequente a descontinuidade administrativa. É agravado pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas e as reduzidas capacidades de execução de ações programadas. Consequentemente, tende a causar mudanças de rumo nas políticas públicas para o setor.

Com isto, as ações diagnosticadas e programadas tendem a ser valorizadas ou preteridas de acordo com a determinação estratégica do governo vigente. No entanto, algumas ações em curso não podem ser modificadas por completo por se tratar de parceria formalmente compactuada, o que constitui uma oportunidade para o desenvolvimento das ações.

9 Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento do Turismo

O processo de elaboração da AAE contempla a construção de cenários cuja definição corresponde à visão de futuro do turismo e dos objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade na região de cada Polo. Essa avaliação se torna importante uma vez que ao se falar em estratégias deve-se olhar para o longo prazo.

Uma questão deve ser enfatizada, a construção de cenários não é elaborada com o intuito de adivinhar, predizer ou prever o futuro. Essa técnica é usada para reduzir as incertezas e orientar as decisões estratégicas sobre como construir o melhor futuro possível.

9.1 Visão De Futuro

A atividade turística compreende um conjunto complexo de relações que devem ser consideradas exigindo a interdisciplinaridade para a sua compreensão. Pode-se falar, entre outras, de relações sociais, econômicas e ambientais.

Para que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma sustentável, é necessário transcender o seu estudo apenas como atividade econômica, incluindo-se na análise as dimensões social e ambiental.

O incremento das ações previstas pelo PRODETUR/SE abrirá um novo caminho para o turismo em Sergipe, através da captação de recursos para o desenvolvimento dos Polos turísticos Costa dos Coqueirais e Velho Chico.

O principal objetivo do Programa é o desenvolvimento sustentável das regiões com potencial turístico, ou seja, melhorar a qualidade de vida da população regional, através da geração de emprego e renda, melhoria da qualidade dos serviços urbanos e do meio ambiente. Esta é sem dúvida a visão esperada para o futuro do turismo para os Polos.

No entanto, a prática do turismo demanda infraestrutura adequada para atender as exigências impostas pela lógica do mercado turístico (hotéis, pousadas, aeroportos, vias de acesso, saneamento básico, entre outros). Para suprir essa demanda, o meio ambiente natural funciona como importante matéria-prima, embora não a única e, conseqüentemente, sofre alterações em suas características, tais como o desmonte de dunas e falésias, poluição dos recursos hídricos, desmatamentos, além da poluição visual e sonora.

A esses fatores certamente se juntam as intervenções no cotidiano da comunidade local, o aumento da criminalidade e a degradação progressiva destes espaços. Dessa forma, além das medidas potencializadoras e mitigadoras, apresentadas no estudo de Identificação e Avaliação de Impactos Potenciais das ações do PRODETUR/SE, da presente Avaliação Ambiental Estratégica, as ações previstas devem ser precedidas de Estudos Ambientais próprios e detalhados segundo as exigências do órgão ambiental responsável pelos licenciamentos, visando proporcionar a proteção ambiental e a sustentabilidade.

9.2 Objetivos de Sustentabilidade

As recomendações apresentadas nesta Avaliação Ambiental Estratégica têm o intuito de complementar e/ou adequar às ações previstas aos objetivos de sustentabilidade, ou seja, assegurar a visão estratégica, na perspectiva de incluir a dimensão ambiental no conteúdo de todas as ações, recomendando medidas adicionais preventivas e de controle dos riscos ambientais decorrentes do desenvolvimento da atividade turística nos Polos. Os objetivos de sustentabilidade que devem ser seguidos no horizonte de abrangência da AAE, são:

- Conservação do ambiente natural e sua biodiversidade em todas as fases de implantação e operação das ações do PRODETUR/SE. Assim, as estratégias do turismo devem adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção dos processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.

- Planejar o turismo de forma sustentável como maneira mais eficaz para evitar a ocorrência de danos irreversíveis aos meios turísticos, de minimizar os custos sociais, econômicos e ambientais que afetam os moradores das localidades e de otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico, resultando em um turismo sustentável

- Explorar o potencial turístico local, levando-se em conta os aspectos econômico, sociocultural e ambiental, fortalecendo o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável e não de um simples turismo.

- Aplicar os indicadores de sustentabilidade ou ferramentas de avaliação que contemplam a realidade de cada Polo para auxiliar as tomadas de decisões além de mensurar e monitorar as mudanças ao longo do tempo.

9.3 Construção de Cenários

O processo de elaboração da AAE contempla a construção de cenários cuja definição corresponde à visão de futuro do turismo e dos objetivos de sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade na região de cada Polo. Essa avaliação se torna importante uma vez que ao se falar em estratégias deve-se olhar para o longo prazo.

Uma questão deve ser enfatizada, a construção de cenários não é elaborada com o intuito de adivinhar, prever ou prever o futuro. Essa técnica é usada para reduzir as incertezas e orientar as decisões estratégicas sobre como construir o melhor futuro possível.

Nesta AAE, o método de construção dos cenários observou as recomendações do Termo de Referência, definindo os Cenários de Referência, Cenário de Desenvolvimento e Cenário de Desenvolvimento Sustentável, da seguinte forma:

- **Cenário de Referência (CR):** compreende a projeção das tendências decorrentes da caracterização do ambiente indicada na Linha de Base e no Diagnóstico Estratégico sem, portanto, ser considerada a hipótese de implementação do Programa;

- **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP):** compreende a projeção das tendências decorrentes da implementação do Programa, contendo a identificação das mudanças que seriam introduzidas no ambiente e sua avaliação do ponto de vista da contribuição que fará à economia do turismo e ao desenvolvimento sustentável dos Polos, Regiões e Municípios contemplados no Programa, assim como as interações com outras regiões do estado e/ou outras regiões do país;
- **Cenário de Desenvolvimento Sustentável (CDS):** após a definição e caracterização dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR para os Polos, deverá ser realizada a Avaliação Comparativa dos mesmos, resultando daí a proposição de um cenário de desenvolvimento sustentável, no qual devem ser explicitadas as recomendações:
 - De ajustes, correções e ações complementares que devem ser introduzidas no Programa;
 - De medidas e instrumentos que complementem, seja em termos de regulação, gestão pública, mitigação de impactos, indução de vetores de transformação do espaço etc.; e
 - De ajustes/complementações nos respectivos PDITS.

Assim, todo processo estratégico deve obrigatoriamente ser iniciado com uma avaliação diagnóstica que dará subsídios para o entendimento do cenário de referência, com possibilidades de avaliação dos cenários futuros. E foi com base nas informações levantadas na primeira fase da AAE que a construção dos cenários foi elaborada.

9.3.1 Polo Velho Chico

9.3.1.1 Cenário de Referência

Tendo em vista que a promoção da atividade turística deve prezar pela interação das ações (programas, planos e projetos) nos mais diversos níveis da sociedade, é necessário observar que algumas ações que estão sendo desenvolvidas no Polo Velho Chico, como investimentos em âmbito estadual, podem repercutir sobre iniciativas previstas pelo PRODETUR/SE. Tais ações devem ser observadas e consideradas para o planejamento daquelas expostas na matriz de investimento do PRODETUR/SE.

Além dos Investimentos previstos na Matriz de Investimentos do PRODETUR/SE, o Governo do Estado de Sergipe tem investido em manutenção e construção no Polo Velho Chico, como mostra o Quadro 7. Tais ações, exercem impacto direto sobre o desenvolvimento turístico da região ao melhorar o acesso para os principais pontos atrativos, como é o caso da recuperação de rodovia que dá acesso à Estância. Há de se ressaltar a importância das ações descritas no Quadro 7, uma vez que a não execução destes resultaria em aumento considerável de custo e do fator tempo no que se refere ao deslocamento dos turistas para o polo, o que poderia prejudicar o fluxo turístico para a região.

Quadro 7 - Obras e Projetos rodoviários em Execução no Estado de Sergipe – Polo Velho Chico.

ÓRGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	POSIÇÃO
DER-SE	CANHOBÁ	Implantação e Pavimentação da Rodovia Canhoba / Aquidabã (SE- 160), trecho: Entr. SE-200 / Entr. SE-204, aprox. 20 km.	Em andamento
DER-SE	DIVERSOS MUNICÍPIOS	Recuperação de pavimentação das Rodovias de acesso ao Distrito Industrial de Estância/BR101 e ao Distrito Industrial de Propriá. Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem e Sinalização da SE-339/parte do acesso ao Pov. Floresta, em N. Sra. Das Dores e do trecho que liga a BR-101 a parte do acesso ao Pov. Castanhal, em Capela.	Em andamento
DER-SE	POÇO REDONDO	Implantação e Pavimentação das Rodovias Sítios Novos / Santa Rosa do Ermírio (SE-407) / Divisa SE/BA (SE-315), aprox. 28,6 km.	Em andamento
DER-SE	PROPRIÁ	Implantação da Rodovia SE – 427, trecho: Pov. São Miguel e Pov. Santa Cruz	Licitação / Contratação
DER-SE	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	Implantação e Pavimentação da Rodovia Pov. Saúde / Santana do São Francisco (SE-120), aprox. 4,80 km.	Em andamento

O governo Federal, através do Dnit e em parceria com o Governo Estadual, está investindo na duplicação da BR 101, tal investimento está dividido em cinco lotes, destes, apenas o Lote 1 contempla diretamente o Polo Velho Chico: Lote 1: Propriá (km 0) – Capela (km 40).

Investimentos em infraestrutura básica também são essenciais ao apoio ao turismo e facilitam o planejamento de novos serviços necessários. Diante da complexidade da atividade turística, ações que contemplem elementos como saúde, manutenção de pontos turísticos e mobilidade urbana, tendem a atrair o turista. Tais investimentos devem ser levados em consideração pelo PRODETUR/SE uma vez que o planejamento do turismo deve ser realizado de forma estratégica e sinérgica com os demais investimentos previstos para a região. O Quadro 8 apresenta uma relação de obras e projetos de infraestrutura que estão em execução no Polo Velho Chico.

De forma geral, o cenário atual dos municípios pertencentes ao Polo Velho Chico se apresenta com problemáticas relacionadas à urbanização sem planejamento. Pode-se comprovar em alguns municípios do Polo, o precário saneamento básico, principalmente com relação ao esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Quadro 8 - Obras e Projetos em Execução no Estado de Sergipe – Polo Velho Chico – CEHOP 2012

ÓRGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	POSIÇÃO
DER-SE	AMPARO DO SÃO FRANCISCO	Pavimentação asfáltica de diversas ruas	Em andamento
SEINFRA	CANHOBÁ	Elaboração dos Projetos Executivos de Infraestrutura da Orla e Via de Acesso ao Povoado Borda da Mata	Em andamento
CEHOP	CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	Reforma e Ampliação da Delegacia Municipal	Em andamento
DER-SE	DIVERSOS MUNICÍPIOS	Pavimentação asfáltica em diversas ruas nas Sedes dos Municípios de Pirambu, Pacatuba, São Francisco, Canhoba, Gararu e Itabi	Em andamento
CEHOP	NEÓPOLIS	Programa de Prevenção – Construção de muro de arrimo para proteção e retificação do talude na Rua Lizete Gomes	Licitação / Contratação
CEHOP	N. SRA. DA GLÓRIA	Reforma do Hospital Local	Em andamento
DER-SE	N. SRA. DA GLÓRIA	Pavimentação Asfáltica de diversas Ruas da Sede.	Em andamento
DER-SE	POÇO REDONDO	Implantação e Pavimentação das Rodovias Sítios Novos / Santa Rosa do Ermírio (SE-407) / Divisa SE/BA (SE-315), aprox. 28,6 km.	Em andamento
DER-SE	POÇO REDONDO	Contorno do Povoado Santa Rosa do Ermírio e Variante do Povoado Cruz do Homem	Em andamento
DER-SE	PROPRIÁ	Implantação da Rodovia SE – 427, trecho: Pov. São Miguel e Pov. Santa Cruz	Licitação / Contratação

Como observado no Quadro 8 acima, os municípios que serão atingidos por outros investimentos (Figura 42), além daqueles definidos pelo PRODETUR/SE para o Polo Velho Chico, contemplam tanto atrativos turísticos já consolidados, Canindé de São Francisco e o complexo Xingó, como também municípios que possuem poucas iniciativas ligadas ao turismo, como Amparo de São Francisco, Canhoba e Propriá. Vale ressaltar que tais investimentos maximizam o potencial turístico com o incremento de infraestrutura básica nestes municípios. Entretanto se considerássemos a não execução destas obras e projetos descritos no Quadro 8, podemos concluir que teriam um impacto negativo pequeno no contexto geral, sobretudo nas áreas consideradas como atrativo turístico consolidado.



Figura 42 – Municípios do Polo Velho Chico contemplados com investimentos que poderão influenciar nas ações do PRODETUR/SE.

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR, 2012.

Numa outra vertente importante para o desenvolvimento do turismo, as unidades de conservação são espaços territoriais especialmente protegidos e são consideradas uma das melhores estratégias para a conservação da biodiversidade *in situ*. Algumas categorias de manejo não comportam visitação e, nas categorias em que esta atividade é permitida, ela deve estar adequada ao respectivo plano de manejo. No Polo Velho Chico existem Unidades de Conservação como: Parque Natural Municipal de Lago Frio, Monumento Natural da Grotta do Angico, e APA do litoral Norte. Além das UC's listadas no Polo Velho Chico existe uma área protegida nomeada como Terra Indígena Caiçara/ Ilha de São Pedro. Dessas áreas protegidas, apenas o Monumento Natural da Grotta do Angico possui plano de manejo, embora não haja ainda indícios indicativos de que o seu programa de operacionalização esteja efetivamente sendo implementado.

Nos últimos anos a utilização do marketing como estratégia de valorização das regiões e de uma maior divulgação dos atrativos turísticos dinamizou a atividade turística, através do aumento de fatores como o fluxo turístico e o crescimento do comércio. No Polo Velho Chico como atrativos turísticos de maior destaque têm-se a Grotta do Angico, local da morte de lampião, o Cânion de Xingó e as prainhas formadas às margens do rio São Francisco. Embora se perceba esse crescimento, o mesmo ainda é considerado precário e insuficiente para atender à necessidade de crescimento turístico.

Os municípios do sertão turístico sergipano possuem características paisagísticas e socioeconômicas semelhantes. Canindé do São Francisco destoa da realidade dessa região devido aos índices socioeconômicos, mas assemelha-se por características ambientais, é nesse município que se encontra um dos principais atrativos turísticos de Sergipe, o Complexo de Xingó, com seus Cânions e infraestrutura turística que o cerca.

Outro atrativo marcante na região é o Roteiro do Cangaço, onde, além da observação de características culturais da região, visita-se a Grotta de Angicos, local de morte de Lampião (personagem importante da cultura nordestina). Nos outros municípios que compõem essa Região Turística, o turismo ainda é pouco incentivado, mas as suas relações culturais e paisagísticas assemelham-se permitindo a inserção deles no Sertão Turístico Sergipano.

Apesar do potencial, o Diagnóstico e Linha de Base da presente AAE evidenciam o pequeno desenvolvimento do turismo do Polo Velho Chico. Um dos grandes problemas está relacionado à estratégia do produto turístico. As localidades não estão preparadas para receber o turista, e em sua maioria está pautado apenas em suas belezas naturais e culturais. A mão de obra local não está qualificada para atender ao turista e os municípios não possuem sinalização turística adequada.

De forma geral o maior atrativo histórico-cultural do Polo (o Cangaço) não possui a atenção adequada no que diz respeito a investimentos para o seu desenvolvimento enquanto produto turístico. A Trilha do Cangaço não possui infraestrutura básica para recepção e atração de visitantes e não existe um Centro Histórico-Cultural que favoreça a conservação e divulgação desse patrimônio.

Outro aspecto evidenciado pela Linha de Base foi a ausência de Planos Diretores em alguns dos municípios do Polo, o que dificulta a governança de questões socioambientais e turísticas. O Plano Diretor é a base para o planejamento do município, cabendo a ele a tarefa de articular as diversas políticas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção. Sem esse suporte estratégico as ações para o desenvolvimento do turismo ficam prejudicadas e são realizadas sem sinergia com o planejamento municipal e regional.

Como indicado no diagnóstico do Polo, os planos, programas e projetos existentes são mal aplicados ou inexistem, sendo possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido, pois, em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgãos públicos locais para que organizem e tornem a atividade turística atuante. Portanto, há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade nesta atividade.

9.3.1.2 Cenário de Desenvolvimento

Diante do cenário de pouco crescimento da atividade turística na região do Polo Velho Chico, os investimentos do PRODETUR/SE, elencados no Quadro 9, pretendem alavancar o desenvolvimento da região.

Quadro 9 – Ações de investimentos previstas no PRODETUR/SE associadas aos fatores críticos estratégicos do Polo Velho Chico

Fatores Críticos	Ações previstas
Produto Turístico	
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grotta do Angico	• Implantação do Centro de Referência do Cangaço; • Melhorias na trilha do Cangaço; • Execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para os destinos turísticos; • Estratégias de roteiros e produtos históricos culturais

Fatores Críticos	Ações previstas
	e adequação e modernização de museus.
Baixa Qualificação profissional e empresarial	• Execução do Plano de capacitação profissional e empresarial para o Turismo.
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	• Estudos e estratégias de circuitos de ecoturismo no Rio São Francisco; • Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo); • Elaboração e implementação de projetos de valorização de atrativos e roteirização turística nos quatro destinos prioritários do Polo.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	• Oferta de assistência técnica a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços, gestão ambiental e responsabilidade social; • Geração de infraestrutura e serviços básicos com obras para roteiros de ecoturismo no São Francisco; • Estudo e estratégia de circuitos de ecoturismo no Rio São Francisco; • Elaboração e implementação de projetos de valorização de atrativos e roteirização turística nos quatro destinos prioritários do Polo.
Estratégia de Comercialização	
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado	• Revisão, Reajuste e monitoramento do Plano de Marketing.
Pequena oferta de divulgação dos atrativos	
Incentivo externo para investimento na atividade turística	• Ações nas áreas de Valoração do Produto Turístico com a execução do Plano de Marketing.
Gestão Socioambiental	
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	• Apoio à prevenção da exploração sexual pelo turismo; • Implementação de ações de educação e sensibilização ambiental do turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras; • Apoio à Implementação dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos; • Implantação do sistema de esgotamento sanitário em pontos turísticos chaves, como a Prainha de Canindé do São Francisco.
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	• Elaboração do Estudo de Limites De Mudanças Aceitáveis de Destinos Turísticos Frágeis; • Elaboração e Execução do Programa Integrado de Educação Ambiental para o turista e comunidade; • Elaboração e Execução de Planos de Manejo e Usos Públicos de Unidades de Conservação; • Implantação de ações de restauração de ecológica e paisagística de áreas turísticas de alto valor natural e degradadas do rio Jacaré; • Apoio à Implementação dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos.

Fatores Críticos	Ações previstas
Fortalecimento Institucional	
Risco de descontinuidade administrativa Falta de integração dos órgãos governamentais	• Implementação do Fortalecimento de Gestão; • Elaboração do Plano de Gestão dos destinos turísticos; • Revisão e atualização do PDITS do Polo Velho Chico; • Elaboração do Plano Diretor Municipal de Santana do São Francisco; • Implantação do fortalecimento institucional dos órgãos estaduais gestores de turismo; •
Infraestrutura e Serviços Básicos	
Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente	• Construção de Orlas e Atracadouros; • Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; • Elaboração do Projeto executivo e Construção da Rodovia SE-405 Curralinho – Poço Redondo • Elaboração do projeto e implantação do Centro de Referência do Cangaço; • Melhoria da trilha do cangaço;
Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos	

Tais ações, devem exercer impacto direto sobre o desenvolvimento turístico da região ao melhorar o acesso para os principais pontos atrativos de forma interligada com outros investimentos do governo relacionados com o contrato do BID executado pelo PRODETUR/SE, havendo uma sinergia de ações promovendo o desenvolvimento e consolidação do destino.

Para valorizar o produto turístico, a matriz de investimento tem estratégias como: plano de capacitação profissional para o turismo e programas de capacitação empresarial, e a elaboração de projetos e execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos. Através da indicação sinalizada dos atributos turísticos haverá uma maior organização dos fluxos dentro dessas comunidades, mas há a necessidade de monitoramento dos equipamentos sinalizadores para que não haja deterioração por descuido e vandalismo. Estas ações conferem ao PRODETUR/SE uma atitude proativa para solucionar problemas sérios no Polo e que geram impactos cumulativos e sinérgicos sobre o aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Na matriz de investimento, como estratégia de gestão ambiental, está prevista a implantação do sistema de esgotamento sanitário na prainha do município de Canindé do São Francisco. A implantação do esgotamento sanitário é significativa para o local, pois se trata de um ambiente frágil geologicamente e dotado de atributos naturais. É importante haver o monitoramento do sistema que esgota os efluentes e a revitalização quando houver necessidade, mitigando possíveis impactos, advindos principalmente nas temporadas de maior fluxo turístico. As ações visando a diminuição das desigualdades sociais e melhoria da visão ambiental e da qualidade de vida da sociedade envolvida com o turismo são temas focais no Programa.

A implantação do sistema de esgotamento sanitário trará benefícios à população residente na área. Dentre os impactos positivos, podemos destacar a melhoria na qualidade ambiental, através da adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos, diminuindo a proliferação

de doenças (principalmente parasitárias) e vetores transmissores. Atrelada a esses fatores, está a melhoria na qualidade de vida. Podemos destacar também a valorização da atividade turística, visto que as adequações realizadas promoverão a estruturação da infraestrutura da localidade.

As intervenções do PRODETUR/SE pretendem adequar os espaços as novas demandas das localidades, decorrentes do aumento do fluxo turístico. A construção de espaços e a revitalização de bens de uso público darão um maior suporte ao turismo do Polo Velho Chico, principalmente nas localidades que apresentam índices sociais e econômicos baixos.

Os municípios que estão na área de influência direta do Rio São Francisco receberão investimentos que serão direcionados a construção de orlas e atracadouros, implantação e revitalização de rodovias e construção de espaços para o turismo histórico. Essas ações são fundamentais para o aumento do fluxo turístico e dinamização do setor econômico das localidades.

A construção de orlas e atracadouros na prainha do município de Canindé do São Francisco e no povoado Currallinho, em Poço Redondo, são obras previstas na matriz de investimentos do PRODETUR/SE e que tem o potencial de dinamizar o turismo nessas localidades e em outros locais do Polo Velho Chico. Esses núcleos populacionais se caracterizam como comunidades tradicionais, portanto a implantação de empreendimentos com finalidade turística pode causar impactos irreversíveis, por isso é preciso que haja estudo de impacto ambiental, estudo de impacto de vizinhança, programas e planos de monitoramento, principalmente nos períodos de maior fluxo turístico. Tais ações visam a valorização dos atrativos turísticos, embora também configurem em impactos cumulativos negativos como a perda de qualidade paisagística e aumento de resíduo sólido.

O Programa de Capacitação Profissional, se bem planejado, gerará mão de obra especializada para os postos de trabalho criados pelo turismo. Nos municípios do Polo Velho Chico ainda é significativo o número de pessoas sem alfabetização e analfabetas funcionais. Portanto, para que a população seja inserida, em especial os jovens, torna-se importante que seja realizada uma parceria entre o Programa e o sistema educacional estadual e local, possibilitando melhorias na qualidade de vida da população e inclusão social.

Os investimentos que serão direcionados a implantação e recuperação de rodovias proporcionarão maior acessibilidade às rotas do turismo que serão incrementadas por obras de infraestrutura para um maior suporte ao aumento dos fluxos turísticos.

É previsto, pela matriz de investimento propostas pelo PRODETUR/SE, a elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental bem como elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais.

Relacionando a importância para a atividade turística, o Monumento Natural da Grota do Angico será contemplado no Programa financiado pelo BID para a elaboração de plano de manejo e o APA Litoral Norte com o plano de Uso Público. Esses investimentos em gestão ambiental nas Unidades de Conservação deverão atuar de forma compensatória e preventiva a possíveis impactos decorrentes de ações estruturantes previstas nas unidades como a adequação da trilha do Cangaço e a construção de Centro de Referência do Cangaço. E de forma geral,

espera-se que estas Unidades de Conservação recebam como impacto cumulativo de médio prazo uma maior fiscalização e monitoramento das atividades turísticas, além da elaboração de políticas ambientais a longo prazo.

As intervenções nos locais não modificarão a paisagem de forma acentuada e não haverá nessas localidades a verticalização de equipamentos urbanos, portanto, espera-se as condições edilícias desses núcleos populacionais serão mantidas. As obras de maior amplitude nos espaços e de modificação mais acentuada nos terrenos serão a construção de orlas, atracadouros, estradas e museu. A manutenção do conjunto arquitetônico dessas localidades é importante para a preservação das características da região, da identidade culturais e atributos naturais. Como forma de manter o conjunto arquitetônico dessas localidades é necessária que haja gestão e planejamento das intervenções turísticas e o monitoramento do uso e ocupação dos solos, a partir das novas funcionalidades, resultantes, do turismo, com destaque para as comunidades tradicionais, ao exemplo dos povoados Curralinho e Bom Sucesso do município de Poço Redondo.

Espera-se que os investimentos do PRODETUR/SE nessas localidades dinamizem a economia local, contribuindo para uma maior oferta de empregos, crescimento das atividades comerciais e aumento da rentabilidade para os municípios. No entanto, a intensificação dos fluxos poderá produzir relações internas dentro desses espaços, antes territorializados por uma dinâmica do lugar, que desencadearão (des) territorializações dentro dessas comunidades. O aumento do fluxo turístico e a permanência do turista são fatores responsáveis por modificações nos hábitos das comunidades, e na perda da identidade de alguns núcleos atingidos pelo turismo. Um dos principais resultados dos impactos cumulativos do Programa é a consolidação dos destinos turísticos.

A atividade turística é um dos ramos da economia que mais obtêm investimentos, como também é grande agente gerador de capital, no entanto comumente esses rendimentos não são direcionados para o desenvolvimento das comunidades, gerando territórios de uso apenas do visitante, margeando a população do lugar, o que acaba provocando o estranhamento e possíveis conflitos sociais.

Quadro 10 - Resumo do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento do Polo Velho Chico

FATOR CRÍTICO	CENÁRIO DE REFERÊNCIA	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO		
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grota do Angico	No Polo Velho Chico como atrativos turísticos de maior destaque têm-se o Monumento Natural da Grota do Angico, local de grande importância histórica, por marcar o local da morte de lampião; e o Cânion de Xingó e as praias formadas às margens do rio São Francisco.	Esses atrativos apesar de singulares e de uma enorme beleza cênica, ainda não possuem a valorização necessária para atender à necessidade de crescimento turístico, marco que pretende ser alcançado com os investimentos voltados para valorização do produto turístico do Polo.
Baixa Qualificação profissional e empresarial	Mercado turístico escasso de mão de obra qualificada e setor empresarial em busca de novas práticas de desenvolvimento.	Geração de mão de obra local qualificada e pronta para ser aproveitada pelo mercado local, além de setor empresarial capacitado com novos métodos para crescimento sustentável.
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	Informações turísticas deficientes e por vezes indisponíveis, o que dificulta a melhor atuação dos órgãos municipais e estadual ligados ao turismo.	Informações turísticas suficientes e disponíveis, o que acarreta uma melhor atuação dos órgãos municipais e estadual ligados ao turismo e facilita superar possíveis deficiências de legislações pertinentes através da promoção de políticas públicas locais, que se adequem ao Plano Nacional de turismo.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	O estado tem recebido cada vez mais turistas oriundos dos estados vizinhos e o atrativo dos Cânions de Xingó é responsável pelo incentivo de muitos turistas visitarem o estado, porém os turistas que chegam aos atrativos do Polo Velho Chico não permanecem no destino pela estrutura turística deficiente. Os turistas hospedam-se na capital e, visitam os atrativos do Polo Velho Chico e retornam para Aracaju.	O crescimento do fluxo turístico da região deve ser ressaltado pelos investimentos previstos na matriz de investimentos do PRODETUR/SE, porém o Polo precisa de mais investimentos em infraestrutura turística, em meios de hospedagem e de alimentação, a fim de fixar o turista nos atrativos e gerar mais renda para os municípios.
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado	Polo com potencial turístico pouco aproveitado, principalmente os atrativos localizados fora do município de Canindé do São Francisco.	Melhoria no planejamento turístico do Polo, aproveitando o potencial para o desenvolvimento dessa atividade.

Pequena oferta de divulgação dos atrativos	Plano de Marketing que não atende a necessidade do mercado turístico local.	Divulgação dos atrativos turísticos do Polo a partir de um Plano que contemple o novo cenário turístico proporcionado pelos novos investimentos do PRODETUR/SE e subsidiados por políticas públicas desenvolvidas também pela administração pública local.
Incentivo externo para investimento na atividade turística	Os investimentos desprendidos para o Polo Velho Chico são insuficientes para suprir a demanda de infraestrutura turística do Polo, nesse sentido, investimentos externos surgem como uma excelente alternativa à falta de recursos.	Diante do cenário de pouco crescimento da atividade turística na região do Polo Velho Chico, os investimentos do PRODETUR/SE pretendem alavancar o desenvolvimento da região, com investimentos na área socioambiental, institucional, de valorização do produto turístico, de marketing e de infraestrutura. De forma que o incentivo à atividade turística seja aplicado de forma estratégica e abrangendo todas as áreas de deficiência do turismo.
COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	A situação social dos municípios do Polo Velho Chico apresenta deficiências em vários de seus aspectos, como as áreas de educação, saúde, infraestrutura, a exemplo de saneamento básico, segurança pública e outros. Em geral, os municípios que apresentam piores rendas, tendem a ofertar também piores serviços públicos, a exemplo de Santana do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba e Amparo do São Francisco.	Buscar o envolvimento e a absorção efetiva da mão de obra dos moradores na atividade turística, promovendo qualificação profissional e geração de emprego e renda, a fim do turismo cumprir com a função de impulsionar diversos setores da economia com destaque para o comércio e os serviços, para que não seja reprodutora da desigualdade social e desencadeadora de conflitos, principalmente nos municípios menos favorecidos economicamente.
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	Utilização dos recursos naturais como produto para o turismo, sem uma efetiva gestão ambiental destas áreas.	A intervenção do PRODETUR/SE em gestão e política ambiental, traz melhorias em saneamento ambiental, em preservação e em educação e conscientização ambiental voltada para os moradores e visitantes.

COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Falta de integração dos órgãos municipais e governamentais	Comunicação deficiente entre os órgãos gestores do turismo nos municípios e o estado de Sergipe, fato relacionado a conflitos políticos ou desinteresse do gestor pela atividade turística.	Parcerias firmadas entre os diversos setores envolvidos na atividade turística, a fim de facilitar a comunicação entre os gestores do turismo e buscar a municipalização das interações institucionais.
Risco de descontinuidade administrativa	As transições governamentais observadas desde o início do PRODETUR/SE ocasionaram descontinuidade administrativa, agravada pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas na estrutura do governo, o que consequentemente ocasionou mudanças no rumo das políticas públicas para o setor do turismo.	Executar este financiamento pautado na continuidade das ações e no monitoramento por profissionais capacitados e especializados.
COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente	Infraestrutura existente deficiente e serviços básicos fornecidos de forma precária, não fixando o visitante no atrativo como principal destino.	As ações do PRODETUR/SE e do governo pretendem aumentar a estrutura dos locais atingidos direta e indiretamente pelo turismo. Com melhorias previstas, como ações de infraestrutura turística, implantação e melhoria de rodovias, instalação de lixeiras em locais apropriados; coleta seletiva do lixo e posterior encaminhamento a destinos adequados; e instalação de sinalização indicativa, educativa ou interpretativa.
Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos	O Cenário de Referência identifica que os Planos, Programas e Projetos voltados ao desenvolvimento do Polo Velho Chico são mal aplicados ou não suprem a demanda por planejamento.	Elaboração e execução de Planos, Programas e Projetos, bem elaborados e de execução contínua, envolvendo equipe capacitada e monitoramento, mesmo após conclusão do empreendimento.

9.3.1.3 Cenário de Desenvolvimento Sustentável

Planejar o turismo em uma área como a do Polo Velho Chico, cercada de complexidade de atores e ambientes, é mais do que pontuar investimentos que proporcionem a exploração do turismo na área, deve-se relacionar esta atividade, de forma estratégica, aos mais diversos setores da sociedade.

Diante de todo um cenário global de discussões acerca da busca pelo desenvolvimento sustentável, que é o cenário desejável para o desenvolvimento do turismo, o incentivo à atividade turística deve perpassar pela obediência às dimensões da sustentabilidade e fazer parte de um plano integrado de investimentos. O PRODETUR/SE, como plano regional, deve focar os investimentos feitos em Sergipe em ações interligadas a planos, programas e projetos macros. Por exemplo, não é possível trabalhar com o Polo Velho Chico isolando-o das atividades turísticas dos estados vizinhos sobre o Rio São Francisco. As ações previstas no referido Polo precisa compor um planejamento onde se reconheça que o Rio São Francisco e região não são atrativos estritamente sergipanos, também compõem importantes marcos turísticos para outros estados. Os gestores do turismo na região também devem trabalhar a diversidade de atrativos na região, já que o único trabalhado de forma contínua é o Cânion do São Francisco.

Uma atividade turística sustentável surge a partir de políticas públicas que se preocupem com a organização dos mais diversos setores da sociedade, como poder público, comunidades tradicionais a grandes investidores. É evidente que os componentes estratégicos previstos na matriz de investimentos podem proporcionar melhorias para o turismo na área do Velho Chico, porém sem uma visão integrada e contínua de todas as ações, estas proporcionarão apenas uma oscilação positiva momentânea, desencadeando, em período breve, uma estagnação do turismo na região.

Os novos investimentos que serão implantados a partir da presente AAE modificarão a dinâmica das comunidades atingidas, principalmente as comunidades com menor urbanização. Assim, os impactos do turismo sobre as comunidades devem mitigados através de planos e programas de comunicação e sensibilização das comunidades e visitantes quanto à manutenção dos traços culturais dos lugares.

Os investimentos que serão direcionados a implantação e recuperação de rodovias proporcionarão maior acessibilidade às rotas do turismo que serão incrementadas por obras de infraestrutura para um maior suporte ao aumento dos fluxos turísticos. As intervenções realizadas pelos órgãos citados acima, são de significativa importância para a fomentação do turismo no Polo Velho Chico. As localidades terão melhores condições de acessibilidade, qualidade de vida para as populações do lugar e de suporte dos fluxos turísticos. Com isto, o impacto cumulativo gerado será observado pela valorização dos atrativos turísticos e das atrações culturais. Muito embora haja um impacto negativo para esta ação decorrente do aumento do consumo e geração de resíduo e da degradação da paisagem, a acessibilidade garante à população uma melhoria na qualidade de vida.

Embora obras viárias sejam importantes para o desenvolvimento do turismo, questões sobre a sustentabilidade devem ser levadas em consideração para a sustentabilidade das obras.

Para concretizar a construção da rodovia SE-405 no povoado Curralinho em Poço Redondo, se faz necessário adotar durante a implantação e operação, as melhores alternativas de sustentabilidade ambiental para minimizar as interferências ambientais como: supressão vegetal e risco à fauna devido ao aumento do fluxo rodoviário. Esse aspecto é bastante relevante, pois mesmo já sendo usada pela população local, a estrada é caracterizada por ser uma via de baixa velocidade. Uma vez asfaltada essa dinâmica mudará podendo gerar impactos para a fauna e flora local. Desta forma, sugere-se prever a construção da rodovia com menor área de remoção vegetal possível a através de técnicas que não aumentem consideravelmente a velocidade atual da via (com paralelepípedos, por exemplo). O aumento do ruído pode provocar o afugentamento dos animais e o aumento do fluxo e velocidade rodoviário aumenta os riscos de atropelamento de animais e pessoas.

A estratégia de abertura da Trilha do Cangaço e a construção do Centro de Referência e Museu do Cangaço no município de Poço Redondo podem ser vistos como uma zona de uso intensivo que é aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais com alteração antrópica que concentram as atividades ligadas ao uso público de maior intensidade. É importante a implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de proteção, controle, monitoramento, uso público e pesquisa.

As atividades de uso público incluem infraestrutura de sinalização, monitoramento, instalação de lixeiras em locais apropriados; a coleta seletiva do lixo e posterior encaminhamento a destinos adequados; ao estímulo à instalação de sinalização indicativa, educativa ou interpretativa de modo a levar o visitante a compreender a filosofia e as práticas de conservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural. Portanto, trilhas, devem oferecer boa trafegabilidade e segurança aos usuários; circulação de veículos motorizados para transporte individual e/ou coletivo, com finalidade de visitação e limitada aos locais definidos. Esta interferência na paisagem local trará valor ao destino e uma forma de uso sustentável do atrativo.

A Elaboração de Projeto e Execução da Sinalização Viária Indicativa e Interpretativa para Destinos Turísticos é uma estratégia que requer atenção para não ocasionar uma descaracterização do meio ambiente. A sinalização turística dos municípios envolvidos no Polo deve, de acordo com os objetivos e princípios básicos do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, visar o desenvolvimento sustentável da região. A sinalização turística, ferramenta desse sistema, oferece facilidade de orientação aos visitantes para se direcionarem com segurança aos destinos pretendidos, contribuindo com o planejamento e a melhoria da prática do turismo, além de valorizar o patrimônio natural da região. Portanto, deve ser integrada aos espaços de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, compondo com o ambiente de modo a não causar impactos indesejáveis, nem tornar-se obstáculo de qualquer natureza, especialmente os visuais e os relacionados à livre circulação de pedestres e veículos. Esta ação é relevante, pois no Polo Velho Chico existe o Monumento Natural da Grotta do Angico que necessita de uma sinalização mais adequada, já que possui um grande fluxo turístico.

Vinculada ao fluxo turístico existe a estratégia de Estudo de Avaliação de Limites de Mudanças Aceitáveis. Este deve mensurar a capacidade de visitantes de acordo com as oportunidades do uso sustentável dos ambientes naturais, bem como abrigar facilidades e estruturas de apoio ao uso público e atrativos que suportem uma maior visitação. É importante

ressaltar que esta estratégia tem a função de facilitar a visita pública, com baixo impacto ambiental e em harmonia com o meio. Os impactos gerados pelo aumento do fluxo turístico só poderão ser mensurados a partir do momento que houver estudos e elaboração de políticas ambientais que regularizem seu uso, diminuindo os impactos cumulativos.

A estratégia de Educação Ambiental apresentada no sentido não formal pode ser praticada por meio de ações educativas, representadas pela sensibilização da coletividade; pela difusão por meios de comunicação diversificados; pela ampla participação das instituições de ensino e organizações não governamentais; participação do universo corporativo público e privado; pela sensibilização da sociedade, das populações tradicionais presentes em Unidades de Conservação, pela prática do turismo e em especial pelo ecoturismo.

Partindo desta premissa, pensar no processo de saber/aprender e aprender/fazer comunitários nada mais é do que contribuir com o desenvolvimento de formas de praticar a atividade turística de forma sustentável e com o processo de desenvolvimento de comunidades, como forma de valorização da vocação e conhecimento locais principalmente através do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo. Para o funcionamento efetivo de um Programa de Educação Ambiental deve-se englobar o turismo, comunidade e meio ambiente evocando-se o comprometimento de todos os atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística de forma equilibrada, no uso racional dos recursos naturais e na participação integrada das comunidades. Ao inserir a sociedade, o meio e o turismo na temática de preservação ambiental possibilitará diminuição da desigualdade social e aumento da qualidade de vida da comunidade, além da melhoria da sua visão ambiental.

No que tange especificamente ao uso público das Unidades de Conservação, devem ser analisadas as diferentes estratégias e metodologias de planejamento que podem ser utilizadas para que as unidades de conservação possam atender às expectativas dos visitantes. Essa estratégia ao mesmo tempo em que proporciona diferentes formas de lazer em contato com a natureza, também possibilita a conservação da biodiversidade.

As Unidades de Conservação devem possuir um plano de manejo que contenha um zoneamento adequado, onde são determinadas áreas que podem ser visitadas e outras consideradas intangíveis, tendentes à preservação da biodiversidade. Isso porque o impacto causado pela visita pública é, em muitos casos, bastante significativo, demandando estudos técnicos que viabilizem a compatibilização entre preservação ambiental e presença humana. Dessa forma, nos casos em que o Plano de Manejo ainda não foi elaborado, a intensificação do turismo no entorno de Unidades de Conservação pode trazer impactos ambientais sérios. É por este motivo que no PRODETUR/SE há como foco da temática ambiental a elaboração de planos de manejo e uso de Unidades de Conservação, além de política de gerenciamento costeiro e normas ambientes, bem como ações sobre resíduos sólidos. São impactos cumulativos de médio e longo prazo resultantes da execução do Programa.

Um sistema de comercialização embasado em um Plano de Marketing e Informações deve ter como preocupação os impactos negativos causados pelo turismo predatório. O ecoturismo pode ser considerado uma forma alternativa ao turismo convencional, que visa impactar o mínimo possível o local visitado. A implementação do conceito de ecoturismo depende da atividade de planejamento e, neste sentido, o marketing pode ser uma ferramenta

auxiliar importante, tendo em vista que dependendo do perfil do turista os impactos serão maiores ou menores, e consequentemente, determinantes na sustentabilidade dos destinos turísticos. Estabelecer formas mais duráveis e menos danosas de turismo passa pelo planejamento adequado, baseado na capacidade de suporte, no estabelecimento dos limites do turismo aceitável e na escolha dos meios para atingir tais objetivos.

O sucesso do marketing não pode ser medido pelo número de visitantes, devendo-se levar em consideração a conservação do ambiente, o nível de satisfação dos clientes e a probabilidade de seu retorno. Portanto, o marketing deve estar baseado na oferta real e sustentável, o que fortalece a necessidade de planejamento e adoção de estratégias que estabeleçam, além do tipo preferencial de turista, a determinação do número máximo de visitantes permitidos (respeitando a capacidade de carga local). Além disso, todos os itens do plano de marketing devem estar alinhados com as ações institucionais para promover o fortalecimento da Gestão Municipal do Turismo e valorização dos atrativos turísticos para sua consolidação como destino.

As obras nas comunidades e no ambiente natural produzirão modificações na dinâmica dos elementos (antrópico e biótico) dessas regiões. O planejamento das ações é uma etapa necessária para ter ciência do que será modificado e como isso repercutirá no local direta e indiretamente. A modificação da paisagem, principalmente em comunidades tradicionais, pode acarretar além da degradação ao ambiente natural, a perda da identidade cultural da população da região. A utilização de ferramentas de planejamento e gestão são formas de minimizar conflitos e de potencializar a utilização dos recursos dos atributos turísticos.

A estratégia de Construção de Orlas e Atracadouros deve ser pautada em estudos ambientais aptos a identificar se a área em questão possui capacidade para suportar o impacto provocado por estes empreendimentos (levando-se em consideração o conjunto dos mesmos). Deve-se ainda avaliar o “interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional” dessas estruturas, prevenindo-se, desta forma, danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente.

O planejamento urbano contribui para o turismo no ordenamento das ações do homem que serão implantadas nos territórios e que serão responsáveis pela modificação da dinâmica do local. Através do planejamento são ordenadas as obras de construção e revitalização dos equipamentos urbanos. No Polo Velho haverá ações de obras que fomentarão a atividade turística e que contribuirão para uma maior infraestrutura urbana nos municípios que serão alvo das ações do PRODETUR/SE.

Quadro 11 – Avaliação Comparativa do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento e Resumo do Cenário de Desenvolvimento Sustentável do Polo Velho Chico

FATOR CRÍTICO	AVALIAÇÃO COMPARATIVA DO CENÁRIO DE REFERÊNCIA E DO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO		
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grota do Angico	No Polo Velho Chico como atrativos turísticos de maior destaque têm-se o Monumento Natural da Grota do Angico, local de grande importância histórica, por marcar o local da morte de Lampião; e o Cânion de Xingó e as praias formadas às margens do rio São Francisco.	Produtos turísticos valorizados, do ponto de vista ambiental e cultural, envolvendo os atores sociais do turismo no processo de reconhecimento e valorização, e aumentando consequentemente o crescimento econômico do Polo.
Baixa Qualificação profissional e empresarial	Mercado turístico escasso de mão de obra qualificada e setor empresarial em busca de novas práticas de desenvolvimento.	Turismo sustentável fortalecido viabilizando a consolidação do Polo como atrativo turístico do Estado.
Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	As informações existentes acerca do turismo não são suficientes e de difícil acesso. E com os investimentos do PRODETUR em pesquisas turísticas e para elaboração de programas espera-se melhorar esse cenário e facilitar a integração entre os órgãos municipais e estaduais.	Melhoria da base turística e facilitação do acesso dos atores envolvidos no turismo às informações, o que promoverá o fortalecimento sustentável da institucionalidade do turismo do estado.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	O estado tem aumentado o fluxo de turistas oriundos dos estados vizinhos e com os investimentos previstos na matriz de investimentos do PRODETUR/SE e outros desprendidos pelo governo para atividade turística esse incremento tende a aumentar, porém o Polo Velho Chico carece de infraestrutura adequada para receber o turista.	O litoral sergipano pode integrar um corredor turístico que poderá contribuir para o crescimento do turismo no estado, porém o Polo Velho Chico precisa se preparar para receber o turista de forma adequada, com ações planejadas, integradas e contínuas, evitando assim que o Polo se torne um destino secundário.
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado	O Cenário de Referência retrata que o Polo Velho Chico possui um potencial turístico explorado insipiente, problema que tende a ser melhorado com os investimentos em valoração do Produto turístico e Estratégia de Comercialização.	Realizar investimentos integrados em infraestrutura turística, de forma que o conjunto de obras justifiquem o investimento, incentivem a vinda do turista, dificultando a perda do investimento pelo desuso e o vandalismo. Através da Elaboração de Estudos de Viabilidade Turística e Planos Turísticos, que valorizem as questões ambientais e sociais das regiões envolvidas.

Pequena oferta de divulgação dos atrativos	O marketing praticado no Polo Velho Chico não atende as demandas do turismo e para tanto faz-se necessário a elaboração de um Plano de Marketing adaptado ao novo cenário proporcionado pelos novos investimentos do governo e do PRODETUR/SE.	Elaborar e executar um plano de marketing baseado na oferta real e sustentável, o que fortalece a necessidade de planejamento e adoção de estratégias que estabeleçam, além do tipo preferencial de turista, a determinação do número máximo de visitantes permitidos, levando em conta a conservação do ambiente, o nível de satisfação dos clientes e a probabilidade de seu retorno.
Incentivo externo para investimento na atividade turística	O Cenário de Referência aponta a necessidade de investimentos na atividade turística do Polo Velho Chico e o Cenário de Desenvolvimento retrata as vantagens de receber investimentos externos para desenvolvimento da atividade, que devem ser aplicados de forma estratégica e integrada.	O PRODETUR/SE, como plano regional, deve focar os investimentos feitos em Sergipe em ações interligadas a planos, programas e projetos macros. Por exemplo, interligando as ações do programa com outras ações do governo e com as ações dos estados vizinhos sobre o Rio São Francisco. Tais investimentos devem ser levados em consideração pelo PRODETUR/SE uma vez que o planejamento do turismo deve ser realizado de forma estratégica e sinérgica com demais investimentos previstos para a região.
COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	O Cenário de Referência aponta para a desigualdade social e os índices de pobreza e para garantir o desenvolvimento social atrelado ao desenvolvimento turístico sustentável deve-se melhorar a oferta de emprego e renda, a qualificação profissional e intensificar o envolvimento da população, para que haja um desenvolvimento econômico nivelado do turismo com a melhoria das condições de vida dessas populações, para que o turismo esteja ao acesso de todos os atores envolvidos.	Em cada município ou em caráter regional deverá haver a inserção da atividade turística e a identificação das potencialidades e vocações mais significativas do lugar visando o desenvolvimento econômico e social, como também priorizando a identidade cultural, a fim de buscar a sustentabilidade da qualidade de vida do lugar.

Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	Atualmente os recursos naturais são explorados meramente como produto turístico, sem levar em conta a sustentabilidade dos atrativos, porém com os investimentos em gestão socioambiental objetiva-se valorizar e preservar os recursos naturais.	Utilização dos recursos naturais de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, de modo a não causar impactos indesejáveis mantendo essas áreas sob constante gestão, com ações de mitigação, monitoramento, manejo, controle e proteção, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos.
COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Risco de descontinuidade administrativa	As transições governamentais e consequente descontinuidade administrativa, agravadas pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas e a capacidade de execução de ações programadas, causam mudanças de rumo nas políticas públicas para o setor e descontinuidade em planos e projetos. Para garantir o êxito do Programa faz-se necessário buscar a continuidade das ações e o envolvimento de equipe capacitada.	Para um desenvolvimento sustentável do turismo no estado é imprescindível que o governo tenha uma visão integrada e contínua das ações. E que essa continuidade do Programa caminhe junto com esforços pelo fortalecimento da governança do turismo, viabilizando assim a sustentabilidade do turismo.
Falta de integração dos órgãos governamentais	O Cenário de Referência retrata a falta de integração dos órgãos municipais e o governo e o cenário de desenvolvimento vislumbram as parcerias firmadas que devem ser firmadas entre os setores envolvidos na atividade turística, a fim de facilitar a comunicação e buscar a municipalização das interações institucionais.	Parcerias firmadas entre os diversos setores envolvidos na atividade turística. E inserindo dentro deste Quadro de interações institucionais, o setor privado, que apesar de possuírem objetivos distintos, já que o poder público busca o desenvolvimento do bem social e o privado busca a obtenção de retornos financeiros, ambos podem equilibrar suas ações buscando a consecução dos objetivos de ambos os lados. Para isso, os órgãos responsáveis pela gestão do turismo precisam ser mais atuantes, fortalecendo interações com setores privados e da sociedade civil através da instituição de mecanismos que incentivem o debate sobre o desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões do Polo Velho Chico.

COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente	Foi diagnosticado que a infraestrutura do Polo é deficiente e os serviços básicos são fornecidos de forma precária e espera-se melhorar as condições do turismo local, com os investimentos desprendidos do PRODETUR/SE e de outros Planos e Programas do governo, garantindo o desenvolvimento da atividade.	A implantação de infraestrutura com desenvolvimento das atividades de proteção, controle, monitoramento, uso público e pesquisa deste modo levará o visitante a compreender a filosofia e as práticas de conservação natural da área envolvida.
Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos	O Cenário de Referência identifica que os Planos, Programas e Projetos voltados ao desenvolvimento do Polo Velho Chico são mal aplicados ou não suprem a demanda por planejamento e que para garantir o desenvolvimento do Polo a partir destas ferramentas se faz necessário o envolvimento de uma equipe capacitada e táticas de monitoramento.	Elaboração e execução de Planos, Programas e Projetos focados em ações interligadas a Planos, Programas e Projetos macros, de forma que as ações geradas se integrem ao meio ambiente e se preocupem com os setores da sociedade, o poder público e o setor privado. Fazendo o uso de materiais sustentáveis e seguindo as diretrizes apresentadas em Estudos Ambientais aprovados pelo Órgão Ambiental competente.

9.3.2 Polo Costa dos Coqueirais

9.3.2.1 Cenário de Referência

Tendo em vista que a promoção da atividade turística deve prezar pela interação das ações (programas, planos projetos) nos mais diversos níveis da sociedade, é necessário observar que algumas ações que estão sendo desenvolvidas no Polo Costa dos Coqueirais, como investimentos em âmbito estadual, podem repercutir sobre iniciativas previstas pelo PRODETUR/SE. Tais ações devem ser observadas e consideradas para o planejamento daquelas expostas na matriz de investimento do PRODETUR/SE.

Além dos Investimentos previstos na Matriz de Investimentos do PRODETUR/SE, o Governo do Estado de Sergipe tem investido em manutenção e construção de rodovias estaduais na região do Polo Costa dos Coqueirais, como mostra o Quadro 12.

Quadro 12 - Obras e Projetos rodoviários em Execução no Estado de Sergipe – Polo Costa dos Coqueirais.

ÓRGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	POSIÇÃO
DER-SE	ARACAJU	Implantação de Rodovia, trecho: Av. Santa Gleide até a BR-235.	Em Andamento
DER-SE	ARACAJU	Iluminação da rodovia de interligação da Avenida Maranhão com a BR-235	Em Andamento
DER-SE	BARRA DOS COQUEIROS	Terraplenagem e Pavimentação da rodovia Barra dos Coqueiros / Atalaia Nova, aprox. 5 Km, execução pelo D.E.R.	Em Andamento
DER-SE	DIVERSOS MUNICÍPIOS	Implantação das rodovias SE- 100, trechos Entr SE- 439 / Entr SE-226, com extensão aproximada de 37,61 km, incluindo a execução da ponte sobre o rio Sangradouro, com comprimento de 40,00 m e largura de 10,00 m, e SE- 439, trechos Entr. SE-204 (Povoado Atalho) / Entr. SE- 100, com extensão de 8,29 km, e neste Estado.	Licitação / Contratação
DER-SE	SÃO CRISTÓVÃO	Calçadas e proteção de segmentos de sarjeta na Rodovia de ligação São Cristóvão/Povoado Rita Cacete	Em Andamento

Fonte: CEHOP, 2012.

O governo Federal, através do DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e em parceria com o Governo Estadual, tem investido na duplicação da BR 101, tal investimento está dividido em cinco lotes:

- **Lote 1:** Propriá (Km 0) – Capela (Km 40);
- **Lote 2:** Capela (km 40) a Pedra branca (km 77,3);

- **Lote 3** :Nossa Senhora do Socorro (km 93,4) Lagarto (km 123);
- **Lote 4**: Estância (km 123 ao km 153);
- **Lote 5**: Estância (km 153) Cristinápolis (km 206).

Diante do cenário predominantemente litorâneo das rodovias do Polo Costa dos Coqueirais, ressalta-se que estes investimentos facilitam a interligação entre capitais (também litorâneas) de estados vizinhos, como Salvador-BA e Maceió-AL, o que poderá contribuir para o aumento do fluxo turístico na região em questão.

Investimentos em infraestrutura básica também são essenciais ao apoio ao turismo e facilitam o planejamento de novos serviços necessários. Diante da complexidade da atividade turística, ações que contemplem elementos como saúde, manutenção de pontos turísticos e mobilidade urbana, tendem a atrair o turista. Tais investimentos devem ser levados em consideração pelo PRODETUR/SE uma vez que o planejamento do turismo deve ser realizado de forma estratégica e sinérgica com demais investimentos previstos para a região. O Quadro 13 apresenta uma relação de obras e projetos de infraestrutura que estão em execução no Polo Costa dos Coqueirais.

Quadro 13 – Obras e Projetos em Execução no Estado de Sergipe – Polo Costa dos Coqueirais.

ÓRGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	POSIÇÃO
CEHOP	ARACAJU	Reforma do Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE	EM ANDAMENTO
CEHOP	ARACAJU	Implantação da 1ª etapa do Sistema Viário do entorno do Aeroporto Santa Maria	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
CEHOP	ARACAJU	Construção do Complexo de Esportes do Santos Dumont	EM ANDAMENTO
CEHOP	ARACAJU	Elaboração do Projeto Executivo do Viaduto na Interseção da Av. Beira Mar com Av. Tancredo Neves e Interligação ao Bairro Coroa do Meio, através de Ponte Estaiada	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
CEHOP	ARACAJU	Elaboração dos projetos Complementares de Engenharia para a Recuperação e Ampliação do Estádio Lourival Baptista-Batistão	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
CEHOP	ARACAJU	Desmorte do Morro da Piçarreira, Situado no Bairro Santa Maria, para Ampliação do Aeroporto.	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
CEHOP	ARACAJU	Reforma da Casa de Cultura “Jenner Augusto” (Cacique Chá)	PARALISADA
SEINFRA	ARACAJU	Recuperação e Manutenção do Paisagismo da Orla da Atalaia	EM ANDAMENTO
CEHOP	ARACAJU	Reforma Geral do Prédio do Palácio Governador Augusto Franco	EM ANDAMENTO
SEINFRA	ARACAJU	Supervisão das obras de duplicação do viaduto localizado na Avenida Tancredo Neves sobre a Avenida Augusto Franco	EM ANDAMENTO
SEINFRA	ARACAJU	Recuperação e Manutenção das Obras Civas e de Urbanização da Orla de Atalaia	EM ANDAMENTO
SEINFRA	ARACAJU	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Energia da Rede de Alta e Baixa Tensão da Orla de Atalaia	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO

ÓRGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	POSIÇÃO
DER-SE	ARACAJU	Recuperação de duas Pontes sobre o Rio Poxim, sendo uma no sentido Bairro Atalaia ao centro e a outra no sentido centro da cidade ao Bairro Atalaia	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
DER-SE	ARACAJU	Recuperação da Ponte do Rio do Sal na Divisa Aracaju / Nossa Senhora do Socorro	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
SEINFRA	BARRA DOS COQUEIROS	Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Energia da Rede de Alta e Baixa Tensão da Orla de Atalaia Nova	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
SEINFRA	BARRA DOS COQUEIROS	Recuperação e Manutenção das Obras Cíveis/Urbanização e Paisagismo da Orla de Atalaia Nova	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
DER-SE	BARRA DOS COQUEIROS	Implantação do Acesso à Avenida Moises Gomes.	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
DER-SE	DIVERSOS MUNICÍPIOS	Manutenção da Sinalização Náutica das Pontes sobre o Rio Sergipe, entre os Municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, e sobre o Rio Vaza Barris, entre os Municípios de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
DER-SE	DIVERSOS MUNICÍPIOS	Pavimentação asfáltica em diversas ruas nas Sedes dos Municípios de Pirambú, Pacatuba.	EM ANDAMENTO
CEHOP	ESTÂNCIA	Construção de Passarela para pedestre, em estrutura metálica, sobre o Rio Piauitinga.	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
DER-SE	ESTÂNCIA	Construção da Ponte Gilberto Amado (Estância/Indiaroba), sobre o Rio Piauí, com extensão de 1.712 metros, e seus acessos.	EM ANDAMENTO
DER-SE	ESTÂNCIA	Construção da Ponte sobre o Rio Fundo, extensão de 600 m	PARALISADA
DER-SE	ESTÂNCIA	Construção da ponte sobre o Rio Fonte Nova, extensão aproximada de 14,00m e largura de 6,00 m	EM ANDAMENTO
DER-SE	ESTÂNCIA	Iluminação da Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí e seus acessos nos Municípios de Estância e Indiaroba.	EM ANDAMENTO
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Restauração e Adaptação da Sede da Antiga Delegacia para o Museu da Polícia Militar	EM ANDAMENTO
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Restauração dos Elementos Artísticos da Igreja N. Sra. Do Rosário	A LICITAR
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Restauração dos Elementos Artísticos do Museu de Arte Sacra	A LICITAR
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Restauração dos Elementos Artísticos do Convento e Igreja Santa Cruz (Convento São Francisco)	A LICITAR
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Restauração da Prefeitura com Pinturas Parietais e Elementos Artísticos do Lar Imaculada Conceição	LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO
CEHOP	SÃO CRISTÓVÃO	Reforma do Hospital Regional	EM ANDAMENTO

Fonte: CEHOP, 2012.

Como observado nos Quadros 12 e 13, os municípios que serão atingidos por outros investimentos, além daqueles definidos pelo PRODETUR/SE para o Polo Costa dos Coqueirais, contemplam atrativos turísticos já consolidados, como é o caso de Estância, São Cristóvão, Aracaju e Laranjeiras, como também atrativos em fase de planejamento e firmação, como Pirambu, Pacatuba e Barra dos Coqueiros.

Sendo classificado como atrativo turístico consolidado ou não, as particularidades dos destinos turísticos devem ser respeitadas e consideradas nas fases de planejamento e aplicação de ações desenvolvidas, gerando maior possibilidade de consecução dos objetivos propostos pelos órgãos competentes.



Figura 43 – Municípios do Polo Costa dos Coqueirais contemplados com investimentos que poderão influenciar nas ações do PRODETUR/SE– AMBIENTEC 2012.

Fonte: Empresa sergipana de Turismo – EMSETUR. 2012.

Numa outra vertente importante para o desenvolvimento do turismo, as unidades de conservação são espaços territoriais especialmente protegidos e são consideradas uma das melhores estratégias para a conservação da biodiversidade *in situ*. Algumas categorias de manejo não comportam visitação e, nas categorias em que esta atividade é permitida, ela deve estar adequada ao respectivo plano de manejo.

No Polo Costa dos Coqueirais existem unidades de conservação, como: a Reserva Biológica Santa Isabel, o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e o Parque Ecológico de Tramanday na categoria de Proteção Integral. Já na categoria de Uso Sustentável encontram-se a Floresta Nacional do Ibura, RPPN Bom Jardim e Tapera e RPPN Marinheiro e Pedra da Urca. Ainda existem cinco áreas de proteção ambiental como: APA do Morro do Urubu, APA do Litoral Sul, APA da Foz do Rio Vaza- Barris – Ilha do Paraíso e da Paz, APA do Rio Sergipe. Até o momento nenhuma das Unidades inseridas no Polo possui Plano de Manejo aprovado, requisito importante que contempla o seu zoneamento adequado, onde são determinadas áreas que podem ser visitadas e outras consideradas intangíveis, tendentes à preservação da

biodiversidade. Isso porque o impacto causado pela visitação pública é, em muitos casos, bastante significativo, demandando estudos técnicos que viabilizem a compatibilização entre preservação ambiental e presença humana. Dessa forma, a intensificação do turismo no entorno de Unidades de Conservação que não possuem um Plano de Manejo pode trazer impactos ambientais sérios.

As áreas de Proteção Integral, principalmente a Reserva Biológica Santa Isabel, bem como as áreas de Preservação Permanente, apresentam conflitos com o uso turístico da região pela comunidade local e pelos gestores, pela restrição da exploração turística de importantes atrativos turísticos do Polo, principalmente a região costeira de Pirambu e Japarutuba, inseridas na reserva Santa Isabel, e a região costeira de Aracaju, inseridas em área de Preservação Permanente. Locais com tradição cultural de exploração da atividade turística, como uma das principais fontes de renda e com grandes investimentos públicos e privados nessas regiões protegidas.

A sinalização turística dos municípios envolvidos no Polo ainda é precária e não deixa o turista seguro ao se deslocar entre os atrativos. Além de proporcionar desconforto ao turista, a falta de sinalização adequada pode impactar áreas frágeis, como é o caso das Unidades de Conservação REBIO Santa Isabel e APA do Litoral Norte que vão sofrer a intervenção da construção da Rodovia SE-100.

A utilização do marketing como estratégia de valorização das regiões e de uma maior divulgação dos atrativos turísticos fortalece a atividade turística, através do aumento de fatores como: aumento do fluxo turístico e crescimento do comércio. No Polo Costa dos Coqueirais o turismo de sol e mar é o produto turístico de maior destaque e o que possui mais investimento de divulgação. Embora se perceba um crescimento da atividade turística do Polo, sobretudo em Aracaju, o mesmo ainda é considerado precário e insuficiente para atender à necessidade de crescimento turístico, uma vez que não abrange o Polo como um todo.

Esta região abrange os municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro. Aracaju, capital do estado de Sergipe possui a melhor infraestrutura turística do estado. Concentra o maior número de hotéis e restaurantes, melhor malha viária, além de possuir o Aeroporto Internacional Santa Maria e atrativos turísticos diversos. Desta forma, Aracaju concentra o fluxo turístico deste Polo, sendo o principal destino para turismo receptivo, sendo que os turistas acabam utilizando-a como local para estada e ponto de partida para outros municípios do estado.

O município de Aracaju é composto por atrativos de diversos tipos. É uma cidade litorânea que possui longa extensão de praias e toda infraestrutura que as envolve, além de abrigar atrativos que facilitam a estada do turismo, como shoppings, casas de shows e parques. Dessa forma, a cidade cria uma centralidade no turismo do Polo e do Estado de Sergipe, uma vez que demais municípios não possuem a infraestrutura necessária para atrair e manter o turista.

Esse é um problema relacionado à estratégia do produto turístico, onde as localidades do Polo não estão preparadas para receber o turista e o atrativo, em sua maioria, está pautado apenas nas belezas naturais e culturais. A mão de obra local não está qualificada para atender ao turista e os municípios não possuem infraestrutura e sinalização turística adequada.

Apesar da forte tendência ao turismo em praias o Polo também conta com atrativos ecológicos e culturais. O Pantanal de Pacatuba e a Foz do Rio São Francisco, por exemplo, possuem uma beleza cênica impar e fortalecem o potencial para o desenvolvimento turismo

ecológico do Polo Costa dos Coqueirais. O Pantanal é um local de planície inundada e possui uma grande diversidade de fauna e flora e está localizado na região litorânea do município de Pacatuba. A Foz do Rio São Francisco está localizada na região do Município de Brejo Grande e, além de toda atratividade despertada pelo Rio, possui elementos que traduzem a história da região, como o antigo Farol do Cabeço.

Apesar de relativamente novo, enquanto Estado turístico, Sergipe possui cidades com forte apelo histórico-cultural, como é o caso de Laranjeiras e São Cristóvão, ambas localizadas na região da Grande Aracaju. Estas comprovam a diversidade de atrativos turísticos no Polo Costa dos Coqueirais, que possui forte tendência ao turismo em ambientes naturais costeiros.

São Cristóvão é o quarto município mais antigo do Brasil e foi a primeira capital de Sergipe, nela está localizada a Praça São Francisco, o patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, construções barrocas históricas, além de museus e igrejas, portadoras de rica arte sacra brasileira.

O município de Laranjeiras conta com antigos casarões frutos da época colonial brasileira, além de igrejas e museus que contam boa parte da história do município. Este município também possui grupos folclóricos tradicionais que resistem à passagem de várias gerações.

De forma geral, esses atrativos ecológicos e histórico-culturais do Polo não possuem a atenção adequada no que diz respeito a investimentos para o seu desenvolvimento enquanto produto turístico. Os municípios não possuem infraestrutura básica para recepção e atração de visitantes.

Outro aspecto evidenciado pela Linha de Base foi a ausência de Planos Diretores em alguns dos municípios do Polo, o que dificulta a governança de questões socioambientais e turísticas. O Plano Diretor é a base para o planejamento do município, cabendo a ele a tarefa de articular as diversas políticas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção. Sem esse suporte estratégico as ações para o desenvolvimento do turismo ficam prejudicadas e são realizadas sem sinergia com o planejamento municipal e regional.

Como indicado no diagnóstico do Polo, os planos, programas e projetos existentes são mal aplicados ou inexistem, sendo possível constatar dificuldades para que o turismo seja desenvolvido, pois, em grande parte dos municípios, não há atuação efetiva de órgãos públicos locais para que organizem e tornem a atividade turística atuante. Portanto há por parte dessas localidades entraves ao turismo, desfavorecendo principalmente a questão da sustentabilidade nesta atividade.

9.3.2.2 Cenário de Desenvolvimento

As intervenções promovidas pelo PRODETUR/SE, elencadas no Quadro 14, visam dar maior suporte a atividade turística através de reestruturação e implantação de equipamentos urbanos nas localidades, com a revitalização e implantação de rodovias, construção de orlas e atracadouros, e adequação de centros turísticos.

Quadro 14 – Ações de investimentos previstas no PRODETUR/SE associadas aos fatores críticos estratégicos do Polo Costa dos Coqueirais

Fatores Críticos	Ações previstas
Produto Turístico	
Beleza peculiar da região costeira	• Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE; • Execução da adequação urbanística e delimitações das praias das APAs do litoral norte e sul de Aracaju; • Adequações turística e ambiental da horta natural e paisagística da APA litoral norte; • Elaboração de estudo e estratégias de circuitos de ecoturismo na costa marítima atendida pelo Programa; • Elaboração de estudo de viabilidade turística da ação de complementação da rota paisagística da APA litoral norte.
Centralidade exercida por Aracaju	• Estratégia de roteiros e produtos históricos culturais e adequação e modernização de museus; • Complementação da sinalização turística de Aracaju.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	• Execução da sinalização viária indicativa e interpretativa para os destinos turísticos; • Elaboração de estudos de inclusão social em turismo; diagnóstico e plano de incentivos a formalização; e assistência técnica a empresas turísticas para melhoria da qualidade dos serviços, gestão ambiental e responsabilidade social.
Estratégia de Comercialização	
Concorrência com outros destinos	• Elaboração e execução do plano de marketing.
Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorada	• Revisão, Reajuste, Execução e monitoramento do plano de marketing.
Incentivo externo para investimento na atividade turística	• Ações nas áreas de Valoração do Produto Turístico com a execução do plano de marketing.
Gestão Socioambiental	
Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	• Apoio à prevenção da exploração sexual pelo turismo; • Implantação de sistema de esgotamento sanitário em pontos turísticos chaves na costa, Crasto em Santa Luzia do Itanhy e Pontal em Indiaroba; • Execução de Capacitação Profissional e Empresarial para o Turismo.
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	• Elaboração do Estudo de Limites De Mudanças Aceitáveis de Destinos Turísticos Frágeis; • Elaboração e Execução do Programa Integrado de Educação e sensibilização Ambiental do turista, entidades públicas e privadas e comunidades receptoras; • Elaboração e Execução de Planos de Manejo e Usos Públicos de Unidades de Conservação; • Apoio à Implementação dos Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos; • Ação de restauração ecológica e paisagística de áreas turísticas de alto valor natural e degradada como o rio Betume.

Fatores Críticos	Ações previstas
Políticas e fiscalização Ambientais deficientes	• Elaboração da política Estadual de Gerenciamento Costeiro; • Elaboração de Normas técnicas para fiscalização de obras Náuticas.
Fortalecimento Institucional	
Risco de descontinuidade administrativa	• Implementação do fortalecimento de gestão municipal de turismo; • Implantação do fortalecimento institucional dos órgãos estaduais gestores de turismo; • Plano de gestão dos destinos turísticos; • Elaboração dos planos diretores de Pirambu e Brejo Grande; • Implantação do sistema de informações turísticas; • Revisão e atualização do PDITS do Polo Costa dos Coqueirais; • Elaboração de diagnóstico e planos de gestão municipal do turismo e incentivos para fiscalização.
Infraestrutura e Serviços Básicos	
Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju	• Construção de Orlas e Atracadouros; • Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; • Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE; • Elaboração de projetos e execução da adequação urbanística e delimitações das praias do litoral sul de Aracaju;
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento	• Desmorte do morro da piçarra para viabilizar ampliação da pista de pouso e decolagem do aeroporto internacional de Aracaju; • Ampliação da pista de pouso e decolagem e novo terminal de passageiros do aeroporto internacional de Aracaju.

Os municípios pertencentes ao Polo Costa dos Coqueirais se apresentam com problemáticas diferenciadas entre as localidades, resultantes da falta de planejamento e crescimento urbano desordenado. Pode-se comprovar em alguns municípios do Polo, o precário saneamento básico, principalmente com relação ao esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

As ações do PRODETUR/SE pretendem dar uma maior estrutura aos locais atingidos direta e indiretamente pelo turismo. No Polo Costa dos Coqueirais estão previstas estratégias de valorização do produto turístico, com a complementação da sinalização turística e revitalização do Centro turístico da capital Aracaju. É necessária que haja monitoramento desses equipamentos urbanos para que não haja a deterioração e degradação da paisagem.

Dentre as ações previstas há a execução do Plano de Capacitação Profissional para o turismo e programas de capacitação empresarial, apontada como necessidade no PDITS e no Programa de Qualificação Profissional e Empresarial dos Polos Costa dos Coqueirais. A profissionalização de habitantes dos lugares atingidos pelo turismo é importante para a minimização das desigualdades sociais e da segregação sócio espacial, no entanto a ação de

profissionalizar deve estar conjugada com o sistema educacional dessas localidades, pois número significativo de analfabetos e analfabetos funcionais ainda é uma realidade em algumas comunidades.

Os municípios do Polo Costa dos Coqueirais, localizados no litoral, receberão investimentos para a construção de orlas e atracadouros, implantação e revitalização de rodovias e construção de espaços para o turismo histórico. Essas ações são fundamentais para o aumento do fluxo turístico e dinamização do setor econômico das localidades.

As intervenções do PRODETUR/SE visam adequar os espaços as novas demandas das localidades, decorrentes do aumento do fluxo turístico. A construção de espaços e a revitalização de bens de uso público darão um maior suporte ao turismo do Polo Costa dos Coqueirais, principalmente nas localidades que apresentam índices sociais e econômicos baixos.

Estão previstas a construção de orlas e atracadouros no povoado Crasto, do município de Santa Luzia do Itanhhy; e no povoado Pontal, do município de Indiaroba, no povoado Saramém e na sede do município de Brejo Grande.

Ainda, no município de Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba a intervenção do PRODETUR/SE para a melhoria do saneamento ambiental da localidade será a implantação do sistema de esgotamento sanitário no povoado Crasto e povoado Pontal. O tratamento dos efluentes gerados nos povoados é importante, pois se tratam de núcleos populacionais inseridos em área ambientalmente frágil, com solo com grande porosidade, permeabilidade e lençol freático raso. Em áreas com essas características, havendo contaminação, a remediação se torna mais dificultosa. É imprescindível que haja o monitoramento do sistema de esgotamento dos efluentes e a revitalização quando houver necessidade, além da aplicação de programa de educação ambiental voltado para os moradores e visitantes.

No município de São Cristóvão haverá a recuperação do atracadouro. Essas obras modificarão a paisagem desses lugares, e durante o processo de implantação, alguns transtornos, devido principalmente ao aumento do ruído, dos particulados e do aumento do fluxo; além dos conflitos sociais gerados pelo contato dos moradores e trabalhadores.

As obras de interligação dos municípios de Pirambu, de Pacatuba e de Brejo Grande através da construção da Rodovia SE-100 proposta como uma Estrada-Parque pretendem aumentar o fluxo turístico não só no Polo, mas também no Estado de uma forma geral. A estrada proporcionará uma ligação litorânea entre os Estados da Bahia e Alagoas, e tem como objetivo atrair o turista através de sua beleza cênica.

O turismo histórico e de sol e mar serão os principais atrativos turísticos dos municípios que compõe o Polo Costa dos Coqueirais, sendo que o turismo histórico não depende das modificações climáticas, portanto pode ser praticado durante todo o ano. Como em outras cidades que vendem pacotes turísticos com essas peculiaridades, tem-se uma crescente visitação conforme os atributos irão sendo divulgados.

Para a melhoria da acessibilidade, o aeroporto Santa Maria será ampliado, através de investimentos da Companhia de Habitação e Obras (CEHOP), e do desmonte do Morro da Piçarreira, situado no Bairro Santa Maria. A CEHOP também pretende implantar a primeira etapa do Sistema Viário do entorno do Aeroporto Santa Maria.

É previsto pela matriz de investimento propostas pelo PRODETUR/SE Nacional a elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de Unidades de Conservação ambiental bem como elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais. Dessa forma, espera-se que as Unidades de Conservação inseridas no Polo sejam beneficiadas, se não por receberem impactos diretos das obras que por motivo de compensação ambiental.

Espera-se que o turismo nessas localidades dinamize a economia, contribuindo para uma maior oferta de empregos, crescimento das atividades comerciais e aumento da rentabilidade para os municípios. No entanto a intensificação dos fluxos poderá produzir relações internas dentro desses espaços, antes territorializados por uma dinâmica do lugar, que desencadearão (des) territorializações dentro dessas comunidades. O aumento do fluxo turístico e a permanência do turista são fatores responsáveis por modificações nos hábitos das comunidades, e na perda da identidade de alguns núcleos atingidos pelo turismo.

A atividade turística é um dos ramos da economia que mais obtêm investimentos, como também é grande agente gerador de capital, no entanto comumente esses rendimentos não são direcionados para o desenvolvimento das comunidades, gerando territórios de uso apenas do visitante, margeando a população do lugar, o que acaba provocando o estranhamento e possíveis conflitos sociais.

Quadro 15 - Resumo do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais

FATOR CRÍTICO	CENÁRIO DE REFERÊNCIA	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO		
Beleza Peculiar da Região Costeira	O polo Costa dos Coqueirais, tipicamente costeiro, possui localização privilegiada, no meio da costa brasileira, com 163 km de praias, sem obstáculos naturais, águas mornas margeadas por dunas e cortadas por seis desembocaduras de rios, o que gera uma ótima opção para o turismo de lazer.	Além das belezas naturais do Polo deve-se destacar o surgimento de novas oportunidades para o desenvolvimento regional através dos investimentos do governo e por fontes externas para a atividade turística, que desprendem recursos para preservação e valorização dos atrativos naturais.
Centralidade exercida por Aracaju	Aracaju, capital do estado de Sergipe concentra os investimentos em infraestrutura turística do estado, e desta forma, concentra o fluxo turístico deste Polo, sendo o principal destino para turismo receptivo. Sendo que os turistas acabam utilizando-a como local para estada e ponto de partida para outros municípios do estado, uma vez que os demais municípios não possuem a infraestrutura necessária para atrair e manter o turista.	Gerar infraestrutura nos outros municípios do Polo que possuam atrativos potenciais e investir na estratégia de marketing.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos;	Diante do cenário predominantemente litorâneo das rodovias do Polo Costa dos Coqueirais, as capitais (também litorâneas) de estados vizinhos, como Salvador-BA e Maceió-AL, tem contribuído para o aumento do fluxo turístico da região.	O crescimento do fluxo turístico da região deve ser ressaltado pelos investimentos previstos na matriz do PRODETUR/SE, de forma a facilitar ainda mais a interligação dos estados vizinhos, associados ao cenário favorável de melhor divulgação das praias
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado	Polo com potencial turístico pouco aproveitado, principalmente os atrativos localizados fora da capital Aracaju.	Melhoria no planejamento turístico do Polo, aproveitando o potencial para o desenvolvimento dessa atividade.
Incentivo externo para a atividade turística	Informações turísticas suficientes e disponíveis, além de melhor atuação dos órgãos municipal e estadual ligados ao turismo. Deve-se superar possíveis deficiências de legislações pertinentes através da promoção de políticas públicas locais, que se adequem ao Plano Nacional de turismo.	Fortalecimento do turismo sustentável viabilizando a conservação de áreas de interesse ambiental.

Concorrência com outros destinos	A proximidade com os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco que exploram de forma mais intensiva o turismo, acarreta numa inibição para o turismo sergipano, tendo como consequência um lento avanço da atividade do turismo no território sergipano.	Os investimentos do PRODETUR/SE previstos para o Polo, associado aos atrativos naturais devem melhorar a capacidade de competir com outros destinos turísticos e assim aumentar o fluxo de turistas no Estado, pelo fato desses investimentos facilitarem a interligação entre capitais (também litorâneas) de estados vizinhos, como Salvador-BA e Maceió-AL.
COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		
Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza;	No Polo Costa dos Coqueirais observa-se desigualdade social e bolsões de pobreza, associados às condições de educação, saúde e segurança.	Buscar o envolvimento e a absorção efetiva da mão de obra dos moradores na atividade turística, promovendo qualificação profissional e geração de emprego e renda, a fim do turismo cumprir com a função de impulsionar diversos setores da economia com destaque para o comércio e os serviços, para que não seja reprodutora da desigualdade social e desencadeadora de conflitos. Entre os locais com grande necessidade de atendimento destaca-se Brejo Grande, Laranjeiras e Santa Luzia do Itanhy, em que mais de 50% da população está acima do índice de pobreza.
Falta de Políticas Ambientais	Ausência de Políticas ambientais e Planos Municipais, principalmente voltadas ao gerenciamento costeiro, evidenciando as fragilidades, o que dificulta às condições de governança quando aos aspectos socioambientais e turísticos.	Novas ferramentas para a gestão do turismo contribuirão para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, viabilizando a superação de possíveis deficiências de legislações pertinentes através da promoção de políticas públicas locais, que se adequem ao Plano Nacional de turismo.
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo;	Utilização dos recursos naturais como produto para o turismo, sem uma efetiva gestão ambiental destas áreas.	A intervenção do PRODETUR/SE em gestão ambiental traz melhorias em saneamento ambiental, em preservação, a exemplo dos estudos dos limites aceitáveis de mudanças, e em educação e conscientização ambiental voltada para os moradores e visitantes.

COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Risco de descontinuidade administrativa	As transições governamentais observadas desde o início do PRODETUR/SE ocasionaram descontinuidade administrativa, agravada pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas na estrutura do governo, o que consequentemente ocasionou mudanças no rumo das políticas públicas para o setor do turismo.	Executar este financiamento pautado na continuidade das ações e no monitoramento por profissionais capacitados e especializados.
COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju	Aracaju representa o município com melhor estrutura turística do Polo, atraindo a maioria dos investimentos públicos e privados. E se destacando, em relação aos outros municípios, por abrigar atrativos que facilitam a estada do turista, como a orla de Atalaia, shoppings, aeroporto, casas de shows, parques, além de serviços de melhor qualidade.	As ações do PRODETUR/SE pretendem melhorar a estrutura da cidade de Aracaju, por esta representar o ponto indutor do turismo do Estado. Com melhorias previstas na infraestrutura turística, na complementação da sinalização turística e na qualificação de mão de obra.
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento	Conforme relatado no diagnóstico são observadas ações de melhoria na infraestrutura do Polo através de reestruturação e implantação de equipamentos urbanos nas localidades, seja em fase de licitação ou de execução, como revitalização e implantação de rodovias, construção de orlas e atracadouros, e adequação de centros turísticos.	As intervenções promovidas ou previstas para o Polo visam dar maior suporte a atividade turística através de reestruturação e implantação de equipamentos urbanos nas localidades. Além de incentivarem e justificarem futuros investimentos, de ordem pública e privada.

9.3.2.3 Cenário de Desenvolvimento Sustentável

O turismo sustentável é realizado e planejado de forma que contribua para a valorização das populações locais e sua cultura, promove ações que estimulam a conservação do meio ambiente natural e estimula o desenvolvimento socioeconômico das comunidades envolvidas e proporciona ao turista uma experiência única. Esse é o cenário desejável para o desenvolvimento do turismo, principalmente em regiões onde as riquezas culturais, naturais e a diversidade biológica são a matéria prima que produzem os atrativos.

Levando em consideração o cenário global de discussões acerca da busca pelo desenvolvimento sustentável, o incentivo à atividade turística deve perpassar pela obediência às dimensões da sustentabilidade e fazer parte de um plano integrado de investimentos. O PRODETUR, como plano regional, deve focar os investimentos feitos em Sergipe em ações interligadas a planos, programas e projetos macros. Por exemplo, não é possível trabalhar a intenção de desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais, desprezando o fato de que este está localizado em uma região estratégica: entre dois estados com a atividade turística melhor consolidada, Bahia e Pernambuco. O litoral sergipano pode integrar um corredor turístico que poderá contribuir para o crescimento do turismo no estado ou, se este fato não for bem administrado, tornar o referido Polo uma via apenas de passagem para os turistas.

É evidente que os componentes estratégicos previstos na matriz de investimentos podem proporcionar melhorias para o turismo no Costa dos Coqueirais, porém sem uma visão integrada e contínua de todas as ações, estas proporcionarão apenas uma oscilação positiva momentânea, desencadeando, em período breve, uma estagnação do turismo na região.

A estratégia de Construção de Orlas e Atracadouros no Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy), Pontal e Terra Caída (Indiaroba), Brejo Grande, São Cristóvão e a Marina Pública no Mosqueiro deve ser antecedida por estudos ambientais aptos a identificar se a área em questão possui capacidade para suportar o impacto provocado por estes empreendimentos. Através desses estudos deve ser demonstrado o “interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional” dessas estruturas, prevenindo-se, desta forma, danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente. Estes estudos devem propiciar como impacto cumulativo o desenvolvimento da atividade turística de forma mais estratégica.

As obras de interligação dos municípios de Pirambu, de Pacatuba e de Brejo Grande através da construção da Rodovia SE-100 proposta como uma Estrada-Parque requer cuidados, pois está inserida na APA do Litoral Norte e situada no entorno da REBIO Santa Izabel além de margear o litoral sergipano podendo afetar tanto a flora quanto fauna local. A criação dessa Estrada-Parque pode gerar conflitos porque a mesma será implantada em vias já existentes e utilizadas pela população local sem restrições de uso. Uma Estrada-Parque, quase sempre, é implantada em áreas de interesse turístico e conservacionista com faixas de domínio de notável valor panorâmico, mas pode acarretar em aumento significativo de fluxo turístico, especulação imobiliária e trazer impactos negativos ao meio ambiente. Portanto, sua criação exige o envolvimento da comunidade que a circunda, bem como a revisão dos Planos Diretores dos municípios afetados, para garantir a proteção do meio ambiente através da ordenação urbana.

O mesmo acontece com a Implementação do Projeto Sentidos do Itanhy que interligará a sede do município ao Povoado Crasto, que é reduto de Mata Atlântica com um dos melhores estados de conservação do Estado de Sergipe. Essa via já existe e corta duas RPPNs: Bom Jardim – Tapera e Marinheiro – Pedra da Urca no município de Santa Luzia do Itanhy. Esse aspecto é bastante relevante, pois mesmo já sendo usada pela população local, a estrada é caracterizada por ser uma via de baixa velocidade. Uma vez asfaltada essa dinâmica mudará podendo gerar impactos para a fauna e flora local.

O aumento do ruído pode provocar o afugentamento dos animais e o aumento do fluxo e velocidade rodoviário aumenta os riscos de atropelamento de animais e pessoas. Desta forma, sugere-se prever a construção da rodovia com menor área de remoção vegetal possível a através de técnicas que não aumentem consideravelmente a velocidade atual da via (com paralelepípedos, por exemplo). Vale ressaltar que as RPPNs citadas são refúgio do macaco-guigó (*Calicebus coimbrae*), espécie ameaçada de extinção e com distribuição restrita no norte do Estado da Bahia e Estado de Sergipe. O risco de degradação da paisagem pelas ações previstas podem acarretar a longo prazo um aumento da degradação ambiental, muito embora também possam gerar impactos positivos como a disponibilidade de instrumentos de ordenamento da atividade e fortalecimento da gestão ambiental.

Como foi indicado na matriz de investimento há a previsão de execução de obras de Esgotamento Sanitário no Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhy) e no Povoado Pontal (Indiaroba). Para este tipo de obra deve ser realizado o levantamento dos problemas de ordem sanitária, como ferramenta para a elaboração de planos para solucioná-los. Os Planos Diretores das cidades, por exemplo, devem conter planos específicos para as áreas do saneamento, e para isso, é necessário que se elabore um levantamento das infraestruturas já existentes apresentando suas vulnerabilidades e as possíveis soluções para os problemas encontrados.

O investimento no tratamento de efluentes pode significar um grande salto para o desenvolvimento em termos da infraestrutura requerida para proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, a coleta, o tratamento e a disposição ambientalmente adequada de efluentes são fundamentais para a melhoria do quadro de saúde da população e pré-requisito para busca da sustentabilidade. Estas ações terão sua execução no Programa e impactam na sociedade no sentido de melhoria da qualidade de vida tanto da comunidade que atua diretamente no turismo quanto naquela de forma indireta.

Os novos investimentos em infraestrutura modificarão a dinâmica das comunidades atingidas, principalmente as comunidades com menor urbanização. Os impactos do turismo sobre as comunidades devem ser mitigados através de estudos de impacto de vizinhança, estudos de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, planos e programas de comunicação e sensibilização das comunidades e visitantes quanto à manutenção dos traços culturais dos lugares.

Os municípios pertencentes ao Polo estão inseridos, em sua maior parte, no bioma de Mata Atlântica que se apresenta bastante degradado. Levando este aspecto em consideração, as Estratégias de Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e o Plano de Gestão dos Destinos devem ter a função de desenvolver novas estratégias adequadas para

fortalecer o turismo sustentável viabilizando a conservação das áreas envolvidas. Além disso, há previsão de capacitação e sensibilização ambiental da população e do turista e elaboração de normas ambientais sobre o uso dos recursos naturais como forma de minimizar o fator crítico da fragilidade das políticas ambientais do estado.

A elaboração de projeto e execução de sinalização viária indicativa e interpretativa para destinos turísticos é uma estratégia que requer atenção para não ocasionar uma descaracterização do meio ambiente. A sinalização turística dos municípios envolvidos no Polo deve, de acordo com os objetivos e princípios básicos do Guia Brasileiro de Sinalização Turística, visar o desenvolvimento sustentável da região. A sinalização turística, ferramenta desse sistema, oferece facilidade de orientação aos visitantes para se direcionarem com segurança aos destinos pretendidos, contribuindo com o planejamento e a melhoria da prática do turismo, além de valorizar o patrimônio natural da região. Deve ainda ser integrada aos espaços de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, compondo com o ambiente de modo a não causar impactos indesejáveis, nem tornar-se obstáculo de qualquer natureza, especialmente os visuais e os relacionados à livre circulação de pedestres e veículos. Esta ação é relevante para as unidades de conservação REBIO Santa Isabel e a APA do Litoral Norte que vão sofrer a intervenção da construção da Rodovia SE-100, tendo em vista o aumento do fluxo turístico decorrente da melhoria do acesso.

As obras nas comunidades e no ambiente natural produzirão modificações na dinâmica dos elementos (antrópico e biótico) dessas regiões. O planejamento das ações é uma etapa necessária para ter ciência do que será modificado e como isso repercutirá no local direta e indiretamente. A modificação da paisagem, principalmente em comunidades tradicionais, pode acarretar além da degradação ao ambiente natural, a perda da identidade cultural da população da região.

As intervenções devem ser empregadas priorizando a manutenção das características culturais e dos atributos naturais existentes no local, para que não haja uma descaracterização e a padronização de modelo de sociedade que não se adéqua aos habitantes do lugar. A utilização de ferramentas de planejamento e gestão são formas de minimizar conflitos e de potencializar a utilização dos recursos dos atributos turísticos. A diminuição da desigualdade social e o aumento da qualidade de vida das comunidades envolvidas e dos profissionais do setor turístico estão fortemente relacionados com as ações de profissionalização e de melhoria dos serviços básicos.

Segundo Ruschmann (1997), o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

Dessa forma, é necessário que haja planejamento e gestão dessas ações e estudos e relatórios de impactos ambientais e de vizinhança, para que as medidas mitigadoras e compensatórias sejam feitas, nas fases de instalação e operação desses empreendimentos. Alguns impactos mais recorrentes da atividade turística em fase de consolidação são os conflitos socioculturais, e quando já consolidado é a descaracterização cultural das populações do lugar, portanto o planejamento das ações nessas comunidades e a inserção dos habitantes nas atividades de trabalho e lazer geradas pelo turismo.

Quadro 16 - Avaliação Comparativa do Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento e Resumo do Cenário de Desenvolvimento Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais

FATOR CRÍTICO	AVALIAÇÃO COMPARATIVA	CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO		
Beleza Peculiar da Região Costeira	O cenário de referência faz alusão às belezas naturais da região costeira, representada pelo turismo de sol e praia, principal produto de comercialização do Polo, que por sua vez, tende a ser mais apreciado e comercializado após investimentos em valoração do produto turístico.	Recursos naturais mais valorizados, sendo explorados pelo turismo de forma sustentável, de modo a não causar impactos indesejáveis e mantendo essas áreas sob constante gestão, com ações de preservação, proteção e conscientização ambiental dos moradores e visitantes.
Centralidade exercida por Aracaju	A centralidade exercida por Aracaju no turismo do Estado, relatada no cenário de referência, deve-se as condições propícias que o destino oferece para fixação do turista e apesar deste papel centralizador ser importante no início do desenvolvimento turístico do Polo, faz-se necessário gerar condições para que outros destinos potenciais se desenvolvam e possam fortalecer o desenvolvimento pleno do turismo.	Outros destinos com condições de atrair e fixar o turista, viabilizando o desenvolvimento econômico de outros núcleos turísticos e diminuindo as desigualdades sociais do estado. Desta forma, o turismo gera uma concorrência natural e saudável entre atrativos e propicia o desenvolvimento sustentável do turismo do Estado.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos;	O Polo Costa dos Coqueirais tem recebido turistas oriundos dos estados da Bahia e Alagoas, por se situar entre esses dois estados mais turisticamente consolidados e com os investimentos previstos na matriz de investimentos do PRODETUR/SE e outros desprendidos pelo governo para atividade turística essa interligação deve ser ainda mais facilitada.	O litoral sergipano integrando um corredor turístico que poderá contribuir para o crescimento do turismo no estado ou, porém a vantagem do Polo estar situado numa região estratégica deve ser bem administrada, com ações planejadas, integradas e contínuas, evitando assim que o Polo se assim torne meramente uma passagem para os turistas.

COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado	Polo com potencial turístico pouco aproveitado, principalmente os atrativos localizados fora da capital Aracaju, problema que tende a ser melhorado com os investimentos em valorização do Produto turístico e Estratégia de Comercialização.	Realizar investimentos integrados em infraestrutura turística, de forma que o conjunto de obras justifiquem o investimento, incentivem a vinda do turista, dificultando a perda do investimento pelo desuso e o vandalismo. Através da Elaboração de Estudos de Viabilidade Turística e Planos Turísticos, que valorizem as questões ambientais e sociais das regiões envolvidas.
Incentivo externo para a atividade turística	O Cenário de Referência aponta a necessidade de investimentos na atividade turística do Polo Costa dos Coqueirais e o Cenário de Desenvolvimento retrata as vantagens de receber investimentos externos para desenvolvimento da atividade, que devem ser aplicados de forma estratégica e integrada.	O PRODETUR/SE, como plano regional, deve focar os investimentos feitos em Sergipe em ações interligadas a planos, programas e projetos macros. Por exemplo, interligando as ações do programa com outras ações do governo e com as ações dos estados vizinhos, BA e AL. Tais investimentos devem ser levados em consideração pelo PRODETUR/SE uma vez que o planejamento do turismo deve ser realizado de forma estratégica e sinérgica com demais investimentos previstos para a região.
Concorrência com outros destinos	A exploração mais intensiva do turismo nos Estados vizinhos inibi o turismo do Estado de Sergipe, nesse sentido os investimentos do PRODETUR/SE propiciam melhorias na capacidade de competição do turismo, frente à concorrência com estados vizinhos.	Turismo consolidado turisticamente e apto a concorrer com outros destinos. Com um plano turístico estratégico elaborado e em prática, em consonância com um bom plano de marketing.
COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo;	Atualmente os recursos naturais são explorados meramente como produto turístico, sem levar em conta a sustentabilidade dos atrativos, porém com os investimentos em gestão socioambiental objetiva-se valorizar e preservar os recursos naturais.	Utilização dos recursos naturais de forma harmônica, com o mínimo de interferência sobre o meio, de modo a não causar impactos indesejáveis mantendo essas áreas sob constante gestão, com ações de mitigação, monitoramento, manejo, controle e proteção, a fim de garantir a sustentabilidade de tais recursos.

Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza;	O Cenário de Referência aponta para a desigualdade social e os índices de pobreza e para garantir o desenvolvimento social atrelado ao desenvolvimento turístico sustentável deve-se melhorar a oferta de emprego e renda, a qualificação profissional e intensificar o envolvimento da população, para que haja um desenvolvimento econômico nivelado do turismo com a melhoria das condições de vida dessas populações, para que o turismo esteja ao acesso de todos os atores envolvidos.	Em cada município ou em caráter regional deverá haver a inserção da atividade turística e a identificação das potencialidades e vocações mais significativas do lugar visando o desenvolvimento econômico e social, como também priorizando a identidade cultural, a fim de buscar a sustentabilidade da qualidade de vida do lugar.
Falta de Políticas Ambientais	A situação atual de ausência ou desatualização dos planos, políticas e projetos ambientais inviabilizam o crescimento sustentável da atividade turística. E no cenário de desenvolvimento planejado do turismo devem ser priorizadas as políticas ambientais a partir de planos norteadores que objetivem o desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos.	As políticas ambientais devem ser trabalhadas, como base de todo e qualquer desenvolvimento sustentável, levando em conta as dimensões da sustentabilidade e excluindo ao máximo iniciativas que prezem por um turismo desordenado. Gerando assim um fortalecimento do turismo sustentável e viabilizando a conservação de áreas de interesse ambiental.
COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Risco de descontinuidade administrativa	As transições governamentais e consequente descontinuidade administrativa, agravadas pela cultura de que as decisões políticas ainda prevalecem sobre as estruturas técnicas e a capacidade de execução de ações programadas, causam mudanças de rumo nas políticas públicas para o setor e descontinuidade em planos e projetos. Para garantir o êxito do Programa faz-se necessário buscar a continuidade das ações e o envolvimento de equipe capacitada.	Para um desenvolvimento sustentável do turismo no estado é imprescindível que o governo tenha uma visão integrada e contínua das ações. E que essa continuidade do Programa caminhe junto com esforços pelo fortalecimento da governança do turismo, viabilizando assim a sustentabilidade do turismo.

COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju	A boa condição da estrutura turística da cidade de Aracaju, quando comparada aos demais municípios, tende a ser mais intensificada com os investimentos do PRODETUR/SE e outros projetos do governo, melhorando não só a estrutura física, mas também a gestão ambiental, a institucionalidade e a melhoria na qualidade de vida da população.	Inserção de novas obras físicas que se integrem ao meio ambiente e respeitem a visão de integração demandada pelo desenvolvimento sustentável, fazendo o uso de materiais sustentáveis e seguindo as diretrizes apresentadas em Estudos Ambientais aprovados pelo Órgão Ambiental competente. Com a geração de mais infraestrutura para cidade de Aracaju, cidade importante no turismo do Estado, por atuar como portão de entrada para o turismo e por possuir a melhor infraestrutura turística do estado, objetiva viabilizar a consolidação do estado como importante destino turístico.
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento	Alguns projetos e planos de infraestrutura em andamento foram mencionados no cenário de referência do Polo Costa dos Coqueirais e no cenário de desenvolvimento foram apontados outros investimentos previstos na matriz do PRODETUR/SE, vislumbrando o desenvolvimento do Polo, através destes investimentos.	Todo Infraestrutura gerada de forma integrada com planos, programas e projetos macros. Realizando estudos ambientais prévios e estudos de viabilidade que apontem o interesse público ou social do empreendimento, bem como seu aproveitamento econômico. Medidas mitigadoras e potencializadoras previstas para o empreendimento sendo levadas em consideração durante a gestão. E a partir da inserção dessa infraestrutura no meio, empreendimento monitorado e avaliado do ponto de vista das consequências ambientais, sociais e econômicas no entorno.

9.4 Conclusões, Recomendações e Monitoramento

9.4.1 Conclusões, Recomendações

A principal motivação ao fazer uso da AAE como instrumento de suporte ao planejamento foi avaliar a possibilidade do desenvolvimento de uma visão integrada do turismo nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, considerando as atividades em curso e a perspectiva de se estruturar um processo de planejamento que oriente a adoção de iniciativas voltadas para o turismo sustentável.

O uso da AAE no planejamento do turismo possibilita uma visão crítica das oportunidades e dos riscos associados ao desenvolvimento desta atividade, que é fortemente baseada em ecossistemas naturais. Permite, também, que se avaliem as principais implicações socioambientais do atual processo de desenvolvimento do turismo, suas tendências e contradições, em torno de uma perspectiva de sustentabilidade.

Para este segmento foram listadas as conclusões e recomendações sugeridas para cada ação das estratégias propostas na matriz de investimentos do PRODETUR/SE em ambos os Polos (Quadro 17 e Quadro 18).

9.4.2 Monitoramento e Avaliação do Programa

O PRODETUR/SE no seu conjunto prevê ações importantes para o desenvolvimento do turismo. O mesmo já contempla instrumentos de desenvolvimento sustentável, sendo os aspectos institucionais de governança fundamentais para a sua correta implementação. Nesse sentido, a inclusão do componente ambiental no modelo de gestão municipal, já na fase de elaboração das políticas públicas, é um grande avanço e se constitui em elemento fundamental para a sustentabilidade dos programas.

Nesse contexto a associação do desenvolvimento turístico e meio ambiente requer o monitoramento das ações previstas, através de indicadores de sustentabilidade. Este acompanhamento permanente permitirá identificar antecipadamente possíveis efeitos negativos e aplicação de medidas de correção adequadas. Desse modo, esse processo constitui fator fundamental para o desenvolvimento de uma política de turismo sustentável.

O monitoramento deverá transformar, sempre que possível, as recomendações em objetivos, que possam ser avaliados pelos indicadores construídos, atendendo, entre outros aspectos, à natureza estratégica assumida na definição das intervenções constantes dos PDITS que são objeto do presente AAE.

Cabe ressaltar que, sugerimos que as recomendações desta AAE sejam revistas após o cumprimento do cronograma, visando o acompanhamento de sua implantação, a partir dos indicadores selecionados para o programa de monitoramento e as eventuais adequações em função do cenário encontrado. Posteriormente, que as recomendações sejam novamente revistas em dois novos momentos: após 05 anos (horizonte de implementação do Programa) e após dez anos (tempo suficiente para maturação da maioria das ações do Programa).

Levando-se em consideração as dificuldades de antecipação e a incerteza inerentes a essa fase do processo, como já explicado na Construção de Cenários, bem como a necessidade de assegurar o cumprimento das recomendações apresentadas nesse documento através do controle e acompanhamento dos efeitos ambientais da execução das ações previstas pelo Programa, serão apresentadas neste item, as orientações para o processo de gestão e acompanhamento do desempenho ambiental a partir de temas que agrupem as ações programadas para os Polos.

Portanto, é importante destacar que os indicadores a seguir relacionados deverão ser utilizados num processo de gestão adaptativa, que permita ajustes e revisões em função da implementação das ações e das informações geradas resultantes dos relatórios de vistoria, monitoramento e pesquisa realizados.

A seguir são apresentados os indicadores sugeridos para o monitoramento das ações do Programa, levando-se em consideração os fatores críticos internos e externos ao programa.

Indicadores de Sustentabilidade

Os indicadores propostos na AAE (Avaliação Ambiental Estratégica) servirão para avaliar os reflexos qualitativos e os resultados quantitativos da atividade turística nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. A seleção dos indicadores partiu da análise de parâmetros sociais, econômicos, institucionais e ambientais. Através da avaliação dos fatores críticos apontados no diagnóstico permitiu-se elaborar indicadores avaliativos para os reflexos da consolidação do turismo nos Polos.

A utilização dos indicadores possibilita uma melhor tomada de decisão, no sentido de gerenciar melhor os riscos e/ou custos dos investimentos que serão aplicados dentro dos Polos. Com os indicadores há a possibilidade de identificação de riscos emergentes e dos impactos previstos e a tomada de medidas preventivas. Os indicadores favorecerão a avaliação da gestão turística nas esferas estadual e municipal, auxiliando na redução de erros do planejamento da atividade, através da identificação de limites e oportunidades das ações a serem desenvolvidas.

Os indicadores são ferramentas utilizadas na gestão ambiental do turismo. Ressalta-se que é necessária a existência de um sistema de planejamento e gestão capaz de utilizar a informação transmitida pelos indicadores. Os indicadores qualitativos deverão ser acompanhados a partir da coleta de dados em fontes oficiais, aplicação de metodologia de entrevistas estruturadas, aplicação de questionário e de oficinas participativas realizadas pelos gestores com a comunidade das áreas atingidas e turistas.

Os indicadores quantitativos poderão ser acompanhados com a coleta de dados secundários nas instituições, órgãos e setor privado que estejam relacionados com a AAE. A aplicação de questionário poderá auxiliar na formação de um banco de dados dentro dos municípios atingidos pela atividade turística, favorecendo um maior domínio dos gestores sobre a direção dos investimentos dentro das áreas. No Quadro 17 e 18 estão expostos os possíveis indicadores a serem utilizados no monitoramento e avaliação do programa de investimentos do PRODETUR/SE.

9.4.3 Resumo das Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico

Quadro 17 – Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Velho Chico

FATOR CRÍTICO	CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	FORMAS DE MONITORAMENTO - INDICADORES
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO			
Singularidade do Atrativo Cânion de Xingó e do Monumento Natural Grota do Angico	Os atrativos em questão foram selecionados como fatores críticos ao turismo do Polo pelas suas especificidades cênica e cultural, representando um fator crítico positivo, pois constitui elemento decisivo de atratividade do Polo, que já ocupam lugar de destaque no setor turístico deste Polo. Estes vão ser contemplados com investimentos que poderão ampliar a sua atuação como ponto de atração de turistas e, conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento de outros atrativos ainda não estabilizados e colaborar para a consolidação do estado como destino turístico.	• Considerar os aspectos sociais e ambientais no desenvolvimento e funcionamento dos atrativos; • Inserir ou intensificar o atrativo nos planos de divulgação da atividade turística do Polo; • Elaborar pesquisa que contemple a valorização do apelo cultural e natural destes atrativos; • Criar roteiros turísticos onde estes atrativos estejam inseridos; • Elaborar parcerias entre os setores públicos e privados que contribuam para a gestão destes atrativos.	• Fluxo turístico; • Permanência médio a nos municípios do Polo; • Número de novos estabelecimentos comerciais de prestação de serviço; • Número de estabelecimentos hoteleiros e comerciais; • Nível de satisfação dos turistas.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos	Com o aumento da divulgação dos atrativos turísticos do Polo, especialmente a singularidade do cânion e da beleza natural do Rio São Francisco, o Polo apresentou um aumento no fluxo de turistas oriundos de outros estados, e com mais investimentos previstos para o Polo, espera-se aumentar ainda mais esse fluxo.	• Elaborar um plano de divulgação turística local; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais da região; • Prever investimentos em infraestrutura turística e ações de monitoramento; • Intensificar a fiscalização e estabelecimento de normas que contemplem a temática turística e ambiental pertinente à execução das obras previstas para o litoral sul.	• Plano de Marketing executado; • Planos turísticos elaborados; • Sinalização turística do Polo implantada; • Taxa de ocupação hoteleira; • Fluxo turístico; • Permanência média do turista no estado.

Falta de estudos e pesquisas turísticas em potencialidades	Para que investimentos no turismo possam contemplar as particularidades da região e não se tornem obsoletos, estes devem estar baseados em estudos e pesquisas turísticas em potencialidades que auxiliem na tomada de decisão e subsidiem o desenvolvimento da atividade turística. Para tanto, a elaboração e implantação do sistema de informações turística e a Revisão do PDITS proporcionam o acesso às informações que devem ser consideradas em outros estudos desenvolvidos.	• Identificar os órgãos gestores da atividade turística local e dos equipamentos que influenciem direta e indiretamente no desenvolvimento do turismo do Polo; • Atualizar constantemente os dados pertinentes à atividade turística; • Efetuar o levantamento de dados socioeconômicos relevantes para o planejamento do turismo; • Atualizar o PDITS com informações de novas demandas e projetos, e promover a correção de pontos contemplados e relatar os resultados; • Utilizar os materiais elaborados para auxiliar na elaboração de políticas e programas relevantes ao turismo; • Criar equipe multidisciplinar e de diferentes atores que possam responsabilizar-se pelo monitoramento das ações do PRODETUR/SE.	• Pesquisas de viabilidade turística realizadas; • Diagnósticos da gestão municipal do turismo realizados; • Metas e indicadores setoriais de planejamento e crescimento definidos; • Planos de Gestão dos Destinos Turísticos elaborados; • Revisão do PDITS do Polo realizada.

Baixa Qualificação profissional e empresarial	A baixa qualificação profissional do Polo pode ser considerada um entrave ao crescimento do setor no estado. Um dos principais meios de valorização do produto turístico é a capacitação de gestores públicos e privados “visando o desenvolvimento turístico, com produtos e serviços - ofertados em bases sustentáveis”. É estratégica a promoção de um contínuo programa de capacitação, que deverá resultar em melhorias nas técnicas de gestão pública, no ordenamento de ações e no setor privado, melhorando a capacidade empreendedora do Polo, devido à abertura de um mercado para mão de obra especializada local.	• Inserir comunidades locais nessa capacitação; • Sensibilizar o setor empresarial e profissional local sobre a importância da capacitação visando o desenvolvimento do turismo; • Promover a inserção da mão de obra local capacitada na atividade turística; • Promover parcerias público-privadas para a elaboração e execução do programa de capacitação; • Manter um foco interdisciplinar em ações de capacitação, pela complexidade da atividade turística.	• Número de pessoas locais capacitadas e envolvidas na gestão do turismo; • Nível de qualificação dos profissionais inseridos na atividade turística; • Número de empresas e empreendedores qualificados; • Número de empregos formais gerados no setor turístico; • % recursos do orçamento federal, estadual e municipal direcionados à qualificação profissional.
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Grande potencial de mercado turístico a ser explorado	Diante do potencial turístico ainda pouco explorado da região do Polo Velho, faz-se necessário investimentos em valorização do produto turístico, com geração de infraestrutura turística planejada, e de estratégias de comercialização. Desta forma, poderá haver um aumento no fluxo turístico no Polo e o desenvolvimento da atividade turística.	• Elaborar estudos de viabilidade turística • Elaborar e executar um plano de divulgação dos atrativos; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais da região; • Prever investimentos que contemplem a Elaboração e execução do Plano de Marketing;	• Estudos de viabilidade turística elaborados; • Planos turísticos elaborados; • Plano de Marketing executado; • Estudos de capacidade de carga realizados; • Fluxo turístico; • Nível de satisfação dos turistas.

Pequena oferta de divulgação dos atrativos	O desenvolvimento do turismo depende diretamente de ações de marketing bem planejadas que possam valorizar os atrativos deste Polo. Porém, para funcionar de forma sustentável, um Plano de Marketing deve prever as particularidades locais do atrativo, o que deve contribuir com a sustentabilidade do turismo local.	• Basear o Plano em indicadores sociais da região; • Contemplar no Plano a possibilidade de mudanças no fluxo de turistas nos atrativos contemplados; • Considerar os vieses culturais, sociais e ambientais no desenvolvimento e funcionamento da ação; • Prever formas de acompanhamento da execução do Plano de Marketing implantado; • Atuar de forma integrada aos diversos atores sociais inseridos na atividade turística.	• Estudos de capacidade de carga realizados; • Número de pesquisas e estudos realizados; • Fluxo de turistas nos atrativos contemplados; • Nível de satisfação dos turistas.
Incentivo externo para investimento na atividade turística	Ao analisar as potencialidades do Polo, deve-se levar em consideração o ambiente favorável que o turismo sergipano vem encontrando no cenário das políticas públicas do turismo regional e nacional. A elaboração e implantação de programas públicos, a exemplo do PAC e do PRODETUR em Sergipe, constitui fator exógeno de extrema relevância para o desenvolvimento do setor, constituindo assim elemento indispensável ao desenvolvimento do turismo sustentável do Polo.	• Estabelecer parcerias com instituições que contribuam para o direcionamento das ações de gestão; • Monitorar o empreendimento durante a execução e após sua conclusão; • Definir um plano de gestão para a infraestrutura gerada; • Prever formas de acompanhamento da execução das ações implementadas.	• Planos, Programas e Projetos elaborado; • Estudos de viabilidade turística elaborados; • Número de obras de infraestrutura turística concluídas; • Planos de gestão para a infraestrutura gerada elaborados e em execução; • Plano de monitoramento das ações executado; • Número de Parcerias com instituições formalizadas.

COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Desigualdade socioeconômica e elevado índice de pobreza	O Polo caracteriza-se por apresentar graves desigualdades socioeconômicas com extrema concentração de renda, o que dificulta uma melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento do turismo. Os municípios que se apresentam em condições precárias não fixam o turista, por não possuírem estrutura adequada para o turismo, a exemplo dos municípios de Poço Redondo, Neópolis e até mesmo Canindé de São Francisco. Portanto antes desses locais serem explorados turisticamente deve haver melhorias na qualidade de vida da população, com geração de infraestrutura básica nas localidades e eficazes políticas públicas.	• Elaborar relatórios periódicos de progresso elaborados pela UCP/PRODETUR/SE na execução do programa contratado pelo BID; • Elaborar Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos elaborados por consultoria contratada; • Inserir a visão das dimensões sociais, culturais e ambientais em todas as ações da matriz de investimento; • Inserir a população local no Programa de Capacitação da mão de obra; • Definir as parcerias entre órgãos estaduais e municipais para as ações de infraestrutura básica.	• Relatórios periódicos do progresso das ações, elaborados pela UCP/PRODETUR/SE; • Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos do Programa; • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); • Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB); • Número de pessoas capacitadas; • Parcerias municipais e estaduais formalizadas.
Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo	A exploração turística desordenada pode resultar em prejuízos ambientais muito significativos, conforme previsto no diagnóstico deste estudo, além de ser necessário considerar os possíveis efeitos de uma ocupação desordenada, por conta da intensificação das atividades do setor de turismo no Polo. Assim, deve-se considerar como passível de análise crítica, um possível risco de degradação ambiental, provocado pela massificação de atividades turísticas não planejadas de maneira adequada e diretiva e investir em maneiras preventivas.	• Elaborar ferramentas que viabilizem o ordenamento da utilização dos recursos naturais, como Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental; Planos de Manejo; Política de Gerenciamento Costeiro; e Planos de gestão; • Promover Educação Ambiental, junto aos moradores e visitantes; • Atender a legislação e normas ambientais; • Elaborar estudos de avaliação dos limites de mudanças aceitáveis de atrativos turísticos frágeis; • Promover o fortalecimento institucional de órgãos fiscalizadores (ADEMA e SEMARH).	• Relatórios periódicos do progresso das ações ambientais, elaborados pela UCP/PRODETUR/SE; • Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos às ações do programa; • Estudo de avaliação de limites de mudanças aceitáveis executado; • Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental elaborados; • Planos de Manejo e Planos de uso público de unidades de conservação elaborados; • Política de Gerenciamento Costeiro elaborada e em execução pelos órgãos.

COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Risco de descontinuidade administrativa	A continuidade administrativa do Programa é de fundamental importância para as políticas de turismo desenvolvidas no Polo Velho Chico, uma vez que o governo, quanto entidade, deve responsabilizar-se pelas ações de interesse do Polo e trabalhar pela integração e continuidade das ações. Porém geralmente as transições governamentais são marcadas por modificações e descontinuidades em planos e programas. Para um desenvolvimento sustentável do turismo no estado é imprescindível que o governo tenha uma visão integrada e contínua das ações.	• Manter uma equipe técnica mínima para o andamento de uma dada ação, levando em consideração a sua especificidade; • Levar em consideração a importância da multidisciplinaridade na execução de Planos, Programas e Projetos; • Manter uma visão integrada e contínua acerca das ações; • Estabelecer parcerias com instituições que contribuam para o direcionamento das ações de gestão.	• Planos, Programas e Projetos executados; • Termos de parcerias formalizadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); • Planos Diretores elaborados; • Códigos de Obras elaborados; • Códigos de Meio Ambiente elaborados; • Plano de gestão dos destinos turísticos elaborado.
Falta de integração dos órgãos governamentais	Diante da divisão da atividade turística sergipana em Polos, a gestão municipal da atividade torna-se ponto chave para o desenvolvimento do turismo. No Polo Velho Chico, a maioria dos municípios possuem pouca iniciativa ligada ao turismo. Conforme pôde ser constatado, a ausência de integração entre o órgão governamental pode resultar em prejuízo financeiro público ou econômico social. É necessário estimular a integração entre os municípios objetivando a disseminação de experiências e intercâmbio de recursos tangíveis e intangíveis que promovam o Polo.	• Considerar a atividade turística como política pública a ser considerada nos planos, programas e projetos municipais; • Prever atividade turística nos códigos de meio ambiente e obras que formarão o Plano Diretor Municipal; • Estabelecer mecanismos de monitoramento da atividade turística nos municípios; • Definir parcerias entre órgãos estaduais e municipais para o intercâmbio de informações que possam contribuir para o turismo nos municípios; • Definir hierarquia entre os órgãos através da criação de fluxograma.	• Diagnósticos da gestão municipal do turismo realizados; • Termos de parcerias formalizadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); • Planos Diretores elaborados; • Códigos de Obras elaborados; • Códigos de Meio Ambiente elaborados; • Plano de gestão dos destinos turísticos elaborado; • Revisão do PDITS do Polo realizada.

COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

Infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente Programas governamentais de geração de infraestrutura e serviços básicos	O Polo Velho Chico, de forma geral, apresenta uma infraestrutura turística e oferta de serviços públicos deficiente. E somente com melhorias na infraestrutura o Polo terá um aumento no fluxo turístico satisfatório e possibilitarão um maior suporte e valorização paisagística. Contudo, é importante ressaltar a necessidade de elaborar Programas de infraestrutura estratégicos e integrados à Programas, Planos e Projetos Macros, que contem com o envolvimento da população local durante a elaboração, a fim de evitar conflitos sociais e a descaracterização cultural. Importante também que haja o monitoramento da estrutura e uma gestão, evitando assim a deterioração e o abandono.	• Avaliar as características fisiografias e geológicas do local a ser inserido o empreendimento, em face de processos naturais e antrópicos; • Verificar o nível de ocupação humana instalada, no tocante a intensidade do povoamento e do uso e ocupação do solo. • Avaliar as condições sanitárias, como medida preventiva de possível contaminação; • Aplicar o plano de manejo de resíduos, com sistema de coleta seletiva; • Educar ambientalmente, como forma de prevenir possíveis condutas que degradam o meio ambiente, voltado para a comunidade local e turista; • Monitorar o empreendimento durante a execução e após sua conclusão; • Definir um plano de gestão para a infraestrutura gerada.	• Obras de infraestrutura executadas; • Sistema de esgotamento sanitário implantado; • Plano de manejo de resíduo sólido elaborado e implantado; • Projetos de adequação de acessibilidade e restauração do patrimônio histórico e cultural executados; • Plano de gerenciamento e monitoramento das obras executado; • Relatório de monitoramento das ações executadas pela UCP/PRODETUR/SE; • Qualidade da água monitorada.

9.4.4 - Resumo das Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Costa dos Coqueirais

Quadro 18 - Conclusões, Recomendações e Formas de Monitoramento do PRODETUR/SE no Polo Costa dos Coqueirais.

FATOR CRÍTICO	CONCLUSÕES	RECOMENDAÇÕES	FORMAS DE MONITORAMENTO – INDICADORES
COMPONENTE 1 - PRODUTO TURÍSTICO			
Beleza Peculiar da Região Costeira	O polo Costa dos Coqueirais, tipicamente costeiro, possui localização privilegiada, no meio da costa brasileira, com 163 km de praias, sem obstáculos naturais, águas mornas margeadas por dunas e cortadas por seis desembocaduras de rios, o que gera uma ótima opção para o turismo de lazer, que vem sendo observados com maior atenção pelo setor turístico como capacidade mercado efetiva e potencial.	• Considerar os aspectos sociais e ambientais no desenvolvimento e funcionamento dos atrativos; • Intensificar o atrativo nos planos de divulgação da atividade turística do Polo; • Elaborar pesquisa que contemple a valorização do apelo cultural destes atrativos; • Criar roteiros turísticos onde estes atrativos estejam inseridos; • Elaborar parcerias entre os setores públicos e privados que contribuam para a gestão destes atrativos.	• Fluxo turístico; • Permanência média nos municípios do Polo; • Número de novos estabelecimentos comerciais de prestação de serviço; • Número de estabelecimentos hoteleiros e comerciais; • Nível de satisfação dos turistas.
Aumento do fluxo de turistas oriundos de estados vizinhos;	Com o aumento da divulgação dos atrativos turísticos do Polo, especialmente a singularidade da beleza natural da foz Rio São Francisco e as praias do litoral sul e norte, o Polo apresentou um aumento no fluxo de turistas oriundos de outros estados, e com mais investimentos previstos espera-se aumentar ainda mais esse fluxo.	• Elaborar um plano de divulgação turística local; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais da região; • Prever investimentos em infraestrutura turística e ações de monitoramento; • Observar a legislação ambiental pertinente à execução das obras previstas para o litoral sul.	• Plano de Marketing executado; • Planos turísticos elaborados; • Sinalização turística do Polo implantada; • Taxa de ocupação hoteleira; • Fluxo turístico; • Permanência média do turista no estado.

Centralidade exercida por Aracaju	Como já ressaltado durante a Linha de Base/Diagnóstico, o Polo Costa dos Coqueirais possui como principal receptor de turistas, a cidade de Aracaju (capital do estado). Esta possui a maior capacidade de hospedagem e melhores equipamentos de envolvimento direto e indireto com o turismo. Desta forma, ações que possam manter ou ampliar esta característica da capital sergipana podem significar o desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais como um todo, já que Aracaju também atua como órgão emissor de turistas para outras localidades.	• Elaborar um plano de divulgação dos atrativos turísticos locais; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais nestas ações; • Prever investimentos que contemplem a Manutenção dos equipamentos turísticos contemplados nestas ações; • Observar a legislação ambiental pertinente à execução das obras previstas para o litoral sul; • Estabelecer parceria entre o governo municipal de Aracaju e o governo do estado de Sergipe.	• Fluxo turístico; • Permanência média do turista; • Número de novos estabelecimentos comerciais de prestação de serviço; • Número de estabelecimentos hoteleiros e comerciais; • Nível de satisfação dos turistas.
COMPONENTE 2 - ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO			
Mercado turístico com elevada potencialidade a ser explorado	Diante do potencial turístico do Polo Costa dos Coqueirais, faz-se necessário investimentos em valorização do produto turístico, com geração de infraestrutura turística planejada, e de estratégias de comercialização. Desta forma, poderá haver um aumento no fluxo turístico no Polo e o desenvolvimento da atividade turística.	• Elaborar estudos de viabilidade turística • Elaborar e executar plano de divulgação dos atrativos; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais da região; • Prever investimentos que contemplem a Elaboração e execução do Plano de Marketing;	• Estudos de viabilidade turística elaborados; • Planos turísticos elaborados; • Plano de Marketing executado; • Estudos de capacidade de carga realizados; • Fluxo turístico; • Nível de satisfação dos turistas.

Incentivo externo para a atividade turística	Ao analisar as potencialidades do Polo, deve-se levar em consideração o ambiente favorável que o turismo sergipano vem encontrando no cenário das políticas públicas do turismo regional e nacional. A elaboração e implantação de programas públicos, a exemplo do PAC e do PRODETUR em Sergipe, constitui fator exógeno de extrema relevância para o desenvolvimento do setor, constituindo assim para o desenvolvimento do turismo sustentável.	• Estabelecer parcerias com instituições que contribuam para o direcionamento das ações de gestão; • Monitorar o empreendimento durante a execução e após sua conclusão; • Definir um plano de gestão para a infraestrutura gerada; • Prever formas de acompanhamento da execução das ações implementadas.	• Planos, Programas e Projetos elaborado; • Estudos de viabilidade turística elaborados; • Número de obras de infraestrutura turística concluídas; • Planos de gestão para a infraestrutura gerada elaborados e em execução; • Plano de monitoramento das ações executado; • Número de Parcerias com instituições formalizadas.
Concorrência com outros destinos	A proximidade com os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco que exploram de forma mais intensiva o turismo, acarreta numa inibição para o turismo sergipano, principalmente no tocante aos traços culturais inerentes a cultura local. Os investimentos do PRODETUR/SE previstos para o Polo, associado aos atrativos naturais devem melhorar a capacidade de competir com outros destinos turísticos e assim aumentar o fluxo de turistas no Estado.	• Elaborar um plano de divulgação dos atrativos turísticos locais. • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais nestas ações. • Prever investimentos que melhorem a estrutura turística do estado. • Estabelecer parceria entre o governo municipal de Aracaju e o governo do estado de Sergipe. • Elaborar Planos, Programas e Projetos voltados para o desenvolvimento turístico.	• Planos, Programas e Projetos elaborado; • Estudos de viabilidade turística elaborados; • Número de obras de infraestrutura turística concluídas; • Planos de gestão para a infraestrutura gerada elaborados e em execução; • Plano de monitoramento das ações executado; • Número de Parcerias com instituições formalizadas.

COMPONENTE 3 – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL			
Desigualdade socioeconômica e existência de bolsões de Pobreza;	O Polo caracteriza-se por apresentar graves desigualdades socioeconômicas com extrema concentração de renda, o que dificulta uma melhor distribuição dos recursos para o desenvolvimento do turismo. Os municípios que se apresentam em condições precárias não fixam o turista, por não possuírem estrutura adequada para o turismo, a exemplo dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Indiaroba. Portanto esses locais precisam passar por melhorias na infraestrutura básica das localidades e eficazes políticas públicas, a fim de melhorar a qualidade de vida da população	• Elaborar relatórios periódicos de progresso elaborados pela UCP/PRODETUR/SE na execução do programa contratado pelo BID; • Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos elaborados por consultoria contratada. • Inserir a visão das dimensões sociais, culturais e ambientais em todas as ações da matriz de investimento; • Inserir a população local no Programa de Capacitação da mão de obra; • Definir parcerias entre órgãos estaduais e municipais para as ações de infraestrutura básica.	• Relatórios periódicos do progresso das ações, elaborados pela UCP/PRODETUR/SE; • Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos do Programa; • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); • Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB); • Número de pessoas capacitadas; • Parcerias municipais e estaduais formalizadas.
Falta de Políticas Ambientais	A base para que o turismo seja aplicado de forma sustentável será organizada através da gestão integrada. Ausência de Políticas ambientais e Planos Municipais, principalmente voltadas ao gerenciamento costeiro, dificultando às condições de governança quanto aos aspectos socioambientais e turísticos. Novas ferramentas para a gestão do turismo contribuirão para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, viabilizando a superação de possíveis deficiências de legislações pertinentes através da promoção de políticas públicas locais, que se adequem ao Plano Nacional de turismo.	• Elaborar ferramentas que viabilizem o ordenamento da utilização dos recursos naturais, como Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental; Planos de Manejo; Política de Gerenciamento Costeiro; e Planos de Gestão; • Promover Educação Ambiental, junto aos moradores e visitantes; • Fiscalizar as ações com necessidade de licenciamento ambiental; • Promover o fortalecimento institucional de órgãos fiscalizadores (ADEMA e SEMARH).	• Número de Planos de Manejo elaborados e Planos de uso público das UC's elaborados; • Programa Integrado de Educação Ambiental elaborado e executado; • Número de pessoas capacitadas em Educação Ambiental; • Número de Estudos Ambientais realizados; • Número de parcerias entre órgãos de turismo e meio ambiente formalizadas; • Planos de Proteção e Recuperação de Áreas Ambientais Frágeis elaborados; • Política de gerenciamento costeiro elaborada; • Número de normas ambientais elaboradas.

Risco de degradação dos recursos naturais pela massificação do turismo;	A exploração turística desordenada pode resultar em prejuízos ambientais muito significativos, conforme previsto no diagnóstico deste estudo, além de ser necessário considerar os possíveis efeitos de uma ocupação desordenada, por conta da intensificação das atividades do setor de turismo no Polo. Assim, deve-se considerar como passível de análise crítica, um possível risco de degradação ambiental, provocado pela massificação de atividades turísticas não planejadas de maneira adequada e diretiva e investir em maneiras preventivas.	• Elaborar ferramentas que viabilizem o ordenamento da utilização dos recursos naturais, como Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental; Planos de Manejo; Política de Gerenciamento Costeiro; e Planos de gestão • Promover Educação Ambiental, junto aos moradores e visitantes; • Atendimento às exigências ambientais; • Elaborar estudos de avaliação dos limites de mudanças aceitáveis de atrativos turísticos frágeis; • Fortalecimento institucional de órgãos fiscalizadores (ADEMA e SEMARH).	• Relatórios periódicos do progresso das ações ambientais, elaborados pela UCP/PRODETUR/SE; • Relatório de Acompanhamento dos Impactos Estratégicos às ações do programa; • Estudo de avaliação de limites de mudanças aceitáveis executado; • Planos Diretores de desenvolvimento Urbano e Ambiental elaborados; • Planos de Manejo e Planos de uso público de unidades de conservação elaborados; • Política de Gerenciamento Costeiro elaborada e em execução pelos órgãos.
COMPONENTE 4 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Risco de descontinuidade administrativa	A continuidade administrativa do Programa é de fundamental importância para as políticas de turismo desenvolvidas no Polo Velho Chico, uma vez que o governo, quanto entidade, deve responsabilizar-se pelas ações de interesse do Polo e trabalhar pela integração e continuidade das ações. Porém geralmente as transições governamentais são marcadas por modificações e descontinuidades em planos e programas. Para um desenvolvimento sustentável do turismo no estado é imprescindível que o governo tenha uma visão integrada e contínua das ações.	• Manter uma equipe técnica mínima para o andamento de uma dada ação, levando em consideração a sua especificidade; • Levar em consideração a importância da multidisciplinaridade na execução de Planos, Programas e Projetos; • Manter uma visão integrada e contínua acerca das ações; • Estabelecer parcerias com instituições que contribuam para o direcionamento das ações de gestão.	• Planos, Programas e Projetos executados; • Termos de parcerias formalizadas (convênios, termos de cooperação, protocolos de intenções, contratos, etc.); • Planos Diretores elaborados; • Códigos de Obras elaborados; • Códigos de Meio Ambiente elaborados; • Plano de gestão dos destinos turísticos elaborado.

COMPONENTE 5 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS			
Estrutura turística de boa qualidade na cidade de Aracaju	Aracaju representa o município com melhor estrutura turística do Polo, atraindo a maioria dos investimentos públicos e privados. As ações do PRODETUR/SE pretendem melhorar ainda mais a estrutura da cidade de Aracaju, por esta representar o ponto indutor do turismo do Estado.	• Elaborar um plano de divulgação dos atrativos turísticos e infraestrutura locais; • Observar as dimensões sociais, culturais e ambientais nestas ações; • Prever investimentos que contemplem a Manutenção dos equipamentos turísticos contemplados nas ações dirigidas à capital; • Estabelecer parceria entre o governo municipal de Aracaju e o governo do estado de Sergipe.	• Fluxo turístico; • Permanência média do turista; • Número de novos estabelecimentos comerciais de prestação de serviço; • Número de estabelecimentos hoteleiros e comerciais; • Nível de satisfação dos turistas.
Ações de melhoria da infraestrutura em andamento	Conforme apontado no capítulo que trata do diagnóstico deste Polo, foram identificadas várias situações em que há necessidade de implantação ou de melhoramento da infraestrutura urbana. Por outro lado, foi identificado um aumento nos investimentos em infraestrutura turística. Vale ressaltar que nas áreas de saneamento, um significativo aumento na área de cobertura de tratamento de esgotos na Região Metropolitana de Aracaju, viabilizando a implantação de novos empreendimentos comerciais voltados para o turismo. Este cenário de recente ampliação de investimentos constitui fator crítico favorável ao Polo, pois resulta e melhoramento das suas condições de cenários futuros.	• Promover o gerenciamento dos empreendimentos, a fim de evitar danos por processos naturais e antrópicos; • Verificar o nível de ocupação humana instalada, para verificar a intensidade do povoamento e do uso e ocupação do solo; • Aplicar o plano de manejo de resíduos, com sistema de coleta seletiva; • Implantar um programa de educação ambiental, como forma de prevenir possíveis condutas que degradem os equipamentos e o meio ambiente, voltado para a comunidade local e turista; • Monitorar a infraestrutura através da gestão municipal das localidades, para evitar a deterioração dos equipamentos urbanos ou abandono.	• Obras de infraestrutura executadas; • Sistema de esgotamento sanitário implantado; • Plano de manejo de resíduo sólido elaborado e implantado; • Projetos de adequação de acessibilidade e restauração do patrimônio histórico e cultural executados; • Plano de gerenciamento e monitoramento das obras executado; • Relatório de monitoramento das ações executadas pela UCP/PRODETUR/SE; • Qualidade da água monitorada.

9.5 Considerações Finais

A aplicabilidade dos indicadores no Polo Velho Chico favorecerá o acompanhamento das mudanças socioeconômicas a partir da consolidação do turismo na região. Ressalta-se que os fatores críticos apresentam-se mais intensos, pois se constituem em localidades com acentuado índice de pobreza, políticas públicas insatisfatórias, baixa diversificação nos tipos de serviços oferecidos a população, alto índice analfabetismo, infraestrutura deficiente para o turismo e serviços básicos.

Destaca-se que grande parcela da população do Polo Velho Chico está concentrada na área rural. Este fator deve ser analisado pelos gestores do turismo como etapa prévia da análise, pois o turismo tem como um dos impactos o estranhamento dos habitantes do lugar com os turistas. Uma das principais mudanças da atividade turística é a de paisagem. Os indicadores devem auxiliar no monitoramento do grau de satisfação da população local com o turismo e as possíveis transformações que poderão acarretar decorrente da execução das ações. Tais mudanças poderão ser vistas com a construção de atracadouros nos povoados Curralinho e Bom Sucesso em Poço Redondo.

O Polo Costa dos Coqueirais se apresenta com condições estruturais mais desenvolvidas que o Polo Velho Chico para o incremento da atividade turística. A cidade de Aracaju, capital do Estado, dispõe de rede hoteleira, serviços e acessibilidade mais adequados ao turismo. Nesse contexto, Aracaju exerce centralidade aos demais municípios do Polo. Esta centralidade pode ser considerada como um impacto positivo ao turismo, pois apresenta às condições favoráveis a atividade turística. No entanto, também pode ser vista como fator crítico a ampliação do turismo em outros municípios. O impacto negativo de sua centralidade decorre do fato de concentrar o fluxo de capital gerado pela atividade. Isto é reflexo do tipo de turismo desenvolvido na região, no qual o turista visita os atrativos e retorna à Aracaju onde está hospedado.

Como forma de mensurar o fator crítico da centralidade que Aracaju exerce aos demais municípios inseridos no Polo Costa dos Coqueirais seriam aplicados os indicadores de medição do número de estabelecimentos hoteleiros nos municípios contidos no Polo e do fluxo de visitação e permanência dos turistas nas localidades. A estes podem ser alinhados o montante de investimento em planos, programas e projetos municipais advindos de captação de recursos federais e internacionais. Com isto será possível definir no planejamento orçamentário do governo as ações prioritárias para desenvolvimento turístico de forma direcionada por demanda dos municípios.

A aplicação de indicadores de sustentabilidade nos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico favorecerá o monitoramento e análise da AAE. É notório destacar que os fatores críticos socioeconômicos são significativos dentro do Polo, pois há diferenças relevantes entre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que serão alvo da atividade turística. É possível observar os impactos da atividade turística através dos indicadores de sustentabilidade, norteados por fatores críticos como índice de pobreza, execução das políticas públicas, índice de analfabetismo e de pobreza e infraestrutura turística que não atende adequadamente o turismo.

Os municípios do Polo Costa dos Coqueirais se apresentam na maior parcela urbanizados, com a presença da maior concentração populacional nas áreas urbanas, diferente do que se observa no Velho Chico. Em alguns municípios o turismo já está consolidado como setor econômico, a exemplo de Laranjeiras, Estância, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda e Canindé do São Francisco. Muito embora o produto turístico ainda não tenha sua valoração potencializada

Há nos Polos atrativos naturais em estágio de conservação e outros já protegidas por legislação ambiental, como a exemplo do Monumento Natural Grota do Angico, REBIO Santa Isabel, APA litoral norte e APA litoral sul, como principais locais de visitação. O monitoramento do turismo nestas regiões deve ser feito de forma intensa e subsidiados com instrumentos legais de manejo de uso destas unidades de conservação. Tal medida poderá mitigar os impactos da massificação do atrativo promovida pelo aumento do fluxo turístico.

O turismo desencadeia mudanças de diferentes amplitudes nos locais de influência da atividade. Ressalta-se que uma das principais transformações ocorre na paisagem, principalmente em áreas dotadas de atributos naturais. Estas mudanças também serão vistas na melhoria da qualidade de vida da população com o aumento do índice de desenvolvimento humano e diminuição do índice de pobreza, decorrente de ações de capacitação, inclusão social, melhoria de infraestrutura e estudos de demandas.

10 Referências

- ABAV- Associação Brasileira de Agência de Viagens. **Missão e Objetivos**. Disponível em: http://www.abav.com.br/texto.aspx?id=1&id_area=1. Acesso em: 02 de março de 2012.
- ARACAJU CONVENTION & VISITORS BUREAU. **Institucional - Quem somos**. Disponível em: http://www.aracajuconvention.com.br/aracajuconventionbureau/interna.wsp?tmp_page=PT_inst_quemsomos. Acesso em: 02 de março de 2012.
- ARAUJO, D.S.D. **Análise florística e fitogeográfica das restingas do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- ARAÚJO, H. M. **Geossistemas na Bacia Costeira do Rio Sergipe: taxonomia e interações da paisagem morfológica**. V Simpósio Latino-americano de Geografia Física: Anais. Revista Geografia Ensino e Pesquisa, v.12, n.1, Eixo 3. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/vslagf/eixo3.pdf>, acesso em 21/02/2010.
- ARAÚJO, H. M. **Cobertura Vegetal, Uso do Solo e Ocupação da Terra na Bacia do Rio Sergipe**, 2011.
- BARROSO, M.L.A; GOMES, M.M; SILVA, M.L.N. **Efeitos da Urbanização sobre o Canal de Drenagem da Av. Pedro Valadares – Bairro Jardins, Aracaju/Se**. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica. Belem, 2009.
- BIERREGAARD JUNIOR, R.O., LOVEJOY, T.E., KAPOs, V., SANTOS, A.A. & HUTCHINGS, R.W. **The biological dynamics of tropical rainforest fragments: a prospective comparison of fragments and continuous forest**. BioScience 42:859-866, 1992.
- BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos: EESS/USP, 120p. 1999.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE. Institui a defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 17 de Abril de 2012.
- BRASIL, Decreto nº 401, de 24 de Dezembro de 1991. **Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, no Estado de Sergipe**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0401.htm Acesso em: 09 de Mar. de 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências**. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 20 de Mar. de 2012.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de Maio de 2012. **Institui o Código Florestal.** Brasília, 25 de maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm > Acesso em: 20 de Agosto de 2012.

CARVALHO, C.M. & VILAR, J.C. **Introdução - Levantamento da Biota do Parque Nacional Serra de Itabaiana** pp.9-14. In: Parque Nacional Serra de Itabaiana Levantamento da Biota (C.M. Carvalho & J.C. Vilar, Coord.). Aracaju, Ibama, Biologia Geral e Experimental – UFS, 2005.

CASTELLETTI, C.H.M., SILVA, J.M.C., TABARELLI, M. & SANTOS, A.M.M. **Quanto ainda resta da Caatinga? Uma estimativa preliminar.** In **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação.** (J.M.C. Silva, M. Tabarelli, M.T. Fonseca & L.V. Lins, org.). Ministério do Meio Ambiente, Brasília, p. 91-100, 2004.

COIMBRA-FILHO, A.F. & CÂMARA, I. DE G. **Os limites originais do bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil.** Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Rio de Janeiro, 1996.

COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS – CBRO. **Lista das Aves do Brasil.** 8nd, 2010, ed. CBRO, São Paulo. Disponível em: <http://www.cbro.org.br> Acesso em: 09 de abril de 2012.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Listagem Geral das Terras Indígenas no Brasil (situação jurídico - administrativa atual).** Disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/terras> indígenas. Atualizado em: 27.01.11> Acesso em 09 de Mar. de 2012.

CLARK, R. **Making EIA count in decision-making.** In: Perspectives on Strategic Environmental Assessment. Partidário, M.R. and R. Clark (Eds, CRC-Lewis Publishers, Boca Raton, Florida... 15-27. 2000.

DESO. **Abastecimento de água: 2007 e 2008.** www.deso-se.com.br

DESO. **Ligações de Água, Segundo as Classes de Consumidores: 2002 a 2006.** www.deso-se.com.br

DETRAN/SE. **Veículos Licenciados Segundo o Tipo: 2003 a 2007.** www.detrان.se.gov.br

EBCT. **Correspondência postada por tipo de serviço: 2001 a 2006.** www.correios.com.br

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2.ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2006. EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, 132p., 2001.

EMSETUR, **Produtos Nacionais do Turismo de Sergipe.** www.se.gov.br/userfiles/arquivos/691/produtos_nacionais.doc, acesso em: 01 de agosto de 2012

EMSETUR, **Produtos Internacionais do Turismo de Sergipe.** www.se.gov.br/userfiles/arquivos/691/produtos_internacionais.doc, acesso em: 01 de agosto de 2012

ENERGIPE. **Consumo de Energia Elétrica Segundo as Classes de Consumidores: 2003 a 2007.** <http://www.energisa.com.br>

ENERGIPE. **Ligações de Energia Elétrica Segundo as Classes de Consumidores: 2003 a 2007.** <http://www.energisa.com.br>

FONSECA, V.; VILAR, J. W.; SANTOS, M. A. N. **Reestruturação territorial no Litoral de Sergipe, Brasil.** In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, 2009.

GOMES, L. J; SANTANA, V.; RIBEIRO, G.T. **Unidades de Conservação no Estado de Sergipe.** Revista da Fapese, v. 2, n. 1, p. 101-112, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, L. C. **Planejamento de Energia e Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica: conceitos e críticas.** Curitiba: Juruá, 2009.

IBGE. **Censos Demográficos: 2000 e 2007.** www.ibge.gov.br

IBGE. **PIB a preços correntes e per capita: 2002 a 2006.** www.ibge.gov.br

IBGE. **Efetivo dos rebanhos: 2004 a 2006.** www.ibge.gov.br

IBGE. **Lavouras permanentes: 2002 a 2006.** www.ibge.gov.br

IBGE. **Lavouras temporárias: 2002 a 2006.** www.ibge.gov.br

IBGE. **Produção animal: 2004 a 2006.** www.ibge.gov.br

IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano: 2000.** www.ipea.gov.br

JERUSALINSKY, L.; OLIVEIRA M.M.; Pereira, R.F.; SANTANA, V.; BASTOS, P.C.R.; FERRARI, S.F. **Preliminary evaluation of the conservation status of *Callicebus Coimbra Kobayashi* & Langguth, 1999 in the Brazilian state of Sergipe,** Primate Conservation 21: 25-32. 2006.

LACERDA, L. D.& ESTEVES, F. A. **Restingas brasileiras: quinze anos de estudos;** p. III-VI In F. A. Esteves & L. D. Lacerda (ed.). Ecologia de restingas e lagoas costeiras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

LANDIM, M. F.; FONSECA, E. L.; **A Mata Atlântica de Sergipe – Diversidade Florística, Fragmentação e Perspectivas de Conservação.** Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG, 23 a 28 de Setembro de 2007.

LAPA, D. L.& CUNHA, J. C. S. **Educação ambiental e envolvimento comunitário: pressupostos básicos para a prática do ecoturismo no parque nacional serra de Itabaiana.** In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/ Congresso Nacional de Ecoturismo, n.2, 2007, Itatiaia/RJ. II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

LEAL, I.R., SILVA, J.M.C., TABARELLI, M. & LACHER-JUNIOR, T.E. **Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil.** Megadiversidade 1:139-146. 2005.

LEOPOLD, L. B.; CLARKE, F. E., HANSHAW, B. B.; BALSLEY, J. R.. **A procedure for Evaluating Environmental Impact**. Geological Survey Circular 645. U.S. Government Printing Office. Washington, D.C, 1971.

LIMA, A.V.O. **Degradação dos manguezais do município de Aracaju em decorrência da urbanização**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

MELO & SOUZA, R; DA SILVA, M.do Socorro F. **Eixo 5 - Biogeografia, Planejamento Ambiental e Gestão do Território. Remanescentes Florestais de Sergipe: O caso das Unidades de Conservação**, 2009.

MELO & SOUZA, R; DA SILVA, M.do Socorro F. **Áreas de Proteção Ambiental em Sergipe: Perspectivas e Desafios Face aos Conflitos Territoriais Decorrentes do Uso dos Recursos Naturais**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco; doutrina, jurisprudência glossário**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 9.605 (lei de Crimes Ambientais), de 12 de fevereiro de 1998**. Brasil.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Biodiversidade Brasileira: Avaliação e Identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira**. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 5, de 04 de maio de 1994**. Brasil.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – (ICMBio). **Proposta de Retificação e Atualização dos Limites da Reserva Biológica de Santa Isabel, no Estado de Sergipe – RELATÓRIO TÉCNICO – Reserva Biológica de Santa Isabel, Pirambu – Novembro de 2010**.

OLIVEIRA FILHO A.T. & FONTES, M.A.L. **Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forests in Southeastern Brazil and the influence of climate**. Biotropica: 32:793-810. 2000.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **Análise do índice de Adequabilidade de Condições de Saneamento para Sergipe**. Disponível em: http://www.observatorio.se.gov.br/images/Censo2010_Sergipe_Saneamento.pdf. Acesso em: 05 de Maio de 2012.

PACHECO, J.F. et al. **Aves: áreas e ações prioritárias para a conservação da Caatinga**. The Nature Conservancy do Brasil: Associação Caatinga. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004.

PARTIDÁRIO, M. R. **Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica**. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Governo de Portugal, Lisboa , 2012.

RUIZ-ESPARZA, J., GOUVEIA, S.F., ROCHA, P.A., BELTRÃO-MENDE S, R., RIBEIRO, A.S., & FERRARI, S.F. **Birds of the Grota do Angico Natural Monument in the semi-arid**

Caatinga scrublands of northeastern Brazil. Biota Neotrop. 11(2): <http://www.biotaneotropica.org.br/v11n2/en/inventory?article+bn01611022011>, 2011.

RIZZINI, C. T.. **Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológico e florísticos.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Âmbito cultural, 747 p. 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável - a proteção do meio ambiente** Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTANA, J. M.; BASTOS JR. E. M.; MELO & SOUZA, R. **Aracaju: crescimento urbano e destruição dos manguezais.** Caderno do Estudante (UFS), V. 1, p. 72-80, 2005.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). Boletim 1216 - 03.02.11 **Reserva do Caju, em Sergipe, vira área de conservação permanente.** Disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/nucleo-de-comunicacao-publica/copy_of_em-questao-1/edicoesanteriores/fevereiro-2011/boletim-1216-03.02/reserva-do-caju-em-sergipe-vira-area-de-conservacao-permanente> Acesso em: 23 de Mar. de 2012.

SEFAZ/SE. **Arrecadação de ICMS por Setor: 2000 a 2007.** www.sefaz.se.gov.br

SEED/SE. **Estabelecimentos que Ministram a Educação Fundamental: 2003 a 2007.** www.seed.se.gov.br

SEED/SE. **Estabelecimentos que Ministram a Educação Infantil: 2003 a 2007.** www.seed.se.gov.br

SEED/SE. **Estabelecimentos que Ministram a Educação Média: 2003 a 2007.** www.seed.se.gov.br

SEMARH/SRH. **Atlas Digital de Recursos Hídricos de Sergipe – Ocupação do Solo no Polo Velho Chico-** 2011.

SEPLANTEC. **Atlas Digital de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe.** Secretaria de Planejamento e Tecnologia – Sergipe. Aracaju, 2004.

SERGIPE. Lei nº 3.117, de 19 de dezembro de 1991. Altera o art. 1º da Lei nº 2.683, de 16 de setembro de 1988, **Institui a proteção das áreas de mangue no Estado de Sergipe, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.al.se.gov.br/cese/CONSTITUICAO_DO_ESTADO_DE_SERGIPE.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2012.

SES/SE. **Organização Hospitalar: 2002 a 2006.** www.ses.se.gov.br

SETUR. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Sergipe (PDITS).** 2013.

SIGRIST, T. **Aves do Brasil Oriental.** São Paulo: Avis Brasilis. 2007.

SINGER, E. da M. **Metodologia para avaliação dos impactos ambientais da mineração.** In: Anais do Encontro sobre Mineração e Meio Ambiente no Estado de São Paulo. São Paulo: ABGE, p. 10-20, 1985.

SILVA, C. E. **Proposta de monitoramento integrado da educação ambiental e do ecoturismo em unidades de conservação de Sergipe.** Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v.3, n.2, p.31- 49, 2010.

SILVA, M.S.F; SOUZA, R.M. **O Potencial Fitogeográfico de Sergipe: uma abordagem a partir das unidades de conservação de uso sustentável.** Scientia Plena 5, 105402. 2009.

SIQUEIRA, E.R., LANDIM, M. F., CORREIA, C.O., RIBEIRO, F.E., RANGEL, M.S.A., ARAÚJO, M.I.O., HORA, F.M.D. A Mata Atlântica em Sergipe. In: Curitiba (UFS). v.2, 172-187. 2000.

SOUSA, M. R. **Distribuição do guigó (Callicebus coimbrai) no Estado de Sergipe.** Neotropical Primates 11(2). Agosto. 2003.

TELEMAR. **Terminais Telefônicos Instalados e em Serviço: 1999 e 2002.** www.telemar.com.br

THERIVEL, R. & PARTIDÁRIO, M. R. (eds), **The practice of strategic environmental assessment.** London, Earthscan, 1996.

VALERA, C. A. **A Avaliação Ambiental Integrada dos Impactos Cumulativos e Sinérgicos dos Empreendimentos Minerários.** MPMG Jurídico, Belo Horizonte, edição especial, p. 33-39, 2012.

VELLOSO A.L. **Unidades de conservação: áreas e ações prioritárias para a conservação da Caatinga.** The Nature Conservancy do Brasil: Associação Caatinga. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2004.

WHITMAN, W. B., COLEMAN, D. C., Wiebe, W. J. **Prokaryotes: the unseen majority.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America 95: 6578-6583, 1998.

ANEXO A – Avifauna dos Polos

Tabela 61 - Avifauna do Polo Velho Chico

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	POÇO REDONDO (CURRALINHO)	POÇO REDONDO (BOM SUCESSO)	GARARU	PROPRIÁ	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
JACANIDAE	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã	X	X	X	X	
PHALACROCORACIDAE	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	Biguá					X
ARDEIDAE	<i>Bulbucus ibis</i>	Garça-vaqueira		X	X	X	
	<i>Ardea alba</i>	Garça-branca-grande		X			
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena	X		X		
	<i>Butorides striata</i>	Socozinho	X			X	
CHARADIIDAE	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero	X	X	X	X	
FALCONIDAE	<i>Caracara plancus</i>	Carcará	X	X			
RALLIDAE	<i>Gallinula galeata</i>	Frango-d'água-comum			X	X	
ANATIDAE	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Pé-vermelho				X	
CATHARTIDAE	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça-preta	X				
	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha	X				X
	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-amarela	X		X		
CUCULIDAE	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto	X	X		X	X
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco		X		X	X
STRIGIDAE	<i>Athene cunicularia</i>	Coruja-buraqueira		X			
TROCHILIDAE	<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-flor-tesoura			X		

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	POÇO REDONDO (CURRALINHO)	POÇO REDONDO (BOM SUCESSO)	GARARU	PROPRÍA	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
COLUMBIDAE	<i>Columba livia</i>	Pombo-doméstico				X	
	<i>Columbina picui</i>	Rolinha-picui	X	X			X
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa				X	
PSITTACIDAE	<i>Aratinga cactorum</i>	Periquito-da-caatinga		X			
	<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim	X				X
ACCIPITRIDAE	<i>Accipiter superciliosus</i>	Gavião-miudinho	X				
	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	Gavião-caramujeiro			X	X	
	<i>Falco sparverius</i>	Quiriquiri	X				
ALCEDINIDAE	<i>Megaceryle torquata</i>	Martim-pescadpr-grande			X		
	<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-pescador-pequeno	X			X	X
BUCCONIDAE	<i>Nystalus maculatus</i>	Rapazinho-dos-velhos	X				
FURNARIIDAE	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	Curutié				X	
	<i>Pseudoseisura cristada</i>	Casaca-de-couro		X		X	
TYRANNIDAE	<i>Todirostrum cinereum</i>	Ferreirinho-relógio					X
	<i>Fluvicola albiventer</i>	Lavadeira-de-cara-branca				X	
	<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira-mascarada	X	X	X	X	X
	<i>Arundinicola leucocephala</i>	Freirinha			X	X	X

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	POÇO REDONDO (CURRALINHO)	POÇO REDONDO (BOM SUCESSO)	GARARU	PROPRIÁ	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
	<i>Machetornis rixosa</i>	Suiriri-cavaleiro				X	
	<i>Legatus leucophaeus</i>	Bem-te-vi-pirata					X
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi	X			X	X
	<i>Megarynchus pitangua</i>	Neinei					X
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri	X	X		X	X
VIREONIDAE	<i>Cyclarhis guajanaensis</i>	Pitiguari		X			
POLIOPTILIDAE	<i>Poliophtila plumbea</i>	Balança-rabo-de-chapéu-preto					X
TURDIDAE	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-laranjeira					X
COEREBOIDAE	<i>Coereba flaveola</i>	Cambacica					X
HIRUNDINIDAE	<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica-grande	X		X	X	
	<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio	X		X	X	
MIMIDAE	<i>Mimus sartuninus</i>	Sabiá-do-campo	X	X		X	
THRAUPIDAE	<i>Nemosia pileata</i>	Saíra-de-chapéu-preto	X				
	<i>Lanio pileatus</i>	Tico-tico-rei-cinza	X				
	<i>Paroaria dominicana</i>	Cardeal-do-nordeste	X	X			X
EMBEREZIDAE	<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu	X				
	<i>Sporophila sp.</i>		X				

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	POÇO REDONDO (CURRALINHO)	POÇO REDONDO (BOM SUCESSO)	GARARU	PROPRÍ	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO
PASSERIDAE	<i>Passer domesticus</i>	Pardal	X		X		X
ICTERIDAE	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	Garibaldi				X	
FRINGILLIDAE	<i>Euphonia chlorotica</i>	Fim-fim					X

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2012.

Tabela 62 - Avifauna do Polo Costa dos Coqueirais

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ARACAJU - MOSQUEIRO	ATALAIA NOVA	INDIAROA	CRASTO	CAUEIRA	SÃO CRISTÓVÃO
Rallidae	<i>Aramides sp.</i>							X
Jacanidae	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã		X	X	X	X	
Podicipedidae	<i>Podilymbus podiceps</i>	Mergulhão-caçador	X					
	<i>Tachybaptus dominicus</i>	Mergulhão-pequeno				X		
Phalacrocoracidae	<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	Biguá				X		
Ardeidae	<i>Bulbucus ibis</i>	garça-vaqueira	X				X	
	<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande	X	X	X	X	X	
	<i>Egretta caerulea</i>	Garça-azul				X		X
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena	X	X	X	X	X	X
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Garça-noturna				X		
	<i>Nyctanassa violacea</i>	Savacu-de-coroa				X		
	<i>Butorides striata</i>	Socozinho	X	X		X	X	X
Scolopacidae	<i>Numenius phaeopus</i>	Maçarico-galego			X			
Charadiidae	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero	X	X		X	X	
Falconidae	<i>Caracara plancus</i>	Carcará	X		X	X	X	X
	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro				X		
	<i>Falco sparverius</i>	Quirquiri			X	X		

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ARACAJU - MOSQUEIRO	ATALAIA NOVA	INDIAROA	CRASTO	CAUEIRA	SÃO CRISTÓVÃO
Rallidae	<i>Gallinula galeata</i>	Frango-d'água-comum		X		X		
	<i>Porphyrio martinica</i>	Frango-d'água-azul	X			X		
Anatidae	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	Pé-vermelho				X	X	
Cathartidae	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-de-cabeça-preta	X	X	X	X	X	X
	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-amarela			X	X		
Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto	X	X	X	X	X	X
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco	X	X	X	X	X	
Picidae	<i>Dryocopus lineatus</i>	Pica-pau-de-banda-branca			X			
Strigidae	<i>Athene cunicularia</i>	Coruja-buraqueira	X					
Trochilidae	<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-flor-tesoura	X	X				
Columbidae	<i>Columba livia</i>	Pombo-doméstico		X				
	<i>Columbina squammata</i>	Fogo-apagou		X	X	X	X	X
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa	X	X		X		X
Psittacidae	<i>Diopsittaca nobilis</i>	Maracanã-pequena				X		
	<i>Aratinga jandaia</i>	Jandai-verdadeira			X	X		
	<i>Aratinga auricapillus</i>	Jandaia-de-testa-vermelha				X		
	<i>Aratinga aurea</i>	Periquito-rei		X	X	X		
	<i>Forpus xanthopterygius</i>	Tuim				X		

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ARACAJU - MOSQUEIRO	ATALAIA NOVA	INDIAROBA	CRASTO	CAUEIRA	SÃO CRISTÓVÃO
Trogonidae	<i>Trogon viridis</i>	Surucuá-grande-de-barriga-amarela				X		
	<i>Trogon curucui</i>	Surucuá-de-barriga-vermelho				X		
	<i>Rostrhamus sociabilis</i>	Gavião-caramujeiro					X	
	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó		X				
Alcedinidae	<i>Megaceryle torquata</i>	Martim-pescadpr-grande		X				
	<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim-pescador-verde	X			X	X	
Galbulidae	<i>Galbula ruficauda</i>	Ariramba-de-cauda-ruiva				X		
Picidae	<i>Picummus sp.</i>	=				X		
	<i>Colaptes melanochlorus</i>	Pica-pau-verde-barrado				X		
Furnariidae	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	Curutié	X				X	
	<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro				X		
Pripridae	<i>Chiroxiphia pareola</i>	Tangará-falso				X		
Tyrannidae	<i>Fluvicula nengeta</i>	Lavadeira-mascarada	X	X		X	X	X
	<i>Arundinicola leucocephala</i>	Freirinha				X	X	
	<i>Machetornis rixosa</i>	Suiriri-cavaleiro		X		X		
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi	X	X	X	X	X	X
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri	X		X	X	X	X
Tityridae	<i>Tityra cayana</i>	Anambé-branco-de-rabo-preto				X		

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	ARACAJU - MOSQUEIRO	ATALAIA NOVA	INDIAROBA	CRASTO	CAUEIRA	SÃO CRISTÓVÃO
Vireonidae	<i>Cyclarhis guajanensis</i>	Pitiguari			X	X	X	X
Coerebidae	<i>Coereba flaveola</i>	Cambacica				X		
Hirundinidae	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-serradora				X		
	<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio	X		X	X		X
Donacobiidae	<i>Donacobius atricapilla</i>	Japacanim				X		
Mimidae	<i>Mimus sartuninus</i>	Sabiá-do-campo	X		X	X		
	<i>Mimus gilvus</i>	Sabiá-da-praia					X	
Thraupidae	<i>Paroaria dominicana</i>	Cardeal-do-nordeste				X		
	<i>Dacnis cayana</i>	Saí-azul				X		
Emberizidae	<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu						X
Passeridae	<i>Passer domesticus</i>	Pardal	X	X	X	X	X	
Thraupidae	<i>Thraupis palmarum</i>	Sanhaçu-do-coqueiro	X			X		X
	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaçu-cinzento			X	X		
Icteridae	<i>Agelasticus cyanopus</i>	Carretão		X				
	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	Garibaldi	X					
	<i>Icterus cayanensis</i>	Encontro	X				X	
	<i>Cacicus haemorrhous</i>	Guaxe				X		
	<i>Icterus jamacaii</i>	Corrupião				X		
	<i>Gnorimopsar chopi</i>	Graúna			X			
Fringillidae	<i>Euphonia violacea</i>	Gaturamo-verdadeiro				X		

Fonte: Ambientec Consultoria Ltda., 2012